

# GÊNERO

GÊNERO

ISSN 1517-9699

Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG  
do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social



## EDITORIAL

---

Neste novo número da revista Gênero, o leitor entrará em contato com uma grande diversidade de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero, aos dilemas da diferença e à construção de imagens sobre questões que afetam a vida pública e privada de homens, mulheres e pessoas não binárias.

Esperamos que esta edição da revista possa contribuir para reflexões que julgamos essenciais para a liberdade e a democracia.

**João Bôsco Hora Góis**

**Kamila Cristina da Silva Teixeira**

**Sidimara Cristina de Souza**

Editores

## CONSTRUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE O ABORTO NO BRASIL ENTRE 2010 E 2018

Raquel Silva Barretto<sup>1</sup>

Ana Elisa Bastos Figueiredo<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa produções científicas sobre o aborto no Brasil. A busca por publicações ocorreu entre os meses de abril e maio de 2018 em bases virtuais relevantes para as ciências sociais e da saúde. A única delimitação foi a definição do país, restringindo os achados ao Brasil. A busca resultou em 389 publicações datadas desde 1964. As pesquisadoras optaram por dividir as publicações em três períodos e trabalharam com o último, por ter apresentado o maior número de artigos (64). As publicações foram divididas em subcategorias conforme o âmbito da abordagem: política; judicialização; perfil principal das mulheres que abortam no Brasil e suas vulnerabilidades; direitos humanos; questões emocionais; moralidade por parte dos profissionais de saúde e religião. As duas últimas foram as mais exploradas. Este trabalho servirá de subsídio para outros pesquisadores, uma vez que o tema vem ganhando cada vez mais espaço nos discursos sociais e científicos.

**Palavras-chave:** Aborto; publicações; moralidade.

**Abstract:** This article aims to analyze scientific productions about abortion in Brazil. To this end, publications on the theme were searched on virtual social and health sciences databases between April and May 2018. The only inclusion criteria concerned the country of production, restricting the findings to Brazil. The search returned 389 works published up from 1964, which were grouped into three time frames. For presenting the largest number of articles (64), the period ranging from 2010–2018 was selected, and articles were divided into subcategories: politics; judicialization; main profile of women who have abortions in Brazil and their vulnerabilities; human rights; mental health; morality by health professionals; and religion – the final two being the most explored. This study will contribute for further research, for the topic has been gaining more and more space in social and scientific discourses.

**Keywords:** Abortion; publications; morality.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutoranda em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP / Fiocruz, Brasil. E-mail: quelbarretto29@hotmail.com. Orcid: 0000-0002-9571-473X

2 Doutora em Ciências da Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública-ENSP/Fiocruz, Brasil. E-mail: aebfigueiredo@yahoo.com.br. Orcid:0000-0001-7207-0911

## 1 Dimensões do aborto

O aborto é um tema de extrema complexidade, pois se situa em uma “zona de conflito” entre diversas áreas e atores sociais. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2003 estimaram (até o referido ano) a ocorrência de 22 milhões de abortos no mundo em condições consideradas inseguras. Desse número, cerca de 47 mil resultaram no óbito de mulheres; entre as que sobreviveram, cerca de 5 milhões apresentaram algum comprometimento físico ou mental (WORLD HEALTH ORGANIZATION [WHO], 2003).

No Brasil, o aborto é considerado crime, estabelecido nos artigos 124 ao 127 do Código Penal (BRASIL, 1940). Já o artigo 128 prevê algumas possibilidades para a sua realização legal nos casos de: (1) não haver outro meio de salvar a vida da gestante e (2) a gravidez ser resultante de um estupro.

A última e mais recente possibilidade diz respeito à interrupção por anencefalia. Diante dessas três situações, o aborto, autorizado por ordem judicial, pode ser realizado por médicos e equipes preparadas, em hospitais referenciados. A equipe não se sujeita a nenhuma punição, embora a objeção de consciência seja um problema rotineiro.

Para além das questões dos abortos legais, a problematização dos abortos induzidos vem ganhando espaço, uma vez que não há como negar sua ocorrência. A prova de que esses abortos são realizados está em diversos estudos. Um deles, partindo da análise dos dados de internações por abortamento a partir do Serviço de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS) concluiu que, em 2005, foram registrados 1.054.242 casos. A maioria deles ocorreu nas regiões Sudeste e Nordeste, com uma taxa anual estimada em 2,07 por 100 mulheres de entre 15 e 49 anos (BRASIL, 2009).

Em 2010, foi realizada a Pesquisa Nacional de Aborto (PNA) em domicílios urbanos brasileiros, abrangendo mulheres de 18 a 39 anos. Foram combinadas técnicas de urna e questionários aplicados por entrevistadoras face a face e 2.002 mulheres responderam às questões fechadas. Como resultado, verificou-se que, ao completar 40 anos, uma em cada cinco afirmou ter realizado um aborto. Das 2.002 mulheres participantes, 15% afirmaram ter passado por pelo menos um aborto na vida e metade delas o fizeram por vias medicamentosas. Os pesquisadores cogitaram que a outra parcela tenha envolvido métodos mais precários e que metade desses casos resultou em internações (DINIZ; MEDEIROS, 2010).

Conforme descreveu Aguiar (2015), no ano de 2013, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Saúde (MS), incluiu pela primeira vez em uma pesquisa nacional de saúde por amostra em domicílios uma pergunta referente ao tema. Segundo este levantamento, mais de 8,7 milhões de brasileiras na faixa etária dos 18 aos 49 anos fizeram algum procedimento de aborto na vida, dos quais 1,1 milhão foram provocados. O instituto chama a atenção para o fato de que os números podem ser ainda maiores, uma vez que nem todas as mulheres assumem o procedimento, por ser considerado ilegal.

Diniz, Medeiros e Madeiro (2017) chamaram a atenção para o fato de o fenômeno que é frequente entre todas as mulheres, contudo, afirmaram haver uma heterogeneidade quando o assunto envolve determinantes sociais e perfis sociodemográficos, que serão aprofundados ao longo das discussões.

## 2 Metodologia

Este artigo consiste em uma pesquisa bibliográfica que integra uma investigação de doutorado, realizada desde 2017 no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arôuca (ENSP/Fiocruz). Como um recorte do projeto maior, este artigo se propõe a conhecer as produções científicas brasileiras relacionadas ao tema.

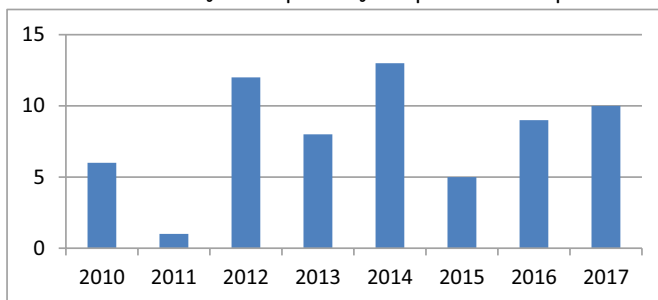
A busca por publicações se deu em bases virtuais relevantes para as ciências sociais e da saúde. Ela foi conduzida por um bibliotecário entre os meses de abril e maio de 2018. Como termos centrais foram considerados: aborto clandestino/induzido/ilegal; religião/religiosidade; moralidade; judicialização; vulnerabilidade social; estresse psicológico; estresse de vida; estresse emocional; e sofrimento psíquico e mental, que resultaram em duas estratégias de busca:

(1) (Aborto OR Abortamento OR Abortivo) AND (Judicialização OR Religião OR Moralidade OR “Princípios morais” OR “Vulnerabilidade social” OR “Risco social” OR “Sofrimento psíquico” OR “Estresse Psicológico” OR “Estresse da Vida” OR “Estresse Relacionado a Aspectos da Vida” OR Angústia OR “Estresse Emocional” OR “Tensão Vital” OR “Tensão da Vida” OR “Sofrimento Psíquico” OR “Sofrimento Mental”);

(2) (Abortion) AND (Judicialization OR Religi\* OR Morals OR Morality OR “Social Vulnerability” OR “Social risk” OR Anguish OR “Emotional Stress” OR “Life Stress” OR “Mental Suffering” OR “Psychological Stress” OR “Stress, Psychologic” OR Suffering).

O critério único foi a restrição territorial, que englobou somente o Brasil. Não foram realizados recortes temporais. Da busca resultaram 389 artigos, divididos da seguinte forma entre as bases: PubMed (48), SciELO (56), Scopus (99), Portal BVS (66), Web of Science (58) e Sociological Abstract (62). Os 389 artigos foram analisados e, após exclusões por duplicações (artigos publicados mais de uma vez, em outros idiomas) ou por não terem relação direta com o tema, restaram 128 publicações. Por questões de similaridade temática, os 128 artigos foram divididos em três períodos de publicação (Gráfico 1): o primeiro antecedeu o ano de 2000; o segundo vai de 2000 a 2009; e o terceiro período relaciona as produções a partir do ano de 2010 até a realização da pesquisa (2018). O último período foi o de maior interesse, visto que mantém diálogos e temas mais contemporâneos, além de abranger um número maior publicação. É possível observar no Gráfico 1 a variação no número de produções ao longo de cada ano desse recorte.

**Gráfico 1:** Variação de produções por ano (3º período)



Fonte: Elaboração própria (2018).

Este último período abrangeu 64 publicações que propiciaram o conhecimento dos discursos contemporâneos sobre o tema, levando em consideração diferentes setores da sociedade. As publicações foram organizadas nas subcategorias: política, judicialização, direitos humanos, vulnerabilidade social e perfil das mulheres, moralidade na visão dos profissionais de saúde, questões emocionais e religião.

### 3 Discussão das subcategorias

As subcategorias definidas e que emergiram como base para a discussão foram: política; religião; judicialização; direitos humanos; vulnerabilidades; e perfil associado ao aborto; A moralidade e o aborto na visão dos profissionais de saúde; Aborto e questões emocionais.

## Política

Enquanto a discussão das décadas anteriores enfatizou posicionamentos do Congresso e do Senado sobre o mérito das situações nas quais o aborto deveria ser legal, entre as publicações que categorizaram a política no terceiro momento, a maioria retratou, sob um olhar crítico, o modo como o aborto foi exposto nas campanhas de 2010 para a presidência nacional (ALMEIDA; BANDEIRA, 2013; FONTES, 2012; LUNA, 2014; MACHADO, 2012; RENNÓ; AMES, 2014). Os artigos trabalharam os debates em rede nacional, noticiários, reportagens e materiais envolvendo a disputa da primeira candidata mulher à presidência, no ano de 2010.

Almeida e Bandeira (2013) mencionaram que, no mesmo ano, o Brasil havia sido palco da 11ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe. No evento, os representantes governamentais assinaram um documento denominado Consenso de Brasília, em que reconheciam a importância de reduzir a morbimortalidade materna e a gravidez na adolescência como um compromisso da saúde pública, garantindo qualidade de vida para as mulheres. Nesse contexto, também firmaram compromissos de revisar as leis que garantiam punição para aquelas que realizavam um aborto, tornando-o mais seguro. No bojo desse movimento, o tema era efervescente em meio à arena de ideias consolidadas entre movimentos sociais, feministas e grupos conservadores, religiosos e pró-vida. Os conservadores estavam presentes não só nas ruas, como também nas bancadas no Senado.

As autoras observaram que tal fato repercutiu na mudança de posições por parte dos candidatos. O do sexo masculino manteve o conservadorismo, já a candidata que anteriormente havia dado declarações favoráveis à despenalização do aborto cedeu às pressões religiosas. Não obstante, o seu relato em anos anteriores sobre a realização de um aborto deu margem para que a esposa de seu adversário utilizasse a informação para reafirmar as suas ideologias. Ramos (2012) confirmou que diversas *fake news* surgiram e tal movimento se propagou em e-mails, mensagens nas redes sociais, cartazes e pichações, e a mídia se dividia entre a neutralidade e o julgamento.

Mikael-Silva e Martins (2016) analisaram o movimento da mídia diante de assuntos que tem repercussão social. Para eles, após os grandes noticiários políticos de 2010, no ano de 2011 os jornais (principalmente na Folha de São Paulo) tentavam silenciar o tema. O ano de 2012 foi marcado pela discussão do aborto em casos de anencefalia e, nesse momento, a área da

saúde teve grande repercussão nos noticiários. Passado tal período, em 2014 o aborto voltou aos noticiários sob a égide das questões sanitárias, feministas, midiáticas, ideológicas e político-religiosas, que continuaram refletindo nos anos posteriores.

Machado (2017) qualificou o momento presente como invadido por forças neoconservadoras, que se espalharam pelos Estados Unidos e chegaram até o Brasil mantendo em seu cerne a ideia de “família tradicional”, com força moralizante e tons religiosos. Biroli (2016) afirmou que essa noção de família convencional, fruto de afetos, com relações que se constituem na esfera privada (do lar), contribuiu para a reprodução da violência, principalmente a doméstica, porque o pensamento patriarcal e paternalista sempre deu aos homens o direito e o poder de decisão sobre o corpo e a vida das mulheres. O que temos hoje é um Estado que continua a reproduzir na esfera pública essas relações, a exemplo dos Parlamentares referidos por Machado (2017), que usam de discursos religiosos para reproduzir a dominação sobre as mulheres.

Miguel, Biroli e Mariano (2017), ao analisarem o posicionamento em relação ao direito ao aborto, proferido por deputados brasileiros entre os anos de 1991 e 2014, observaram que a porcentagem de mulheres favoráveis à educação sexual, planejamento familiar e reprodutivo era maior do que a porcentagem de homens. Isso também se aplicou à ampliação de casos em que o aborto poderia ser legal. Já quando as discussões, de forma geral, envolveram o direito de abortar, o número de parlamentares masculinos que se posicionaram contra foi maioria esmagadora. Miguel, Biroli e Mariano (2017) afirmaram que embora o número de mulheres na Câmara seja menor se comparado ao de homens, as taxas foram calculadas com base no número total de mulheres e de homens. Enquanto o principal argumento das mulheres é a “saúde pública” e, em segundo lugar, a religião, no caso dos homens, o discurso tem como foco primário a religião. Determinados segmentos, como os grupos feministas, inserem a negligência do Estado perante a temática como um dos pontos chave das suas críticas.

## Religião

Embora pensemos teoricamente em modelos políticos e jurídicos laicos, hoje o que está no cerne da questão é a contestação de como determinados agentes sociais se apropriam do tema da laicidade para fins pessoais.



Longe de ser um processo unilateral e unívoco, a relação entre Estado, esfera pública e as religiões no Brasil comporta tanto iniciativas de forças laicistas no sentido de reverter presenças religiosas no Estado consolidadas ao longo dos anos, quanto de novas ações provenientes das religiões de se apropriar de espaços ainda não ocupados no domínio público, ambos ao mesmo tempo e de forma contraditória [...]. (CAMURÇA, 2017, p. 860).

Nos debates sobre a polaridade entre grupos públicos que evitam quaisquer fragmentos religiosos em esferas da vida pública e o avanço de grupos religiosos para além das fronteiras privadas, foi proposto um mosaico por Camurça (2017) para a visualização das configurações de laicidade no Brasil. Nesse mosaico, quatro cenários estão postos de forma interdependente, isto é, são unidos por laços invisíveis e suas existências se inter cruzam. Dentro dessa configuração, o autor apresentou:

(1) as ações laicas no campo da moral como responsáveis por inibir os direitos de algumas minorias. Ao longo dos anos, determinadas pautas são mantidas pelos evangélicos, católicos e kardecistas. Com exceção de alguns grupos dentro dessas religiões, há frases que articulam movimentos de mulheres, descriminalização e legalização do aborto, união homoafetiva, adoção de crianças por casais homossexuais, regulamentação das profissionais do sexo, ensino de educação sexual e distribuição de métodos contraceptivos nas escolas como um contrasenso ou como ações de dissolução da família. Quando alguma dessas pautas está para ser debatida, os representantes religiosos sensibilizam os praticantes e se articulam para desmobilizar as forças político-jurídicas laicas. Para Camurça (2017), a laicidade não se concretiza nessa arena. As publicações sobre política apresentaram justamente a ocorrência dessa situação, principalmente entre os presidenciáveis que disputaram o segundo turno nas eleições de 2010;

(2) entronização de símbolos nos espaços públicos. O crucifixo e o monumento à Bíblia estão presentes em diversas instituições públicas; exibem uma mensagem ideológico-cristã, que seria uma tentativa de “dominar” aquele espaço com ideias dogmáticas. A bíblia e o crucifixo suscitam disputas entre evangélicos e católicos, já que cada símbolo representa uma religião. Outro domínio religioso no campo público se dá pelo ensino religioso nas escolas e pelas passeatas de diferentes denominações. No mesmo contexto, mas de forma contraditória, há um cenário de contenção religiosa, que perfaz o descrito no ponto 3;

(3) ações para a retirada de símbolos religiosos nos espaços públicos. Embora não sejam tão comuns, algumas medidas judiciais compreendem que os símbolos religiosos contrariam os princípios de laicidade do Estado, o que leva à retirada das estátuas, crucifixos e até mesmo das capelas dos espaços públicos;

(4) ações contra o vilipêndio e a intolerância de ordem religiosa. O judiciário e a polícia em algumas ocasiões tentam coibir perseguições, invasões, depredações e fechamento, principalmente de terreiros. Ainda que a laicidade faça parte de um vocabulário do Estado, o autor afirma a inexistência de separações entre as religiões e os espaços públicos no Brasil, pois, para ele, não há nenhum ato explícito que vise combater o discurso religioso nas instituições públicas.

Silva e Flora (2010) realizaram um estudo que delimitou quatro denominações religiosas: Seicho-No-Ie, mórmon, católica e espírita. Para cada uma dessas religiões, foram entrevistados sete fiéis praticantes, do sexo feminino, com mais de 18 anos, e três líderes religiosos. Como resultado: “todos os participantes veem o abortamento como a interrupção de uma vida, possuindo uma posição contrária ao aborto” (SILVA; FLORA, 2010, p. 194). Somente os líderes das religiões mórmon e espírita defenderam o aborto diante de um risco de vida preeminente para a mulher. Entre as fiéis, os discursos mais liberais vieram de uma mulher espírita, que disse que não era apta ao julgamento de uma mulher que abortasse porque ela mesma poderia recorrer ao aborto em algum momento, mesmo sabendo que esse não era o posicionamento da sua religião. Uma das fiéis mórmons manifestou o respeito à vontade e ao livre arbítrio das mulheres diante da decisão.

Por meio desse estudo, as autoras concluíram que o discurso religioso se sobrepôs à vontade ou às opiniões das fiéis. Diante da religião, assumia-se outra postura identitária e as religiões, mesmo que de forma implícita, tomavam o foco das discussões. Outrora, constataram também que as religiões apareceram como fontes de acolhimento para mulheres que já haviam abortado. Na contramão de outros estudos, a religião representaria, para as autoras, um fator decisivo e de proteção para evitar que mulheres abortassem. Se nesse estudo os posicionamentos católicos pareceram mais conservadores, os autores Melo e Sanches (2015) deram respostas à visão do catolicismo através de um aprofundamento na carta encíclica *Evangelium Vitae*, publicada em 1995 pelo papa João Paulo II. Na carta, o aborto é designado como homicídio ou crime hediondo que representaria riscos para o início

da vida. No artigo de cunho teológico, os autores narraram a condenação papal de qualquer medicamento que visasse acabar com o feto no útero, inclusive o dispositivo intrauterino (DIU) e injeções seriam contraceptivos com essa função. Na carta encíclica, a posição do papa foi bem clara ao relacionar o início da vida humana ao momento da fecundação.

Tal posicionamento se mantém em disputa até hoje e atravessa os discursos no campo social, político e da saúde, gerando intensas controvérsias. Luna (2014) avalia as representações dos grupos “pró-vida” como uma “estética do grotesco”, remetendo-se à Bakhtin. Se, para ela, os grupos “pró-escolha” trabalham com produções visuais que dão conta de mensurar o aborto legal como uma atitude que é favorável à autonomia (da mulher) e pouco falam do feto, os grupos “pró-vida”, por sua vez, usam imagens de embriões como fetos, remetem o fenômeno a um assassinato, usam imagens sanguinolentas que incluem pedaços de pernas, cabeças e braços, tentando produzir um choque para o que acreditam ser a “perda da dignidade da vida humana”, “a morte de um anjinho ou inocente”.

Citando a posição do papa, Melo e Sanches (2015) chamam a atenção para o argumento sobre o direito à dignidade do embrião, por este já representar um ser humano, fato que fundamenta as imagens propagadas pelos grupos “pró-vida” em seus discursos, conforme citado por Luna (2014). Outro ponto a ser considerado pelo pontífice seriam as pesquisas com embriões humanos. Seu posicionamento é que deveriam ser evitadas por violarem a vida do embrião. Na carta, o papa convocou a Igreja para zelar pela “dignidade à vida” que, segundo ele, é vontade de Deus, e ir contra a vida desde a criação seria desafiar tal vontade. O posicionamento religioso repercutiu na opinião contrária, por parte de Deputados e Senadores, durante as votações de 2004 e 2005, sobre o uso das células-tronco embrionárias. Conforme apontou Luna (2013) quanto maior a adesão ao conteúdo doutrinário, maior será a possibilidade de alguém se guiar segundo a sua religião.

Gomes e Menezes (2015) mencionaram a presença constante de interferências religiosas sobre a vida e a morte, principalmente na sociedade ocidental moderna. As pesquisadoras descreveram que tanto a eutanásia/ortotanásia quanto o aborto são campos da ciência imersos nos ideais religiosos. Por mais que legislações ou projetos de lei sejam propostos no sentido de avançar em tais questões, o “início ou término” da vida é um campo de tensões e contrariedades entre a ciência e a religião. Para Mitre e Reis (2015),

isso também ocorre com as pesquisas envolvendo células tronco embrionárias no Brasil. Apesar de alguns avanços ao longo da última década, ainda esbarramos em argumentações contrárias ao seu uso na saúde.

Observamos então que no Brasil não existe uma política “neutra”, guiada por conhecimentos científicos, aquém dos julgamentos morais ou “divinos”. O que existe são grupos que entram no embate entre limites e fronteiras do público e do privado. Uma vez que as fronteiras do público são invadidas pelo fundamentalismo religioso, o processo democrático é posto em questão. Quando políticas públicas capazes de promover igualdade de gênero são sufocadas por ideais da família natural e papel tradicional da mulher, os direitos reprodutivos se veem ameaçados, segundo Ruibal (2014). Para a pesquisadora, a igreja se impõe como base de políticas públicas e decisões judiciais na maior parte dos países da América Latina.

No caso do Brasil, os próprios grupos religiosos, principalmente das igrejas neopentecostais, têm representantes em posições executivas e legislativas. Como contraponto aos Estados (não) laicos, as correntes feministas têm ressoado como uma forma de garantir os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Para Ruibal (2014), resultados foram alcançados na Cidade do México e no Uruguai e, além disso, as cortes do México e do Brasil, de alguns anos para cá, se mostraram mais abertas a receber opiniões de atores sociais e utilizar novos mecanismos, como o *amicus curiae* e as audiências públicas. A pesquisadora observa a possibilidade de movimentos integrados, como é o caso de organizações tradicionais de direitos humanos católicas, que fizeram coalizões com grupos feministas. Outro exemplo seria o movimento “Católicas pelo direito de decidir”, que ganhou força na Colômbia, no México e no Brasil com o preceito de uma livre interpretação da religião, ou seja, que determinados pontos de vista religiosos podem ser refutados.

## Judicialização

Ao passo que os artigos sobre política vêm acompanhando os fatos sociais desencadeados em determinados períodos, isso também parece ocorrer com as publicações no âmbito da judicialização. Barroso, Benvindo e Osório (2017) citam o Direito Constitucional, mais especificamente a Suprema Corte, que em 2016 foi convocada através do Tribunal para intervir em diversas questões que deflagraram momentos turbulentos na política, na economia e no âmbito social.

Em 2016, uma das decisões proferidas pelo ministro Luís Roberto Barroso se deu com base na inconstitucionalidade da incidência do crime de aborto no primeiro trimestre de gravidez (HC 306 de 29/11/2016). Tratou-se da liberação da prisão preventiva de profissionais que trabalhavam em uma clínica de aborto clandestina. Os motivos que levaram ao habeas corpus foram: (1) a detenção anterior ao julgamento não cumpria a legalidade; (2) houve concordância da maioria (no Primeiro Painel e do ministro) de que criminalizar a interrupção da gravidez no primeiro trimestre é violar direitos fundamentais da mulher, além de violar e causar sequelas principalmente para a parcela de mulheres mais pobres. Para Barroso, criminalizar o aborto é violar também o princípio da proporcionalidade, já que o Estado poderia incentivar medidas mais eficazes no lugar de criminalizar a prática. Segundo ele, a criminalização não tem impacto sobre os altos índices de abortos que continuam ocorrendo e produzindo custos sociais, repercutindo na saúde pública e nos índices de mortalidade.

Sabe-se que entre alternativas pautadas por integrantes do movimento feminista, profissionais da área de saúde e pesquisadores favoráveis à realização do aborto pelo SUS, o uso de medicação é apontado como uma das mais seguras e viáveis. Corrêa e Mastrella (2012), assim como Zordo (2016), descreveram a utilização do misoprostol como paradoxal, já que é uma medicação capaz de reduzir as mortes maternas mas que não é disponibilizado em razão de sua criminalização.

Diniz e Castro (2011) avaliaram a repercussão desse medicamento em noticiários de jornais de grande circulação nacional ao falarem sobre o aborto. A medicação entrou nos boletins policiais, no enquadramento de medicamentos de gênero – mesmo tendo registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e sendo reconhecida pela OMS, está no mesmo parâmetro daquelas que propiciam mudanças corporais e estéticas, que visam o emagrecimento ou prometem resolver casos de disfunção erétil, mas não possuem eficiência comprovada. Sobre as vendas e a distribuição, os noticiários situaram os homens como principais “pontos de apoio” para as mulheres que buscaram a medicação. Os mesmos que comercializavam também ensinavam e davam informações sobre como deveria ser administrada e o que as usuárias poderiam esperar a partir do uso.

Diniz e Castro (2011) chamaram a atenção para o fato de as próprias reportagens se dedicarem mais a criminalizar esses homens (pelo tráfico de medicações de gênero) e pouco narrarem sobre as questões sociais envolvendo as mulheres que recorrem ao mercado paralelo. Em casos apresentados na

mídia, as pesquisadoras problematizaram o quanto a sociedade é moralizante e essas opiniões refletem as decisões proferidas pela justiça. Nesse âmbito, Costa (2013) relatou uma situação que teve grande repercussão nos veículos de comunicação durante o ano de 2007. Tratou-se de uma clínica clandestina, situada em Campo Grande (MS), que após denúncias foi protagonista de um cerco policial que culminou na prisão dos funcionários e apreensão de um arquivo contendo dados de 10 mil mulheres.

A pesquisadora acompanhou o decorrer da situação, que envolveu o julgamento dos profissionais atuantes na clínica e a decisão frente aos nomes que estavam nos arquivos. Durante o julgamento, dois profissionais afirmaram trabalhar na clínica realizando procedimentos permitidos por lei, envolvendo a retirada de cistos, pequenos procedimentos e inserção de dispositivos intrauterinos (DIU). A terceira profissional (uma psicóloga) que foi filmada na reportagem alegou que atendia mulheres e casais e não era seu dever convencê-los ou modificar suas ideias, mas conhecer o perfil e realizar uma triagem. Por fim, a médica que foi julgada afirmou que sim, trabalhava na clínica e realizava abortos de forma clandestina.

Ao longo das defesas, era relatada a preocupação com o sigilo desses quase 10 mil nomes de mulheres que não seriam preservadas e teriam que responder criminalmente na justiça, indo contra a lógica do sigilo médico. Como sentença, foram determinadas penas de reclusão para os envolvidos, variando de um ano e três meses a sete anos. Em um momento subsequente, as penas foram reduzidas pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. Para Costa (2013), o poder punitivo e coercitivo não parou por aí. As 10 mil mulheres tiveram os seus dados e sigilo violados perante a mesma justiça que os garante como direitos individuais. A isso ela denominou de “forças da inquisição”. Ela correlacionou Campo Grande e o estado do Mato Grosso do Sul como mantenedor de amplos ideais religiosos e conservadores que se apresentam em diversas áreas, entre elas, a justiça.

A fim de conhecer como seria o pensamento e a influência de tais fatores (religião e moralidade) para a concepção do aborto por parte de importantes especialistas da área jurídica, Duarte et al. (2010) realizaram no período de 2005 a 2006 um estudo sobre a opinião de juízes e promotores de justiça brasileiros sobre o aborto. Os autores conseguiram através de um questionário o total de 4.107 respondentes, entre os quais 2.614 eram promotores e 1.493 eram juízes; a maioria do sexo masculino, trabalhava nas regiões Sul ou Sudeste, vivia em um relacionamento e tinha até dois filhos.

Como resultado, 12% dos respondentes afirmaram ter vivenciado um aborto em algum momento, 86,5% disseram não ter religião e 75% se mostraram favoráveis à descriminalização do aborto. Para os respondentes, em diversas circunstâncias os abortos deveriam ser permitidos, entre elas: a anencefalia, risco de morte para a gestante, gestações provenientes de estupro e, ainda, malformações graves incompatíveis com a vida uterina e prejuízos à saúde física e mental das mulheres. A pesquisa demonstrou que os participantes estão atualizados nos debates sobre o tema. Embora os resultados não possam ser generalizados, os entrevistados atuantes na justiça mantêm menos conservadorismo em suas falas do que outras classes, entre elas os políticos e os médicos ginecologistas obstetras – o que se confirma ao longo da nossa análise. Um dos fatores levados em consideração foi o distanciamento da maioria dos respondentes de posições religiosas. Ainda assim, frente à criminalização do aborto, Duarte et al. (2010) deram importância à análise de cada caso em separado, o que significa que os promotores ou juízes avaliam cada situação, dentro de histórias singulares.

## Direitos humanos

Embora possamos ver alguns avanços, os direitos humanos no Brasil ainda enfrentam retrocessos. Para Corrêa (2010), a interseção entre direitos humanos e o tema do aborto é relativamente nova, ganhando força principalmente em 2005, quando foi apresentada ao Congresso uma lei que visava descriminalizá-lo. A decisão coincidiu com a vinda do papa ao Brasil e acabou rejeitada no próprio Congresso. Entre tantos grupos críticos, emergiram as vozes dos “direitos humanos”, que repercutiram no III Programa Nacional para o Desenvolvimento dos Direitos, que partindo do I Plano Nacional de Política da Mulher (BRASIL, 2004) apelou para a descriminalização do aborto como uma garantia de autonomia sobre seus corpos. O programa ganhou visibilidade e foi desconsiderado no ano de 2010, principalmente pelos ministros da Agricultura e da Defesa.

Ainda sobre conteúdos vinculados aos direitos humanos em documentos oficiais, Albuquerque e Evans (2012) analisaram a apresentação de relatórios por parte do Estado brasileiro para a Organização das Nações Unidas (ONU). Durante a pesquisa, três agentes governamentais responsáveis pelo preenchimento desses relatórios foram entrevistados e apontaram lacunas no campo dos direitos humanos no Brasil, principalmente no âmbito da saúde. A saúde é primordial na garantia dos demais direitos e,

nos relatórios de 2001 e 2007, a ênfase em termos de saúde manteve um foco biomédico, com vistas ao combate às doenças, alocação de recursos e descrição de instrumentos. A lacuna se deu na menção às populações vulneráveis, na descrição de estratégias que impactaram positivamente a população e no diálogo sobre gênero.

O Comitê Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais (CDESC) requisitou ao Brasil dados detalhados sobre mortalidade materna e aborto, além de medidas legislativas para proteger as mulheres de efeitos de abortos induzidos. Essas informações constaram nas pendências e questionamentos do CDESC ao Brasil e o órgão demonstrou preocupações, dadas as altas taxas de abortos induzidos. A resposta do Brasil a tais pendências não conseguiu estruturar uma relação necessária entre saúde pública e direitos humanos. Os requisitos da ONU não têm sido cumpridos com efetividade. Para Corrêa (2014), quando falamos sobre a questão dos direitos sexuais e reprodutivos, temos empecilhos assim como a China, África do Sul, Índia e Rússia. Nos dois últimos, o aborto também aparece como um problema. Embora sejam nações diferentes em termos de economia e cultura, na Índia há questões que envolvem o aborto seletivo, que é o aborto feito quando as mulheres descobrem que o feto é do sexo feminino. Na Rússia, a proximidade com a problemática brasileira é mais semelhante, visto que grupos extremistas contrários ao aborto vêm ganhando força e, mesmo sendo permitido (ponto que difere do Brasil), esse direito das mulheres se vê ameaçado frente a esses grupos.

Corrêa (2016), reafirmou que o Brasil vive um momento de extrema complexidade, no qual diante de grupos extremistas (principalmente os fundamentalistas religiosos) vêm surgindo os grupos feministas com diversas pautas, entre elas o aborto. Corrêa criticou o fato de nem sempre as pautas se articularem e de os grupos fora desse cotidiano não se atentarem para o debate (que não deve ser restrito apenas às feministas). Ela exemplificou com os pesquisadores da área da violência que invisibilizam o assunto, como se não lhes dissesse respeito, e assim seguem o modelo colonial científico. A pesquisadora chamou a atenção para a seletividade das bandeiras: grupos que articulam a defesa das causas LGBTQ+, ao se depararem com a questão do aborto, não se manifestam. Há então uma lógica de ruptura entre as lutas.

Os movimentos feministas têm obtido conquistas importantes ao longo das décadas. Segundo Vieira Júnior (2014), o cenário de proibicionismo do aborto no Brasil começou a ser debatido na década de 1970, influenciado pelos acontecimentos nos Estados Unidos e na Europa. No início dos anos 1980,



as feministas falavam sobre a contracepção e o direito de livre escolha da maternidade. O autor pontua essa luta como antiga e, assim como foi pontuado por Corrêa (2016), outras conquistas têm sido traçadas, então seria hora dessa questão, que sempre se mostrou tão central no feminismo, vencer as barreiras em diversos âmbitos, alguns deles inclusive trazidos para este artigo, como o político, o religioso e moral.

### **Vulnerabilidades e perfil associado ao aborto**

No período escolhido para esta pesquisa, houve maior necessidade de conhecer a realidade das mulheres que abortam no Brasil. Alguns estudos locais exploraram aspectos importantes: a adolescência foi muito enfatizada, como exemplo, Cerqueira-Santos et al. (2010) apontaram para a emergência das taxas de gravidez entre adolescentes, de que uma parcela resulta em abortos. Mitchell et al. (2014) realizaram uma pesquisa importante com foco em estudantes de 12 a 21 anos de escolas públicas do Rio de Janeiro e concluíram que o conhecimento sobre os métodos abortivos era raso e inconsistente, e que se deu diante da perspectiva de gênero e dos espaços sociais: adolescentes do sexo feminino deram uma gama maior de respostas, assim como aquelas que tiveram proximidade com alguém que realizou aborto.

Porto e Sousa (2017) publicaram recentemente o resultado de uma pesquisa na qual visaram conhecer os itinerários abortivos de mulheres do Rio Grande do Norte (RN), e os resultados ratificaram um dos pontos apresentados por Mitchell et al. (2014) sobre o pouco conhecimento dos métodos abortivos; fato este que pode ser comprovado no início da publicação, quando Porto e Sousa (2017) explicaram que antes das duas jovens entrevistadas utilizarem o Cytotec, elas haviam tentado o aborto com chás e outras substâncias. Outra questão relevante foi o fato de afirmarem que entre as jovens, a que tinha mais conhecimentos sobre os procedimentos aos quais seria submetida após o aborto era a de melhores condições financeiras. A publicação de Diniz e Medeiros (2010) enfatizou o caráter nacional do aborto, delimitando-o não só a uma faixa etária, mas abrindo a possibilidade de as mulheres falarem sobre o tema ao longo das suas vidas.

A pesquisa domiciliar com técnica de urna sobre o aborto no Brasil realizada em 2010 apontou para uma maior ocorrência na faixa etária compreendida entre os 20 e 24 anos de idade. Esses dados reafirmam que as mulheres fazem o aborto para retardar o início da vida reprodutiva. Na contramão dos discursos religiosos, que invisibilizam a ocorrência dos

abortos internamento, a proporção de mulheres que fizeram aborto foi maior entre católicas e evangélicas, contra um número ínfimo mulheres que não responderam ou sem religião declarada. A vulnerabilidade social apareceu quando o aborto teve maior visibilidade e repercussão entre mulheres de baixa escolaridade.

Como complemento, podemos citar uma produção mais recente, de Diniz, Medeiros e Madeiro (2017), que apresentou os dados da PNA de 2016 e os comparou aos encontrados em 2010. Na pesquisa mais recente, o aborto apareceu como um fenômeno frequente entre todas as mulheres. Entretanto, a heterogeneidade entre os grupos sociais chamou a atenção, sendo as mulheres de menor escolaridade, moradoras das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, pretas, pardas e indígenas as que respondem pela maior frequência de abortos.

Anterior à última PNA, a publicação de Santos et al. (2016) objetivou conhecer o perfil sociodemográfico das mulheres que haviam abortado em Salvador. Para tal, contou com o apoio da Estratégia de Saúde da Família (ESF) na realização da coleta de dados através de questionários estruturados e semiestruturados. A análise dos dados reforçou o que foi anteriormente exposto por Diniz e Medeiros (2010) e foi reiterada pela PNA de 2016, no que tange ao perfil das mulheres que abortaram na região Nordeste: entre as 350 mulheres participantes do estudo 110, confirmaram a realização de ao menos um aborto; As que relataram ter feito um aborto eram majoritariamente pobres, com menores índices de escolaridade (se comparadas às que disseram não ter feito), pardas, negras e indígenas, que estavam em um relacionamento estável, católicas ou evangélicas. O perfil indicou predominância de mulheres socialmente desfavorecidas.

Nonnenmacher et al. (2014), ao entrevistarem 31 mulheres de São Paulo e do Rio Grande do Norte que induziram o aborto, verificaram o relato de falta de participação ou ausência dos parceiros como um ponto fundamental no seu processo decisório. Diante do que foi apresentado até então, podemos acrescentar mais um dado ao perfil que contribui diretamente para a decisão: a negligência do parceiro perante a mulher e o processo decisório. Mesmo que uma parcela delas fosse casada ou vivesse em relação estável, elas alegaram a distância dos parceiros em relação ao posicionamento de levarem adiante a gestação, fato que se inter-relacionou às condições financeiras e econômicas, presença de um ou mais filhos e impossibilidade de levar uma gestação à frente por motivos pessoais.

## A moralidade e o aborto na visão dos profissionais de saúde

Se os argumentos sobre o tema refletem majoritariamente uma lógica social moralizante, de cunho religioso, para além dos políticos e juristas, um achado essencial na presente busca bibliográfica refletiu o posicionamento dos estudantes e dos profissionais de saúde. Fernandes et al. (2012) organizaram um estudo sobre o conhecimento dos estudantes de medicina brasileiros referente ao aborto medicamentoso. No total, 874 alunos de três universidades de medicina do estado de São Paulo preencheram um questionário estruturado, com 12 afirmações sobre o uso do misoprostol. Desse número, apenas 8% apresentaram conhecimentos corretos e satisfatórios sobre o seu uso e efeito. O estudo apontou para a urgência da inserção do tema nos currículos de medicina.

Outro trabalho semelhante foi realizado por Darzé e Azevêdo (2014). No estudo transversal, foram aplicados questionários para um grupo de 174 estudantes de medicina da Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP). Diferente do que ocorrera em universidades paulistas, o propósito consistiu em avaliar o conhecimento dos estudantes sobre o tema, envolvendo as situações em que era permitido e as complicações decorrentes do “aborto inseguro”. Do total, 59,8% foram considerados bem-informados. Da amostra, 45,4% disseram ter conhecido alguém que se submeteu ao procedimento de forma clandestina. Sobre as complicações, mais de 90% mencionaram o óbito e as hemorragias; a infertilidade foi citada por 72,4%; as infecções, por 88,5%, e as complicações em gestações seguintes foram referidas por 70,1%. Os autores verificaram que o conhecimento sobre a ocorrência do fenômeno aumentou conforme o tempo de permanência na universidade.

Ainda na Bahia, mais especificamente em Salvador, foi proposto um estudo no ano de 2009 que visou examinar a percepção e a experiência de profissionais de saúde, principalmente dos ginecologistas-obstetras, sobre o contraste entre o aborto previsto em lei e o clandestino. A amostra reuniu 45 profissionais, entre os quais 22 eram ginecologistas-obstetras. Dois hospitais foram escolhidos como campos da pesquisa. Um deles realizava o procedimento legalmente e o outro não. Ao longo do estudo, Zordo (2012) percebeu que o aborto é fruto de impasses e processos burocráticos mesmo no âmbito legal. No hospital de referência para o aborto legal, entre os anos de 2002 e 2008, cerca de 89 mulheres tentaram realizá-lo por consequência de estupro. Desse número, destacaram-se 40 mulheres que não conseguiram, uma vez que a espera pelos trâmites fez com que ultrapassassem o tempo de gestação

em que o procedimento é permitido. Os próprios ginecologistas-obstetras achavam relevante que antes do aborto as mulheres passassem pelo comitê de ética, por consultas com psicólogos e assistentes sociais. Contudo, quando o assunto era o aborto induzido, o papel dos psicólogos e assistentes sociais na visão dos médicos era outro: o de fazer com que as mulheres aceitassem se submeter aos exames necessários, que de fato comprovariam a indução do aborto.

Ainda sobre o aborto legal, alguns poucos entrevistados sugeriram que era necessária a comprovação do estupro, já que “as mulheres poderiam mentir”. Nesse mesmo hospital, uma profissional da área, que seguia os preceitos religiosos, disse ter tentado convencer uma das pacientes a não abortar. No hospital onde o procedimento não é realizado, os profissionais se mostraram ainda mais conservadores, inclusive em relação às condições em que o aborto era permitido legalmente. Nas entrevistas, Zordo (2012) reuniu algumas falas sobre as atitudes punitivas dos ginecologistas-obstetras. Entre elas, os profissionais lembraram que as pacientes ao darem entrada após um aborto induzido algumas vezes eram deixadas sangrando por um tempo. Vários médicos narraram o caso de uma paciente que foi esquecida em outra unidade e morreu.

Para a maioria dos entrevistados, as mulheres pobres que tinham muitos filhos, assim como as adolescentes/jovens, eram irresponsáveis, já que na visão deles, elas poderiam ter utilizados métodos para evitar as gestações. Entre as motivações para abortos legais que não ocorreram, foi situada a objeção de consciência. Por não conhecerem a legislação, não se sentiram preparados academicamente falando ou se oporem religiosamente ao procedimento, alguns médicos relataram que eles e suas equipes desistiram de fazer o aborto em determinadas situações e, em algumas delas, as pacientes já estavam no centro cirúrgico e precisavam descer para a enfermaria, já que ninguém realizaria o procedimento.

Os casos narrados acima não foram exclusivos de apenas um estudo. Outra pesquisa conduzida por Madeiro e Rufino (2017) entre junho de 2012 e novembro de 2013 demonstrou desrespeito e abusos por parte dos profissionais de saúde de um hospital público de Teresina (PI), diante de mulheres internadas em decorrência de abortos induzidos malsucedidos. Das 78 mulheres que participaram da entrevista, 26 alegaram ter sofrido algum ato violento durante a internação. A ameaça de denúncia foi feita para todas. Mesmo entre as mulheres que julgaram o atendimento como positivo, a discriminação também esteve presente em alguns casos. Algumas comentaram sobre o medo de o aborto

ser descoberto ou de os médicos encontrarem restos de comprimido vaginal. Uma delas relatou que, diante da descoberta, o médico disse que seria “bonzinho e não faria nenhuma denúncia”. Um dos profissionais interpelou outra paciente sugerindo que ela “orasse muito e se arrependesse dos seus atos”.

Grande parte das mulheres narrou coação e pressão dos médicos até que elas assumissem que induziram o aborto. Os pesquisadores descreveram as narrativas como “perturbadoras” e, diante de todas elas, ressaltaram a importância do cuidado voltado para a lógica científica, da humanização dos atendimentos diante de abortos, do aprimoramento de políticas públicas e da sensibilização dos profissionais para as questões de gênero, para além das suas crenças pessoais.

Sobre a moralidade expressa nas opiniões e atitudes médicas, Lucchetti et al. (2014) afirmaram que a contrariedade em relação ao aborto pode ser relativizada já entre os universitários, e dois fatores determinam tal mentalidade: um deles é a posição religiosa e a outra, a influência da própria universidade. Ou seja, universidades mais novas e públicas localizadas em centros urbanos, menos tradicionais e que têm um corpo docente menos conservador contribuem com egressos mais favoráveis à compreensão de posições éticas contraditórias; o mesmo ocorre com universitários menos religiosos.

Tais achados sobre religião também foram confirmados na pesquisa de Madeiro e Rufino (2017) sobre objeção de consciência por parte de estudantes de medicina no Piauí. A objeção de consciência tem sido apontada como um problema. Ela está imersa em dois campos que se tornaram conflituosos: a medicina e os direitos humanos. Uberoi e Galli (2017) compreendem que enquanto há uma ética que preserva o direito à liberdade, à consciência e às posições pessoais dos profissionais de saúde, também há a obrigatoriedade de esses profissionais zelarem pela proteção e integridade dos seus pacientes. Os organismos de direito humanos em nível internacional têm tentado encontrar um equilíbrio no estabelecimento de diretrizes que garantam o direito das mulheres. Faúndes, Duarte e Osis (2013) reconheceram a objeção de consciência como um direito legítimo dos médicos, diante de ações que acreditam ser contra seus princípios. Os autores compreendem que por razões morais, a objeção seria um disfarce contra julgamentos e estigmatizações provenientes de indivíduos que são contrários à realização do aborto. Para os pesquisadores, algumas medidas são necessárias para garantir o acesso à informação aos profissionais. À medida que eles são capacitados para uma

compreensão mais profunda do problema, torna-se possível romper com as questões pessoais. Trabalhos nesse sentido vêm ocorrendo no exterior, com destaque para o grupo da Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia (FIGO), no Reino Unido.

Em nível nacional, Cacique, Passini e Osis (2013), ao revisarem pesquisas sobre as atitudes, conhecimentos e opiniões de profissionais de saúde publicadas no período de 2001 e 2011, verificaram que as categorias que mais opinam sobre o assunto são os médicos, principalmente ginecologistas e obstetras. Há uma carência quanto à exposição das visões de enfermeiros, assistentes sociais e psicólogos, fato que é questionado já que tais profissionais compõem equipes que lidam com abortos. O estudo de Lemos e Russo (2014) está entre os poucos que narraram a opinião dos enfermeiros e assistentes sociais em relação ao tema. Durante um curso sobre Saúde da Mulher realizado no ano 2000, foi realizada observação participante e entrevistas em grupo, através de dinâmicas, com sete enfermeiras e cinco assistentes sociais. O objetivo era conhecer como as profissionais se comportavam diante de determinados temas, entre eles o aborto. Assim como Lemos e Russo (2014) e Pitilin et al. (2016) concluíram que o conhecimento por parte dos profissionais de saúde é um importante instrumento para a ruptura do preconceito.

De Faria (2012) verificou em seu estudo que as pacientes admitidas em situação de interrupção da gestação passam por vários sofrimentos, inclusive a perda da autonomia, quando são muito novas e a decisão é realizada por familiares. Entre os sofrimentos, Villela e Monteiro (2015) apontaram o estigma como uma barreira vivenciada por profissionais do sexo, mulheres com HIV/aids e mulheres que abortaram. As três categorias enfrentam, ao longo do tempo, dificuldades de acesso ao sistema de saúde.

Diniz (2013) chamou a atenção para o campo de forças políticas e o embate com a saúde pública, em especial com a área de saúde materno infantil, já que após todas as tensões no campo político, a candidata Dilma Rousseff foi eleita. Em 2011, ela emitiu o Projeto de Lei sobre o “Sistema Nacional de Vigilância e Monitoramento de Registros para a Prevenção da Mortalidade Materna”, que foi altamente criticado por parte dos movimentos feministas dado o teor dos conceitos utilizados. Nele, foi proposto um registro obrigatório de todas as grávidas e gestações no sistema de saúde, além da consideração da inclusão do termo “nascituro”, que significava “crianças não nascidas”. Os grupos de direitos humanos afirmaram que a lei era inconstitucional, e por fim, em 2012, uma medida extinguiu o uso do termo. Apesar da exclusão do

conceito, a medida continuou apresentando fragilidades porque nunca incluiu os conflitos de saúde sexual e reprodutiva e ignorou a necessidade de defender o aborto seguro e legal no Brasil.

Face a essa e outras questões relacionadas acima, Diniz (2013), assim como Faúndes e Miranda (2017), afirma que as mulheres querem ter o direito de optar pelas suas escolhas diante de seus corpos e querem ter o acompanhamento necessário, sem que isso lhes cause um aumento do sofrimento pré-existente. Sendo assim, a criminalização do aborto desencadeia problemas que interferem diretamente na vida das mulheres. Faúndes e Miranda (2017) apontam ainda a criminalização como fonte da discriminação das que chegam aos serviços de saúde por conta de abortos malsucedidos. Santos et al. (2013) enfatizam o aborto como um tema no cerne da saúde pública. Os problemas no âmbito da saúde são vários e envolvem os cuidados, a carência na formação dos profissionais que atuam com essas pacientes nos serviços, a incompreensão dos valores bioéticos, a negativa de atendimento, os altos custos com internações e procedimentos que repercutem nas complicações dos quadros físicos e emocionais e, em algumas situações, culminam na morte das mulheres que buscaram os serviços com a finalidade de serem ajudadas.

### **Aborto e questões emocionais**

Apesar de o artigo de Faria (2012) ter citado o impacto do aborto para as adolescentes, apenas três publicações investigaram profundamente a questão do sofrimento envolvido no evento. A pesquisa exploratória descritiva de Heleno (2010) consistiu em um estudo de caso, realizado em março de 2016, com dez mulheres que apresentavam dificuldades para engravidar. Como campo foi selecionado um ambulatório de reprodução humana (não foi mencionado o estado ou a cidade). As mulheres foram escolhidas através do prontuário. A idade média delas era de 37,2 anos, todas estavam aguardando pelo procedimento de fertilização e possuíam também histórico de aborto(s) (espontâneo ou induzido). Das dez, quatro sofreram um aborto espontâneo e oito provocaram um aborto ao longo da vida. Ao investigar a eficácia adaptativa e identificar a repercussão psicológica em mulheres que vivenciaram o aborto e frequentavam o laboratório de reprodução humana, foi verificado que a falta de desejo sexual e a culpa foram sentimentos muito evidentes. As mulheres mencionaram timidamente um sentimento semelhante à inveja e à dificuldade em aceitar que outras mulheres engravidassem. O medo de um aborto espontâneo foi relatado por seis participantes.

Entre os pontos que ampliaram a dor do aborto estava a falta de acolhimento por parte dos profissionais de saúde e a incapacidade da equipe médica em atendê-las, conforme precisavam. Publicações anteriores apontaram para análises semelhantes (DINIZ, 2012, 2013; FARIA, 2012; FAÚNDES; MIRANDA, 2017; ZORDO, 2012).

Em publicação posterior à de Heleno (2010), Pereira (2012) avaliou como se deu o processo decisório do aborto e os sentimentos decorrentes dele. Foram entrevistadas nove mulheres internadas em uma maternidade pública de Salvador (BA), hospitalizadas por aborto provocado entre os meses de setembro e outubro de 2009. Sobre a decisão de abortar, foram citados diversos motivos. No tocante às categorias que envolvem os sentimentos e emoções, as mulheres mencionaram o medo de morrer, mediante o uso do medicamento, assim como o sentimento de culpa, observado como reflexo das crenças morais e religiosas das entrevistadas. Também foram ressaltados os sentimentos de alívio e tristeza. Segundo a pesquisadora, o processo do aborto foi visto de forma geral como doloroso e difícil.

Como complementação, outro artigo apresentou o estudo de caso realizado por Santos e Brito (2016) em uma maternidade pública localizada no Rio Grande do Norte (RN), no qual entrevistaram 19 mulheres internadas em decorrência da indução do aborto, entre os meses de março e agosto de 2013. As participantes eram maiores de 18 anos, estavam em internação, tinham condições físicas e mentais e aceitaram participar do estudo. As mulheres deveriam inicialmente responder como foi a interrupção da gravidez. Na análise das entrevistas, a principal categoria foi “o sentimento vivenciado nas práticas abortivas”. Dentro do perfil das entrevistadas, houve prevalência de católicas, pardas, com idades entre 26 e 30 anos; sete já haviam induzido um aborto anterior, 13 tiveram pelo menos um filho, a maioria possuía renda fixa, trabalhava de modo formal, a faixa média de renda era de um a três salários-mínimos, a escolaridade da maioria era o nível médio e a maioria também relatou que vivia em relacionamento estável. A maior parte das interrupções se deu até a sexta semana, e o método mais utilizado foi o medicamentoso. Na visão de Santos e Brito (2016), os principais sentimentos relatados foram tristeza e angústia.

Os estudos em questão foram essenciais, dado que poucos achados sobre o aborto buscaram conhecer mais profundamente as narrativas dessas mulheres e os sentimentos que envolveram a interrupção da gravidez. Heleno (2010), Pereira et al. (2012) e Sell et al. (2015) alertaram para a necessidade de se pensar os fatores relacionados ao aborto e os sentimentos



originados em decorrência de cada experiência. Apesar de os estudos serem locais, servem de subsídio para que, junto a outras produções de maior porte, seja possível conhecer como a criminalização repercute em questões de saúde que vão além da ordem física e orgânica.

#### 4 Conclusão

Por meio da busca em bases virtuais consagradas cientificamente, foi possível concluir que o maior número de publicações sobre o aborto no Brasil ocorreu a partir de 2010. Enquanto os artigos produzidos em períodos anteriores refletiram temas ligados ao papel da mulher na maternidade, contracepção e as deliberações sobre o aborto no contexto da legalidade, o terceiro período recebeu a atenção central por envolver questões mais contemporâneas. Entre os achados, as pesquisas sobre religião e saúde corresponderam a 50% das subcategorias abordadas. No entanto, todas as subcategorias demonstraram interligação, de tal forma que nas publicações sobre aborto e política, a religião foi utilizada para legitimar ou deslegitimar o interesse de determinados grupos; nas publicações sobre a saúde, a violência relatada nos serviços também é fruto de uma construção social moralizante, e a judicialização muitas vezes virou um possível argumento para fins da manutenção da relação de poder entre profissionais e pacientes; os direitos humanos apareceram na defesa da laicidade do Estado e da visualização do perfil dessas mulheres.

De forma geral, as autoras e os autores buscaram dialogar e investigar um campo que por si só desperta conflitos na sociedade brasileira, e se o tema é objeto de repressão, o sofrimento muitas vezes é agravado por discursos que atravessam as decisões privadas e partem para a esfera pública. Dessa forma, é preciso analisar também o sofrimento psíquico das mulheres que optam pela interrupção, para além do físico. Essa foi mais uma novidade trazida no período analisado, já que mesmo em menor quantidade, algumas publicações sugeriram pensar a relação da saúde mental com o aborto.

Por fim, a análise das publicações ocorreu no ano de 2018, o mesmo em que o Supremo Tribunal Federal (STF) propôs uma audiência pública que durou três dias e teve como pauta a descriminalização do aborto. Portanto, ainda que as publicações sobre o tema não sejam relativamente numerosas, é esperado que o número até então apresentado tenda a crescer. Se nos anos anteriores os achados eram mais sutis, cada vez mais o tema vem sendo proposto, o que é fundamental para estabelecer um diálogo científico junto à sociedade.

## Referências

AGUIAR, I. Veja onde se faz mais abortos no Brasil, de acordo com o IBGE.

**Agência Patrícia Galvão**, [s.l.], 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3EiGtT9>. Acesso em: 15 set. 2018.

ALBUQUERQUE, A.; EVANS, D. P. Direito à saúde no Brasil, **SUR 17**, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3m9Rj7G>. Acesso em: 30 jul. 2018.

ALMEIDA, T. M. C.; BANDEIRA, L. M. O aborto e o uso do corpo feminino na política: a campanha presidencial brasileira em 2010 e seus desdobramentos atuais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 41, p. 371-403, 2013.

BARROSO, L. R.; BENVINDO, J. Z.; OSÓRIO, A. Developments in Brazilian constitutional law: the year 2016 in review. **International Journal of Constitutional Law**, Oxford, v. 15, n. 2, p. 495-505, 2017.

BIROLI, F. Autonomia, preferências e assimetria de recursos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 39-56, 2016.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Diário Oficial da União**: Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: <https://bit.ly/3mjHYZY>. Acesso em: 17 set. 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

BRASIL. **Aborto e saúde pública no Brasil: 20 anos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009.

CACIQUE, D. B.; PASSINI, R.; OSIS, M. Opinions, knowledge, and attitudes of health professionals on induced abortion: a review of Brazilian studies (2001-2011). **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 916-936, 2013.

CAMURÇA, M. A. A questão da laicidade no Brasil: mosaico de configurações e arena de controvérsias. **Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências Religiosas**, Belo Horizonte, v. 15, n. 47, p. 855-886, 2017.

CERQUEIRA-SANTOS, E. et al. Gravidez na adolescência: análise contextual de risco e proteção. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 72-85, 2010.

CORRÊA, S. Potências emergentes, **Sur** 20, [s.l.], 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2Zkjlml>. Acesso em: 20 set. 2018.

CORRÊA, S. Brazil: one of the abortion front lines. **Reproductive Health Matters**, Abington, v. 18, n. 36, p. 111-117, 2010.

CORRÊA, S. Entrevista: a categoria mulher não serve mais para a luta feminista. **Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 215-224, 2016.

CORRÊA, M. C. D. V.; MASTRELLA, M. Aborto e misoprostol: usos médicos, práticas de saúde e controvérsia científica. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 7, p. 1777-1784, 2012.

COSTA, A. L. Modern-day inquisition: a report on criminal persecution, exposure of intimacy and violation of rights in Brazil. **Sur**, Rochester, v. 10, n. 19, p. 175-192, 2013.

DARZÉ, O. I. S. P.; AZEVÊDO, B. K. G. Competências adquiridas durante a formação médica e as opiniões e atitudes sobre o aborto. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 5-9, 2014.

DINIZ, S. Materno-infantilism, feminism and maternal health policy in Brazil. **Reproductive Health Matters**, Abington, v. 20, n. 39, p. 125-132, 2012.

DINIZ, D. Estado laico, objeção de consciência e políticas de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, p. 1704-1706, 2013.

DINIZ, D.; CASTRO, R. O comércio de medicamentos de gênero na mídia impressa brasileira: misoprostol e mulheres. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 94-102, 2011.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, p. 959-966, 2010.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; MADEIRO, A. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 653-660, 2017.

DUARTE, G. A. *et al.* Aborto e legislação: opinião de magistrados e promotores de justiça brasileiros. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, n. 3, v. 44, p. 406-420, 2010.

FARIA, E. C. R. *et al.* Abortamento na adolescência: vivência e necessidades de cuidado. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 20-26, 2012.

FAÚNDES, A.; MIRANDA, L. Ethics surrounding the provision of abortion care. **Best Practice and Research: Clinical Obstetrics and Gynaecology**, Amsterdam, v. 43, p. 50-57, 2017.

FAÚNDES, A.; DUARTE, G. A.; OSIS, M. J. D. Conscientious objection or fear of social stigma and unawareness of ethical obligations. **International Journal of Gynecology and Obstetrics**, Hoboken, v. 123, supl. 3, p. 57-59, 2013.

FERNANDES, K. G. *et al.* Knowledge of medical abortion among Brazilian medical students. **International Journal of Gynecology and Obstetrics**, Hoboken, v. 118, supl. 1, p. 10-14, 2012.

FONTES, M. L. A. O enquadramento do aborto na mídia impressa brasileira nas eleições 2010: a exclusão da saúde pública do debate. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 7, p. 1805-1812, 2012.

GOMES, E. C.; MENEZES, R. A. Diferentes perspectivas sobre aborto y gestión de la muerte en Brasil: posiciones religiosas y del discurso médico. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 28-48, 2015.

HELENO, M. G. V. Adaptive efficacy of women with history of induced and spontaneous abortion in a human reproduction ambulatory. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 3, p. 33-41, 2010.

LE MOS, A.; RUSSO, J. A. Profissionais de saúde e o aborto: o dito e o não dito em uma capacitação profissional em saúde. **Interface**, Botucatu, v. 18, n. 49, p. 301-312, 2014.

LUCCHETTI, Giancarlo *et al.* Medical students and controversial ethical issues: results from the multicenter study SBRAME. **BMC Medical Ethics**, Basingstoke, v. 15, n. 1, p. 1-8, 2014.

LUNA, N. O direito à vida no contexto do aborto e da pesquisa com células-tronco embrionárias: disputas de agentes e valores religiosos em um estado laico. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 71-97, 2013.

LUNA, N. Aborto no Congresso Nacional: o enfrentamento de atores religiosos e feministas em um Estado laico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 14, p. 83-109, 2014.

MACHADO, M. D. C. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 7, p. 25-54, 2012.

MACHADO, L. Z. O aborto como direito e o aborto como crime: o retrocesso neoconservador. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, e17504, 2017.

MADEIRO, A. P.; RUFINO, A. C. Maus-tratos e discriminação na assistência ao aborto provocado: a percepção das mulheres em Teresina, Piauí, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, p. 2771-2780, 2017.

MELO, E. A.; SANCHES, M. A. A Evangelium Vitae e a dignidade do embrião humano. **Revista Pistis e Praxis: Teologia e Pastoral**, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 575-596, 2015.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F.; MARIANO, R. O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 230-260, 2017.

MIKAEL-SILVA, T.; MARTINS, A. M. A legalização do abortamento no discurso do jornal Folha de São Paulo (2011-2014). **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 3, p. 991-1007, 2016.

MITCHELL, E. M.; HEUMANN, S.; ARAUJO, A. et al. Brazilian adolescents' knowledge and beliefs about abortion methods: a school-based internet inquiry. **BMC Women's Health**, New York, v. 14, n. 27, 2014.

MITRE, M.; REIS, B. P. W. Science and politics in the regulation of human embryonic stem-cell research in Brazil. **Social Science Information**, London, v. 54, n. 1, p. 3-22, 2015.

NONNENMACHER, D. et al. Abortion: a review of women's perception in relation to their partner's reactions in two Brazilians cities. **Revista Da Associação Médica Brasileira**, v. 60, n. 4, p. 327-334, 2014.

PEREIRA, V. D. N. et al. Abortamento induzido: vivência de mulheres baianas. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. 4, p. 1056-1062, 2012.

PITILIN, E. B. et al. Nursing care in situations of induced/caused abortion: an integrative literature review. **Enfermería Global**, Madrid, v. 15, n. 3, p. 439-479, 2016.

PORTO, R. M.; SOUSA, C. H. D. Percorrendo caminhos da angústia: itinerários abortivos em uma capital nordestina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 593-616, 2017.

RAMOS, J. S. Toma que o aborto é teu: a politização do aborto em jornais e na web durante a campanha presidencial de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 7, p. 55-82, 2012.

RENNÓ, L. R.; AMES, B. PT no purgatório: ambivalência eleitoral no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 1-25, 2014.

RUIBAL, A. M. Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contramobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 14, p. 111-138, 2014.

SANTOS, V. C. et al. Criminalização do aborto no Brasil e implicações à saúde pública. **Revista Bioética**, v. 21, n. 3, p. 494-508, 2013.

SANTOS, A. P. V. et al. Factors Associated with Abortion in Women of Reproductive Age. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**. São Paulo, v. 38, n. 6, p. 273-279, 2016.

SANTOS, D. L. A.; BRITO, R. S. Sentimentos de mulheres diante da concretização do aborto provocado. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 5, p. 1-5, 2016.

SELL, S. E. et al. Reasons and meanings attributed by women who experienced induced abortion: an integrative review. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 502-508, 2015.

SILVA, D. V. R.; FLORA, M. C. A religião e o discurso de mulheres sobre o abortamento. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 23, n. 1, p. 196-196, 2010.

UBEROI, D.; GALLI, B. In pursuit of a balance: the regulation of conscience and access to sexual reproductive health care. **Human Rights Review**, Berlin, v. 18, n. 3, p. 283-304, 2017.

VIEIRA JÚNIOR, L. A. M. Os debates em torno da ilegalidade do aborto: da luta pela autonomia reprodutiva feminina à esfera legal dos projetos de leis. **Revista Tempo e Argumento**, Santa Catarina, v. 6, n. 11, p. 423-460, 2014.

VILLELA, W. V.; MONTEIRO, S. Gênero, estigma e saúde: reflexões a partir da prostituição, do aborto e do HIV/aids entre mulheres. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, DF, v. 24, n. 3, p. 531-540, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Safe abortion**: technical and policy guidance for health systems. Geneva: World Health Organization, 2003.

ZORDO, S. Representações e experiências sobre aborto legal e ilegal dos ginecologistas-obstetras trabalhando em dois hospitais maternidade de Salvador da Bahia. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 7, p. 1745-1754, 2012.

ZORDO, S. The biomedicalization of illegal abortion: the double life of misoprostol in Brazil. **História, Ciências, saúde**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 19-36, 2016.

Recebido em agosto de 2020.

Aprovado em julho de 2021.

## VISIBILIDADE E POLÍTICA NA PEÇA O EVANGELHO SEGUNDO JESUS, A RAINHA DO CÉU

Muriel Emídio Pessoa do Amaral<sup>1</sup>

Renata Aparecida Frigeri<sup>2</sup>

Karol Natasha Lourenço Castanheira<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo investiga os conceitos de “político” e “visibilidade” propostos por Hannah Arendt pelas práticas sociais que se colocam como expressão de luta de corpos que operam às margens da estrutura de poder. Como objeto de análise, recorre-se à peça teatral *O Evangelho segundo Jesus, a Rainha do Céu*, que discute o retorno de Jesus no corpo de uma mulher transexual. A composição do elenco e o enredo da peça levaram a embates que se reverberaram não somente entre grupos religiosos, mas também em posições jurídicas, que insistem ainda na manutenção de uma norma de gênero. O pensamento de Arendt oferece base teórica e metodológica de reconhecimento e participação social que discutem e compreendem a política como movimentos arquitetados para o bem comum e ações que deveriam ser empreendidas para valorizar a coletividade.

**Palavras-chave:** Peça teatral; Visibilidade; Político; Gênero.

**Abstract:** This article investigates the concepts of politics and visibility for the social practices used as an expression of the struggle of bodies that operate on the margins of the power structure, as proposed by Hannah Arendt. To this end, this study analyzes the play *Evangelho segundo Jesus, a Rainha do Céu*, which discusses the return of Jesus in the body of a transsexual woman. Both the cast and the plot led to clashes that reverberated not only among religious groups, but also in legal positions that insist on maintaining gender norms. Arendt’s thought provides a theoretical and methodological basis for recognition and social participation that discusses and understands politics as movements designed for the common good and actions that should be undertaken to value the community.

**Keywords:** Theater play; Visibility; Political; Genre.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional.

1 Doutor em Comunicação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil. E-mail: murielamaral@yahoo.com.br. Orcid: 0000-0003-3069-6697

2 Doutora em Comunicação, Universidade Unopar Pitágoras, Brasil. E-mail: renatafrigeri@gmail.com. Orcid: 0000-002-5580-225X

3 Doutora em Comunicação, Universidade Estadual de Minas Gerais, Brasil. E-mail: karol.castanheira@uemg.br. Orcid: 0000-0002-0337-6084



## Introdução

A intenção desse artigo é utilizar os conceitos de política e visibilidade desenvolvidos por Hannah Arendt (1983, 2001a, 2001b, 2001c, 2015), em diálogo com outros autores, tendo como objeto de pesquisa a peça de teatro *O Evangelho segundo Jesus, a Rainha do Céu*, dirigido pela argentina Natalia Mallo, para o reconhecimento da sexualidade como ação política. Trazer as contribuições de Arendt sobre os estudos de gênero pode ser um novo caminho epistemológico que se trilha na intenção de enriquecer os diálogos transversais com outras áreas do conhecimento.

A peça é inspirada no texto da escritora inglesa transexual Jo Clifford. A estreia nacional do espetáculo foi realizada em Londrina-PR, em agosto de 2016, onde aconteceram manifestações contrárias à apresentação por parte de entidades religiosas e parcelas conservadoras da sociedade; tais grupos organizaram protestos em redes sociais e no dia da estreia. Além da apresentação na cidade paranaense, a peça foi censurada em outros locais, como foi o caso da apresentação em Jundiáí-SP, onde foi proibida judicialmente em 2017. No mesmo ano, em Porto Alegre-RS, também houve a tentativa de veto, mas a ação não foi acatada judicialmente. Em 2018, o espetáculo novamente foi alvo de censura e, devido a pressões por parte de grupos religiosos, foi retirada da programação do 28º Festival de Inverno de Garanhuns-PE.

O enredo de *O Evangelho segundo Jesus, a Rainha do Céu* apresenta passagens bíblicas conhecidas, como a tentativa de apedrejamento à mulher adúltera, em que Cristo afirma que quem não tiver nenhum pecado deve atirar a primeira pedra; e a Santa Ceia que Jesus com seus apóstolos que celebram sua última refeição em vida – na encenação dessa passagem são distribuídos à plateia pedaços de pão e copos de vinho em menção à cerimônia.

A partir do conceito de político e de visibilidade de Hannah Arendt (1983, 2018), investiga-se em que medida a peça em questão se posiciona a fim de reivindicar para si e para os outros a possibilidade de reconhecimento e participação social dos grupos diversos – condição fundamental do desenvolvimento da *polis* – e as ações que visam à marmorização do estereótipo como forma de representação e sentido aniquilam o reconhecimento político e fomentam movimentações de violência. Mesmo Arendt não abordando a relação com política e sexualidade, Butler (2017) complementa a ideia de Arendt sobre visibilidade e política pela expressão dos corpos, ou seja, os corpos podem ser vistos e reconhecidos socialmente pelo viés do gênero, identidade ou gênero.

Este entendimento sobre ação também é contemplado por Arendt (1983) para compreender a estética. A autora, que faz referência ao pensamento de Kant sobre estética, traz à tona a qualidade de juízo e de gosto, ou seja, o ser humano apresenta pela razão a qualidade de atribuir o juízo. Todavia, sob seu olhar, o juízo não pode perder o horizonte da ação política e contemplar também o diverso *cogito*, isto é, a envergadura que admira a pluralidade de posicionamentos. Assim o juízo não está fora do esquadro político idealizado por Arendt e encontra-se na capacidade de diálogo.

O julgo, o que inclui a concepção das artes e da estética, para Arendt, sob a pena de Lafer (2018), é a abertura da mentalidade, é pensar no lugar da outra pessoa e tornar essa condição uma ação política, a despeito das diferenças. Como aponta o autor parafraseando Arendt, “não se supõe que você deva sentir como elas [outras pessoas] sentiram, mas imaginar, pelo conhecimento, os sentimentos, os pensamentos etc. como você teria sentido, pensando” (LAFER apud ARENDT, 2018, p. 68).

Em Londrina, a peça causou polêmica basicamente por dois motivos: o primeiro deles foi porque quem deu vida ao personagem de Cristo foi Renata Carvalho, atriz transexual; além disso, a peça seria encenada dentro da capela que a Universidade Estadual de Londrina (UEL), parceira do evento que organizou a apresentação<sup>4</sup>, mantém no campus. Mesmo não sendo uma construção para contemplação religiosa, mas uma réplica reduzida da primeira catedral da cidade, o projeto da capela foi estruturado para fins arquitetônicos e patrimoniais históricos. De qualquer forma, as manifestações contrárias à apresentação alegaram atitudes ofensivas e abusivas à moral cristã pela escolha do local e pela interpretação do papel principal ser realizado por uma transexual.

A exibição não aconteceu na réplica da capela, mas em um dos auditórios da universidade – o que, por um lado, foi prejudicial devido à intenção da produção do espetáculo, mas, por outro, arrebanhou mais público por ser um espaço maior, o que garantiu também um dia a mais de exibição para além daqueles previstos na programação do evento. Durante a apresentação, que mescla tons de militância em nome da comunidade LGBT, humor, sensibilidade e seriedade, a atriz encena a história sacra dos cristãos associada aos temas dos dias atuais, como o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff (ocorrido na mesma época da estreia da peça) e os assassinatos de travestis na cidade de Londrina, que ficaram sem os devidos esclarecimentos.

---

4 A peça fez parte da programação do 48º Festival Internacional de Teatro de Londrina (Filo) de 2016 que, entre vários parceiros, contou com o apoio da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e outras instituições.

## Política e visibilidade

É importante ressaltar, antes de descrever os conceitos de visibilidade e política desenvolvidos por Arendt, que os gêneros são, segundo Lauretis (1994), tecnologias. Amparada em Michel Foucault, a autora menciona que os gêneros, tanto o masculino quanto o feminino, podem ser tecnologias, porque se movem enquanto categorias que empenham ação no meio social e porque são construídos enquanto discursos e linguagens que ora podem libertar, ora refratar suas manifestações. Assim, as manifestações de religiosidades são gentrificadas, como sugere Lauretis, por não contemplar representações fora de linhas definidas de signos masculinos e femininos ou do binarismo homem/mulher, entretanto, coube às artes esgarçar essas fronteiras e contemplar a pluralidade como modo de representação.

Proibir, cercear ou limitar a visibilidade de grupos ou indivíduos, na visão de Hannah Arendt (1983, 2018), não integram ações dentro da esfera política, e essa concepção foi o leme para analisar a peça em questão. De acordo com a autora, que dissertou sobre os regimes autoritários e totalitários da Alemanha nazista e da antiga União Soviética, as organizações e grupos que prezam por atitudes no sentido de restringir a ação de outros grupos ou indivíduos não podem ser consideradas como políticas justamente por obstruir e obscurecer a visibilidade e os modos de representação. No entendimento da autora, a política é possível a partir do momento em que há a participação coletiva para o debate acerca das providências da pólis:

O que faz do homem um ser político é sua faculdade para a ação; ela o capacita a reunir-se a seus pares, agir em concerto e almejar objetivos e empreendimentos que jamais passariam por sua mente, deixando de lado os desejos de seu coração, se a ele não tivesse sido concedido esse dom – o de aventurar-se em algo novo. (ARENDR, 2001, p. 59).

Para a autora, ações políticas só podem ser reconhecidas enquanto manifestações de liberdade justamente pela possibilidade de visibilidade que o sujeito apresenta, o que também gera a qualidade do mundo comum, ou seja, o *sensu comum*. Esse conceito não deve ser compreendido como a redução de valores e sentidos rasos, mas na atuação e representatividade em comum proposta pela coletividade. Como Arendt apresenta, a liberdade é “o motivo por que os homens convivem politicamente organizados. Sem ela, a vida política como tal seria destituída de significado. A *raison d’être* da política é a liberdade e “seu domínio de experiência é a ação” (ARENDR, 2001c, p. 192). A liberdade está associada à prática de fazer

política que, por sua vez, está envolvida com as qualidades públicas da vida em coletividade; não tem como conceber o sentido de política dissociado da intenção de liberdade e da esfera pública:

A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer. O que torna tão difícil suportar a sociedade de massa não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o fator fundamental; antes, é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las. [...] o termo “público” significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. (ARENDRT, 1983, p. 62).

A autora apresenta que deveria haver linhas bem firmes para compreender o que seria público, que diz respeito à ação política, e privado, que diz respeito à vida metabólica, em que as questões políticas não são contempladas. No entendimento arendtiano, a sociedade de massa seria um fator complicador para o fortalecimento político, uma vez que favorece a perda identitária enquanto força política, para além da organização da sociedade de massa. Nesse contexto, os enfrentamentos de cunho privado que são postos no espaço público como legítimos para debate político, que também enfraquecem o espaço público e a ação política.

Por esse posicionamento, encontramos o primeiro gargalo acerca da ação política tendo como referência a peça em tela. Mesmo antes da apresentação, o espetáculo sofreu intenção de silenciamento. As cenas da peça são representações de passagens bíblicas em interface ao cotidiano discriminatório que algumas travestis e transexuais enfrentam, como foi o caso da mulher adúltera, escorraçada em público aos olhos de Cristo no Monte das Oliveiras. Na encenação dessa passagem, a atriz convoca todos a refletir sobre seus deslizes e pecados, semelhantemente à passagem bíblica. Todavia, em tom de ironia, após o arrependimento dos populares, que não apedrejaram a mulher, ela profetiza “Vamos, irmã, levante-se. E vamos tentar não pecar mais” e sai saltitante com uma bolsa em punho. Gostar ou não da peça não perpassa o âmbito político, mas as intenções privadas que não deveriam ser debatidas no espaço público, uma vez que não contribui para a ação política.

Na percepção de Arendt, as questões apresentadas no plano privado não seriam contempladas no âmbito público ou político, pois dizem respeito apenas à qualidade individual. Para ela, a privatividade é:

[...] o plano no qual as necessidades da vida, da sobrevivência individual e da continuidade da espécie eram atendidas e garantidas. Uma das características da privatividade, antes da descoberta da intimidade, era que o homem existia na esfera não como um ser verdadeiramente humano, mas somente como exemplar da espécie humana. (ARENDRT, 1983, p. 55).

Dentro do espaço político, não caberia a defesa pelas preferências pessoais ou as paixões narcísicas. De acordo com Correia (2014), os movimentos privados provocam a retenção da ação política a âncoras frágeis de representação pública e política, além de promoverem a confluência entre aquilo que é privado e público, o que causa o isolamento pela vitória das questões privadas frente aos assuntos políticos:

Os interesses privados adquirem relevância pública, ou, mais propriamente, o privado e o público dissolvem-se no coletivo, no qual não se espera por ação, mas por comportamentos, na medida em que se impõem inúmeras e várias regras, todas elas tendentes a “normalizar” os seus membros, a fazê-los comportarem-se, a excluir a ação espontânea ou façanha extraordinária. Assim, para Arendt esse gênero moderno de igualdade redundava necessariamente em uniformidade, na medida em que se baseia no conformismo constitutivo da sociedade. [...] ou seja, somos condicionados pelo processo vital biológico a realizar as atividades do trabalho e do consumo, abandonados no âmbito da estrita privatividade das funções corporais e do lar no qual a vida é o bem supremo. Presidida por uma temporalidade cíclica tipificada no incessante metabolismo com a natureza, no ciclo de esgotamento e regeneração, atividade do trabalho não humaniza. (CORREIA, 2014, p. 87-88).

Segundo Arendt, conceber a vida pelo viés privado como sinal de pertencimento social e participação política promove a desintegração do espaço público, pois, em vez de sugerir a articulação em prol de ações políticas que prezam pelo senso comum, a desintegração suscita posições de isolamento, afastamento e atomização dos sujeitos da vida pública e a semelhança com a vida de qualquer animal. Pelo pensamento da autora, essa proposta de movimentação social agride de modo considerável a *res publica*, ou seja, a coisa pública, a organização política que evidencia o diálogo e a discussão. Por essa linha de compreensão, as manifestações privadas quando evidentes no espaço político trazem à tona também paixões que são utilizadas como fundamentos para ações políticas. As paixões de cunho privado não deveriam ser trazidas aos espaços públicos de discussão, pois estão associadas a intenções de valores narcísicos e individuais ou

determinados grupos. Esse pensamento fundamenta a intenção de censura da peça, seja por meios jurídicos, seja pela manifestação de determinados grupos ou sujeitos.

A reflexão apresentada tece posicionamentos com a intenção de acreditar que a visibilidade se torna uma ação política e os movimentos ausentes que prezam pelo aniquilamento de visibilidade interferem de modo significativo na organização política. A peça de teatro em questão se torna política na intenção de oferecer visibilidade a sujeitos, corpos e enredos que são abafados, negligenciados e invisibilizados por uma questão de ordem conservadora. Na medida em que a peça preza pela visibilidade e liberdade de sujeitos e conceitos que muitas vezes se tornam ao limbo do reconhecimento social, há forças contrárias para que essas considerações permaneçam alheia à visibilidade. Assim, pelo posicionamento de Butler (2017), as transexuais, travestis e pessoas com outras identificações de gênero que não fossem contempladas pela heteronormatividade compõem um dos estratos da sociedade descartável, ou seja, sujeitos e grupos que não têm legitimidade ou visibilidade política.

Em outra perspectiva, Rubin (2017), amparada em Michel Foucault, acredita que há uma espécie de estratificação da sexualidade e dos sexos em que no topo dessa hierarquia há as manifestações heterocêntricas e monogâmicas, consideradas socialmente como sendo “‘boa’, ‘normal’ e ‘natural’ [...] Qualquer forma de sexo que viole essas regras é ‘má’, ‘anormal’ ou ‘não natural’” (RUBIN, 2017, p. 85, grifo nosso). As representações desviantes desse padrão ferem as manifestações supostamente ditas como “saudáveis”, “boas” ou “normais” e, assim, são dignas de ortopedia social ou rechaço social. Em grande medida, a personagem da peça fere a liturgia dos corpos e do poder, entretanto, mesmo sendo alvo de violência, os corpos dissidentes dos valores heteronormativos oferecem resistências e luta dentro dos espaços sociais para reconhecimento político (BUTLER, 2019).

A presença de uma transexual em um enredo teatral não pode ser suficientemente forte para ser considerada imoral a ponto de a peça ser censurada, todavia, há o movimento maior de aniquilar as representações que fogem do esquadro de poder pela heteronormatividade. Considerar a condição do *outro* pelo viés da norma conservadora não contribui para o debate das questões políticas, bem como proibir a apresentação da peça sob o argumento da moral cristã não engrandece a *res publica* e os alicerces políticos de discussão.

Além de Londrina, houve a intenção judicial de proibir a apresentação da peça em Jundiáí, interior de São Paulo, sob a alegação ser “um ato desrespeitoso e de extremo mau gosto”, mesmo quando a peça não tinha sido exibida na cidade. A decisão judicial de três páginas começa a ser descrita com a função que o juiz tem de tomar tal decisão, segundo o artigo 300 do Código de Processo Civil e reflexões de juristas sobre a atitude do juiz nesse caso. Na liminar, o magistrado alega que:

De fato, não se olvide da crença religiosa em nosso Estado, que tem Jesus Cristo como o filho de Deus, e em se permitindo uma peça em que este homem sagrado seja encenado como um travesti, a toda evidência, caracteriza-se ofensa a um sem-número de pessoas. Não se trata aqui de imposição a uma crença e nem tampouco a uma religiosidade. Cuida-se na verdade de impedir um ato desrespeitoso e de extremo mau gosto, que certamente maculará o sentimento do cidadão comum, avesso à (sic) esse estado de coisa [...] Vale dizer, não se pode produzir uma peça teatral de um nível tão agressivo, ainda que a entrada seja franqueada ao público. [...] não se pode admitir a exibição de uma peça com um baixíssimo nível intelectual que chega até mesmo a invadir a existência do senso comum, que deve sempre permear por toda a sociedade. (JUNDIAÍ, 2017, p. 19-20).

Pela reflexão de Adverse (2019)<sup>5</sup>, a recorrência aos processos judiciais, como a decisão sobre a exibição da peça, colabora para movimentações antipolíticas, uma vez que a judicialização está envolvida a um poder com certas emaranhadas, pois, além de estar relacionada à moralização (movimento refratário à ordem de pensamento em comum), também está à tecnicização (excesso de burocratização). Para o autor, a judicialização “não elimina a arbitrariedade (como, de fato, não o faz), ao menos reforça a impressão de que a vontade do juiz não é outra coisa a não ser a manifestação do sentido dessas mesmas regras (logo, ela seria despolitizada)” (ADVERSE, 2019, p. 78), ou seja, nem sempre há parâmetros não perpassam a condição política para a formulação da sentença.

Qual seria a definição de *agressivo* ou *baixíssimo nível intelectual*, como aponta a sentença proferida pelo magistrado, sendo que a peça não tinha sido exibida na cidade? O que leva pessoas a se mobilizarem para o silenciamento de atitudes e comportamentos que operam fora da qualidade

---

5 O autor se apoiou nas considerações de Andreas Schedler apresentadas no livro *O fim da política: Explorações sobre a antipolítica moderna* (tradução nossa), em que este apresenta cinco movimentos antipolíticos, ou seja, para a destruição da ação políticas: derrisão, espetacularização, moralização, tecnicização e judicialização.

heteronormativa recorrer a instâncias judiciais? A fé religiosa e a aversão à diversidade sexual não deveriam ser compartilhadas no cenário político, tampouco travestidas sob a interferência da legalidade judicial para o impedimento da visibilidade e da participação política e pública. Nesse caso, as discussões públicas são tomadas por paixões ou preferências pessoais. Por essa movimentação, os grupos que prezam pelo silenciamento de determinados segmentos sociais não estabelecem diálogos ou estratégias de comunicação preconizados pela construção do senso comum, mas fomentam movimentos de violência.

A reivindicação política cede espaço às paixões de cunho privado, aquelas que não engrandece a coletividade e as discursões da pólis. A paixão empreendida nesse contexto não diz respeito àquilo que move sujeitos e grupos a agir em busca do envolvimento em comum, mas na intenção de defesa narcísica em movimentação arquitetada pelo medo do avanço de outros grupos e sujeitos que muitas se encontram em contextos de marginalização social. Isso não quer dizer que toda paixão seja de cunho privado e que as representações privadas nunca deverão ser compartilhadas no espaço político; como aponta Hannah Arendt (1983), o espaço político nasceu em concepções privadas e, a partir da necessidade de discussão pública, a demanda privada torna-se política.

A política é uma forma de comunicação, interface e convivência entre sujeitos, todavia, devido a operações individualistas, é rompida no cenário público por questões privadas. Nesse sentido, o espaço público tende a perder forças quando deleites desinteressados invadem a esfera política:

Ao comunicarmos nossos sentimentos, nossas satisfações e deleites desinteressados, explicitamos nossas escolhas e elegemos nossas companhias. A tentação de identificar deleite e satisfação exclusivamente com realizações pessoais ou com o concomitante contentamento material nas sociedades de consumo demonstra não só o empobrecimento da nossa capacidade de imaginar, mas o aniquilamento de nossa capacidade de ter aprazimento com algo que não traga consigo expectativas e interesses particulares. (ASSY, 2016, p. 49).

O pensamento de Assy cabe para a reflexão sobre a proibição da peça de teatro uma vez que as intenções que moveram a censura teatral não competem à esfera política, mas às amarras sobre as sexualidades fora do heteronormatividade, da diversidade sexual e do enfrentamento dos tabus e signos da moral religiosa. Por esse viés é que se instauram movimentos



de violência e que são interpretados como naturais pelos procedimentos e simbolização da cultura como a intenção de tornar invisíveis sujeitos pertencentes à heteronormatividade.

### **Corpo, política, visibilidade e violência**

Sob outro viés, a tentativa de silenciar a peça também pode ser analisada pela visibilidade do corpo. A necessidade de patologizar, esquadrihar, categorizar as sexualidades que operam fora do esquadro da dita normalidade moralmente convencionada foi uma das intenções dos preceitos positivistas das áreas da saúde, judicial, médicas e pedagógicas que começaram a ser propagadas no final do século XVIII e se estenderam pelos tempos a seguir e ainda se faz presente em alguns momentos. As homossexualidades e transexualidades e outras práticas eróticas ou expressões de desejos seriam refutadas no meio social por uma questão de poder, no entendimento de Michel Foucault (2012), ao reconhecer que essas práticas, identidades e sexualidades não seriam interessantes aos códigos produtivos de capital, ao sistema econômico de produção e aos modos reprodutivos da espécie humana seriam alvos de interferência de poder. Assim, as passagens de “Evangelho segundo Jesus, rainha do céu” acompanharam esse sentido.

Apontar que uma travesti não é apta a encenar a peça é limitar o julgamento dentro de questões infrutíferas à política, ainda mais que a peça não apresenta cenas de vulgarização às figuras e acontecimentos bíblicos. A única mais passagem mais explícita é quando a atriz faz a exposição de seus seios em uma cena, em meio ao jogo intenso de luzes claras e escuras, quando simula que está em uma boate, para relatar a objetificação e fetichização do corpo das travestis e a marginalidade em que muitas vivem. Nesse trecho, a peça fez uma ponte entre a situação das travestis e as passagens em que Cristo também foi alvo de preconceito na intenção de evangelização.

Retornando ao valor de julgo de Arendt, a estética como ação política não se concretiza na recepção da peça, até porque os julgamentos foram tecidos antes da exibição, sinal da ausência de pensamento político e de diálogo. Os julgamentos foram desprovidos da intenção de refletir sobre a condição do *outro* e perceber a condição do *outro* no espaço político via reconhecimento e pertencimento social.

As críticas direcionadas à peça mantêm o viés conservador da manutenção das representações das sexualidades e gênero. A necessidade de

permanência dos signos heteronormativos, inclusive nas representações teatrais, se torna um gesto de violência, pois promove a intenção de silenciamento daquilo que foge à regra dos discursos e práticas de vigor e anula a diversidade de representações. Os movimentos contrários ao espetáculo ficaram retidos nas propostas conservadoras e arcaicas ao considerar abjeto ou imoral a diversidade sexual para a grandeza do espaço público.

Por esse caminho que, sob a luz dos mais radicais conceitos do positivista progressista, Richard von Krafft-Ebing esmiuçou e estudou a sexualidade humana e escreveu, no final do século XIX, entre 1886 e 1894, a obra *Psychopathia sexualis*, que teve versões revisadas ao longo dos anos para descrever as patologias de cunho sexual. O autor quis apontar que algumas manifestações fossem consideradas acidentes de percurso da natureza humana. Elisabeth Roudinesco (2008) acredita que a intenção dessa prática em séculos anteriores teve como propósito:

[...] dar um fundamento antropológico ao sexo e ao crime sexual e fundar uma separação radical entre uma sexualidade considerada “normal”, na qual devem encontrar sua base a saúde, a procriação e a restrição do prazer, e uma sexualidade considerada “perversa”, que se situa ao lado da esterilidade, da morte, da doença, da inutilidade e do gozo. (p. 82-83).

A ciência naquele período se reservou também ao papel de agenciar distinção social travestida de ação política. A construção do conhecimento acerca das sexualidades foi edificada com a intenção de diligenciar hierarquias sociais, seja para estruturar a influência do discurso científico como dispositivo de poder ou reafirmar a intenção de invisibilidade de determinados indivíduos na sociedade. De alguma forma, a censura à peça em questão também perpassa esses valores. Ao estipular os discursos que podem ter o aval de circulação no espaço público, ainda mais pelo teor de uma suposta normalidade, é um ato de violência. O movimento de conter a apresentação da peça não deixa de ser manifestação de violência construída legalmente para preservar as estruturas já consolidadas sob dois aspectos. Primeiramente, a seleção dos discursos que podem se tornar públicos para serem vistos e, secundamente, a intenção de perpetuar a discriminação pelo corpo e pela sexualidade.

O corpo e a sexualidade são entidades políticas na medida em que são arquitetados para promover visibilidade, inclusive os sujeitos pertencentes à estética *queer*, que é afirmada pela flexibilização dos parâmetros

identitários. No desafio das estruturas, tão amarradas e estanques, a estética *queer* despressuriza os cânones da identidade fixa e oferece a visibilidade à diversidade sexual e participação política, como apresentado na peça.

A estética *queer* preza pela ausência de delimitações firmes das identidades e gêneros, além de não ser regida pelos preceitos da biologia nem por códigos sociais previamente estabelecidos para categorizar os corpos, as subjetividades e os desejos. Vertente dos Estudos Culturais, a estética *queer* apresenta-se como uma proposta pós-estrutural acerca das sexualidades e identidades que não as compreende como sendo resultados pragmáticos, mas enquanto força performativa de discursos e linguagens. Pela perspectiva de Barker e Jane (2016), Butler, uma das pensadoras *queer*, as categorias identitárias são ficções que são utilizadas como estratégias de força de representação e que podem ser questionadas, enquanto movimento de poder, e clamadas por visibilidade e métodos de representação. Devido aos caminhos trilhados por forças de influência, a heterossexualidade foi concebida como potência reguladora da vida dita normal pelos padrões vigentes e pelos códigos morais, por esse modo que:

É no curso desse cultivo regulador da vida que a categoria do sexo é estabelecida. Naturalizado como heterossexual, ele é desenhado para regular e assegurar a reprodução da vida. Ter um sexo verdadeiro com um destino biológico e uma heterossexualidade natural torna-se assim essencial para a meta do poder, agora entendido como reprodução disciplinar da vida. (BUTLER, 2008, p. 92).

Em outras passagens, quando o debate envolve as sexualidades e os movimentos de liberdade, Butler (2017) se parece aos posicionamentos de Arendt acerca da intenção de articular visibilidade de expressão no espaço público. Butler avança o pensamento de Arendt ao dizer que a liberdade é sim política e proveniente da liberdade pública, o que deve incluir também de liberdade corpórea, isto é, da liberdade da performatividade do corpo que não se limita a espaços privados, tampouco seriam rechaçados quando expostos nos espaços públicos. A proibição de exibição da peça fere essa condição primordial da liberdade e da política. Por isso que Butler afirma que:

[...] quando os corpos se reúnem com a finalidade de expressar sua indignação e representar sua existência plural no espaço público, estão impondo demandas maiores, amplas: estes corpos solicitam que os reconheça, que os valores, ao tempo que exerçam seu direito de aparição, sua liberdade clamem uma vida vivível. [...]

A performatividade do gênero presume um campo de aparição para o gênero e um marco de conhecimento que permite a ele mostrar suas diversas formas; e como esse campo está regulado por normas de reconhecimento que são hierárquicas e excludentes, a performatividade de gênero está ligada às distintas maneiras em que os sujeitos podem chegar a ser reconhecidos. O reconhecimento de um gênero depende basicamente de que haja uma modalidade de presença para esse gênero, uma condição para aparecer; é o que podemos denominar seu meio ou seu modo de presença. (BUTLER, 2017, p. 33-45, tradução nossa)<sup>6</sup>.

Arendt não distingue a possibilidade de organizar o espaço político sem dissociar da condição de apresentar questões ao espaço público que, no entendimento dela, é a capacidade de diálogo e comunicação em que não são levadas em consideração posicionamentos referentes ao espaço privado, mas promove visibilidade. Essa intenção proposta por Arendt seria interessante na apreciação da peça em tela. Os gostos, as preferências e as paixões poderiam ser expressas não no espaço político, enquanto uma qualidade de moral de referência, mas na condição privada, na qual não há a proposta de visibilidade pública. O entendimento que Arendt estabelece dentro do campo privado diz respeito justamente aos pontos que não dizem respeito ao bem-comum com ações de coletividade, nas quais o sujeito é privado da questão política. Como aponta Vera Telles, apoiada nos preceitos de Arendt:

[...] a dissolução desse espaço público significa a perda de um “mundo comum” que articula os homens numa trama visível feita por fatos e eventos tangíveis [...] no seu acontecimento e que se materializa na comunicação intersubjetiva, através da qual as opiniões se formam e os julgamentos se constituem. Nesse caso, a dissolução do espaço público significa mais do que a perda de um espaço comum entre os homens. Pois essa perda significa também a dissolução do “senso comum”. (1990, p. 4).

Ao contrário da movimentação política que preza pelo diálogo e pela comunicação como alicerces para o estabelecimento e concretização do espaço público, “a violência é regida pela essência de se propor a alguma

6 “[...] cuando los cuerpos se reúnen con el fin de expresar su indignación y representar su existencia plural en el espacio público, están planteando a la vez demandas más, amplias: estos cuerpos solicitan que se los reconozca, que se los valore, al tiempo que ejercen su derecho a la aparición, su libertad reclaman una vida vivible [...] La performatividad de género presume un campo de aparición para el género y un marco de reconocimiento que permite a este mostrarse en sus diversas formas; y como ese campo está regulado por normas de reconocimiento que son jerárquicas y excluyentes, la performatividad de género está por lo tanto ligada a las distintas maneras en que los sujetos pueden llegar a ser reconocidos. El reconocimiento de un género depende básicamente de que haya una modalidad de presentación para ese género, una condición para su aparecer; es lo que podemos denominar su medio o su modo de presentación”.

finalidade, é racional na medida em que for eficaz para alcançar o fim que a deve justificar [...] quando agimos, nunca sabemos exatamente as consequências eventuais” (ARENDT, 2001a, p. 149). Por essa passagem, é possível reconhecer que a proibição da peça se torna sintoma da ineficiência de articular o mundo em comum e a imposição do silenciamento como estratégia para dismantelar o espaço político. Em outro posicionamento, Arendt (2015) acredita que a violência “não estimula causa, nem história nem revolução, nem progresso nem reação; mas serve para dramatizar ressentimentos e trazê-los ao conhecimento do público” (p. 149), ou seja, são postas em cenário político para que possam ser justificadas enquanto atuação conjunta em nome da sociedade. Para a autora:

Como a violência – diferenciada de poder, força ou fortaleza – sempre necessita de *implementos*, como assinalou Engels tempos atrás, a revolução da tecnologia – uma revolução no fabrico de ferramentas – foi especialmente marcada na guerra. A essência da ação violenta é regida pela categoria meio-fim, que quando aplicada a questões humanas tem a característica de estar o fim sempre em perigo de ser sobrepujado pelos meios que ele justifica e que são necessários para atingi-lo. O fim da ação humana, em contraposição, aos produtos finais da produção, nunca pode ser previsto com segurança; deste modo frequentemente os meios utilizados para alcançar objetivos políticos são muitas vezes mais relevantes para o mundo futuro do que os próprios objetivos pretendidos. (ARENDT, 2015, p. 94).

Para além desse posicionamento, a violência se torna sintoma da deficiência de diálogo e pensamento político e reflexivo. A instrumentalização em análise do caso em questão se faz pelo recurso a leis, posicionamentos jurídicos e, principalmente, por discursos de ódio que circulam no espaço público. Como Arendt apresenta, “a violência aparece onde o poder<sup>7</sup> está em perigo, mas se a permitem seguir seus próprios caminhos, resulta no desaparecimento do poder [...] A violência pode destruir o poder, mas é totalmente incapaz de cria-lo” (2015, p. 132). Dessa maneira, o sentido de unificação provocado pela interferência da violência, na verdade, é sintoma de uma fantasia de uma reação de defesa narcísica, atitude que não é próspera na intenção de fomento de aspectos políticos.

---

7 O entendimento de poder, segundo Arendt, é diferente proposto de Judith Butler e Michel Foucault. Arendt acredita que poder é uma união enquanto orquestração em comum para a ação política, já Foucault ou Butler acreditam que o poder são influências de disputa e luta.

Essa reflexão vai ao encontro das percepções de Butler (2017) sobre a violência de gênero. No caso da proibição da peça, a censura, que inclui a manifestação de populares e a atuação jurídica, torna-se um ato de violência, bem como os atos de controlar e vigiar comportamentos e atitudes que prezariam pela visibilidade da diversidade sexual e sexualidades dissidentes:

Ninguém deveria ser criminalizado por mostrar seu gênero, e ninguém deveria ser ameaçado com uma vida precária em virtude da performatividade do gênero. E, mesmo assim, o feito de que toda pessoa deve ser protegida do assédio e a intimidade guardada de criminalização que possa ser objeto quando aparece em público evidenciando seu gênero, qualquer que seja este, não pode ser condição alguma sobre seu modo de aparição, ou sobre a questão que se deve efetivamente se mostrar em uma cena pública. [...] O que há de fazer visível é a própria injustiça que representa criminalizar a presença do gênero. [...] Se as minorias sexuais ou de gênero são criminalizadas pela forma de aparecerem como impõem suas demandas no espaço público, pela linguagem através da qual se entendem a si mesmas, pelo meios mediante aos quais expressam amor ou desejo, pelas pessoas com quem se aliam abertamente, pelas pessoas que escolhem como aliadas, amigas ou companheiras, ou por como exercitam sua liberdade corporal, então esses atos de criminalização, todos sem exceção, são violentos por si sós; e neste sentido, são, assim mesmo, injustos e criminosos. Vigiar e controlar a forma de gênero é um ato criminoso, um ato em virtude da qual as forças de ordem se convertem em criminosas, entre quem se vem expostos à violência a que são submetidos de forma desprotegida. [...] Quando exercitamos o direito de ser o gênero que somos ou que o aplicamos nas práticas sexuais que não faz mal a ninguém estamos exercitando nossa liberdade. (BUTLER, 2017, p. 31-62, tradução nossa)<sup>8</sup>.

A intenção foi de conter, restringir e limitar a espaços já estigmatizados as representações das transexualidades, bem como manter as formas conservadoras dos atores sociais a paradigmas sobre a sexualidade consolidados.

8 “Nadie debería ser criminalizado por mostrar su género, y nadie debería verse amenazado con una vida precaria en virtud de la performatividad de su género. Y, sin embargo, el hecho de que toda persona deba ser protegida frente ao acoso y la intimidación frente a la criminalización de que pueda ser objeto cuando aparece em público mostrando su género, cualquiera que sea este, no impone condición alguna sobre el modo de aparición, o sobre la cuestión de si efectivamente debe mostrarse uno em la escena pública. [...] Lo que hay que hacer visible es la propia injusticia que representa criminalizar la presentación del género. [...] Si las minorías sexuales o de género son criminalizadas por la forma en que aparecen, por cómo plantean sus demandas en el espacio público, por el lenguaje a través del cual se entienden a sí mismas, por los medios mediante los cuales expresan amor o deseo, por las personas con quienes se alian abiertamente, por las que escogen como allegados, amigos y compañeros, o por cómo ejercitan su libertad corporal, entonces estos actos de criminalización, todos sin excepción, son violentos em sí mismos; y en este sentido, son asimismo injustos y criminales. Vigilar y controlar de esta forma el género es um acto criminal, um acto em virtud del cual las fuerzas del orden se convierten em criminales, mientras que quienes se vem expuestos a la violencia quedan totalmente desprotegidos. [...] Cuando ejercitamos el derecho a ser el género que somos o a implicarnos em prácticas sexuales que no dañan a nadie, estamos sin duda ejercitando una de nuestras libertades”.

Além disso, é pertinente considerar como ferramentas contidas em sociedades democráticas como códigos legislativos, constituições e leis são consideradas também para promover a violência pela invisibilidade de corpos, sujeitos, subjetividades, desejos e sexualidades.

### Considerações finais

O cerceamento de visibilidade e representação fragmenta o espaço de discussões e a elaboração do espaço político. A tentativa de barrar a encenação da peça não é uma manifestação política, mas uma demonstração de violência, conforme aponta Arendt. Corpos, sexualidades e identidades são alvos de censura no ambiente em que as práticas de convivência e comunicação se encontram deterioradas, e tal realidade se torna preocupante quando há o usufruto de tecnologias democráticas para justificar a demanda de silenciamento. Jardim (2011), amparado nas posturas de Arendt, sugere que a ação política não se realiza no isolamento, mas na diversidade da teia que relação que é tecida, ele pontua que:

[...] as artes performáticas, como o teatro e a dança, seriam muito mais apropriadas para descrever a política do que qualquer das artes produtivas. O drama é a mais política das artes porque ele reproduz em cena, na pluralidade de vozes e de personagens, a pluralidade dos agentes que efetivamente participaram de uma situação ocorrida. [...] A encenação possibilita ao público, representado no teatro grego pelo coro, apreender o significado de determinado acontecimento. (JARDIM, 2011, p. 81-82).

A ideia do autor vai ao encontro das ideias apresentadas por Arendt e contemplam a peça analisada, visto que oferece pluralidade e diversidade ao espaço público e político. A proibição dentro das artes é recorrente em Londrina. Em 2017, a performance de Maikon K., intitulada de *DNA de Dan*, foi motivo de manifestação e revolta por parte de alguns segmentos sociais. Às margens do lago Igapó, um dos cartões postais da cidade, o artista ficou dentro de uma bolha plástica gigante besuntado em um material viscoso, após um tempo, a pasta secou, o que provocou a descamação, em alusão a uma forma de nascimento de grande parte dos animais da face da Terra. Mesmo com as devidas sinalizações no local e as informações contidas no site da organização do evento, o Festival de Dança de Londrina, houve quem foi ao local de apresentação na intenção de proibir a execução, o que ocasionou a chegada da polícia e a saída escoltada do artista pela organização do evento.

No mesmo ano, em Porto Alegre, as obras do *Queermuseu* também tiveram sua exibição proibida após o brado retumbante de grupos que consideraram que a exposição fazia apologia à pedofilia, à zoofilia e a outras práticas sexuais consideradas aversivas, intenção que não foi confirmada ao longo das apurações realizadas pelo Ministério Público. A exposição teve como propósito evidenciar não apenas a diversidade sexual, mas desejos e representações da sexualidade humana.

A peça *O evangelho segundo Jesus, rainha do céu*, bem como os demais exemplos apresentados nessa parte do texto, evidencia a intenção de promover a política dentro das percepções de Arendt, todavia, movimentos contrários afloraram de segmentos conservadores e promovem a violência, a fragilização do espaço político e a ausência de reconhecimento do diálogo em debates públicos. Por essas considerações que, na ausência de diálogo e comunicação, são abertas fendas profundas no cenário político que leva à promoção de violência de modo deliberado e renitente.

## Referências

ADVERSE, H. As formas antipolíticas. In: NOVAES, A. (org.). **A outra margem da política**. São Paulo: Edições Sesc, 2019. p. 63-84.

ARENDR, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.

ARENDR, H. **Sobre violência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001a.

ARENDR, H. **Compreensão e política e outros ensaios**. Lisboa: Relógio D'Água, 2001b.

ARENDR, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001c.

ARENDR, H. **A crise da República**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

ARENDR, H. **O que é política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

ASSY, B. **Ética, responsabilidade e juízo em Hannah Arendt**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

BARKER, C.; JANE, E. A. **Cultural studies: theory and practice**. London: Sage Publications, 2016.



BUTLER, J. Inversões sexuais. In: FRICHE PASSOS, I. C. **Poder, normatização e violência**: incursões foucaultianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 91-108.

BUTLER, J. **Cuerpos aliados y lucha política**: hacia una teoría performativa de la asamblea. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2017.

BUTLER, J. **Vidas precárias**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CORREIA, A. **Hannah Arendt e a modernidade**: política, economia e disputa por uma fronteira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. São Paulo: Graal, 2012.

JARDIM, E. **Hannah Arendt**: pensadora da crise e de um novo início. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 2011.

JUNDIAÍ. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Comarca/SP. **Liminar 1016422-86.2017.8.26.0309**. Requerente: Virginia Bossonaro Rampin Paiva; Requerido: Serviço Social do Comércio – Sesc. Jundiaí, 15 de setembro de 2017.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

ROUDINESCO, E. **A parte obscura de nós mesmos**: uma história dos perversos. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

RUBIN, G. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

TELLES, V. S. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 23-48, 1990.

Recebido em outubro de 2020.

Aprovado em outubro de 2021.

## TRANSFEMINICÍDIO NO BRASIL: UMA REFLEXÃO ECOTRANSFEMINISTA

---

Vanrochris Helbert Vieira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo precípua convidar o(a) leitor(a) a uma reflexão ecotransfeminista sobre os “não direitos de travestis” e o não reconhecimento de seu caráter de sujeito na sociedade contemporânea. A partir de Haraway (2011), é construída uma perspectiva ecotransfeminista quanto à caracterização do papel social das travestis no Brasil contemporâneo, com a ajuda do conceito de “tornar matável”. São analisados os depoimentos de duas travestis militantes, Anyky Lima e Indianarae Siqueira. O perspectivismo de Viveiros de Castro (2004) é utilizado para elaborar uma reflexão metodológica a respeito do estudo das alteridades humanas.

**Palavras-chave:** Travestis; Transfeminicídio; Direitos LGBTQIAP+.

**Abstract:** This article aims to stimulate an ecotransfeminist reflection on the non-rights of *travestis* as well as their non-recognition as individuals in contemporary society. Drawing on Danna Haraway’s (2011) concept of “making killable,” this study offers an ecotransfeminist perspective to the characterization of the social role of *travestis* in contemporary Brazil. To this end, the testimonies of Anyky Lima and Indianarae Siqueira, two militant *travestis*, are analyzed. Based on the perspective of Viveiros de Castro (2004), this article constructs a methodological reflection on the study of human alterities.

**Keywords:** *Travestis*; Transfeminicide; LGBTQIAP+ Rights.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional.

---

<sup>1</sup> Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. E-mail: vanrochris@gmail.com. Orcid: 0000-0002-0579-9064

## Introdução: definindo (ou não) o termo “travesti”

Na simbologia ocidental, a mulher se relaciona ao polo da natureza, e o homem ao polo da cultura. Esse binarismo foi um dos responsáveis pela exclusão da mulher do campo do humano e do não reconhecimento delas como sujeitos de direito durante grande parte da história. No curso da história, elas chegaram a ter um *status* tão desvalorizado quanto o de animais de outras espécies, sendo vistas apenas como objeto. Mas e quanto às travestis? Travestis não costumam ser vistas como homens, nem como mulheres e, portanto, frequentemente não têm sua humanidade reconhecida, chegando a ser, ainda hoje, quase tão ignoradas pela sociedade quanto animais de outras espécies. Paradoxalmente, travestis também costumam ser vistas como homens e mulheres ao mesmo tempo, o que leva ao pensamento de que subverteriam a natureza, porém, o que as travestis fazem é subverter a cultura binária e cisheteronormativa.

É difícil tentar traduzir a ambiguidade das travestis. Frequentemente, tenta-se definir a identidade delas em “oposição” à das mulheres trans. Por esse caminho, costuma-se cair em diversos equívocos. *A diferença última entre uma travesti e uma mulher trans é a forma como ela se autodenomina.* Apesar dessa questão definidora, a incidência da autodenominação “travesti” parece estar relacionada a diversos fatores, entre eles: (1) profissionais, (2) socioeconômicos, (3) geracionais, (4) corporais e (5) identitários. De antemão, destaco que nenhum deles é determinante nem generalizante e nem prevalece sobre a autodenominação. De todo modo, falaremos, a seguir, sobre cada um deles.

(1) *Fatores profissionais:* ao que indicam as estimativas e discursos do movimento LGBTQIAP+<sup>2</sup>, a maior parte das travestis ainda trabalha como prostituta, seja pela dificuldade de inserção em outras profissões, seja pelos benefícios em termos financeiros e/ou de autoestima encontrados nessa atividade (SIMPSON, 2011)<sup>3</sup>. É importante ressaltar que essa correlação entre travestilidade e prostituição é apenas estatística e que uma coisa não é definidora da outra, havendo travestis em inúmeras outras ocupações.

(2) *Fatores socioeconômicos:* um percentual significativo de pessoas autodenominadas travestis é oriundo de classes socioeconomicamente

2 Lésbicas, Gay, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Queers, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e outras identidades não cisheteronormativas.

3 A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) estima que 90% das travestis e mulheres transexuais têm a prostituição como principal fonte de renda no Brasil, entretanto, não há uma estimativa específica sobre travestis ou sobre mulheres transexuais em relação ao tema (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

desfavorecidas, tendo muitas delas histórias de vida semelhantes, envolvendo uma total falta de apoio familiar, incluindo expulsão da residência da família ou saída devido à incapacidade de suportar as agressões e indiferenças no ambiente familiar, tendo de viver em situação de vulnerabilidade residencial desde muito novas (SIMPSON, 2011; VIEIRA, 2015). Mais uma vez, destaco que esse fator também está relacionado a uma questão de incidência, e não de fatores determinantes.

(3) *Fatores geracionais*: a autodenominação “mulher trans”, termo que se disseminou no Brasil muito tempo depois da expressão “travesti” – identidade de gênero tipicamente brasileira –, tem se tornado cada vez mais comum. Todos(as) nós precisamos de palavras para nos autodenominar, e diferentes termos trazem consigo expectativas e consequências distintas. Vieira (2015) relata discursos de homens trans que acreditavam ser “lésbicas masculinas” até “descobrirem” que poderiam ser homens, ao entrar em contato com essa terminologia pela primeira vez. De um modo específico, o mesmo raciocínio vale para um recorte geracional anterior à popularização do termo “mulher trans”. A disseminação do uso do termo “mulher trans”, porém, parece estar ocorrendo primeiro em classes socioeconomicamente favorecidas, relacionando-se com a questão (2) socioeconômica. Isso não significa que o termo “mulher trans” seja de qualquer forma mais legítimo ou preferível: hoje, mesmo conhecendo as duas possibilidades, muitas pessoas continuam se autodenominado travestis.

(4) *Fatores corporais*: É comum o discurso de que travestis se sentem confortáveis com seu órgão genital de nascimento, e que mulheres trans sentem-se insatisfeitas com o seu corpo, desejando recorrer à vaginoplastia. Talvez essa seja de fato uma tendência, entretanto, há travestis que recorrem à vaginoplastia, e diversas mulheres trans que preferem não realizá-la. Outra questão corporal relevante é a forma como a transição ocorre, que também está ligada fortemente aos itens (2) socioeconômico e (3) geracional. Se a pessoa inicia a hormonioterapia antes da puberdade e realiza procedimentos cirúrgicos (como o implante de silicone) de maneira adequada, seu corpo tende a ter uma aparência normativa. É comum que travestis, por falta de apoio familiar ou dificuldade financeira, demorem a recorrer à hormonioterapia e que a façam sem um acompanhamento médico adequado. Do mesmo modo, é comum que as cirurgias de modificação corporal feitas por elas não sejam realizadas por meio de procedimentos seguros. A pesquisa de Vieira (2015) aponta discursos de travestis que implantaram em seus corpos silicone industrial ao invés de silicone cirúrgico. Devido a

essas questões, corpos ambíguos em termos de norma, relacionados aos efeitos da testosterona sobre eles, tendem a ser relacionados às travestis, o que também passa pelo item (5) identitário. Entretanto, é preciso ressaltar que essa distinção é construída em torno de um estereótipo, pois há travestis com corpos normativos e mulheres trans com corpos não normativos.

(5) *Fatores identitários*: o termo “mulher trans” tende a uma subscrição ao binarismo de gênero homem/mulher, enquanto o termo “travesti”, por outro lado, indica um gênero que não se submete a categorias binárias. Por mais que algumas travestis entendam que (também) fazem parte da categoria mulher, a palavra travesti aponta para uma ambiguidade que muitas delas defendem e valorizam.

No entanto, como dito anteriormente, *nenhum fator prevalece em relação à autodenominação*, contudo, em termos de incidência, os fatores apontados são importantes. Especialmente pelos pesos sociais que cada um desses termos carrega consigo, pela identificação relacionada aos papéis sociais e discursos a cada um deles relacionados e pelas experiências e ambientes sociais em que as identidades vão sendo construídas. Apesar de o termo “travesti” não ser, de nenhuma forma, menos legítimo que o termo “mulher trans”, a legitimidade social normalmente dada a quem se identifica a partir de cada um dos dois termos é muito diferente: travestis são desvalorizadas, relacionadas à criminalidade, vistas com aversão e como exóticas, enquanto mulheres trans costumam ter um grau maior de aceitação, inclusive por serem mais adaptadas ao binarismo de gênero. Mas, obviamente, mulheres trans também constituem uma população que ainda enfrenta muita violência e preconceitos.

De qualquer forma, é importante não normatizar essas identidades, pois estas se encontram no terreno da multiplicidade de identificações e usos. De forma geral, travestis demandam ser tratadas no feminino, e por isso essa definição é adotada neste texto, mas isso nem sempre é regra (SIMPSON, 2011, p 114). O mesmo em relação à subscrição à categoria homem, algumas travestis acreditam que são (também) incluídas nessa categoria, mas muitas delas não. *E não tem que haver consenso, e não tem que ser simples.*

### **Travestis como seres matáveis**

Coetzee (2003) faz uma comparação entre a relação que estabelecemos com os animais de outras espécies e o genocídio ocorrido nos campos

de concentração nazistas. Nessa comparação, os genocídios de humanos parecem ser algo distante, superado, no entanto, ainda estão acontecendo diariamente com grupos como indígenas, jovens negros, mulheres e pessoas LGBTQIAP+.

Segundo o Grupo Gay da Bahia, o Brasil é o país em que há mais assassinatos de pessoas LGBT registrados por ano do mundo (AYER; BOTTREL, 2017). Em 2016, foram 347 mortes e, dessas vítimas, 144 foram travestis ou transexuais – 42% do total. Quando levamos em conta o tamanho dessas duas populações, “as pessoas trans são as mais vitimizadas. O risco de elas serem assassinadas é 14 vezes maior em relação a gays” (AYER; BOTTREL, 2017, não paginado). Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais apontam para um quadro de transfeminicídio no país: “apenas em 2017, foram contabilizados 179 assassinatos de travestis ou transexuais [...]. Em 94% dos casos, os assassinatos foram contra pessoas do gênero feminino” (MARTINS, 2018, não paginado). Segundo Bortoni (2017), a expectativa de vida de transexuais no Brasil é de 35 anos de idade, metade da média nacional.

Coetzee (2003) apresenta uma crítica ao restante da população que vivia na Alemanha no período do holocausto, por saberem o que acontecia e não terem agido para impedir o absurdamente cruel genocídio em massa dos judeus, uma página triste da história. O autor compara essa população conosco, que sabemos como os animais de outras espécies são tratados e preferimos ignorar. Podemos dizer que fazemos o mesmo em relação a alguns grupos de nossa própria espécie, como as travestis. Coetzee aponta que, assim como os campos de concentração ficavam escondidos, os abatedouros também não ficam à mostra. Da mesma maneira, condenamos as populações vulneráveis da nossa espécie a viverem à margem.

Para Haraway (2011), faz parte de nossa hipocrisia em relação à forma como lidamos com os animais de outras espécies que a crueldade que realizamos seja silenciada o máximo possível. “Se tudo isso pode acontecer sem a objeção das porcas, então tanto melhor, essa é a lógica. Se nenhum porco guinchou alto demais ou incessantemente demais, então tudo deve estar bem” (HARAWAY, 2011, p. 392).

Ao falar sobre nossa relação com os animais de outras espécies, Paley (1963) define como ela ocorre “limitando-lhes a sua liberdade, mutilando os seus corpos e, por último, pondo fim às suas vidas [...] para nosso prazer e conveniência” (p. 364 apud SINGER, 2004, p. 156). Assim, condenamos

os animais de outras espécies não só à morte, mas a uma vida de sofrimento, o que também fazemos com alguns grupos dentro de nossa espécie. No caso das travestis, por exemplo, expulsas para os guetos e as sombras da noite, as exploramos por meio da prostituição e depois as matamos.

O escuro traz o único momento mais ou menos calmo do dia, onde as travestis podem ter um mínimo de vida [...] A noite traz, com seu brilho enigmático que a muitos encanta, um lado sombrio, carregado de marginais, delinquentes, vândalos, cafetões e gente da pior espécie. Junto a esses tipos, “ganham o dia” em plena noite, travestis que fazem da vida noturna seu convívio em sociedade, sua felicidade e sustento. É na noite que muitas “trans” podem viver em espaços “gentilmente” cedidos por uma sociedade que se prega justa e igualitária, com oportunidades iguais para todos. É nela que travestis, muitas vezes, têm que se prostituir e se marginalizar para conseguir viver com um pouco mais de dignidade. Durante a noite, aprende-se a lei da selva, onde o mais forte sobrevive minando o mais fraco, onde quem pode mais, exige coisas de quem não tem forças para poder coisa alguma. (SCHNEIDER, 2005 apud PERES, 2005, p. 5).

Zaffaroni (2011) nos lembra de que o ecofeminismo identifica um paralelo entre os argumentos usados para negar os direitos dos animais de outras espécies e os das mulheres. Haraway (2011, p. 403) desenvolve um “feminismo inter-seccional, intra-acional de multiespécies”, ligando a teoria feminista ao estudo dos animais trabalhadores, como as porcas que dão à luz e amamentam seus filhotes presas por barras de ferro que as mantêm imobilizadas. A partir desse exemplo, Haraway (2011, p. 393) desenvolve o conceito de “tornar matável”, que se estende a grupos de nossa própria espécie: “Os porcos (e, é claro, muitos outros animais e pessoas) são tornados matáveis e exploráveis na produção e reprodução por serem reduzidos a seres que não podem ser sujeitos e objetos de suas próprias vidas, seres sem história, sem relações natural-sociais que importam”. A autora aponta que a vida dos animais trabalhadores é reduzida à condição de valor. Em meio a outros grupos de humanos, as travestis também obtêm valor em nossa sociedade ao serem objetificadas, através da prostituição, ao exibirem seus corpos, transformando-os em mercadoria.

Ao tratar do século XX como o século dos genocídios, Zaffaroni (2011, p. 76) aponta que eles foram gerados pelo medo. Também é o medo que nos faz matar travestis e transexuais? Mas medo do quê? De o gênero delas colocar em xeque os pressupostos que dão segurança ontológica à nossa própria identidade?

Foucault (2013) explica que a forma típica de nossa sociedade definir o bem o mal é por meio da diferença entre normal e patológico. Uma característica dessa oposição é a possibilidade de converter o patológico em normal. Até 2019, a transexualidade constava na lista internacional de doenças da Organização Mundial de Saúde (OMS) como transtorno de identidade de gênero.

No Brasil, é necessário um longo acompanhamento psicológico para a liberação da vaginoplastia no Sistema Único de Saúde (SUS), com a cobrança de um comportamento normativo por parte de muitos psicólogos (VIEIRA, 2015). Há uma necessidade de normatizar, e normatizar é fazer uma cirurgia de redesignação sexual, o que a grande parte, senão a maioria, das travestis dispensa. Quando não é vista como doença, a travestilidade é tida como escolha ou possessão demoníaca (VIEIRA, 2015, p. 108).

Uma das principais preocupações da ciência moderna em relação à transexualidade tem sido a descoberta de sua causa. Ao questionar os pressupostos da ciência moderna, Santos (1997) denuncia o caráter pragmático desse tipo de tentativa: “O conceito de causalidade adequa-se bem a uma ciência que visa intervir no real e que mede o seu êxito pelo âmbito dessa intervenção. Afinal, causa é tudo aquilo sobre que se pode agir” (p. 58).

Chomsky e Foucault (2006) apontam a necessidade de se relevar como o poder atua nas instituições que aparentemente são neutras. As escolas e o sistema de saúde são, no discurso de muitas travestis, importantes replicadoras do preconceito que atinge esse grupo: “[...] a escola a trata pior do que em casa, sem respeito a sua identidade, sem respeito de pares e superiores, então por que ficar nesse lugar? Trabalhar com quê? Afinal, não deu para se formar” (SIMPSON, 2011, p. 112).

As travestis são frequentemente ligadas no imaginário social à ideia de criminalidade. Ao falar sobre a prisão, Foucault (2012) chama atenção para o equívoco da ideia de ressocialização, que se baseia na ideia de que a causa do crime é psicológica, moral e individual, quando, na maior parte das vezes, é social. O que define quem são os criminosos em nossa sociedade é a própria desigualdade do sistema capitalista. Foucault (2012) aponta o caráter social da criminalidade em relação à população negra estadunidense. A situação de vulnerabilidade social, a falta de condições básicas de subsistência e as formas de poder paralelo que surgem para suprir esse vácuo fazem com que determinados grupos sociais sejam empurrados para a criminalidade.



Em meio a tudo isso, qual a saída para essas pessoas? Arendt (2010) diz que as relações íntimas podem funcionar como um oásis em relação ao deserto das relações políticas, entretanto, a autora aponta o perigo das tempestades de areia invadirem o oásis se desistirmos de ir ao deserto. No caso das travestis, em meio a esse cenário de violência, preconceito e morte, muitas acham na prostituição uma forma de receberem valor social.

A prostituição de travestis não é apenas uma fonte de renda, mas várias afirmam que experimentam prazeres com clientes que as pagam ou com clientes que, atraentes, regateiam ou não têm dinheiro. As travestis, ao invés de considerar a prostituição como uma forma degradante de exploração sexual, a veem como um trabalho, assim como qualquer outro – com a diferença que na rua elas não têm chefe, exceto elas mesmas e que lhes garante acesso a muito mais dinheiro do que conseguiriam ganhar em outros empregos assalariados. Além disso, a prostituição é a única esfera da sociedade brasileira onde as travestis podem ser admiradas e reconhecidas. A prostituição faz com que elas se sintam sexys e atraentes, nesse contexto podem desenvolver ainda mais sua autoestima, valor pessoal, autoconfiança, além de se sentirem objetos de verdadeiros e intensos desejos. (KULICK, 2008, p. 151).

Simpson (2011) elucida como a ambiguidade das travestis não apenas se relacionada ao medo, como dissemos anteriormente, pois, paradoxalmente ela também está ligada ao desejo: “travestis podem proporcionar aos seus clientes desejos que o michê ou a prostituta não poderiam. Talvez seja essa a mágica que permite aos homens sentirem-se tão atraídos” (p. 115).

### **O perspectivismo como reflexão metodológica**

Neste trabalho, serão analisados depoimentos de duas travestis militantes, Anyky Lima e Indianarae Siqueira. As falas analisadas foram colhidas durante trabalho de campo de Vieira (2015), numa pesquisa explanatória sobre grupos e eventos LGBTQIAP+ na cidade de Belo Horizonte (MG). Ao buscar empreender uma discussão ecotransfeminista sobre a condição da travesti na sociedade brasileira contemporânea, será apresentado nesta seção uma possível contribuição de Viveiros de Castro (2004) para pensar a relação de autoridade entre pesquisadores e pesquisados que, mesmo pertencendo à mesma espécie, podem estabelecer relações diferentes entre cultura e natureza a partir da perspectiva colocada por sua identidade social.

Esse esforço se dá a partir da perspectiva de Santos (1997), para o qual o paradigma emergente na ciência contemporânea “incentiva os conceitos e as teorias desenvolvidos localmente a emigrarem para outros lugares cognitivos, de modo a poderem ser utilizados fora do seu contexto de origem” (p. 66). Também Giddens (1989) acredita que “se as ideias são importantes e esclarecedoras, muito mais importantes do que sua origem é estar capacitado para delinear-las de modo a demonstrar a utilidade delas, mesmo num quadro de referência que poderá ser inteiramente diferente daquele que ajudou a engendrâ-las” (p. xxiv).

Segundo Viveiros de Castro (2004, p. 240), para os ameríndios, as diferentes espécies animais têm a mesma cultura, e o que varia entre uma e outra é o mundo no qual cada uma delas se insere, a partir da forma como sua natureza é constituída por meio de seus corpos (multinaturalismo). Existem categorias universais, como o que é saboroso e o que é repulsivo, quem é o predador e quem é a caça. Essas categorias compõem a cultura comum a todas as espécies, e o que muda é como cada uma vai preenchê-las de acordo com o mundo em que vive (perspectivismo). Fazendo uma analogia, Viveiros de Castro (2004) se pergunta se a diferença de perspectiva entre os indígenas e nós, “ocidentais” (formados dentro da tradição europeia), em vez de ser da ordem da cultura, não seria gerada por diferenças de natureza.

A partir daí, correndo o risco de causar desvio do caráter político do texto do autor e ser novamente antropocêntrico, é necessário pensar se esse conceito pode ser aplicado não apenas a diferentes espécies, mas também a diferentes grupos de animais humanos. O objetivo dessa proposição é refletir se, metodologicamente, o perspectivismo pode ser pensado para pesquisas que não envolvem diretamente animais não humanos. A percepção considerada é que, talvez, possamos dizer que diferentes grupos de pessoas vivem em mundos diferentes, a partir dos quais seus corpos lhes colocam (corpos que são construídos, vestes).

Nas sociedades ameríndias, segundo Viveiros de Castro (2004, p. 231), o xamã tem um papel central por ter a capacidade de fazer um diálogo interespecífico, conseguindo ver as demais espécies como humanas, não do ponto de vista do indígena, mas do ponto de vista da própria espécie. O xamã consegue ver o mundo do outro como o outro o vê e estabelecer um diálogo com ele. Talvez nosso papel como pesquisadores, quer estejamos lidando com animais da nossa própria espécie ou não, seja próximo ao do

xamã. É nosso papel fazer um esforço para ver o mundo do outro, com os olhos dele, aproximando esses dois mundos em torno de uma mesma cultura, ainda que esse outro seja da nossa própria espécie. Giddens (1989) chama o cientista social de “comunicador” e diz que ele faz uma tradução, “apresentando redes de significado associadas com certos contextos de vida social aqueles que estão em outros” (p. 335). O autor nos lembra que, em ciências sociais, os objetos do estudo já detêm as explicações que o pesquisador quer encontrar.

[...] os atores leigos são teóricos sociais, cujas teorias ajudam a constituir as atividades e instituições que são o objeto de estudo de observadores sociais especializados ou cientistas sociais. Não existe uma clara linha divisória entre a reflexão sociológica esclarecida levada a efeito por atores leigos e as diligências similares por parte de especialistas. (GIDDENS, 1989, p. xxxvii).

Não há mecanismo de organização social ou de reprodução social identificado por analistas sociais que atores leigos não possam também conhecer e incorporar ativamente ao que fazem. Em numerosos casos, as “descobertas” dos sociólogos só o são para aqueles que não estão nos contextos de atividade dos atores estudados. (p. 334).

Zaffaroni (2011) desenvolve a relação entre saber e poder, e a visão de que todo conhecimento é dominação. Ele explica que a palavra “objeto”, em sua raiz etimológica, é “aquilo que se lança contra” (*ob-jectum*). Ao respondermos uma pergunta, ejetamos a resposta ao sujeito que quer conhecer (*sub-jectum*, “aquele sobre o qual se lança”), tornando-nos assim objeto. Dessa forma, o sujeito não está na base, mas abaixo do objeto, entretanto, o sujeito pergunta de acordo com sua vontade de domínio, pretendendo-se *dominus*. Portanto, a relação entre sujeito e objeto é de agressão mútua. O *dominus* recorta a realidade para interrogar o objeto, mas não a compreende, porque quer se posicionado fora dela. A situação atinge seu máximo quando o objeto é também um humano. É muito difícil para o humano não querer se colocar como *dominus*, mas, para recuperar a dignidade humana, é preciso trocar o *dominus* pelo *frater*.

É buscando empreender os esforços apontados por Zaffaroni (2011) e pela figura do xamã (VIVEIROS DE CASTRO, 2004) que este artigo, elaborado por um pesquisador não travesti, irá tentar, na seção seguinte, ver o mundo transfóbico em que vivem Anyky e Indianarae, a partir do olhar de ambas sobre ele.

## “Sou uma mulher normal, de peito e de pau”

Anyky Lima foi uma travesti muito respeitada e admirada no meio LGBTQIAP+ de Belo Horizonte<sup>4</sup>. Em 2014, quando o trabalho de campo de Vieira (2015) foi realizado, Anyky era presidenta do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (Cellos/MG). Os depoimentos de Anyky foram colhidos em dois debates: o Ciclo Transgressões no Museu: Educação, Cultura e Direitos Humanos, organizado pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, e o Direitos Negados: Violência no Cotidiano de Travestis e Transexuais, promovido pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade Federal de Minas Gerais (NUH/UFMG). Nesse último evento, também foi registrado o depoimento de Indianarae Siqueira, outra travesti muito conhecida na militância LGBTQIAP+ brasileira.

Em suas participações nos eventos, Anyky concentrou suas falas na denúncia de problemas vivenciados pelas travestis em seu cotidiano e em sua trajetória de vida. Destaco oito problemas relatados por ela: (1) a baixa expectativa de vida das travestis; (2) a dificuldade de acesso aos serviços de saúde; (3) a frequência e crueldade das agressões sofridas; (4) o não direito ao espaço público; (5) o não reconhecimento da identidade de gênero; (6) a falta de apoio familiar; (7) os estereótipos; e (8) a hipocrisia da sociedade.

(1) *A baixa expectativa de vida das travestis*: “Nós travestis, transexuais não pensamos no futuro, não temos futuro, podemos morrer amanhã, então as meninas querem peito hoje, querem bunda hoje... Morrem aos dezesseis, de assassinato ou de doença”. A fala de Anyky indica que a baixa expectativa de vida desse grupo está ligada não apenas ao problema (3), das agressões, mas também ao (2), que diz respeito à dificuldade de acesso aos serviços de saúde. A correlação que ela faz entre a baixa expectativa de vida e a ansiedade por passar pelo processo de transição é algo pouco evidenciado nos discursos sobre esse grupo. Aparentemente, essa ansiedade leva aos processos de hormonização e cirurgias sem os devidos cuidados médicos, já que elas têm dificuldade de acesso ao serviço de saúde, criando um ciclo vicioso: os mesmos processos realizados de forma inadequada pela dificuldade de acesso ao serviço especializado acarretam doenças que não são tratadas pela própria dificuldade que as gerou. Anyky reforçou que as travestis “não são mortas apenas com tiros, mas também pelo descaso da sociedade”, compartilhando a culpa com cada um de nós, que escolhe diariamente ignorar essa situação.

4 Anyky Lima faleceu em 14 de abril de 2021, aos 65 anos de idade.

(2) *A dificuldade de acesso aos serviços de saúde*: Anyky reclamou da forma como as travestis são tratadas nos postos de saúde: “Na saúde, somos vistas como AIDS. Se tem uma dor de barriga, é AIDS”. Percebe-se a correlação entre a dificuldade de acesso ao serviço de saúde e o problema (7) os estereótipos, e como eles relacionam diretamente a travesti ao sexo. Ela conta que as próteses de silicone geram câncer em algumas travestis, reforçando a interpretação apresentada anteriormente, no item (1), baixa expectativa de vida.

(3) *A frequência e crueldade das agressões sofridas*: Anyky denunciou a violência cotidiana à qual as travestis são submetidas, contou que levam pedradas, que uma “menina” que morava com ela foi assassinada com três facadas no rosto: “Acontece todo santo dia: cortam a cabeça dela, cortam o peru e enfiam na boca. Ou porque ela comeu gostoso um machão, no outro dia ele acorda ‘o travesti me comeu, então vou matar’”. Anyky evidenciou um dos perigos relacionados à prostituição para as travestis: a relação tensa entre desejo e violência estabelecida com seus clientes. É a areia do deserto invadindo o oásis, nos termos de Arendt (2010). A frequência ressaltada mostra que é o perigo é cotidiano e atinge a todas.

(4) *O não direito ao espaço público*: Para Anyky, “veem a travesti como um bicho no quintal, que você não sabe o que é, *futuca*, fica com medo e mata”, por isso, as travestis se esconderiam: “Hoje você acha uma travesti no shopping, mas antes era igual morcego, porque tinha medo de sair de dia. Até hoje tem, não pega ônibus...”. A fala de Anyky aponta uma discreta melhora nesse quadro, mas ainda não atingindo um *status* minimamente satisfatório, uma vez que continua havendo, entre outras consequências, a restrição do direito básico à mobilidade urbana.

(5) *O não reconhecimento da identidade de gênero*: Anyky defendeu que esse reconhecimento é mais importante que as cirurgias: “A perereca eu não mostro *pra* ninguém, mas eu tô aqui. Eu sou mulher! Se tirar o meu peito, eu morro”. A autodeclaração de Anyky, como travesti e como mulher, evidencia a ambiguidade dessa identidade, entretanto, o trecho “Se tirar o meu peito, eu morro” mostra o quanto, independentemente de uma definição clara, a relação com o corpo é forte para elas. Sobre a forma como a mídia trata essa questão, Anyky criticou: “‘Morreu porque trabalhava de travesti’: Nunca vi isso! Ou ‘Um rapaz que estava usando vestido e calcinha...’”. Os exemplos apontam a necessidade de compreensão de que a travestilidade é um estado permanente do indivíduo e não uma troca de roupas

eventual efetuada por uma pessoa do gênero masculino. Essa confusão é comum em muitos discursos.

(6) *A falta de apoio familiar*: Anyky ponderou sobre a importância do apoio familiar: “A família a gente briga, a gente discute, mas ela é o pilar de todo ser humano. Uma travesti que tem o apoio da família é totalmente diferente da que vive na rua. E a que é expulsa de casa, como faz?” A própria Anyky acolhia algumas travestis desabrigadas em sua casa. Anyky acreditava que o que faz com que a maior parte das travestis sejam “putas” não é só a falta de oportunidade de trabalho, mas também o alto rendimento alcançado com a prostituição. As travestis, além de terem que se manter sozinhas por não contarem com a ajuda da família, ainda precisam recorrer a procedimentos muito caros, como próteses de silicone. Anyky fez uma relação também pouco explorada: a falta de apoio financeiro familiar para a transição como um dos fatores que levam as travestis a recorrerem à prostituição como atividade em que podem obter uma quantidade suficiente de verba para realizá-la.

(7) *Os estereótipos*: Anyky criticou o estereótipo de que travesti é “barraqueira”: “O povo fala que travesti é louca, mas a gente só consegue as coisas no grito. *Pra* ser travesti tem que ter muita personalidade. Nós somos muito *macho*, nós somos muito *fêmeas*, porque a gente consegue enfrentar tudo”. Sobre ela mesma, Anyky disse que as pessoas a viam como uma “senhorinha” e que ela “passava batida”, mas que ela não era diferente das demais.

(8) *A hipocrisia da sociedade*: Anyky comentou a hipocrisia que existe sobre o tema: “A travesti é muito boa quando tá na esquina, perfumada, servindo de prazer *pro* homem. São os médicos, enfermeiros, pais de família que tão lá fazendo a prostituição”. Ela apontou para a ambiguidade entre desejo e violência também relatada no item (3) agressões. Ainda sobre a questão (2) acesso ao sistema de saúde, ela afirmou: “Médico não olha na cara da gente, mas na esquina ele vai”. A mesma sociedade que despreza a travesti a utiliza como objeto sexual, e, apenas ao desempenhar essa função, a travesti adquire valor.

Já o depoimento de Indianara<sup>5</sup> destaca-se a partir de: (1) exemplos pessoais sobre a ambiguidade do reconhecimento ou não de sua identidade de gênero como travesti e (2) problematização da experiência do armário para travestis.

5 Na época, ela se chamava Indianara. Indianarae foi um nome que ela adotou posteriormente.

(1) *Exemplos pessoais sobre a ambiguidade do reconhecimento ou não da identidade de gênero de travestis*: Indianarae contou que, em uma ocasião, “tirou o peito para fora” em Copacabana e queriam prendê-la, mas ela se defendeu: “Legalmente eu sou um homem”. Responderam: “Mas você tem peito!”. Ela questionou: “Mas a questão legal é peito ou gênero?”. E ela acabou não sendo levada presa. Ela também contou outra história de quando foi obrigada a usar uma roupa masculina: “Falaram que eu tinha que vestir roupa de homem, porque ‘na base’ eu era homem. Rasguei e fiz uma minissaia. Defendi: ‘Na base é uma calça.’” Sobre os banheiros, Indianara brincou: “Se me mandam ir pro banheiro masculino, eu falo: ‘Ótimo, adoro ver pau’”. Indianara mostrou posições bem-humoradas, subversoras e criativas como estratégia em relação à negação de direitos. Também é assim a forma como ela se definiu: “Eu não sou uma mulher num corpo de homem. Cadê o corpo de homem? Hoje sou eu. Uma mulher normal de peito e de pau”.

(2) *Problematização da experiência do armário para travestis*: Indianarae comentou como ocorre essa experiência: “Por causa das chacotas, ela tem que se mudar e ir *prum* lugar longe de família, dos conhecidos, pra passar batido, se tiver um corpo normativo. Se descobrirem: ‘Você é uma farsa’”. Como ela apontou, o armário se constitui como estratégia sempre potencialmente provisória e só possível a parte das travestis, que se enquadram nos padrões normativos. Entretanto, a partir da descoberta, a ocultação de sua não cisheteronormatividade passa a ser vista como algo que ela não teria o direito de fazer, pois seria necessário “alertar” os demais sobre sua não cissexualidade.

## Considerações finais

Mbembe (2016, não paginado) é pessimista em relação ao futuro. Para ele, “os conflitos sociais tomarão cada vez mais a forma de racismo, ultranacionalismo, sexismo, rivalidades étnicas e religiosas, xenofobia, homofobia e outras paixões mortais” (MBEMBE, 2016, não paginado). Ele acredita que as atuais condições do capitalismo neoliberal deixaram uma sensação de vácuo nos anseios dos indivíduos, o que leva à busca por uma tradição que, para eles, traria consigo mais certeza e segurança: “Eles estão convencidos de que só podem se salvar em uma luta violenta para restaurar sua masculinidade, cuja perda atribuem aos mais fracos dentre eles, aos fracos em que não querem se transformar” (2016, não paginado). Beck (1995, p. 50) também afirma: “Como demonstram os estudos das ciências sociais, uma

ampla variedade de fundamentalismos são reações patriarcais, tentativas de se reordenar as ‘leis da gravidade’ masculinas” (BECK, 1995, p. 50).

As perspectivas dos dois autores, especialmente ao destacar o papel central da valorização da masculinidade, apontam um cenário desanimador em relação ao combate ao transfeminicídio, entretanto, Bauman (2016), ao refletir sobre a sociedade contemporânea, nos traz um contraponto:

[...] sou pessimista em relação ao curto prazo e otimista em relação ao longo prazo. Porque, quando analisamos a história a humanidade [...] a história da humanidade é animadora. Ela era muito mais cruel e sórdida antes. É muito menos cruel e sórdida agora, apesar de tudo de terrível e ultrajante que acontece. (não paginado).

As travestis que nos emprestaram sua experiência neste artigo não almejam ser vistas como “coitadinhas”, mas como fortes. Não se contentam com o papel de vítima, pelo contrário, querem a todo custo deixar de ocupá-lo.

Por fim, podemos dizer que por parte das lutadoras muito se tem feito e pouco se tem reconhecido. Mas as travestis não se renderão jamais, pois sobreviveram à violência e a torturas policiais, quando presas sem terem cometido nenhum crime; enfrentam uma sociedade machista e preconceituosa; resistem à vida nas ruas após ser expulsas de casa, apenas por não parecer com os irmãos do sexo masculino; aprendem na escola da vida, porque a escola convencional não está preparada para recebê-las; batalham todos os dias para estar e permanecer em uma sociedade transfóbica. Enfim, resistem a todos os percalços e por isso são pessoas vencedoras e especiais. (SIMPSON, 2011, p. 116-117).

Este texto se encerra com uma fala de Anyky, por meio da qual ela também termina sua participação em um dos debates em que seus depoimentos foram colhidos: “Mesmo com toda violência, a gente ainda consegue ser feliz”.

## Referências

ARENDRT, H. O deserto e os oásis. In: ARENDRT, H. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: Difel, 2010. p. 266-269.

AYER, F.; BOTTREL, F. Brasil é país que mais mata travestis e transexuais. **Estado De Minas**, Belo Horizonte, 9 mar. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3lbyi40>. Acesso em: 10 de mar. 2018.



BAUMAN, Z. Estamos num estado de interregno: vivemos na modernidade líquida [Entrevista concedida a Marcelo Lins]. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 1 jan. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3AbNxOX>. Acesso em: 10 de mar. 2018.

BECK, U. A reinvenção da política. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASCH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Unesp, 1995. p. 11-71.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (org.). **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2021.

BORTONI, L. 35 anos é a expectativa de vida de transexuais no Brasil. **Portal Geledés**, São Paulo, 21 jun. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3uCgB0Q>. Acesso em: 10 de mar. 2018.

CHOMSKY, N.; FOUCAULT, M. Acerca de la naturaleza humana. In: CHOMSKY, N.; FOUCAULT, M. **La naturaleza humana: Justicia versus Poder**. Buenos Aires: Katz Editores, 2006.

COETZEE, J. M. **A vida dos animais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FOUCAULT, M. Acerca de la cárcel de Attica. In: FOUCAULT, M. **El Poder, una bestia magnífica**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2012. p. 181-193.

FOUCAULT, M. ¿Qué es usted, Profesor Foucault? In: FOUCAULT, M. **¿Qué es usted, Profesor Foucault?** Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2013. p. 81-104.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HARAWAY, D. Companhias multiespécies nas naturezaculturas: uma conversa entre Donna Haraway e Sandra Azerêdo. In: MACIEL, M. E. (org.). **Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. p. 389-417.

KULICK, D. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MARTINS, H. Número de assassinatos de travestis e transexuais é o maior em 10 anos no Brasil. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 25 jan. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3muzOhs>. Acesso em: 10 de mar. 2018.

MBEMBE, A. A era do humanismo está terminando. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 24 jan. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3a5pMNJ>. Acesso em: 10 mar. 2018.

PERES, W. S. **Subjetividade das travestis brasileiras**: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania. 2005. Tese (Doutorado Acadêmico em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 9. ed. Lisboa: Afrontamento, 1997.

SIMPSON, K. Travestis: entre a atração e a aversão. In: VENTURI, G.; BOKANY, V. (org.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 109-117.

SINGER, P. **Libertação animal**. Porto Alegre: Lugano Editora, 2004.

VIEIRA, V. H. **Vivendo no front**: discursos acionados por sujeitos na fronteira entre perspectivas LGBT e evangélicas. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. **O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 18, p. 225-254, 2004.

ZAFFARONI, E. R. **La pachamama y el humano**. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2011.

Recebido em outubro de 2020.

Aprovado em julho de 2021.

## SOBREVIVER É PRECISO: A DIVERSIDADE DE GÊNERO NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

---

Caik Ferreira Silva<sup>1</sup>

Héryka Laura Calú Alves<sup>2</sup>

Beatriz de Castro Magalhães<sup>3</sup>

Mauro Mccarthy de Oliveira Silva<sup>4</sup>

Natália Bastos Ferreira Tavares<sup>5</sup>

Grayce Alencar Albuquerque<sup>6</sup>

**Resumo:** Este artigo objetivou identificar as dificuldades e facilidades no acesso das pessoas com diversidade de gênero aos serviços de saúde. Trata-se de um estudo descritivo-exploratório e qualitativo realizado no interior do Ceará com 26 participantes, recrutados pela técnica *snowball*. As dificuldades apontadas foram: não adoção do nome social, preferência por utilizar o serviço de saúde privado, invisibilidade do atendimento ginecológico às mulheres lésbicas e bissexuais e restrição de doação de sangue por homossexuais. Contudo, elementos facilitadores no acesso aos serviços de saúde também emergiram. As dificuldades evidenciaram a necessidade do cuidado equânime e integral à diversidade de gênero.

**Palavras-chave:** Diversidade de gênero; Acesso aos serviços de saúde; Sistema Único de Saúde.

**Abstract:** This article aimed to identify the gender-related challenges in access to health services. This is a descriptive-exploratory, qualitative study conducted with data collected by means of focus groups including 26 residents of the



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

---

1 Mestre em Enfermagem, Universidade Regional do Cariri, Brasil. E-mail: caik17ferreira@gmail.com. Orcid: 0000-0003-0307-8172

2 Mestre em Enfermagem, Universidade Regional do Cariri, Brasil. E-mail: herykalaura\_@hotmail.com. Orcid: 0000-0002-1671-162X

3 Mestranda em Enfermagem, Universidade Regional do Cariri, Brasil. E-mail: beatriz.castro022015@gmail.com. Orcid: 0000-0002-6827-6359

4 Mestrando em Enfermagem, Universidade Regional do Cariri, Brasil. E-mail: mauro-mccarthy@hotmail.com. Orcid: 0000-0001-8895-7760

5 Mestre em Ciências da Saúde, Universidade Regional do Cariri, Brasil. E-mail: nataliabastosf@hotmail.com. Orcid: 0000-0002-1139-600X

6 Doutora em Ciências da Saúde, Universidade Regional do Cariri, Brasil. E-mail: grayce.alencar@urca.br. Orcid: 0000-0002-8726-0619

countryside of Ceará, Brazil, recruited by the snowball sampling technique via phone calls/WhatsApp. Despite mentioning aspects that enabled their access, participants reported difficulties as to the non-adoption of their social name on the part of healthcare services, preference for private services, the invisibility of gynecological care for lesbian and bisexual women, and the impediments faced by homosexuals in donating blood. These findings evince the need for promoting gender-equal and comprehensive care.

**Keywords:** Gender diversity; Access to health services; Brazilian Unified Health System.

## Introdução

A busca pela efetivação dos direitos básicos e fundamentais do ser humano é árdua, contínua e por vezes marcada pela discriminação, segregação e exclusão social. Cotidianamente, isso ocorre com lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) devido ao preconceito existente contra orientações sexuais e/ou identidades de gênero que fogem à heteronormatividade, o que demonstra que direitos básicos, como os de saúde, estão sendo atacados (ALBUQUERQUE et al., 2016).

A sigla LGBT, na atualidade ampliada para LGBTQIAP+, reconhece as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneras, queer, intersexo, assexuais, pansexuais e se refere ainda às demais formas e maneiras de vivenciar e experienciar o universo da sexualidade. Apesar de tal ampliação, a sigla LGBT ainda é bastante utilizada por estar em conformidade com a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT), publicada em 2011, que considera a identidade de gênero e a orientação sexual como determinantes sociais de saúde (BRASIL, 2013).

O preconceito contra a população LGBT propicia um encadeamento de obstáculos que vão desde a não procura dos membros da comunidade pelos serviços de saúde até a não efetivação do cuidado, configurando-se assim como um grave problema de saúde pública (CESARO, 2016). Partindo dessa premissa, a comunidade LGBT enfrenta discriminações que repercutem nos condicionantes sociais de saúde, sendo o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) dificultado em decorrência das violências e preconceitos vivenciados nestes serviços, os indivíduos estão mais propensos a adoecer (FERREIRA, 2016).

Deste modo, o acesso à saúde faz alusão direta às (im)possibilidades de entrada desta população no SUS, pois ou os indivíduos não se adequam em

termos de gênero ao sexo biológico que lhes foi atribuído no nascimento, ou a sua orientação sexual diverge da heteronormativa, o que implica em uma fragilidade na efetivação do acolhimento e atendimento das suas vulnerabilidades no sistema (MELLO; AVELLAR; MAROJA, 2012). Assim, a discriminação e a não efetuação do acolhimento nos estabelecimentos de saúde faz com que a população LGBT busque assistência em serviços clandestinos, que por sua precariedade geram riscos à saúde e intensificam as vulnerabilidades.

Com isso, discutir sobre o acesso aos serviços de saúde pela população LGBT se faz necessário. Para tanto, é preciso pesquisar aspectos atrelados à saúde desta população que apresentam especificidades e demandas peculiares de cuidado e que instigam a precaução na área da saúde pública, com sustentação no reconhecimento do direito à saúde. Objetivou-se, portanto, identificar as dificuldades e facilidades no acesso das pessoas LGBT aos serviços de saúde.

## Método

Realizou-se um estudo descritivo-exploratório com abordagem qualitativa entre os meses de agosto de 2017 e julho de 2018 em um município do interior do Ceará, Brasil. O público-alvo foi indivíduos LGBT mobilizados por meio de Organizações não Governamentais (ONG), grupos de ativistas, militantes ou representantes na luta pelos direitos humanos. Os participantes foram captados pela técnica metodológica *snowball* por meio de telefonema ou mensagem via WhatsApp, por onde também foram fornecidas as informações sobre a pesquisa.

Foram contactadas e convidadas para participar da pesquisa 48 pessoas LGBT, considerando-se a alocação de 12 participantes para cada segmento – lésbicas, gays, bissexuais e transexuais – e os seguintes critérios de inclusão: residir no locus do estudo há pelo menos um ano e possuir idade igual ou superior a 18 anos. As pessoas que até o momento da pesquisa não tinham acessado algum serviço de saúde foram excluídas. Ressalta-se que neste estudo não houve necessidade de aplicar tal critério, uma vez que todos atenderam os critérios de elegibilidade. Após agendamento prévio, foram realizadas, na sala de reunião de uma universidade pública, localizada no interior cearense, quatro sessões de grupos focais, uma para cada segmento. Para cada sessão compareceram de seis a sete pessoas, o que resultou em uma amostra final de 26 pessoas LGBT participantes do estudo. Cada sessão teve duração média de duas horas, que foram registradas por

gravação de celular e posteriormente transcritas e codificadas no programa LibreOffice Writer, versão 6.4.

Para a condução das sessões de grupo focal se utilizou um roteiro/temário composto de questões norteadoras, a saber: o que você entende sobre acesso aos serviços de saúde? Quais as facilidades que a população LGBT tem para acessar os serviços de saúde? Quais as dificuldades que a população LGBT tem ou enfrenta para acessar os serviços de saúde?

Utilizou-se o software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IraMuTeQ) para o processamento dos dados e a análise de conteúdo como técnica para o tratamento e a interpretação dos fenômenos sociais oriundos dos grupos focais. Para organizar os conteúdos textuais, foi utilizada a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que agrupa e organiza graficamente o *corpus textual* de acordo com sua frequência (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Para manter o anonimato dos participantes, mulheres que se autodenominaram lésbicas foram nomeadas como elementos da natureza, entrevistados gays foram designados por aves em extinção, bissexuais foram denominados com cores da bandeira do orgulho bissexual e transexuais foram cognominadas com cores da bandeira do orgulho transgênero, seguido de numeral cardinal (1, 2, 3...), atribuído por sequência de participação. Embora se tenha tentado a captação de travestis, estas não participaram do estudo. A pesquisa foi aprovada sob o parecer nº 2.753.055 pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

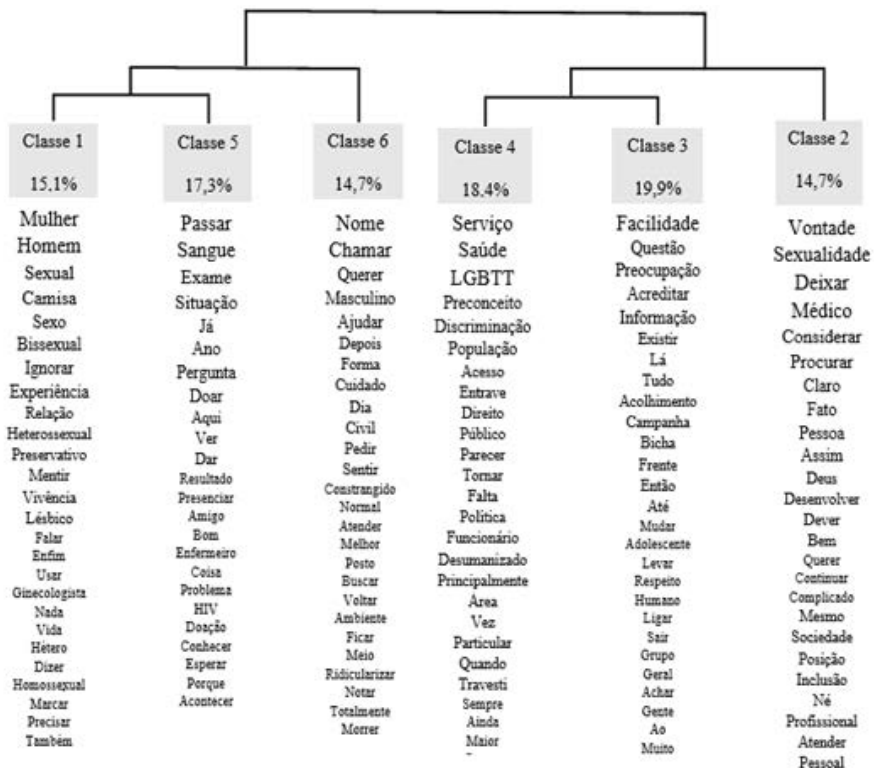
## Resultados e discussão

Participaram da pesquisa 26 integrantes LGBT – 6 lésbicas, 6 gays, 7 bissexuais e 7 transexuais – que se autodefiniram, em sua maioria (42%), como mulheres cisgêneras. Quanto à orientação sexual, os autodeclarados bissexuais foram maioria (27%). O perfil traçado do público apontou a predominância da faixa etária de 20 a 29 anos (65%) e a cor/raça parda foi declarada por 54% dos entrevistados. Tratando-se do estado civil, 46% se declararam solteiros/as ou sem parceiro/a. A maioria dos participantes disse não pertencer a nenhuma religião ou doutrina (46%), e a renda mensal de que a maioria dispõe é inferior a um salário-mínimo (50%), sendo que 85% do público possui vínculo empregatício e a grande maioria é estudante de ensino superior (42%).

Referente aos dados processados pelo programa IraMuTeQ, foram analisados do corpus “dificuldades e facilidades da diversidade de gênero no acesso aos serviços de saúde”, proveniente da transcrição das entrevistas dos grupos focais, 26 falas e 338 segmentos de textos, com aproveitamento de 272 segmentos (80,47%). Destes, emergiram 12.316 ocorrências e um total de 1.115 formas ativas que tiveram uma frequência maior ou igual a 3, categorizando seis classes distintas.

O dendrograma abaixo apresenta categorias que se tornaram nítidas pelos trechos dos depoimentos, exibindo marcos que concentram a significação e o sentido dos relatos. São também apresentadas as relações das palavras que emergiram entre as classes no formato de recortes do corpus, utilizando as unidades de contextos elementares (UCE) mais significativas de cada classe, conforme mostra a Figura 1.

**Figura 1:** Dendrograma da classificação hierárquica descendente gerada pelo software IraMuTeQ a partir da lista de evocações



Fonte: Elaboração própria, com dados da pesquisa (2020).

A análise emergiu do processamento das falas dos(as) participantes. No dendrograma, cada classe foi convertida em uma categoria temática que a representava, optando-se por apresentá-las e discuti-las por ordem crescente, ou seja, da classe/categoria menos expressiva à mais expressiva.

### **Uso do nome social nos serviços de saúde: um direito conquistado e não exercido**

A classe 6 foi uma das classes que manifestou menor expressividade (14,7%) e reflete as dificuldades enfrentadas pelos(as) transexuais em relação à não adoção do nome social nos serviços de saúde. As palavras mais representativas foram: “nome”, “chamar”, “querer”. Esta categoria evidencia o não cumprimento do direito que as pessoas transexuais têm de serem chamadas por seu nome social pelos profissionais da saúde, como exposto nos depoimentos.

*Um psicólogo que eu estava iniciando na sessão com ele [...] cheguei me identificando como [nome social]. Eu apresentei o meu nome civil [...] ele falou assim: “Mais espera, como você quer que eu te chame?” Eu disse “meu amigo, eu já lhe disse que você me chamasse de [nome social]”. Ele questionou ainda [...]. (Azul claro 1, Score: 200.22).*

*Eu já sofri preconceito até mesmo aqui no [...], por causa que o médico não queria me atender pelo nome em que eu queria. Ele falou: “Não, eu vou lhe atender pelo nome que está aqui, seu nome é este daqui”. Eu disse: “Não, mais eu quero ser chamada de [nome social]”, com o nome que eu gosto e insistiu em não me chamar. (Branca 1, Score: 172.09).*

A apresentação da classe/categoria problematiza as questões relacionadas ao nome social e seu uso no SUS, uma realidade ainda não materializada. Segundo Alves, Silva e Moreira (2016), o nome social designa o nome que as pessoas transexuais se reconhecem, se identificam, preferem e têm o direito de serem chamados(as), uma vez que o nome civil ou de registro não reflete sua identidade de gênero. O direito é garantido pela Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, por meio da Portaria nº 1.820 (BRASIL, 2009). Entretanto, não se percebe o respeito a esse direito na atualidade, o que pode acarretar constrangimento.

*[...] ele disse: “**Nem transexual operada eu chamo de ela**”. Ele falou tipo assim, que deveria me chamar pelo o meu nome masculino que estava na minha ficha, mais só que eu disse pra ele: “Não, por favor, me chame de [nome social]”, porque ele foi logo me constrangendo, “o que é que o senhor está sentido?”. (Branca 1, Score: 196.41, grifo nosso).*



Quando os(as) transexuais vão ao serviço de saúde e apresentam documentos que não condizem com suas identidades de gênero, sentem-se constrangidos(as), negligenciados(as) e podem até deixar de buscar novamente o serviço de saúde, o que aponta para a necessidade do avanço da democratização dos direitos humanos, a começar pelo reconhecimento das várias possibilidades de exercício da sexualidade (LIONÇO, 2008; MORAES; SILVA, 2015).

O SUS aponta a necessidade de um atendimento integral à população LGBT que inclui o acolhimento e o uso do nome social como forma de reconhecimento legítimo (POPADIUK; OLIVEIRA; SIGNORELLI, 2017). A utilização do nome social não depende de procedimentos cirúrgicos e mudanças físicas no processo de transexualizador; trata-se de uma ferramenta inclusiva em que o uso do nome social combate formas de preconceito e garante direitos frente a discriminação enfrentada pela comunidade LGBT. Todavia, a utilização do nome social ainda depende do bom senso e do preparo dos profissionais dentro das instituições de saúde (GUIMARÃES et al., 2017).

É comum observar o desrespeito advindo de alguns profissionais de saúde e barreiras resultantes de padrões culturais heteronormativos, baseados no binarismo masculino/feminino. Tal fato repercute nas ações voltadas às peculiaridades da identidade de gênero e orientação sexual, dentre elas a forma de tratamento, como o nome social, onde não há uma priorização de sua utilização (LONGHI, 2018).

Diante disso, a censura é algo constante nas questões relacionadas à expressão sexual, e por isso, segundo Foucault (1993), a sexualidade deve ser vista na ótica das relações humanas. O uso do nome social reitera um conjunto de sentidos e significados da mudança de um sujeito no mundo, que se apresenta em essência feminina e/ou masculina. Assim, respeitar o uso do nome social é garantir um direito legal em respeito à nova identidade do indivíduo.

### ***Desigualdades de acesso no setor público e privado: uma utopia?***

A classe 2 obteve 14,7% de todo o dendrograma. Esta classe/categoria mantém relação direta com a busca dos(as) participantes por profissionais mais sensíveis às questões de gênero e sexualidade. As palavras mais representativas foram “vontade”, “sexualidade”, “deixar” e “médico”. Esta classe evidencia uma das grandes dificuldades deste público: optar por buscar um serviço de saúde privado por julgar que este é mais acolhedor, uma vez que nos serviços públicos

de saúde a assistência em saúde não é humanizada, com restrições de acesso. Os(as) usuários(as), perante os obstáculos vivenciados, buscam profissionais que julgam ser mais acessíveis e/ou “mente aberta”, com postura ética, profissional e não preconceituosa, conforme relata Água 1:

[...] já procurei uma profissional que já era bem mente aberta e deixa a pessoa a vontade e isso é uma coisa admirável e até hoje é a mesma médica e graças a Deus me sinto à vontade. (Água 1, Score: 166.87).

Ainda, as desigualdades de acesso a um sistema instituído como universal, integral e equânime motivam a busca do público LGBT pelo serviço privado em saúde, pois acredita que no setor privado receberão uma assistência de qualidade, mais acolhedora e livre de preconceitos.

*Eu já procurei os dois serviços e o privado ele é sempre mais acolhedor, digamos assim, tanto os profissionais tanto o próprio ambiente é mais receptível, deixa a pessoas mais a vontade. O público existe toda uma precariedade, então a dificuldade não está só no profissional mais em toda a estrutura [...]. (Água 2, Score: 200.22).*

[...] em relação ao privado e o público, realmente o público é um pouco mais grosseiro. Já o privado ele tem aquela preocupação maior né? (Fogo 1, Score: 128.59).

Os problemas encontrados na busca pela assistência em saúde e o consequente apelo para o serviço particular evidenciam uma dimensão maior que a mera presença de espaços de acolhimento à diversidade de gênero, uma vez que estes serviços são mantidos por demanda. Desta forma, para além da garantia dos direitos dos clientes, tais serviços devem prestar um atendimento de qualidade, para que cada vez mais usuários possam acessá-lo. De fato, mais pessoas têm optado por planos e serviços de saúde privados por lhes atribuir melhor qualidade (PWC BRASIL, 2014).

Assim, um dos principais desafios do SUS é combater suas diferenças e desigualdades de acesso para que ele funcione de forma efetiva e eficaz. Para a concretização desta realidade, é necessário combater a barreira financeira entre os serviços de saúde e a comunidade e enfrentar sua mercantilização e a desproporção entre oferta e demanda existente (ASSIS; JESUS, 2012), condição expressa na fala de Água 2.

*E aí eu fico pensando, quem tem condições de pagar um médico, de pagar um convênio ou fazer algo do tipo bem, e aquela pessoa que não tem? [...] e aquela pessoa que de repente*

*não se enquadra no padrão digamos, assim, mais aceito na sociedade [...], eu acredito que essa pessoa deva sofrer mais ainda. (Água 2, Score: 88.50).*

Desta forma, institui-se a necessidade de reestruturação dos serviços de saúde públicos, tanto à nível de recursos humanos, desconstruindo a heterocisnormatividade estrutural e, assim, viabilizando a prática humanizada, quanto de recursos materiais e estruturais, permitindo o acesso não somente às tecnologias leves, mas também às leves-duras e duras.

### ***Da invisibilidade de mulheres lésbicas e bissexuais ao atendimento ginecológico***

A classe 1 obteve 15,1% de todo o dendrograma e mantém relação direta com o não reconhecimento da orientação afetivo-sexual no tocante às mulheres lésbicas e bissexuais por profissionais de saúde. As palavras mais representativas foram “mulher”, “homem”, “sexual”, “camisa”, “sexo”, “bissexual” e “ignorar”. Esta classe/categoria evidencia uma das grandes dificuldades enfrentadas atualmente por mulheres lésbicas e bissexuais: não serem assistidas em suas individualidades, em especial no que tange ao atendimento ginecológico. Dentre as falas mais importantes evocadas, destaca-se:

*Uma experiência que eu tive na ginecologista, ela perguntou se eu já tinha tido relações sexuais, aí eu disse que já, que havia tido relação hétero uma vez só, e aí foi eu falei que ficava também com mulheres, aí ela disse, não, mas você está iniciando agora sua vida sexual [...]. (Azul 3, Score: 187.10).*

Desde cedo, as mulheres são induzidas a buscar o atendimento ginecológico, seja quando ocorre a menarca, uma gravidez, após a primeira relação sexual ou na menopausa. Sendo assim, a busca por esse serviço é quase sempre gerada por eventos sociais que, ao mesmo tempo, provocam alterações no corpo da mulher (RABELLO, 2013). Com isso, a consulta ginecológica pode ser um momento de ansiedade e tensão. No caso das lésbicas ou bissexuais, esse atendimento parece ser ainda mais complexo, conforme citou Azul 3, que evidencia a tentativa profissional de ocultação das relações não heteronormativas.

Facchini e Barbosa (2006), ao investigarem a relação entre a lesbiandade e os serviços de saúde, destacaram o envolvimento de fatores como a invisibilidade da existência da mulher lésbica e da mulher bissexual, o movimento de repressão da própria sexualidade feminina e o preconceito – direto ou indireto – contra a homossexualidade e a

bissexualidade. Ainda, as autoras afirmam que os estudos relacionados a essa temática não conseguiram fornecer suporte necessário para o esclarecimento da existência de demandas e riscos específicos da saúde destas mulheres, já que a maioria aborda apenas o eixo da saúde sexual e reprodutiva à luz da heterossexualidade.

Esta ausência, intencional ou não, marginaliza os atendimentos às mulheres lésbicas e bissexuais que buscam o serviço de saúde. O estudo de Valadão e Gomes (2011), que fez uma análise integrativa de diferentes estudos brasileiros acerca da saúde das lésbicas, aponta que elas não são apoiadas por profissionais de saúde quando verbalizam suas orientações afetivo-sexuais na assistência ginecológica. Essa situação dificulta a possibilidade de atendimento seguro e ético, reproduzindo exclusão e violência simbólica.

*[...] quando você vai pra ginecologista e até mesmo passar em um enfermeiro e tal, tipo não se preocupam em de repente, primeiro perguntar qual a sua sexualidade, então já taxa você como heterossexual. Só pergunta se, “você tem relações sexuais?”, “qual o tipo de preservativo que você usa?” Aí normalmente eu olho e falo assim, nenhum. Você não toma anticoncepcional? Não. Você não usa camisinha? Não. Aí você fica meio que assim, aí as vezes eu me sinto meio constrangida em ter que parar e dizer, não, eu sou lésbica. Eu acho que é uma coisa, um cuidado que deveria partir dele sabe? (Água 2, Score: 73.76).*

Para Portella (2009), é fundamental durante o atendimento ginecológico que a paciente informe o profissional de saúde sobre suas práticas sexuais, caso tenha relação com mulher ou com homem e mulher. Contudo, essa realidade não se concretiza, visto que a maioria desses atendimentos segue um roteiro para a mulher heterossexual com foco no uso dos métodos contraceptivos, objetivando-se evitar a gravidez.

Ainda, para além de uma atenção não qualificada diante da revelação da orientação afetivo-sexual, as mulheres lésbicas e bissexuais observam mudanças na postura adotada pelo profissional.

*[...] a forma que ela me atendeu foi totalmente diferente da forma que ela estava me atendendo antes dela saber da minha orientação sexual, antes dela saber que ali era minha parceira [...]. Não gostei, também não voltei mais de jeito nenhum pra ela [...]. Pra mim foi triste [...]. (Ar 1, Score: 53.40).*

Diante destes relatos, Coelho (2011), em uma pesquisa quantitativa que abordou o tratamento dispensado às lésbicas em consultórios ginecológicos,

apontou que 59,5% das participantes revelaram sua orientação sexual ao profissional de saúde, sendo que 18,3% perceberam uma reação preconceituosa. Dentre as mulheres que não revelaram sua orientação, 30,6% saíram do consultório com receita de método contraceptivo, 19,4% com indicação de uso de preservativo masculino, 3,2% com indicação de teste de gravidez e 4,8% com hipótese diagnóstica de gravidez.

Valadão e Gomes (2011) destacam ainda que os profissionais de saúde precisam discutir sobre os riscos relacionados às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e ao HIV/aids em lésbicas, sobre as técnicas reprodutivas disponíveis, como inseminação artificial e fertilização *in vitro*, e aconselhar as pacientes sobre os cuidados que devem ser tomados na prática penetrativa – com brinquedos eróticos ou dedos – com objetivo de perceberem que não há uma mulher igual a outra, mas sim necessidades de saúde diversas.

Assim, as evidências demonstram a invisibilidade do lugar da lésbica nos serviços de saúde, visto que, dado os modelos reproduzidos, os profissionais de saúde se encontram preparados para atender mulheres heterossexuais, em parte o resultado de um processo formativo. Não se pode negar a força com que as instâncias educativas heteronormativas atravessam os sujeitos, ao ponto de que a heterossexualidade se tornar a única alternativa de viver a sexualidade e projetar socialmente o gênero (BRAGA; CAETANO; RIBEIRO, 2018).

Desta forma, demonstra-se a necessidade de elaborar protocolos específicos para as mulheres lésbicas e bissexuais, do enfrentamento à lesbofobia nos serviços de saúde, da escuta profissional qualificada e humanizada deste público e da formação de profissionais de saúde aptos a acolher, no atendimento ginecológico, as mulheres lésbicas e bissexuais e compreender as particularidades destas.

### ***A não doação de sangue por homossexuais: até quando?***

As classes 4 e 5 obtiveram, respectivamente, 18,4% e 17,3% de expressividade de todo o conteúdo e são relativas à discriminação e ao preconceito vivenciado por LGBT nos serviços de saúde, especificamente o preconceito contra a doação de sangue por homossexuais, especialmente gays. As palavras mais representativas foram “serviço”, “saúde”, “LGBT”, “preconceito” e “discriminação”, em que se destacam os relatos:

*[...] a gente além de não ter facilidades, ainda tem esses entraves, que o principal entrave é o preconceito e a discriminação que aí se faz, que tenha toda uma cultura de atendimento lá no acesso aos serviços de saúde que torna para a população LGBT **esse atendimento desumanizado** como eu costumo chamar. (Águia, Score: 387.44, grifo do autor).*

*[...] eu conheço muitas pessoas e tenho muitos amigos que passaram por essas situações, principalmente nisso de doar sangue que eu não entendo, sabe? Mais é bem comum. (Rosa 1, Score: 192.45).*

*Eu tenho um amigo que foi barrado de doar sangue porque ele é gay [...] uma das perguntas que estava no formulário foi: você é ativo ou passivo? E ele se sentiu extremamente constrangido. (Roxa 1, Score: 164.40).*

Um estudo de revisão sistemática da literatura, considerando o período de 2004 a 2014, apontou que as orientações afetivo-sexuais e identidades de gênero que não fossem heterossexuais e cisgênero, respectivamente, foram fatores determinantes nas dificuldades de acesso aos cuidados de saúde e que muitas ações são necessárias para a garantia de acesso aos serviços (ALBUQUERQUE et al., 2016). Outros estudos realizados na Alemanha (HIRSCH; LÖLTGEN; BECKER, 2016), Austrália (KOH; KANG; USHERWOOD, 2014) e Nova Iorque (DAVIS; BERLINGER, 2014) apontaram, como barreira ao acesso à saúde, a discriminação e o preconceito dos profissionais quanto à orientação afetivo-sexual e identidade de gênero do paciente.

Assim, em relação ao acesso aos serviços de saúde para doação de sangue, evidencia-se, no Brasil, preconceitos e discriminações específicas, como a proibição à população LGBT, particularmente os homossexuais, de doar sangue, o que torna os serviços de saúde ambientes hostis e de exclusão social.

A segurança do doador e do receptor deve ser cuidadosamente preservada nestes serviços, sendo a entrevista prévia à doação um meio essencial de triagem que deve abordar questões referentes à saúde. Entretanto, essa triagem não aborda questões de orientação sexual ou identidade de gênero. Estes dois assuntos também se encontram ausentes do rol de critérios para a seleção de doadores pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Ministério da Saúde (MS) (BRASIL, 2011).

apesar das previsões legais, são considerados inaptos por um ano à doação de sangue os homens que tiveram relações sexuais com outros homens e/ou parceiras sexuais destes nos últimos 12 meses (ANVISA, 2014). Diante deste conflito de normas, os bancos de sangue têm se posicionado

no sentido de definitivamente não aceitar candidatos à doação declaradamente gays. A recusa do sangue de um homem que mantém relações sexuais, por exemplo, relação anal, com outro homem pode gerar perda para os bancos de sangue, uma vez que descarta potenciais doadores saudáveis com base em critérios não precisos.

Portanto, há a necessidade de um novo método de entrevista e uma avaliação sanguínea mais segura não só para homossexuais, mas também para todos aqueles que desejam doar sangue, uma vez que a relação sexual anal não é praticada somente entre homossexuais e utilizar este critério, além de ser ineficaz e inseguro, provoca discriminações.

### ***Das facilidades às estratégias de acesso aos serviços de saúde***

A classe 3 obteve 19,9% de expressividade de todo o conteúdo das entrevistas, tendo relação direta com a ausência de facilidades do público para acessar os serviços de saúde. As palavras mais representativas foram “facilidade”, “questão”, “preocupação”, “acreditar” e “informação”.

*Acredito que não exista essa facilidade, a dificuldade é em geral, imagine pra nós né? **Qual a facilidade que a gente iria ter? Eu desconheço.** (Água 1 Score: 102.26, grifo do autor).*

*Primeiro que eu acho que ninguém tem facilidade de acessar os serviços de saúde, já começa daí. **Não tem facilidades para os héteros, então** eu acredito que para os LGBT **vai ter muito menos.** (Rosa 1 Score: 207.03, grifo do autor).*

Visualizar facilidades para possibilitar a inserção das diversas formas de vivências e expressões da sexualidade nos serviços de saúde é uma das maneiras para se concretizar o acesso, que, por sua vez, pode não se efetivar pela presença de entraves. Além do mais, a partir da análise mais minuciosa desta classe, foi possível identificar alguns elementos que, quando efetivados, podem, segundo os(as) participantes, funcionar enquanto facilitadores do acesso. Isso se demonstrou por meio das seguintes palavras desta classe, que também assumem valor representativo: “acolhimento”, “campanha”, “mudar”, “respeito” e “humano”, como verificado nos trechos transcritos:

*[...] você não vê, por exemplo, campanhas falando sobre prevenção de doenças entre as lésbicas que a gente sabe que existe. Você não vê campanhas falando sobre a importância de usar determinadas coisas, você não vê essa preocupação né [...]. (Água 2, Score: 68.32).*

[...] essa questão humana [...] tá ligada a questão da formação e é imprescindível que se mude o mais rápido possível e **se coloque a frente no acolhimento pessoas que saibam receber essa população com dignidade, com humanidade.** (Gavião, Score: 98.52, grifo do autor).

Isso se trata de respeito, [...] por mais que a gente tente não demonstrar, não chamar atenção, **os próprios profissionais nos ridicularizam por conta da aparência, por conta da voz fina, por conta dos trejeitos, porque culturalmente quanto mais afeminado, mais ridicularizado é.** (Beija- flor, Score: 5.04, grifo do autor).

Referente às campanhas que emergiram nos discursos dos(as) participantes, o MS lançou, em 2014, uma campanha focada na população LGBT em parceria com as Secretarias de Direitos Humanos (SDH) e de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, que contava com cartazes e materiais informativos visando à sensibilização sobre a saúde de cidadãos LGBT (GONÇALVES GARCIA; BATISTA; SANTOS, 2016).

A campanha teve como foco principal a saúde de mulheres lésbicas e bissexuais. Segundo o MS, há uma ideia equivocada por parte dos profissionais de saúde de que mulheres lésbicas não têm risco de desenvolver câncer de mama e de colo de útero, o que leva estes profissionais a não oferecerem métodos de prevenção. Percebe-se, então, a importância dessas campanhas para não somente eliminar os preconceitos e desigualdades, mas também para prevenir e detectar precocemente doenças (GONÇALVES GARCIA; BATISTA; SANTOS, 2016).

Ademais, é necessário que as campanhas ganhem outros enfoques e ocupem espaços como o ambiente escolar, familiar, laboral e demais terrenos da sociedade, objetivando desmistificar este assunto. Na atualidade, em virtude do maior conhecimento sobre a diversidade sexual e das informações existentes sobre suas demandas em saúde, é inadmissível e inconstitucional que a saúde da população LGBT seja encarada unicamente por um aspecto sexual e de promiscuidade. Os relatos obtidos com esta pesquisa evidenciam que o primeiro desafio enfrentado pela população LGBT no SUS é o acesso, seguido pela incerteza de um acolhimento humanizado e livre de qualquer discriminação, que pode ser ainda atrelada a outros fatores, como idade, cor, classe social etc. Neste sentido, Sousa, Abraão e Costa (2011) destacam que o processo de humanização no SUS depende de mudanças sistemáticas e estratégicas que envolvam as formas de pensar e agir da comunidade, dos gestores e dos profissionais, no sentido de garantir o respeito às diferentes manifestações da sexualidade.

A confluência dos esforços dos movimentos sociais e da produção científica brasileira levou o MS a elaborar programas e políticas públicas



específicas para este público. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (BRASIL, 2013), publicada em 2011, representou um ponto culminante desse processo, uma vez que sua elaboração traz a redução das desigualdades relacionadas à saúde desses grupos e o combate à discriminação e ao preconceito institucional enquanto obstáculos ao acesso, ao acolhimento e à qualidade da atenção do profissional de saúde. No entanto, para que a mudança desejada no cenário do acesso à saúde por parte da população LGBT ocorra, é fundamental que se invista na ideia de que os fatores relacionados à orientação afetivo-sexual e à identidade de gênero são importantes determinantes dos processos de cura e adoecimento (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

#### 4 Considerações finais

O estudo ofereceu reflexões sobre a ausência de facilidades e da existência de diversas dificuldades vivenciadas pela população LGBT ao acessarem os serviços de saúde. A carência de facilidades demonstra a relevância de se ampliar a discussão do assunto para que, desde a formação dos profissionais dessa área, elas possam ser gestadas e concretizadas. Ademais, estratégias para a minimização das dificuldades devem ser efetivadas, a fim de que a comunidade LGBT receba um cuidado mais equânime e integral.

Ainda que os resultados apontados nesta pesquisa sejam importantes, visualizam-se limitações neste estudo, como a ausência de participantes travestis. No entanto, os resultados obtidos encontram validade com os da literatura, demonstrando a importância de estudos dessa natureza, isto é, que elucidem as dificuldades e facilidades das pessoas que não se enquadram na norma heteronormativa. Por fim, sugere-se a realização de estudos futuros com profissionais da área da saúde no que concerne às dificuldades e facilidades no cuidado da saúde desta população, uma vez que os profissionais poderão contribuir para ampliar o conhecimento acerca desta temática.

#### Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Resolução da diretoria colegiada nº 34, de 11 de junho de 2014**. Brasília, DF: Anvisa, 2014.

ALBUQUERQUE, G. A. *et al.* Violência psicológica em lésbica, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 109, p. 100-111, 2016.

ALVES, C. E. R.; SILVA, G. F.; MOREIRA, M. I. C. A política pública do uso do nome social por travestis e transexuais nas escolas municipais de Belo Horizonte: uma pesquisa documental. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 11, n. 2, p. 325340, 2016.

ASSIS, M. M. A.; JESUS, W. L. A. Acesso aos serviços de saúde: abordagens, conceitos, políticas e modelo de análise. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 11, p. 2865-2875, 2012.

BRAGA, K. D. S.; CAETANO, M.; RIBEIRO, A. I. M. A educação e o seu investimento heteronormativo curricular. **Momento: Diálogos em Educação**, Rio Grande, v. 28, n. 3, p. 12-29, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.353, de 13 de junho de 2011. Aprova o Regulamento Técnico de Procedimentos Hemoterápicos. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 14 jun. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3FkhzUc>. Acesso em: 4 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 14 ago. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3la5Akd>. Acesso em: 4 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CESARO, C. G. K. Políticas públicas de saúde à população LGBT: percepção das travestis que se prostituem diante da realidade da cidade de Confresa – MT. **ACENO Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Cuiabá, v. 3, n. 5, p. 223-241, 2016.

COELHO, L. A representação social da homossexualidade feminina nos ginecologistas do ponto de vista das mulheres lésbicas e bissexuais. **Revista Tesseract**, São Paulo, n. 4, p. 50-59, 2011.

DAVIS, S.; BERLINGER, N. Moral progress in the public safety net: access for transgender and LGB patients. **Special issue: LGBT Bioethics – Visibility, Disparities, and Dialogue**, Hastings, v. 44, n. 4, p. 45-47, 2014.

FACCHINI, R.; BARBOSA, R. M. **Dossiê saúde das mulheres lésbicas**: promoção da equidade e da integralidade. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2006.

FERREIRA, B. O. **Babado, confusão e gritaria**: vivências e reflexões da população LGBT no SUS. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências e Saúde) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 11. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GONÇALVES GARCIA, F.; BATISTA, D. S.; SANTOS, M. C. A política nacional de saúde integral LGBT no Sistema Único de Saúde (SUS). **Ideário**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 117-132, 2016.

GUIMARÃES, R. C. P. *et al.* Assistência a população LGBT em uma capital brasileira: o que dizem os agentes comunitários de saúde? **Tempus: Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, DF, v. 11, n. 1, p. 121-139, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3a8eVTc>. Acesso em: 4 out. 2021.

HIRSCH, O.; LÖLTGEN, K.; BECKER, A. Lesbian womens' access to healthcare, experiences with and expectations towards GPs in German primary care. **BMC Family Practice**, New York, v. 17, p. 162, 2016.

KOH, C. S.; KANG, M.; USHERWOOD, T. I demand to be treated as the person I am: experiences of accessing primary health care for Australian adults who identify as gay, lesbian, bisexual, transgender or queer. **Sexual Health**, Melbourne, v. 11, n. 3, p. 258-264, 2014.

LIONÇO, T. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-21, 2008.

LONGHI, M. P. Ampliando o olhar para a população LGBT em um grupo de discussão com trabalhadores de saúde: potencialidade e desafios. **Bis**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 116-124, 2018.

MELLO, L.; AVELAR, R. B.; MAROJA, D. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 289-312, 2012.

MORAES, A. N. D.; SILVA, G. S. N. As travestis, o não uso do nome social na atenção primária à saúde e a educação popular como possibilidade de mudança. *In*: COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE, 11., 2015, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Cemep, 2015. p. 136-154. Disponível em: <https://bit.ly/3iwc0bQ>. Acesso em: 4 out. 2021.

POPADIUK, G. S.; OLIVEIRA, D. C.; SIGNORELLI, M. C. A política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) e o acesso ao processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1509-1520, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3Bc3FkO>. Acessado em: 2 fev. 2021.

PORTELLA, A. P. **Lésbicas, sexualidade e saúde: síntese dos resultados de pesquisa direitos sexuais e necessidades de saúde de lésbicas e mulheres bissexuais na percepção de profissionais de saúde e usuárias do SUS**. Recife: SOS Corpo, 2009.

PWC BRASIL. **O mercado de serviços de saúde no Brasil**. São Paulo: PricewaterhouseCoopers Brasil, 2014. Disponível em: <https://pwc.to/3Fi9b7F>. Acesso em: 15 out. 2020.

RABELLO, L. R. **A existência lesbiana e o atendimento ginecológico oferecido às lésbicas no discurso de profissionais da saúde do HRC**. 2013. Monografia (Graduação em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

SOUSA, P. J.; ABRÃO, F. M. S.; COSTA, A. M. C.; FERREIRA, L. O. C. Humanização no acolhimento de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais na atenção básica: reflexões bioéticas para enfermagem. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 5, n. 4, p. 1064-1071, 2011.

VALADÃO, R. C.; GOMES, R. A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 1451-1467, 2011.

Recebido em novembro de 2020.

Aprovado em julho de 2021.

## VIOLÊNCIA E TRANSFOBIA: VIVÊNCIAS DE TRAVESTIS QUE EXERCEM A PROSTITUIÇÃO – CAMPINA GRANDE-PB

Idalina Maria Freitas Lima Santiago<sup>1</sup>

Ednaldo da Costa Braz<sup>2</sup>

Josilene Barbosa do Nascimento<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo problematiza os discursos das travestis acerca das violências vivenciadas durante a atividade prostitucional realizada nas ruas da cidade de Campina Grande-PB. Foi realizado o mapeamento dos espaços de prostituição utilizados pelas travestis e selecionada uma amostra, por acessibilidade, de cinco informantes. O estudo foi procedido por meio da observação etnográfica e de entrevistas. Os resultados apontaram que as travestis são vítimas de transfobia por desestabilizarem a norma dominante de gênero. A violência à qual estão submetidas é originada pelas significações do que é ser travesti, produzidas a partir do preconceito em relação a esses sujeitos, visto que elas resistem à heteronormatividade e são punidas por isso. As formas de violência se intensificam quando a travestilidade está atrelada à prostituição, pelo fato de essa atividade ser considerada degradante e imoral.

**Palavras-chave:** Transfobia; Atividade prostitucional; Violências.

**Abstract:** This article problematizes the discourses of *travestis* (pre-op trans women) about the violence experienced during the exercise of prostitution activities on the streets of the city of Campina Grande-PB. Data were collected by means of interviews conducted with five informants and by an ethnographic observation of the mapped prostitution spaces. The results show that *travestis* are victims of transphobia for destabilizing gender norms. The violence to which they are subjected arise from the jaundiced meanings attributed to being a *travesti*, for these individuals resist heteronormativity and thus are punished for it. The forms of violence intensify when *travestis* are linked to prostitution, insofar as this activity is considered degrading and immoral.

**Keywords:** Transphobia; Prostitution activity; Violence.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. E-mail: imfls@uol.com.br. Orcid: 0000-0002-4752-0260

2 Mestre em Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, Brasil. E-mail: costabrazednaldo@gmail.com. Orcid: 0000-0001-6402-4798

3 Doutora em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil. E-mail: ninjosibn@gmail.com. Orcid: 0000-0002-4627-8855

## Introdução

Os índices de assassinatos da população travesti e transexual no Brasil, no ano de 2017, segundo pesquisas da Associação Nacional de Travestis e Transexuais/Antra (BENEVIDES, 2018), foram mais incidentes na região Nordeste, com 39% dos casos. Nesse contexto, a Paraíba vem ocupando a posição de primeiro lugar no ranking dos estados que mais cometem assassinatos contra a referida população, tomando-se como parâmetro de análise os números proporcionais à quantidade de habitantes de cada estado brasileiro. No caso paraibano, foram 2,5 mortes por um milhão de habitantes.

Como exemplo dessa situação de violência, podemos citar o caso de Inete, uma travesti negra, deficiente física, de baixo poder aquisitivo e prostituta, assassinada em 2011 no local de trabalho, na rua João Pessoa, em Campina Grande-PB, quando estava exercendo a prostituição. O assassinato foi registrado pelas câmeras da Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos (STTP), motivo pelo qual teve repercussão nacional.

Tal contexto foi efetivo para motivar a escrita deste artigo. Nesse sentido, o propósito aqui é problematizar os discursos das travestis acerca das experiências de violências vivenciadas em seus trajetos durante o exercício da atividade prostitucional, realizada nas ruas da cidade de Campina Grande-PB.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi necessário realizar o mapeamento das ruas que eram utilizadas pela população travesti e transexual como espaços de prostituição em Campina Grande-PB e a contextualização das condições nas quais a atividade prostitucional acontecia. Cabe ressaltar que não incluímos na pesquisa outros espaços de prostituição, como saunas, boates e demais encontros a partir de redes sociais, clubes de sexo etc.

Foram abordadas todas as travestis e transexuais que estavam trabalhando como prostitutas nas ruas Presidente João Pessoa e Presidente Epitácio Pessoa, em média de onze a quinze pessoas, mas somente cinco travestis se dispuseram a colaborar com a pesquisa, que ocorreu durante o período de dezembro de 2015 a julho de 2016. As técnicas utilizadas para coleta dos dados foram a observação etnográfica, o diário de campo e a entrevista com roteiro semiestruturado, gravada, transcrita e, posteriormente, analisada à luz da análise de conteúdo<sup>4</sup>.

---

4 A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética, que referendou sua realização no processo nº 55165216.0.0000.5187.

Como aporte teórico-conceitual para as análises aqui esboçadas, buscamos referência na chamada *Nova Política de Gênero* (PISCITELLI, 2009), abordagem teórica e política dos estudos de gênero que se esforça radicalmente para eliminar qualquer naturalização na noção de diferença sexual. Uma das autoras exponenciais dessa vertente dos estudos de gênero é Judith Butler. A autora evidencia que esses estudos referendam as demandas deflagradas pelos movimentos reivindicatórios dos direitos sexuais (BUTLER, 2015, 2016), que defendem os direitos dos intersexos, transexuais, transgêneros, travestis, gays e lésbicas, e suas complexas relações com as teorias feministas e *queer*.

Para efeito de nomeação dessas práticas de gênero, tomamos de empréstimo as considerações de Piscitelli (2009) acerca dos intersexos, travestis e transexuais. Nas palavras da autora,

Esse conjunto de pessoas resiste a classificações lineares como ‘homens’ ou como ‘mulheres’. Os intersexos pela ambiguidade de seus genitais. As travestis porque, com genitais masculinos, mas com corpos feminilizados mediante o uso de hormônios, silicones, roupas e perucas femininas, transitam entre lugares femininos e masculinos. E os transexuais porque incorporam um gênero diferente ao que corresponderia a seus genitais, buscando uma mudança de sexo que envolve, às vezes, cirurgia de transgenitalização, procedimento no qual os genitais são alterados. (PISCITELLI, 2009, p. 143).

Complementando essa citação, podemos acrescentar uma distinção entre transgênero e transexual, comumente utilizada nos movimentos LGBTQI+<sup>5</sup>, que designa transgênero àquelas pessoas que se identificam ou vivem de acordo com o gênero oposto ao determinado no nascimento, sem, necessariamente, se submeterem a tratamentos hormonais ou operações para ressignificações do sexo. Contudo, essas nomeações não são classificações fixas para identificação das práticas de vivência do gênero, posto que é comum haver similitude entre os termos transexuais e transgêneros. De forma mais usual, transexuais são considerados como parte do grupo transgênero.

Butler (2015, p. 44) discorre sobre a noção de heteronormatividade, indicando que ela “requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre ‘feminino’ e ‘masculino’, em que estas são

---

5 Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queer*, intersexuais e demais orientações.



compreendidas como atributos expressivos de ‘macho’ e de ‘fêmea’”. A heteronormatividade, nesse caso, é uma ordem social/sexual que incita todos os indivíduos a se comportarem como heterossexuais, sendo considerado o modelo ideal, *natural*, de orientação sexual, legitimando uma linearidade entre sexo, gênero e desejo, que é uma norma exigida pela sociedade em geral, determinando que se o sujeito é “identificado” com determinado órgão sexual (pênis ou vagina), obrigatoriamente seu gênero deverá corresponder ao seu sexo.

A ordem compulsória do sexo/gênero/desejo, afirmada pela matriz hegemônica heterossexual, defende uma linearidade entre esses termos, o que significa dizer: corpo com pênis naturalmente dado (sexo macho), gênero culturalmente construído (masculino), desejo por uma fêmea (mulher) e, inversamente, corpo com vagina (sexo fêmea), gênero feminino, desejo por um macho. Conforme enfatiza Butler (2015, 2016), as práticas *drag*, travestis, lésbicas, transexuais e transgêneros desestabilizam essa heteronormatividade, demarcando que não há linearidade entre sexo, gênero e desejo.

Buscando explicitar a diferenciação entre orientação sexual e identidade de gênero, trazemos a contribuição de Silva et al. (2016). Para os autores, a orientação sexual de um sujeito diz respeito ao sentido do desejo sexual, que pode ser com pessoas do sexo oposto (heterossexual), do mesmo sexo (homossexual) ou por ambos (bissexual). Já a identidade de gênero “faz referência a como os indivíduos se reconhecem dentro dos padrões de gênero estabelecidos socialmente” (SILVA et al., 2016, p. 2).

Butler (2015) defende que a identidade de gênero é construída no e pelo discurso. A identidade é um devir, um construir sem origem nem fim. Ela está aberta a certas formas de intervenção e de ressignificação contínuas, porquanto seja uma prática discursiva. As identidades de gênero acontecem no interior da lei (norma), sendo por ela conformada. No que concerne ao gênero, a liberdade de escolha individual é limitada por essa norma, porém essa liberdade existe. Butler (2015) expõe essa liberdade como a possibilidade de interpretar as normas existentes de gênero, organizando-as de uma nova forma. A subversão e a desestabilização acontecem quando as normas de gênero que permitem a repetição e a progressiva cristalização da identidade são deslocadas.

Na perspectiva butleriana, o sujeito é um construto performativo (uma construção performativa) e o gênero é pensado como uma performatividade.

Gênero não é algo que somos, mas é algo que fazemos, um ato ou uma sequência de atos, um fazer em vez de um ser. Se o gênero é um conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório, altamente rígido, a identidade é constituída pelas próprias expressões que supostamente são resultados do gênero.

A nomenclatura contemporânea dos estudos de gênero aponta a condição de cisgeneridade na construção performativa, equivalente à identidade de gênero do indivíduo que coincide com seu sexo biológico, determinado no nascimento, e a transgeneridade refere-se aos sujeitos que apresentam performance de gênero contrária ao atribuído biologicamente. Sujeitos cisgêneros e transgêneros experienciam vivências amorosas de orientação heterossexual, homossexual, bissexual e sem práticas sexuais.

No que concerne à travestilidade, Vale (2005) aponta a experiência travesti como uma transgressão de fronteiras, que ocorre em uma passagem de um limite estabelecido para o sujeito do sexo masculino até chegar ao outro lado, assumindo uma forma feminina. Sendo assim, o autor nos faz pensar nas mudanças que fazem as pessoas travestis percorrerem o alcance de transformações corpóreas.

Para além da mera inversão vestimentária, a experiência travesti e transgênero faz ver que o feminino e o masculino remetem às normas estabelecidas, aos valores, aos símbolos, às representações, mas ela joga com essas normas, desviando os signos que lhes são correspondentes: identificação ao ethos do outro signo, derrisão por sua caricatura, erotismo da ambigüidade, subversão das relações estabelecidas entre os sexos. (VALE, 2005, p. 14).

Para Vale (2005), o sujeito travesti é um sujeito anatomicamente do sexo masculino a representar uma mulher-signo de uma feminilidade fatal, ritualizando, assim, uma mulher *idealizada e estereotipada*.

Silva et al. (2016, p. 2) informam que entre a população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, as travestis e transexuais “são as que mais sofrem com o preconceito e a discriminação no ambiente familiar e social”, tendo bastante dificuldade de aceitabilidade e empregabilidade no mundo do trabalho.

Como aponta Peres (2009), as travestis e transexuais têm suas vidas subestimadas a partir de um contexto de exclusão em que estão inseridas. Esse fator de exclusão parte do processo de estigmatização, fato que acarreta preconceitos e discriminações que se desenvolvem como ondas,

prolongando-se da família para a comunidade e demais espaços de relações nos quais esses sujeitos se inserem.

Excluídas do meio social, a cadeia de fragilidades e vulnerabilidades reverbera para o mundo do trabalho. Afinal, quem quer dar emprego a uma profissional que seja travesti ou transexual? Sem alternativas, na maioria das vezes, recorrem à prostituição. É evidente que algumas travestis/transexuais optam pela prostituição como estratégia de vida, mas a ausência de empregos é um fator importante a ser levado em consideração para que não se possa atribuir a atividade prostitucional como uma escolha individual, marcada unicamente pela luxúria.

É importante destacar que a vivência da prostituição acarreta uma série de formas de violências, perpassada pela ideia de pecado, construída no século XVII na Europa pela religião, ligada à moralidade cristã, de forma a classificar as prostitutas como sujeitos degradantes e pecadoras por natureza. Houve a construção de saberes médicos, a partir do século XVIII, com o intuito de diagnosticar os sujeitos *desviantes*, higienizar suas práticas sexuais e criar estratégias de controle sobre tais práticas (COSTA, 1999).

Atualmente, a prostituição ainda é significada pela sociedade moderna ocidental como uma prática ultrajante, percebida de forma moralista entre os setores da população, necessitando que sejam efetuadas medidas de vigilância frente aos sujeitos que exercem a atividade e, também, sua clientela.

Quando a prostituição é associada à figura da travesti e da transexual, valores homofóbicos são adicionados a tal prática, desencadeando um processo repleto de formas de violências. Segundo Rios (2009), o termo homofobia refere-se ao preconceito e discriminação contra indivíduos em razão de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. O mencionado autor afirma a necessidade de demarcar as demandas referentes às violências que envolvem os LGBTQI+, tais como transfobia, lesbofobia, bifobia, para além da utilização do termo homofobia como o aglutinador de todas as fobias. Dessa forma, ele ressalta a lesbofobia como uma aversão e ódio contra mulheres lésbicas; a bifobia atrelada à repulsa a indivíduos que se identificam como bissexuais, ou seja, têm suas práticas sexuais e afetivas com homens e mulheres; e a transfobia como a aversão aos indivíduos travestis e transexuais. Nesse contexto, as travestis são alvos do discurso transfóbico, expresso diretamente por meio dos atos de violências vivenciados em seu dia a dia sob as mais diferentes formas de agressões.

Referindo-se à discussão sobre as violências contra travestis e transexuais, Souza et al. (2015) afirmam se tratar de um tema que tem recebido pouca consideração da academia, das organizações da sociedade civil e dos governos, mesmo constatando-se que o Brasil é um dos países onde ocorre forte intolerância contra esses sujeitos. Como consequência dessas considerações, este texto busca preencher uma lacuna nas discussões sobre travestis, prostituição e violência na cidade de Campina Grande-PB, abrindo um percurso de pesquisa sobre a temática e incentivando a construção de outros trabalhos.

### **As agressões vivenciadas pelas travestis**

A problemática da violência acompanha a humanidade desde sua origem, manifestando-se de formas e em circunstâncias diferentes. Segundo Levisky (2010), a busca pela definição de violência não é algo fácil, pois a ação geradora da violência pode ter significados múltiplos de acordo com cada cultura em que esteja sendo realizada. A violência pode ser considerada uma força que transgride os limites dos seres humanos, de maneira que perpassa todas as instâncias sociais, possibilitando que o sujeito perca a noção de seus direitos e deveres.

Para Souza et al. (2015, p. 768), a concepção de violência é bastante abrangente, sendo considerada como um conjunto que envolve “a possibilidade ou a ameaça potencial de uso da força física; os abusos nas relações entre grupos sociais; a opressão e o abandono de segmentos populacionais; e o abalo causado por torturas físicas e emocionais”. Nesse sentido, “a violência é um fenômeno de causalidade complexa, que envolve diversas dimensões da experiência humana”, apresentando contornos definitivos na contemporaneidade, “pois dramatiza causas emergentes e as situa no debate público” (SOUZA et al., 2015, p. 768).

Sobre as múltiplas formas de intolerância e violência contra as travestis, elas se modificam de modo crescente, indo desde o assédio moral, passando pela discriminação, até a morte. Certamente, a violência vivenciada por esses sujeitos, seja psicológica ou física, é naturalizada no imaginário social, articulada e legitimada pelas significações do que é ser travesti, representações produzidas e disseminadas com base no preconceito e na discriminação.

No intuito de conhecer os discursos das travestis acerca das violências vivenciadas por elas, foi perguntado, a cada uma, o que seria violência e

quais situações violentas elas teriam se envolvido. Nesse sentido, Whitney Houston<sup>6</sup> comenta:

*Violência pra mim é o que acontece, acontece muita violência na rua. Principalmente de noite quando a gente tá se prostituindo. As pessoas passam e jogam pedras, outras pessoas passam e xingam e o risco que a gente corre também de estar numa esquina e o pessoal sai com a gente e a gente não sabe o que ele tá pretendendo: se é o programa mesmo ou aprontar... Então, é violência, né? Já abusaram de mim, primeiro sem eu querer, né? Que no caso já é violência. Não é nem estupro, né? É violência. (WHITNEY HOUSTON, entrevista concedida em 22/01/2016).*

Nesse relato, é nítida a fragilidade que as travestis vivenciam quando estão nas ruas se prostituindo. Para Whitney Houston, a violência refere-se a tudo o que acontece na noite, desde os transeuntes passarem jogando pedras e proferindo xingamentos, até os riscos que correm com os clientes, pois não sabe se a pessoa que sai com ela está procurando um programa ou tem interesse em exercer algum tipo de violência. A entrevistada ainda informou que já havia sido abusada, sendo forçada à prática sexual sem consentimento. Apesar de ela não ter definido claramente em sua narrativa o que diferenciaria o estupro da violência, deixou evidente que sofreu violência e não estupro. É evidente que o estupro é uma forma de violência, mas, no imaginário social, apenas uma mulher biológica pode ser estuprada, percepção também reconhecida por Whitney Houston.

Cabe ressaltar que a lei sobre o crime de estupro foi modificada em 2009. Assim, a Lei 12.015, de 2009, extinguiu o crime de atentado violento ao pudor incluindo tal conduta em estupro. Essa unificação dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, em um só tipo penal, abriga como sujeitos passivos e como sujeitos ativos o homem e a mulher. Nesse contexto, o artigo 213 do Código Penal passou a vigorar do seguinte modo: “Art. 213 – Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (BRASIL, 2009). Tal redação altera a ideia de que o sujeito passivo do delito só poderia ser *mulher* a partir da substituição da expressão *mulher* por *alguém*, ou seja: anteriormente, o crime de estupro exigia a condição especial do sujeito ativo, que era considerado somente o homem, e do sujeito passivo do delito, que só poderia ser a *mulher biológica*. Agora, além do crime de

---

<sup>6</sup> Utilizamos pseudônimos para identificar as travestis que participaram da pesquisa. Foram utilizados como referência os nomes de cantoras que já faleceram. Nomes que tinham e ainda têm referência no meio das travestis.

estupro poder ser praticado por homem ou mulher, o sexo do ofendido é indiferente para a caracterização do crime, tendo como sujeito passivo o homem ou a mulher. É nesse sentido que o homem também pode ser vítima de estupro, desconstruindo a lei anterior que considerava estupro apenas a penetração do pênis na vagina.

Tal modificação é uma inovação, visto que a violência sexual, tanto vaginal quanto anal (antes considerada como atentado violento ao pudor), foi considerada um único crime de estupro. Na atualidade, sem essa diferenciação, não poderá ocorrer mais dúvidas sobre um sujeito trans ser vítima ou não de estupro. A referida equiparação dos dois crimes extingue tais dúvidas e/ou discussões.

A nova lei do estupro também modificou o Código Penal, ajustando-o às realidades da atualidade, substituindo, no Título VI, a antiga designação “Dos crimes contra os costumes” para “Dos crimes contra a dignidade sexual”, dividindo as vítimas entre maiores e menores de 14 anos (vulneráveis)<sup>7</sup>, entre outras.

É nesse sentido que qualquer ato com sentido sexual, praticado por alguém sem permissão da vítima, como um toque íntimo – um beijo forçado, por exemplo –, atualmente é visto como estupro pela lei.

Edith Piaf inicia seu discurso enfocando a violência generalizada que se alastra pelo Brasil, inserindo a transfobia nesse contexto. Ela indica que nunca passou por situações de violência, considerando necessário apresentar comportamentos adequados para que seja respeitada. Em entrevista concedida, Edith Piaf relatou que “sabe entrar e sair dos lugares”, como se a existência de sua performance feminina precisasse ter uma conduta/comportamento adequado às normas societárias para que seja aceita e não sofra agressões. Para tanto, Edith Piaf busca espaços mais seguros para que se sinta à vontade para frequentá-los.

*Hoje em dia você não pode olhar pra ninguém e dizer que é feio ou bonito que tão matando, né? E violência existe em todo canto, toda esquina, roubo e a gente tem que saber entrar e saber sair. Por mais que a gente esteja certa, mas a gente tem que baixar a cabeça nessa hora, porque a gente tem o que perder, né, e eles não.*

---

7 O menor de 14 anos tem uma proteção especial da lei brasileira, considerando que com essa idade é proibida qualquer conduta sexual, com ou sem consentimento. Assim, o estupro de vulnerável é crime mesmo com o consentimento da vítima. A lei também protege quem não pode oferecer resistência ao estupro, seja por possuir alguma enfermidade ou problema mental ou por estar em uma situação vulnerável, não tendo discernimento para oferecer resistência, como uma pessoa drogada, por exemplo.

*Eu nunca sofri nenhuma violência, nunca sofri graças a Deus, porque eu sei entrar, sei sair e conversar, entendeu? Sei conversar com as pessoas, me mostro ser uma pessoa educada, entendeu? Nunca sofri agressão assim não, do povo bater em mim não [Pausa]. Eu acho que hora a pessoa peca um pouquinho, se a pessoa não tem calma, tem estresse, é o que eles querem pra levar pra frente e maltratar, né? Eu acho que é safadeza mesmo que eles fazem com as outras pra chegar e tá batendo assim. Mas comigo é assim. O que eu quis dizer que eu evito muito certos tipos de lugares para não acontecer isso. Só vou em lugares que tenham movimento, segurança, essas coisas. São os lugares que eu gosto de ir. Lugares que sejam mais seguros pra mim, entendeu? (EDITH PIAF, entrevista concedida em 09/07/2016).*

Carmen Miranda refere-se à violência como algo que a sociedade imputa às pessoas travestis como forma de puni-las por destoarem das normas hegemônicas baseadas na heteronormatividade.

*Violência é o que a sociedade tem para nos oferecer. É aquilo que a sociedade nos dá, é o xingamento quando se caminha pela rua, é o espancamento que recebe no trabalho, é a rejeição do currículo que você tenta conseguir [sobre a busca por emprego], isso é a violência. A violência é essa forma que a sociedade rejeita e trata a gente. Eu já fui xingada de muitas coisas: bicha, veado, essas coisas todas, xingamento é... [Pausa]. (CARMEN MIRANDA, entrevista concedida em 24/07/2016).*

Segundo Cruz e Sousa (2014), o fato de as travestis violarem a norma binária heterossexual faz com que elas sejam investidas na condição de não humanas. Portanto, a sociedade passa a vê-las como monstros, anormais, a partir de classificações pejorativas, que podem proporcionar nesses sujeitos um sentimento de ódio explícito, persistente e generalizado contra si. Os sentimentos de aversão são formas de violência punitivas contra os sujeitos que não se adequaram à lógica hegemônica heteronormativa.

A partir da transgressão da heteronormatividade, as travestis são relegadas à abjeção, de maneira que estão mais vulneráveis às diversas formas de violência. Para Selena, a violência acontece pelo fato de as travestis serem diferentes do padrão de normalidade. Ela refere-se às práticas de violências vivenciadas pelas travestis como uma rejeição da sociedade às suas performatividades que não se alinham às regras hegemônicas do sistema sexo/gênero/desejo.

*Pela questão da sexualidade, pela questão dos trajes também, né? E a gente, sei lá... [Pausa] A gente quer ser outra pessoa, a gente quer ser realmente mulher mesmo. Não sei se todas concordam, mas eu acho que é isso. Assim, você se sente mulher, eu me sinto mulher. (SELENA, entrevista concedida em 18/05/2016).*

Na perspectiva de Selena, à medida que as travestis passam a assumir sua performance feminina, torna-se mais visível sua transgressão de gênero, pois é no corpo que se materializa a transformação do gênero, ficando mais suscetíveis a sofrerem agressões.

Vale ressaltar que as violências estão diretamente atreladas ao estigma. Goffman (1988) afirma que o estigma nada mais é do que “uma marca ou um sinal no corpo”. Dessa forma, o estigma se torna algo que carregamos como identificação em que se dita o que é ser normal e anormal. O citado autor relata vivências de indivíduos que são considerados incapazes de se limitarem aos padrões normalizados da sociedade, a partir de exemplos de sujeitos com deformações físicas, psíquicas ou de caráter, ou mesmo qualquer outra característica que os tornam diferentes e até inferiores aos olhos dos outros.

Acerca do termo estigma, Goffman (1988, p. 13) afirma que ele “será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo”. Para o autor, o atributo que estigmatiza alguém tem como finalidade classificar a normalidade de outrem, como forma de enaltecer um sujeito em detrimento do outro. O estigma passa a ser construído pela sociedade que “estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (GOFFMAN, 1988, p. 11). Dessa maneira, os membros da sociedade passam a construir categorizações para aqueles sujeitos que destoam do que é tido como normal. Assim sendo, serão considerados anormais, estranhos, sujeitos contrários aos padrões normais.

*As prostitutas, os viciados em drogas, os delinquentes, os criminosos, os músicos de jazz, os boêmios, os ciganos, os parasitas, os vagabundos, os gigolôs, os artistas de show, os jogadores, os malandros das praias, os homossexuais, e o mendigo impenitente da cidade [...] São essas pessoas consideradas engajadas numa espécie de negação coletiva da ordem social. (GOFFMAN, 1988, p. 154-155).*

Nessa escala do desvio, encontra-se a travesti, atrelada à categoria homossexual, como poluidora da sociedade, por não exercer a masculinidade que lhe foi atribuída ao nascimento e por ser sujeito que destoa do padrão de normalidade, a partir de sua performance de gênero feminina e das transformações corporais realizadas.



O pertencimento das travestis ao estigma construído pela sociedade possibilita que elas vivenciem, ao longo de suas vidas, discriminação e preconceito, de modo que se sintam excluídas de vários espaços. Por essa realidade, podem existir pontos em comum na trajetória de vida das travestis, como sofrimento psíquico, discriminações, rejeição familiar, estigmas e dificuldades de inserção social.

Para Rios (2009, p. 54), a violência contra travestis está perpassada por diversas manifestações de discriminação e preconceito. O autor descreve o preconceito como “percepções mentais negativas em face de indivíduos ou grupos socialmente inferiorizados”. O preconceito e a discriminação, juntos, são responsáveis pelas diversas formas de violências exercidas sobre os LGBTQI+, violências que vão desde o assédio moral até a morte.

Relativo ao lugar que ocupam nas ruas e sobre as vulnerabilidades vivenciadas por elas, Whitney Houston e Selena relataram que a violência também está associada ao fato de exporem seus corpos nas ruas:

*Essas violências acontecem porque a gente tá exposta ali na rua, né? E o preconceito também. É mais o preconceito, mas a gente está ali também exposta e aí eles acham mais fácil. [Pausa] [...] Eu acho que acontece por isso, por a gente está exposta. É preconceito. Muito preconceito, homofobia mesmo, pelo fato de ser travesti e pelo fato da gente está lá exposta na rua, pelos dois. (WHITNEY HOUSTON, entrevista concedida em 22/01/2016).*

*Você fala com um cliente, com uma amiga na rua fazendo programa; a gente é... a gente está exposta lá na rua, tô na rua e aí às vezes passa uma pessoa de moto, de carro, e aí xingam e aí: “olha o veado, tu não dissesse que ela não vinha hoje”. E existe esse xingamento, essa humilhação. (SELENA, entrevista concedida em 18/05/2016).*

Para as duas entrevistadas, ao estarem nas ruas exercendo a prostituição, as travestis passam a ser um alvo fácil, pois a exposição de seus corpos naquele espaço marginalizado as deixa suscetíveis a qualquer ato de agressão possível. As violências verbais são muito constantes.

Selena reforça sua argumentação em relação aos motivos que levam a transfobia a se reproduzir, enfatiza a posição da sociedade ao classificá-las como sujeitos *diferentes* por não exercerem a masculinidade que lhes foi atribuída desde o nascimento. Elas rompem com a heteronormatividade que busca alinhar o sexo biológico ao gênero e ao desejo heterossexual.

*Pela questão de a gente ser diferente, né? Que as pessoas acham que, na verdade, todo mundo acha que não deveria existir, né? Eu vejo cada discurso homofóbico, transfóbico, dizendo que homem é homem, que mulher é mulher. Então, a sociedade vem muito com essa questão e pra eles, de certa forma, a gente vai incomodar. (SELENA, entrevista concedida em 18/05/2016).*

Com relação às violências vivenciadas pelas travestis, elas relataram histórias de agressões que foram praticadas por sua clientela. Nesse sentido, Elis Regina descreveu:

*Uma vez eu saí com um rapaz, ele parou o carro pra mim e me levou pra um lugar bem esquisito [...] Só tinha mato ali e não era... E era um lugar muito escuro que... Quando foi chegando naquele local eu comecei a ficar com muito medo. Só que eu não podia demonstrar esse medo pra ele, porque demonstrando esse medo eu tava demonstrando algum tipo de culpa, culpa que eu não tinha, né? Então, eu não podia fazer isso. Então, chegando lá, a gente teve, fez relações, teve tudo, né, fez tudo, e depois... E ele era sempre calado, olhando pra mim, né? Então, eu vesti a roupa, e ele, e saímos do local. Quando eu vi a cidade, as luzes da cidade, de casas, me deu um certo alívio. Só que ele olhou pra mim e me falou uma coisa que me deixou, assim, com muito medo, mas ao mesmo tempo com alívio, assim, porque ele me mandou abrir o porta-luvas do carro dele e lá dentro tava uma arma [...] e depois olhou pra mim e disse assim: “oh, tá vendo essa arma que tá aí dentro, eu ia descontar todo o meu ódio que eu tive de alguém que me roubou aqui [Referindo-se à rua]; ia descontar em qualquer pessoa e essa pessoa eu tinha escolhido você. Só que, você, assim, quebrou o que eu tava sentindo pela sua forma de agir, assim, pela sua tranquilidade, pelo seu jeito. Então, eu mudei de ideia e eu gostei muito de você”. Então, eu agradei a ele, agradei, né? Também não questioneei ele naquele momento, porque não era o que podia fazer naquele momento. (ELIS REGINA, entrevista concedida em 09/06/2016).*

Nesse relato, é nítida a fragilidade em que se encontrara Elis Regina, pois a situação que aconteceu não a deixou com escolhas, a não ser tratar o cliente da forma mais sutil possível, tendo em vista que o local em que ele a levou não lhe permitia outra ação a não ser tratá-lo bem. Por mais que estivesse apreensiva em relação ao que poderia acontecer consigo naquele local, ela não deixou o medo transparecer diante de tal situação, já que o homem tinha uma arma em seu carro para matá-la. Caso ela reagisse, poderia ter sido mais uma travesti assassinada, o que aumentaria os números estatísticos de assassinatos de pessoas trans no Brasil.

Segundo Jesus (2013), o Brasil é identificado como o país que mais mata travestis e transexuais, encontrando-se entre as 55 nações que registram maior número de casos. Esse dado foi constatado entre os anos de 2008 e 2011 pelo Projeto *Transgender Europe's Trans Murder Monitoring*, por meio de um monitoramento realizado dos assassinatos de sujeitos transgêneros no mundo. Dessa forma, a autora informa que o Brasil apresenta uma posição muito alta em relação aos assassinatos de transgêneros. Portanto, a fragilidade que as travestis vivenciam ao estarem nas ruas se prostituindo, os casos de violência sofrida, e até de mortes, revelam a naturalização da violência letal de gênero possível pela existência da transfobia que se legitima e exerce na forma de um genocídio contra esses sujeitos.

Carmen Miranda também relatou episódios de violência praticados por clientes contra as travestis:

*É, às vezes, o cliente, ele é muito agressivo. Às vezes, ele quer pagar a metade e só depois quando a coisa acontece, depois quando termina, aí ele diz que só tem a metade, que só vai pagar a metade. E aí a gente tenta conseguir o que foi combinado, mas eles terminam batendo na gente, agredindo a gente, joga a gente no meio da rua. É, eu já fui colocada pra fora de um carro, agredida por ele. [...] Então, acontece de tudo, acontece daquele que xinga, [...] daquele cliente que não paga e termina a gente sofrendo todas essas agressões (CARMEN MIRANDA, entrevista concedida em 24/07/2016).*

Whitney Houston também mencionou formas de violência cometidas pelos clientes:

*Toda vida é assim. Eles soltam piadas quando a gente está dentro do carro deles com eles, eles soltam piada. Depois de ter feito a relação e tá levando a gente pro lugar, diz assim: “ganharam um dinheiro muito fácil”. Isso é desvalorizando o nosso trabalho, né? E se ele tava ali não foi ninguém que puxou ele pra ir pra ali. Então, ele desvaloriza mesmo, a maioria deles são assim. (WHITNEY HOUSTON, entrevista concedida em 22/01/2016).*

Essas formas de agressão verbal proferidas pelos clientes, muitas vezes, devem ser ouvidas em silêncio, sem questioná-las, por medo de serem agredidas fisicamente. Por outro lado, o simples fato de estar na rua, sem, necessariamente, estar exercendo a prostituição, já torna a travesti suscetível a práticas de violência, como demonstra o discurso a seguir:

*Uma vez eu tava sentada com um amigo, né? [...] A gente tava apenas conversando sentado nessa rua, né? [referindo-se à rua Presidente João Pessoa] Passou um rapaz e do nada ele deu um tapa no meu rosto, do nada, sem ver do quê e passou direto. Isso já aconteceu também de algumas pessoas descerem do carro e querer fazer sexo à força... Já aconteceram várias coisas, assim, desse tipo. Sem esquecer que sempre acontece xingamentos. Então, assim, já passava xingando, jogando coisas. Sempre acontecia, assim, chamando de veado safado, travesti ou rapariga, quando pensavam que era mulher, prostituta. Jogavam fogos de artifício, jogavam ovo, às vezes. (ELIS REGINA, entrevista concedida em 09/06/2016).*

Instigante foi o discurso proferido por Elis Regina após relatar fortes episódios de violência, os quais ela não considerou como de grave teor.

*Já aconteceu de eu e uma turma tá na rua e alguns rapazes desceram [dos seus carros], dois rapazes me agarraram e ficaram mordendo as minhas costas. Morderam, morderam as minhas costas, nesse tipo assim. Já aconteceu de alguém apontar arma pra gente também, eram variadas assim, mas agressão grave, assim, graças a Deus não cheguei a sofrer. Mas já tive colegas que aconteceu e eu já presenciei agressões superpesadas. (ELIS REGINA, entrevista concedida em 09/06/2016).*

Mais uma vez, é possível perceber como atos de violência são naturalizados, sendo considerados tipos de agressões brandas, mesmo quando as agressões são mordidas e tapas no rosto. O que será considerado *grave* para Elis Regina? Fica evidente, assim, a naturalização das violências psicológicas, morais e até físicas, levando as travestis a incorporarem tais situações como algo rotineiro em suas vidas.

### **Considerações finais**

É importante compreender o processo de construção da performance de gênero feminino nas travestis como uma construção contínua. A travestilidade é a forma delas se liberarem daquilo que lhes fora imposto no nascimento, ou seja, o modelo ideal, *natural*, de construção de gênero, que legitima a linearidade entre sexo, gênero e desejo. Por mais que tenha a presença do pênis em seu corpo, elas se sentem mulher. Dessa forma, a condição de travesti significa recusar as normas hegemônicas de gênero, causando uma quebra no modelo pênis/homem e vagina/mulher. Nesse contexto, as travestis, ao construir seus corpos e suas maneiras de ser, não passam despercebidas, ficando mais suscetíveis às diversas formas de violências por não reproduzirem o modelo heteronormativo.

A condição da travestilidade, por si só, já é motivo de muito preconceito pela suspensão às regras hegemônicas do sistema sexo/gênero/desejo. Quando a travestilidade está atrelada à prostituição se torna um agravante para o preconceito, pois a atividade prostitucional é vista, por grande parte da sociedade, como uma forma degradante e imoral de trabalho. As pessoas que exercem a prostituição, geralmente, são associadas a sujeitos que devem ser evitados, seja por questões de contágio de doenças ou mesmo por desvirtuarem a moral.

As interlocutoras da pesquisa demonstraram preocupação em relação à exclusão no mercado de trabalho, afirmando que a falta de emprego é o principal fator que as direcionaram para a prostituição como forma de garantir a subsistência. Assim, ao mesmo tempo que as ruas são consideradas, pelas travestis, locais onde realizam a venda de serviços sexuais com o intuito de obter lucratividade e, nesse sentido, sobreviverem, também são espaços onde vivenciam situações perigosas. Desse modo, é raro uma travesti que trabalha na noite, na condição de prostituta, nunca ter sofrido um tipo de agressão, seja física ou verbal.

Nesse contexto, a pesquisa mostrou que a maioria das travestis em seus itinerários de trabalhos relacionados à prostituição foi vítima de algum tipo de violência. Entretanto, houve uma travesti que afirmou não ter passado por situações de violência, indicando ter os devidos cuidados na maneira como se comportava para não gerar situações de atritos.

A violência, de maneira geral, foi descrita por elas como agressão física ou psicológica, referindo-se a tudo o que acontece na noite, desde os transeuntes passarem jogando objetos que possam feri-las ou proferindo xingamentos, até os riscos que correm com os clientes, pois desconhecem suas intenções: se desejam o programa ou têm interesse em exercer algum tipo de violência contra elas. Foi percebido, também, em alguns discursos, a naturalização das violências psicológicas, morais e físicas, considerando-as situações passíveis de convivência.

Evidenciamos, a partir dos relatos expostos aqui, que as travestis são vítimas de transfobia por desestabilizarem a norma dominante de gênero, ou seja, por resistirem à heteronormatividade, sendo punidas por isso. Assim, um conjunto de estereótipos negativos sobre a travestilidade faz das travestis as vítimas prediletas de violência transfóbica em variados contextos, desde um xingamento, uma piada, chegando ao ponto mais forte que são as agressões físicas. Quando as travestis exercem a atividade

prostitucional – ainda significada pela sociedade moderna ocidental como uma prática repulsiva e imoral – a violência à qual estão sujeitas – física, psicológica, patrimonial etc. – pode se intensificar, considerando que valores transfóbicos são acrescentados a tal atividade, motivando um processo repleto de formas de violências.

## Referências

BENEVIDES, B. A luta por sobrevivência no país que mais mata travestis e transexuais do mundo *In*: BEVENIDES, B.; SIMPSON, K. (org.). **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. Porto Alegre: Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2018.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 [...]. **Diário Oficial União**: Brasília, DF, 7 ago. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3itmlPZ>. Acesso em: 30 jul. 2020.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2016

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

CRUZ, M. S.; SOUSA, T. S. Transfobia mata! Homicídio e violência na experiência trans. **Revista do Curso de Direito**, São Luís, v. 4, n. 8, p. 207-235, 2014.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

JESUS, J. G. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgêneros como genocídio. **História Agora**, Santa Maria, v. 16, n. 2, p. 101-123, 2013.

LEVISKY, D. L. Prefácio. *In*: ALMEIDA, M. G. B. (org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 6-12.

PERES, W. S. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. *In*: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade**

**sexual na escola:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2009. p. 235-263.

PISCITELLI, A. Gênero, a história de um conceito. *In:* ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. (org.). **Diferenças, igualdade.** São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

RIOS, R. R. Homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. *In:* JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na escola:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2009. p. 53-83.

SILVA, G. W. S. *et al.* Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. **Revista Gaúcha de Enfermagem,** Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 1-7, 2016.

SOUZA, M. H. T. *et al.* Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 767-776, 2015.

VALE, A. F. C. **O vôo da beleza:** travestilidade e devir minoritário. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

Recebido em dezembro de 2020.

Aprovado em julho de 2021.

## ANÁLISE DO SADOWASOQUISMO ERÓTICO EXISTENTE NO MANGÁ *MY BELOVED SADIST*

---

Mário Jorge de Paiva<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca analisar o mangá *My beloved sadist* pelo prisma do conceito de sadomasoquismo. Nossa investigação é qualitativa e tem aporte teórico amplo, que se utiliza de autores como Eliane Robert Moraes, Jorge Leite Jr., Regina Facchini, Camilo Braz etc. Concluiu-se que, das possíveis abordagens, *My beloved sadist* optou por explorar o desejo sexual dentro do universo do “são, seguro e consensual” e do Sadomasoquismo Erótico, com fortes elementos distanciadores em relação ao próprio Marquês de Sade e aos quadros psicopatológicos.

**Palavras-chave:** Sadomasoquismo; BDSM; BL; Mangá; Erotismo.

**Abstract:** This article aims to analyze the *manga My beloved sadist* through the prism of sadomasochism. This is a qualitative research conducted with a broad and diverse theoretical contribution, including authors such as Eliane Robert Moraes, Jorge Leite Jr., Regina Facchini, and Camilo Braz. The analysis reveals that, among all possible approaches to sexual desire, *My beloved sadist* explores it within sexual masochism, with strong distancing elements in relation to Marquis de Sade and psychopathological aspects.

**Keywords:** Sadomasochism; BDSM; BL; Manga; Eroticism.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional.

---

1 Doutor, PUC-Rio, Brasil. E-mail: mariojpaiva91@gmail.com. Orcid: 0000-0001-7158-4371.



## Introdução

Como podemos ver em Sandra Lapeiz e Eliane Moraes (1984), ou em Sarane Alexandrian (1993!), a existência do pornográfico e do erótico é anciã<sup>2</sup>. Mesmo com mudanças históricas implicando em períodos de maior ou menor liberdade (ALEXANDRIAN, 1993)<sup>3</sup>, acompanhamos uma grande capilaridade do tema nos campos artísticos, envolvendo hoje cinema<sup>4</sup>, animações<sup>5</sup>, literatura<sup>6</sup>, jogos eletrônicos etc. Assim, a pornografia e o erotismo abarcam diversos gostos e públicos em uma incrível variância, abrangendo até mesmo a habilidade de parodiar outros gêneros (LEITE JR., 2014), com materiais considerados desde bastante “leves” até a estética do grotesco, do bizarro (LEITE JR., 2009).

Como elemento histórico, entendemos que há valor sociológico em observar a inter-relação entre o local, o tempo e suas formas de erótico/pornográfico. Nesses termos, e seguindo Michel Foucault (2010, p. 359)<sup>7</sup>, o presente trabalho aborda um tipo de erotismo e pornografia que envolve o conceito de sadomasoquismo.

A história do conceito de sadomasoquismo é rica. Por isso, não é nosso objetivo esgotar o tema, mas realizar um recorte e tratá-lo a partir de uma abordagem qualitativa e interpretativa. Do cruzamento entre o material específico pesquisado e nosso aporte teórico, traçaremos desenvolvimentos e conclusões. O foco será a análise de um mangá<sup>8</sup>, ou seja, uma história em quadrinho<sup>9</sup>, que tem um enredo sadomasoquista. A obra é nomeada

2 Na Grécia Antiga, encontramos material abundante de literatura erótica sobre principalmente a prostituição, envolvendo as chamadas *cortesãs gregas*, que terminaram por inspirar homens como Demóstenes, Aristipo e Diógenes, entre outros (LAPEIZ; MORAES, 1984, p. 18).

3 Como nos lembra Alexandrian (1993, p. 11), a literatura erótica entre gregos e romanos da Antiguidade era expressa abertamente. Os gregos, assim, abriram certos caminhos com elementos de suas tradições dionísicas, celebrando o culto do falo com hinos licenciosos (ALEXANDRIAN, 1993, p. 11).

4 A jornada até as representações sexuais existentes no cinema moderno foi longa e é tratada por Rodrigo Gerace (2015), que mostra como mesmo que o cinema seja um meio artístico muito mais recente, possui enorme riqueza cultural no aspecto das representações sobre a sexualidade e o sexo.

5 É interessante comentar como Gerace (2015, p. 69) aponta, por exemplo, que a primeira animação erótica, possivelmente, foi *Eveready Harton in buried treasure*, produção americana de 1929.

6 Aqui vale apontar, inclusive, as fanfics e os sites de contos adultos.

7 Autor que propõe, por exemplo, que o sadismo não pode ser visto como um elemento atemporal, mas sim como um acontecimento cultural maciço do fim do século XVIII.

8 Em termos genéricos, uma forma de quadrinhos orientais, com algumas diferenças em relação ao padrão americano, como iremos tratar.

9 Do ponto de vista sociológico, também é interessante notar que tal tipo de arte, o quadrinho, é pouco abordado, o que foi observado por Bourdieu (2006, p. 84), que o considera uma forma de arte média, junto da ficção científica e dos romances policiais. Assim, são *formas culturais ainda em vias de legitimação, que podem ser desdenhadas ou ridicularizadas por detentores de maior capital escolar*, mas que oferecem um refúgio para alguns. Em outros termos: para certos setores, os quadrinhos são algo “menor”.

*Ai subeki sadist*, também conhecida como *My beloved sadist*<sup>10</sup>, escrita por Hakoishi Tammy. Por que a escolha de tal história? Pois ela ilustra, de forma didática, um dos tipos ideais possíveis do sadomasoquismo, como veremos no decorrer do artigo.

Este texto se divide em quatro partes. Após a presente introdução, em “História e tipos ideais de Sadomasoquismo” traçamos uma breve história do conceito, dando ênfase aos pais do campo, ou seja, ao Marquês de Sade (1740-1814) e Leopold von Sacher-Masoch (1836-1895), em suas diferentes interpretações históricas, seguida pela segunda sessão, “Análise de caso: o mangá *My beloved sadista*”, e fechamos o artigo com a conclusão, que relembra e junta alguns pontos do material apresentado.

### **História e tipos ideais de sadomasoquismo**

O termo sadomasoquismo envolve a soma de duas categorias psiquiátricas e psicanalíticas: o sadismo e o masoquismo. Contudo, antes mesmo do surgimento desses conceitos no campo psi, as obras do Marquês de Sade e de Leopold von Sacher-Masoch – dois autores bem diferentes entre si, como demonstra Deleuze (2009) – já introduziam essas noções.

Sade foi um escritor do século XVIII-XIX que passou grande parte de sua vida preso. Seus maiores trabalhos literários surgiram exatamente de seus anos na prisão, o que motivou Eliane Robert Moraes (2015, p. 109) a perceber como, para muitos comentadores, tal literatura foi produzida *na e pela* prisão.

As obras do aristocrata francês são vastas, porém um dos pontos mais marcantes envolve a crueldade sexual de suas personagens (SADE, 2005). Seguindo uma definição de natureza indiferente ao humano, Sade se justifica em seu pensamento libertino, blasfemo e cruel<sup>11</sup>.

O desejo em Sade, pelo menos no que tange aos textos mais lidos, envolve violência e ela não é consensual. Como aborda Jorge Leite Jr.

10 Tal história foi lançada pela editora Daria Comics em 2007 e ainda não possuiu, até onde sabemos, versão em português.

11 Sade vê a desigualdade como lei da natureza (MORAES, 2015, p.122). Logo, a destruição é lida como um princípio da natureza, porque o sacrificador, independente do que aniquile, não cometeria maior crueldade do que o proprietário de uma granja que mata um porco. Um familiar ou um amigo não é, aos olhos da natureza, mais caro ou precioso que um verme (MORAES, 2015, p.123). Nessa leitura, ao equiparar criação e destruição, Sade eleva o mal ao lugar do bem (MORAES, 2015, p.125).

(2000, p. 108), é necessária a presença de escravos feridos e angustiados, já que em dados momentos é **a dor do escravo que faz valer o gozo**. Os libertinos<sup>12</sup>, enquanto **carrascos**, precisam de vítimas e essas não devem assumir uma postura ativa (LEITE JR., 2000, p. 109)<sup>13</sup>.

Em tal concepção já é possível observar uma diferença dos personagens de Sade em relação ao universo de Sacher-Masoch, autor mais conhecido pela sua obra, de 1870, *Vênus de peles* (SACHER-MASOCH, 2015), pois como lembra Leite Jr. (2000, p. 115), se Sade está interessado em vítimas e seu foco são os *senhores*, o foco masoquista são os servos, os escravos. O homem que quer sentir essa dor consensual e ser submisso a dominadora. Há aqui limite para a dor, já que o erotismo de *Vênus de peles* reside nesse jogo com o limite e são as vítimas que criam o carrasco (LEITE JR., 2000).

Enquanto Sade foi um aristocrata francês que viveu o Antigo Regime, a Revolução Francesa e seus desdobramentos, Sacher-Masoch foi um escritor e professor, como explica Leite Jr. (2000, p. 27), que viveu em uma região fronteiriça de vários povos e culturas, algo que influenciou sua escrita, envolvendo os costumes eslavos, russos, alemães e judeus.

Como em Sade, a vida é repleta de lendas e exageros (LEITE JR., 2000, p. 27). Mas um dos elementos vitais da obra masoquista é a mulher forte, senhora de si, que controla um homem e, talvez, toda uma comunidade (LEITE JR., 2000).

*Vênus de peles* não foge ao padrão de apresentar uma mulher poderosa, que deve controlar a vida de um homem que deseja ser **escravizado**, controlado. Severin quer Wanda enquanto sua dominadora e deve torná-la tal figura, arrastando a parceira para seu universo de desejos eróticos.

Cinco anos antes de seu falecimento, Sacher-Masoch viu, sem felicidade, seu nome passar a descrever uma psicopatologia. Era o auge da caçada psiquiátrica aos perversos, marcada também pela nomeação, promovida pelo doutor Richard von Krafft-Ebing (1840-1902), da Universidade de Viena, de uma variante da algolagnia – prazer na dor física – como **masoquismo** (LEITE JR., 2000, p. 29).

---

12 Cf. Eliane Robert Moraes (1992) e Clara Castro (2015).

13 Leite Jr. (2000, p. 111) lembra como Sade constrói personagens libertinos que desejam estar certos de que seus crimes vão arrancar lágrimas; eles mandariam embora uma moça que se entregasse voluntariamente.

Se Sade foi extravagante e polêmico em seus escritos, o não agrado de Sacher-Masoch com o médico da Universidade de Viena envolve o fato, comentado por Alexandrian (1993, p. 264), de que *Vênus das peles* não era um livro escandaloso, parecendo expressar mais uma extravagância do que uma volúpia ilícita. Assim o objetivo de Sacher-Masoch não envolvia ser polêmico, provocador, em um erotismo sem os elementos obscenos apresentados em Sade. Deleuze (2009) também segue tal caminho analítico.

Não nos cabe realizar, no presente artigo, uma discussão aprofundada sobre as diferentes apropriações das obras de Sade e Sacher-Masoch pelos campos psi, mas é válido apontar como importantes e diferentes nomes discutiram essas questões, a exemplo do já citado Krafft-Ebing, com o seu *Psychopathia sexualis*, de 1886, passando por Sigmund Freud (LEITE JR., 2000), até chegarmos, por exemplo, em Jacques Lacan (RIAVIZ, 2000).

Também é importante apontar como isso já demonstra a passagem de um tipo ideal para outro (PAIVA, 2019). É a passagem das leituras dos originais de Sade e Sacher-Masoch para suas leituras clínicas que, mesmo sem incorporarem completamente os personagens de ambos os escritores, como mostra Leite Jr (2000), tratam de traços de Sade ou Sacher-Masoch tendo em vista não um cânone filosófico ou literário, mas casos clínicos reais que se aproximam ora mais, ora menos de Sade ou Sacher-Masoch.

É no século XX que emerge muitos comentários sobre Sade, como aponta Donald Thomas (1992, p. 260), e ocorre um novo deslocamento de tipo ideal. Se durante esse período os termos sadismo e masoquismo, e por consequência o sadomasoquismo, foram apropriados pelos psiquiatras e psicanalistas, o século XX os fez ressurgir com novas leituras (PAIVA, 2019)<sup>14</sup>.

Foram muitos os artistas e pensadores que se interessaram por Sade, com maior destaque para Pier Pasolini<sup>15</sup>, Simone de Beauvoir (MATTOS, 2012), Pierre Klossowski (1991), Georges Bataille (2013, 2018), Michel Foucault e mesmo, para pensar um caso mais recente, Giorgio Agamben (2007), além dos surrealistas (RIAVIZ, 2000).

---

14 Mesmo que Sade passe a ser visto como uma fonte ampla de inspiração artística ao tratar da sexualidade, as leituras clínicas continuam a existir e até hoje, mesmo que com mudanças, termos como sadismo e masoquismo constam em grandes manuais clínicos.

15 Exemplo disso é o filme *Salò ou os 120 Dias de Sodoma*, de 1975.

A própria trajetória do sadomasoquismo no século XX é vasta e aqui não estamos buscando uma leitura unívoca. Como é apontado por Phillips (2005, p. 118), dependendo da análise, surge um Sade surrealista, marxista, existencialista e até um Sade pós-moderno.

Houve um esforço por parte intelectuais, artistas, praticantes etc. de separar o doentio do saudável. Exemplo disso está no trabalho de uma importante escritora do sadomasoquismo erótico, pioneira no Brasil, Wilma Azevedo, que se empenha em separar suas categorias de sadomasoquismo **erótico** do sadomasoquismo **patológico** (AZEVEDO, 1998).

O traço frisado por Facchini e Machado (2013) é que os praticantes do sadomasoquismo descrito como erótico por Azevedo (1998) repudiavam uma pura agressão. Há contornos delimitados entre suas práticas eróticas e uma adesão ao conjunto de regras sobre sanidade, segurança e consensualidade (FACCHINI; MACHADO, 2013, p. 199)<sup>16</sup>.

Ao descrever uma cena de *fist-fucking*, Camilo Braz (2010) por exemplo narra que a pessoa é preparada, seu ânus é lentamente dilatado, lubrificado e tratado higienicamente – isto tem pouco a ver com as cenas de dor e controle descritas por Sade (PAIVA, 2019). Vários textos apontam para esse quadro de dor controlada no universo sadomasoquista erótico atual (AZEVEDO, 1998; FACCHINI; MACHADO, 2013; GADELHA, 2016; LEITE JR., 2000; MACHADO, 2017; MATTOSO, 2006; MELO, 2010).

A franquia erótica de *best-sellers 50 tons de cinza* (JAMES, 2011) faz parte da ampliação da aceitação do sadomasoquismo<sup>17</sup>, tendo de algum modo escalonado o alcance do tema graças aos números de vendas. Ainda assim, o livro pode ser encarado como uma obra conservadora<sup>18,19</sup>, basta, por exemplo, compararmos tal texto com Glauco Mattoso (2006), que se excitava com pés sujos, pensamentos incestuosos etc.

---

16 Não podemos tratar essas regras como inalteráveis e totalmente rígidas, há espaços para testes e limites, como aponta Gadelha (2016, p. 80). Mas no geral essas práticas estão bem distantes do universo erótico de Sade, havendo maior similaridade com o corpo literário descrito por Sacher-Masoch.

17 Foi nos anos 1970 e 1980 que ocorreu uma ampliação da visibilidade de grupos do sadomasoquismo “são, seguro e consensual” graças ao diálogo com certos movimentos contraculturais (LEITE JR., 2000, p. 51).

18 O Senhor Grey não possui a filosofia libertina, o desejo do total controle sobre o corpo alheio, a heresia, a paixão pelo crime etc. Ele quer decidir e travar, com a outra parte da relação, um acordo, um contrato, mesmo que o papel não tenha uma validade legal reconhecida.

19 O conservadorismo aqui, deixemos claro, refere-se a uma disposição, sendo mais uma topografia social do que um conteúdo rígido. Em outros termos, o conservador é conservador em relação ao outro. Nesse sentido, essas posições formam uma *continuum* do mais progressista ou radical até os mais conservadores.

Com base no aporte teórico brevemente descrito, vimos que há três tipos ideais diferentes de sadomasoquismo: o primeiro relacionado diretamente com os trabalhos e as ideias de seus fundadores; o segundo que envolveu as leituras psiquiátricas e psicanalíticas; e o terceiro tipo emerge do século XX em diante, com o aumento de comentários sobre o sadomasoquismo que tentam caracterizá-lo, de diferentes formas, como um elemento cultural legítimo, separando o sadomasoquismo erótico de suas formas criminosas, patológicas; é nessa terceira definição que se enquadra a obra *50 tons de cinza*, tal como o mangá *My beloved sadist*, como veremos.

### **Análise de caso: o mangá *My beloved sadist***

O mangá, ou simplesmente quadrinho, é um forte expoente do mercado japonês de entretenimento junto às animações, ou *animes* (WINTERSTEIN, 2009, p. 11). Em termos de origem (uma questão sempre complexa e que não é objeto da presente investigação), tais desenhos remetem a ilustrações livres do século XII, como os trabalhos em pergaminho animal do monge budista Toba Sōjō (1053-1140), por exemplo. A Figura 1 ilustra tal tipo de apresentação estética.

**Figura 1:** Ilustração de Toba Sōjō



Fonte: Mendes (2006, p. 45).

Vale dizer, entretanto, que apenas no começo do século XX vemos surgir uma relação direta entre esses desenhos livres e histórias em quadrinhos propriamente ditas. Em tais termos, *A viagem a Tokyo de Tagosaku e Mokube*, de Rakuten Kitazawa (1876-1955), é pioneiro, sendo tal artista considerado o primeiro criador de mangás profissional (ANADÓN, 2015). A **Figura 2** apresenta uma obra de Kitazawa.

**Figura 2:** Ilustração de Rakuten Kitazawa



Fonte: Anadón (2015).

As obras de Osamu Tezuka (1928-1989) também são especialmente importantes em nosso imaginário coletivo do que é o mangá<sup>20</sup>, inclusive por seus desenhos de grandes olhos expressivos<sup>21</sup>. Tezuka foi o criador de histórias como *Ribon no Kishi*, *A Princesa e o Cavaleiro* e *Tetsuwan Atomu*, *Astroboy*.

É comum que tais histórias – mangás – tenham começo, meio e fim, enquanto nos quadrinhos norte-americanos há personagens publicados por décadas sem um desfecho, com exceção de certos arcos de personagem cujas histórias são contínuas ao longo dos números (WINTERSTEIN, 2009, p. 12). Outra diferença: enquanto nos Estados Unidos existem grandes empresas que contratam ilustradores, roteiristas e toda uma equipe que é alterada dependendo de fatores como a vendagem das revistas, no Japão, os *mangakás* (artistas que trabalham com o mangá) não trabalham diretamente para editoras, possuindo seus próprios estúdios de criação e maior controle sobre o material, que então é vendido para certas editoras, caso haja interesse (WINTERSTEIN, 2009, p. 14).

Há muitos seguimentos de público que consomem os mangás, inclusive aqueles que se interessam por histórias de cunho homoerótico, como as que compõem as categorias *Boys' Love* (BL) e *Yaoi*. A obra *My beloved sadist* pertence a tal universo editorial.

20 Mendes (2006), por exemplo, trata do tópico, mesmo que de modo breve.

21 Há outros elementos típicos do desenho dos mangás, como o nariz pontiagudo e triangular, que mesmo não sendo regra, estão presentes na maioria.

Aprofundemos uma definição de BL e Yaoi a partir do trabalho de Zsila et al. (2018), que explicam que esses termos são guarda-chuvas que se referem às mídias comerciais ou feitas por fãs que retratam relações românticas ou eróticas entre homens. Tal mercado é expressivo e envolveu um lucro de aproximadamente 24,5 milhões de dólares em 2010 (ZSILA et al., 2018, p. 1).

Foi no curso dos anos 1990 que o Yaoi se espalhou mais para outras partes do mundo, através da internet. Enquanto isso, o conceito de *bōizu rabu*, um derivado do termo produzido do inglês *boys' love*, foi sendo adotado por certas publicações japonesas, tal como se começou a usar o rótulo BL. O termo novo japonês terminou não se difundindo muito nos Estados Unidos porque “amor de garotos” parecia remeter a uma sugestão de pedofilia em inglês (ZSILA et al., 2018, p. 2). Assim, muitos leitores e pessoas que trabalhavam com tal mercado, de um modo geral, preferiram continuar com a designação Yaoi.

De todo modo, ambos os conceitos são usados por fãs intercaladamente, havendo também uma série de subgêneros. Esses gêneros e subgêneros nunca foram claramente definidos, logo, BL e Yaoi parecem ser rótulos mais úteis no sentido de que abarcam várias categorias ao mesmo tempo (ZSILA et al., 2018, p. 2).

Apesar do interesse do público-alvo pelo Yaoi, há questões variações culturais e mesmo legais que impactam a disseminação desse gênero, pois como explicam Zsila et al. (2018), não são todos os países em que a leitura de BL é permitida livremente: Indonésia, Taiwan e China, por exemplo, têm sanções para esse tipo de material.

Entre alguns dos motivos que levam o público a ler Yaoi e BL estão a rejeição ou resistência contra o conservadorismo patriarcal e suas normas de gênero/sexo, uma defesa dos direitos da comunidade gay ou desfrutar de narrativas que evitam os clichês dos estereótipos femininos (ZSILA et al., 2018, p. 3).

Dentro do universo BL e Yaoi, contudo, há certos clichês de gênero também, vale dizer. Um exemplo significativo é que tais histórias geralmente envolvem uma relação entre um *seme*, ativo, e um *uke*, passivo. Nessas narrativas, os desníveis de poder existentes mesmo em relações masculinas ficam evidentes, assim como certos *seme* chegam a demonstrar características bastante violentas, como é o caso do mangá *Yatamoto* (HARADA, 2016, 2018a, 2018b), também de cunho sadomasoquista.

Mesmo em *mangás* sem temática sadomasoquista, podemos encontrar características agressivas no *seme*, que é apresentado em várias histórias como ciumento, difícil de lidar, esnobe, controlador etc. Para além disso, o *seme*, para marcar seu papel de ativo, é geralmente mais alto/forte que o *uke*, além de ter



melhores condições materiais<sup>22</sup> e ser dotado de traços, no desenho, considerados mais masculinos. Enquanto isso, o *uke* é geralmente mais jovem, inseguro, possivelmente impulsivo e com pouco conhecimento sexual.

*My beloved sadist* é um mangá composto de seis capítulos que trata do relacionamento amoroso entre as personagens Jun e Fumi-Taka. Fumi-Taka é o *seme*, sendo mais velho, confiante, simpático e possuindo também um trabalho mais rentável<sup>23</sup>, e Jun é um estudante universitário que trabalha como barman em um pequeno estabelecimento comercial e faz alguns shows de cunho sado-masoquista, quando lhe é solicitado, no mesmo bar<sup>24</sup>.

A Figura 3 mostra uma capa do mangá. Notemos o elemento das roupas e da coleira/corrente e como o *seme* sorri enquanto o *uke* possui uma expressão indefinida. O *seme* é retratado por cima do *uke*, como se realizasse um movimento de aproximação. Mesmo que haja diferença etária entre os personagens, o desenho pouco revela sobre isso, sendo também interessante pensar como eles possuem praticamente a mesma altura. Ou seja, tal mangá não foca tanto a diferença física entre o par, muito mais presente em *Yatamomo*, por exemplo.

**Figura 3:** Capa da obra *My beloved sadist*



Fonte: Nautiljon (2017).

22 Isso pode se expressar em um tipo diferente de vestuário, em carros caros etc.

23 Algo que é pouco explorado, sendo apenas um elemento para o pano de fundo.

24 Mesmo a personagem sendo barman, também é interessante notar, para demonstrar outro elemento de sua inexperiência dentro da narrativa, que ele não está acostumado a beber, ficando rapidamente bêbado.

Fumi-Taka é assumidamente sadomasoquista e se interessa por tal jovem ao assistir uma apresentação sua, convidando-o para ir à sua casa com intenções sexuais. O mais jovem aceita, mas revela, neste primeiro encontro, que não possui reais práticas no universo sadomasoquista para além de seu trabalho no bar, sendo mais sexualmente inseguro.

É interessante notar que Fumi-Taka é masoquista e quer que Jun seja o sádico da relação. Aqui estamos vendo, exemplificado, como o escravo masoquista deve treinar seu senhor, fazendo-o aceitar seu papel, além de ajudá-lo no exercício de tal posição, que não é necessariamente fácil<sup>25</sup>.

Depois da primeira noite de sexo, o *uke* pede para o *seme* não mais ir ao bar, sinal de suas inseguranças, afinal ele realmente se interessou pelo par. Porém, não é isso que acontece, e Fumi-Taka aparece no trabalho do mais jovem para devolver sua carteira de estudante, que havia ficado em sua casa.

Depois de certa reticência, o *seme* consegue convencer o *uke* a ir com ele a um encontro, em um jardim zoológico. Certas dúvidas e questionamentos do *uke* são elementos normais também nesse tipo de narrativa, e tal encontro é um momento para eles conversarem mais, se conhecerem melhor, pois até aqui eles são basicamente dois desconhecidos que fizeram sexo casual em uma noite. Depois do encontro, eles voltam para a casa do *seme* e voltam a praticar sexo<sup>26</sup>.

Nessas tramas de mangás homoeróticos, um recurso narrativo comum é o surgimento de outra personagem que funciona como obstáculo para o casal. Se pensarmos em *Yatamomo*, tal obstáculo era um ex-namorado de Momo, chamado Suda, desagradável e violento. Em *My beloved sadist* acontece algo similar, pois surge o irmão mais velho do barman, desagradável/agressivo, para importuná-lo. Tal irmão não é biológico e faz papel também de um ex-namorado, pois eles tiveram um passado de relações sexuais juntos.

Enquanto uma história curta, a superação do obstáculo não demora muito, e ocorre quando Fumi-Taka, mais uma vez apresentando o elemento de maior experiência de *seme*, ajuda os irmãos na reconciliação. As feridas do passado não se resolvem todas de uma hora para outra, mas este momento marca a superação do problema para que eles cheguem então ao

25 Aqui pensamos em Sacher-Masoch (2015) novamente.

26 Essas cenas dão à história esse caráter pornográfico também no sentido de que há trama, mas como vemos, há ao longo da obra um retorno às cenas de sexo explícito, com elementos sadomasoquistas.

final feliz. Há uma declaração de amor do *seme*, que vai ao bar para a confissão de joelhos e dá um buquê de flores ao seu par, em um momento que beira um pedido de casamento. O *uke* que no começo da trama aparecia retraído, apático, parece feliz e está expressivo.

Aqui podemos ver alguns elementos de uma estética conservadora, mesmo sendo uma história com elementos sadomasoquistas, homossexuais e pornográficos, no sentido de que há todo um reforço da ideia de amor romântico. Comparativamente, tal obra está longe da radicalidade de Sade (2006), Bataille (2018) e mesmo de Mattoso (2006). É totalmente avessa à concepção sadiana, afinal, possui todos esses elementos de consensualidade e de amor entre ambos.

Uma história por ser homossexual e sadomasoquista não é por isso psicopatológica ou obscena. A homossexualidade já saiu dos quadros clínicos há muito tempo, e acreditar que o homossexual é obsceno<sup>27</sup> ou doente por ser homossexual é uma análise reacionária<sup>28,29</sup>.

O sadismo referenciado no título do mangá, obviamente, foge de qualquer concepção psicopatológica. O masoquismo, do referido mangá, também não apresenta elementos psicopatológicos. A dor almejada é uma dor que não destrói, mas é apenas elemento de desejo<sup>30</sup>.

Em termos eróticos, ao longo dos capítulos, muitos desejos são trabalhados, mesmo que de modo breve, começando pela questão da vestimenta: Shun-kun desde a capa do mangá já aparece em trajes fetichistas (Figura 3), com roupas sensuais pretas, possivelmente de couro ou vinil, e corrente. Outro elemento clássico é a coleira ou as algemas<sup>31</sup>.

27 Alexandrian (1993, p. 8) escreve que tudo que é erótico é necessariamente pornográfico, apenas com alguma coisa a mais, pois a pornografia seria uma descrição pura e simples dos prazeres carnis, enquanto o erotismo é a mesma descrição revalorizada em função de uma ideia de amor ou vida social. Também há diferença entre o erótico e o obsceno, pois o primeiro é aquilo que torna a carne desejável, enquanto a obscenidade rebaixa a carne em uma associação a doença, escatologia, palavras imundas etc. A partir dessas noções, *My beloved sadist* pode ser classificado como material de conteúdo erótico e pornográfico, mas não obsceno.

28 Para uma definição do tipo ideal reacionário, os livros de João Pereira Coutinho (2014) e Mark Lilla (2018) são úteis.

29 Scruton (2016), ao tratar do sadomasoquismo, comenta como sadismo e masoquismo podem se tornar comportamentos pervertidos quando são extremados, o que não faz deles por si pervertidos. Seu impulso é uma versão estendida da mordida de amor, existindo no desejo de Sade pela dissolução algo além disso: a abolição do outro, essa é a intenção presente nas páginas de Sade (SCRUTON, 2016, p. 248149). Para o autor, portanto, o sadismo de Sade é o mais deturpado, não dizendo nada sobre o sadomasoquismo normal e muito menos sobre os elementos do desejo.

30 Como a história se foca nos problemas e nas questões do *uke* com seu irmão, pouco se explora, por exemplo, do passado do *seme*.

31 Fumi-Taka explica que quando ele coloca a coleira, se torna escravo do parceiro.

Também são abordados o sexo *bareback*<sup>32</sup>, vendagens, cisvestismo<sup>33</sup>, inserção de objetos no canal urinário etc.

Outro elemento importante é que não há despersonalização do sexo. Mesmo com os adereços sexuais, os entes enamorados ainda são reconhecíveis um para o outro. Nesse sentido, mesmo fantasiado de coelho, podemos ver o rosto do *uke*, e a história não trabalha com, por exemplo, *gloryholes*<sup>34</sup> ou máscaras que cobrem totalmente os rostos e criam experiências de sexo impessoal em certo grau. A história, enquanto uma história de amor romântico, gira em torno da relação exclusiva desse casal.

Mencionamos tal questão do rosto e da personalidade já que tal ponto é importante em certo aspecto estético, da análise da beleza humana e do erotismo, algo que Scruton (2015) comenta. O autor, em sua análise, entende que o desejo sexual é determinado, já que o ente deseja uma pessoa específica. É um desejo pela pessoa enquanto o indivíduo que ela é, e não como um exemplo da classe em geral. Ou seja, o desejo pela pessoa X não pode ser saciado pela pessoa Y.

É interessante também notar que enquanto certos artistas apostam em um estilo de virilidade nas vestimentas – como o próprio caso de Touko Laaksonen (1920-1991) (BRAZ, 2010) –, ou mesmo mangás que seguem um estilo de arte chamado *Bara*<sup>35</sup>, os personagens de *My beloved sadist* são bastante esguios e sem pelos corporais, ilustrando como o campo de histórias homoeróticas é diverso.

## Conclusão

O presente artigo explorou uma questão específica dentro do universo amplo de estudos sobre o erótico e o pornográfico. Abordamos o conceito de sadomasoquismo desde o surgimento dos termos que lhe deram origem – vinculados aos escritos do Marquês de Sade (sadismo) e de Sacher-Masoch (masoquismo) – e apontamos como existiram diferenças de tipos ideais com relação ao sadismo/masoquismo no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX.

32 Tal termo faz referência ao sexo anal sem preservativo. Para mais detalhes, conferir Bezerra (2019).

33 Se refere ao fetiche de se fantasiar durante o sexo. Há um momento em que os personagens se fantasiam de médico e paciente, em outro o barman usa um adereço de orelhas de coelho, o que dá um elemento *furry* (fetiche por figuras animais híbridas com características antropomórficas) à narrativa.

34 Abertura redonda em uma parede para que, em muitos casos, homens coloquem seus pênis e a pessoa do outro lado os chupe etc.

35 Que aposta em desenhos de homens grandes, fortes e, muitas vezes, peludos.

A partir dessa contextualização, passamos para uma análise de *My beloved sadist*, que pertence ao nicho do mercado de mangás direcionado a histórias homoeróticas – nesse ponto, mencionando também as subdivisões internas do gênero, como o conceito de Bara nos ajudou a visualizar.

No geral, entendemos que o nicho específico em que *My beloved sadist* se situa ainda trabalha muito com um formato de relação dual, entre um *seme*, ativo, e um *uke*, passivo, na qual o ativo muitas vezes é maior fisicamente, mais velho, com uma carreira mais estabelecida e mais experiente no sexo, enquanto o *uke* é jovem, ainda em descoberta sexual, dotado de incertezas etc. Um ponto interessante de *My beloved sadist* nesse sentido é mostrar um *seme* masoquista, demonstrando que em uma relação de cunho masoquista, o escravo é quem pode estar no controle.

*My beloved sadist* é uma história de amor breve e que, para além de seus elementos sadomasoquistas e homoeróticos, nos parece conservadora, se comparada às narrativas de Sade (2006), Bataille (2018) e Mattoso (2006), já que termina com uma declaração de amor do dominado pelo dominante em um final bastante feliz.

Outro elemento de *My beloved sadist* é sua aposta estética na erótica personalização do desejo sexual. O *seme* ama o *uke* e apenas ele. Elementos de despersonalização sexual, como *gloryhole* ou máscaras que cobrem totalmente os rostos, não marcam presença na história, mesmo havendo espaço para fantasias, como a encenação de médico e paciente ou os adereços de coelho (que dá também um leve elemento *furry* à história, sendo este outro campo ainda pouco estudado).

Em termos estéticos, também é válido apontar como os personagens se mostram jovens, bonitos, saudáveis, esguios e depilados. Em uma apresentação que valoriza o belo<sup>36</sup>, em contraponto às figuras velhas, feias, escatológicas, exageradas em seus apetites sexuais etc., existentes em certas obras de Sade, como em *120 days of Sodom* (SADE, 2005).

Acreditamos que o presente artigo alcançou o objetivo de mostrar certas diferenças e a riqueza erótica/pornográfica existente no campo que orbita os conceitos de sadomasoquismo e de BL/Yaoi.

---

<sup>36</sup> Em algum sentido, existe harmonia de proporções, mesmo que os traços de tal mangá não possam ser vistos como realistas.

**Referências**

AGAMBEN, G. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ALEXANDRIAN, S. **História da literatura erótica**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ANADÓN, C. P. El primer mangaka profesional: la figura olvidada de Rakuten Kitazawa. **Ecos de asia**, Zaragoza, 14 mar. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3owmVWx>. Acesso em: 28 dez. 2019.

AZEVEDO, W. **Sadomasoquismo sem medo**. São Paulo: Iglu, 1998.

BATAILLE, G. **O erotismo**. São Paulo: Autêntica, 2013.

BATAILLE, G. **História do olho**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BEZERRA, V. P. **O sexo “na pele”**: sentidos do corpo e da pele na experiência bareback entre homens na cidade do Rio de Janeiro. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2006.

BRAZ, C. A. **À meia-luz...: uma etnografia imprópria em clubes de sexo masculino**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

CASTRO, C. **Os libertinos de Sade**. São Paulo: Iluminuras, 2015.

COUTINHO, J. P. **As ideias conservadoras**. São Paulo: Três estrelas, 2014.

DELEUZE, G. **Sacher-Masoch**: o frio e o cruel. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

FACCHINI, R.; MACHADO, S. R. “Praticamos SM, repudiamos agressão”: classificações, redes e organização comunitária em torno do BDSM no contexto brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 195-228, 2013.

FOUCAULT, M. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GADELHA, J. J. B. **O sensível e o cruel**: uma aprendizagem pelas “performances” sadomasoquistas. 2016. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

GERACE, R. **Cinema explícito**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

HARADA. **Yatamomo**, Tome 1. Le Val: Boys Love, 2016.

HARADA. **Yatamomo**, Tome 2. Le Val: Boys Love, 2018a.

HARADA. **Yatamomo**, Tome 3. Le Val: Boys Love, 2018b.

JAMES, E. L. **50 tons de cinza**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

KLOSSOWSKI, P. **Sade my neighbor**. Illinois: Northwestern University Press, 1991.

LAPEIZ, S. M.; MORAES, E. R. **O que é pornografia?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEITE JR., J. **Elementos para uma história do conceito de sadomasoquismo**. 2000. Relatório final de Iniciação científica (PIBIC-CNPq do Projeto “Repercussões de Sade”) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

LEITE JR., J. A pornografia bizarra em três variações: a escatologia, o sexo com cigarros e o abuso facial. *In*: BENITEZ, M. E. D.; FIGARI, C. E. **Prazeres dissidentes**. Rio de Janeiro: CEPESC; Garamond, 2009. p. 509-538.

LEITE JR., J. A pornografia é um morto-vivo? **Crítica Cultural**, Palhoça, v. 9, n. 2, p. 179-195, 2014.

LILLA, M. **A mente naufragada**. São Paulo: Record, 2018.

MACHADO, S. R. **De transtornos, tormentos e delícias**: atores, redes e disputas de sentidos em torno do sadomasoquismo no Brasil (1980-2014). 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MATTOS, E. I. A presença de Sade na obra de Simone de Beauvoir. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 214-223, 2012.

- MATTOSO, G. **Manual do podólatra amador**. São Paulo: All Books, 2006.
- MELO, M. L. **A dor no corpo**: identidade, gênero e sociabilidade em festas BDSM no Rio de Janeiro. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- MENDES, A. L. S. **Mangá, uma nova gênese**: análise da história em quadrinhos Neon Genesis. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.
- MORAES, E. R. **Marquês de Sade, um libertino no salão dos filósofos**. São Paulo: Educ, 1992.
- MORAES, E. R. **Sade, a felicidade libertina**. São Paulo: Iluminuras, 2015.
- PAIVA, M. J. Sadismo, masoquismo e sadomasoquismo: apresentação da variação conceitual/cultural existente dentro de um quadro de tipologias ideais. *In*: Congresso Dadá de Estudos de Gênero, 1., 2019, Serra Talhada. **Anais [...]**. Serra Talhada: Universidade Feral Rural de Pernambuco, 2019.
- PHILLIPS, J. **The Marquis de Sade**: a very short introduction. New York: Oxford University Press, 2005.
- RIAVIZ, E. **Sade em Lacan**: uma ética da transgressão. 2000. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- SACHER-MASOCH, L. von. **A Vênus das peles**. São Paulo: Hedra, 2015.
- SADE, D. A. F. **The complete Marquis de Sade**. New York: Kensington Books, 2005.
- SCRUTON, R. **Beleza**. São Paulo: É Realizações, 2015.
- SCRUTON, R. **Desejo sexual**. São Paulo: Vide, 2016.
- THOMAS, D. **Vida e obra do Marquês de Sade, o filósofo libertino**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.



WINTERSTEIN, C. P. **Mangás e animes**: sociabilidade entre cosplayers e otakus. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

ZSILA, Á. *et al.* Loving the love of boys: motives for consuming yaoi media. **PLoS ONE**, San Francisco, v. 13, n. 6, p. 1-17, 2018.

Recebido em dezembro de 2020.

Aprovado em outubro de 2021.

## QUEER (NEO)COLONIAL<sup>1</sup>: COLONIALIDADE E TEORIA QUEER NO BRASIL<sup>2</sup>

Igor Leonardo de Santana Torres<sup>3</sup>  
Felipe Bruno Martins Fernandes<sup>4</sup>

**Resumo:** Qual o balanço da institucionalização da Teoria Queer (*Queer Theory*) no Brasil? Quais as operações de poder envolvidas nesse processo? A partir de uma cena etnográfica, essas questões nos são impostas e tentamos respondê-las neste artigo, assim, por intermédio de revisão bibliográfica, objetivamos, ao tomar o colonialismo como um modo de pensar eurocentrado que se estrutura por meio de colonialidade de poder, ser e saber, mostrar como o movimento queer reproduz essa matriz ao seguir um script eurocêntrico de constituição de uma “nova” elite de pensamento a partir das relações de saber e poder inseridas no campo de disputa com o movimento LGBT no Brasil. Questionamos também as relações internas de produção de conhecimento queer e, ainda, aquele que se propõe decolonial. Concluímos argumentando que os estudos/teoria/movimento queer no Brasil reforçam e se instauram desde relações de poder (neo)coloniais.

**Palavras-chave:** Brasil; Queer; Cuir; Colonialidade; Movimento LGBT.

**Abstract:** What is the balance of the institutionalization of the Queer Theory in Brazil? What power operations are involved in this process? These questions are posed from an ethnographic scenario, and this article endeavors to answer them. Thus, understanding colonialism as an Eurocentric way of thinking that is structured through colonialities of power, being, and knowledge, this study consists of a bibliographic review aimed to show how the queer movement reproduces this matrix by following a Eurocentric script and building up a “new” elite of thought from knowledge and power relations in the field of dispute with the LGBT movement in Brazil. It also questions the internal relations of knowledge production in the Queer and in the so-called decolonial queer movement. The results indicate that queer studies/theory/movement in Brazil



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

- 1 Parte do título se inspira no texto “The Neocolonial Queer”, de Julieta Paredes (2015).
- 2 Agradecemos a leitura e comentários atenciosos de Jess Oliveira, Lucas Medeiros e Maria Augusta Neves Silva.
- 3 Mestrando em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: torres.igorsantana@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7455-3212>
- 4 Doutor em Ciências Humanas, docente da Universidade Federal da Bahia, Brasil. E-mail: fernandes.felipebruno@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8755-4126>

reinforce and establish themselves as (neo)colonial power relations.

**Keywords:** Brazil; Queer; *Cuir*; Colonialidade; Movimento LGBT.

Sujetos deseables que se hacen llamar rarxs, monstrxs, mutantes  
 Privilegiadamente rarxs pero que habitan en Grindr y en los  
 circuitos del deseo del capitalismo/colonialismo rosa  
 Privilegiadamente blancxs queer clase  
 media okupas con sábanas de arcoíris  
 Privilegiadamente blancxs queer con doctorados  
 Privilegiadamente blancxs queer con becas  
 Privilegiadamente blancxs queer con cargos públicos  
 Privilegiadamente blancxs queer con visas Schengen  
 Privilegiadamente blancxs queer con pasabilidad de fronteras  
 Privilegiadamente blancxs queer con  
 pasabilidad de las fronteras en lxs baños.  
 (Yos Piña Narváez, 2018, p. 13)

## Introdução

Qual o balanço da institucionalização da Teoria Queer (*Queer Theory*) no Brasil? Quais as operações de poder envolvidas nesse processo? Essa provocação surge do relato de um dos integrantes, um homem, negro e gay, que atua voluntariamente num dos grupos de ativismo LGBT da região Nordeste do Brasil. Numa conversa informal, na sede do grupo, primeiro ele nos contou um pouco sobre como começou a organização e a forma como aconteciam as primeiras reuniões. Noutro momento, outro interlocutor diz haver algumas críticas feitas ao grupo no que toca a sua percepção como indivíduo de classe média e branco. O funcionário, em resposta e em tom levemente exaltado, revive suas memórias longínquas do movimento LGBT, pontuando que muitas vezes sofreu agressões da polícia ao ajudar travestis<sup>5</sup>. Quando comenta seu profundo desgosto com a falta de reco-

5 Macrae (2018) aborda uma situação que dialoga, apesar do contexto distinto, com o que nosso interlocutor assinala: em 13 de junho de 1980, acontece um ato público com participação de coletivos negros, gays e marxistas, em manifestação contra as rondas do delegado Richetti, conhecidas como “Operação Rondão” ou “Operação Limpeza”, que prendiam travestis e homossexuais que frequentavam o centro da cidade de São Paulo. Essa operação era a materialização do preconceito e violência aos quais mulheres transexuais e travestis estavam expostas naquela época não apenas em São Paulo, mas em todo o país. Quanto à participação de algumas atrizes políticas de fora do circuito programático *mainstream* do movimento homossexual naquele período, afirma-se que, não obstante os incursos para um distanciamento da figura das travestis por parte de militantes gays no início dos primeiros grupos homossexuais, um movimento de incentivo a entrada de gays afeminados e travestis foi estimulado, não resultando em uma participação efetiva (PERLONGHER, 2008). No entanto essa baixa aderência de travestis não resultou numa desmobilização do grupo que, entre si, também criava redes de solidariedade e constituíram grupos alguns anos depois, como a Associação de Travestis e Liberados (Astral) (1992) e Associação de Travestis de Salvador (Atras) (1995).

nhecimento por seus serviços prestados ao organismo no qual trabalha, em diálogo com outro colega, termina dizendo: “faz de qualquer jeito, bem ou mal, não seremos nós que levaremos o crédito mesmo”.

A cena etnográfica nos ofereceu insights instigantes, posto que mostra como grupos populares estavam desde o começo presentes no movimento LGBT, realizando trabalho de base e contribuindo na difusão e fortalecimento das organizações, com um contato mais corpo a corpo, direto e sedutor para as causas da comunidade LGBT. Essa narrativa também nos provocou a pensar o *modus operandi* pelo qual o queer ganhou espaço e importância no Brasil, notadamente no cenário político e acadêmico. Essa provocação nos encaminhou para uma linha argumentativa na qual sugerimos que a instalação da Teoria Queer foi facultada a partir de uma ação de caráter colonial que implicou na homogeneização do movimento LGBT brasileiro, criando uma narrativa de deslegitimidade sobre este e, a contraponto, colocando-se num lugar de super esclarecimento, beirando o messianismo (FERNANDES, 2011). Com isso, acreditamos que ocorreu a imediata tradução de uma teoria anglófona sobre a sexualidade, o desejo, a identidade e a adoção de um modelo eurocêntrico de disputa de poder, reiterando um sistema de sujeição epistêmica e invisibilização de corpos tão comum às colonialidades do saber e poder.

Como afirmamos em outro texto (TORRES; FERNANDES, 2017), o queer, ainda que não declarada ou visivelmente em suas abordagens teóricas, põe-se – ou deveria pôr-se – na linha de frente de oposição aos valores da modernidade com uma forte crítica à fixidez, identidade, naturalidade, universalidade etc. No entanto, sua chegada ao Brasil não foge à matriz eurocêntrica das produções de conhecimento e relações de poder, uma vez que utiliza desse mesmo arcabouço em suas práticas e construção crítica e política. O punitivismo do qual a Teoria Queer passou a beber, sintetizado no conceito de “*queer punitivista*” (TORRES; FERNANDES, 2017), seria uma – ou uma das – expressão inicial desse caráter eurocêntrico ainda preservado.

Este texto tenta dar continuidade a um trabalho reflexivo sobre a colonialidade do queer no Brasil que pode ser primeiramente visto nos ensaios de Jurema Mombaça, quem, no II Desfazendo Gênero<sup>6</sup>, de 2015, em Salvador, quando da palestra de Judith Butler no Teatro Castro Alves, de portas fechadas para quem não tinha ingresso, pegou o microfone e criticou a ausência,

---

6 O Desfazendo Gênero é um evento acadêmico militante que tem por objetivo produzir discussões nos campos dos estudos de gênero e sexualidade. Como pode ser depreendido de seu nome, o evento tem uma forte influência do pensamento queer. Seu nome faz referência a uma das obras de Judith Butler, *Undoing Gender* (2004), ainda não traduzida para o português. O evento existe desde 2013.

naquele espaço, de muitos corpos abjetos dos quais os textos da autora falam e estávamos discutindo naquela tarde, além dos corpos racializados e deficientes não contemplados em sua teoria. Replicando a crítica que lhe fora dirigida, ademais de concordar, a filósofa disse que estava a cargo dos presentes no teatro espalhar o que fosse discutido ali. Uma resposta que foi considerada por algumas pessoas um “tirar o corpo fora”.

Os ensaios de Mombaça, *Pode um cu mestiço falar*, publicado no Medium em 2016, e *Para desaprender o queer dos trópicos: dismantando a caravela queer*, publicado no [SSEX BBOX], inserem-se nesse rol de questionamentos subalternos sobre o sujeito da Teoria Queer, não tanto o sujeito de estudo, mas o sujeito de produção desse saber abjeto. Coincidentemente ou não, Jurema Mombaça não foi a única a fazer uma crítica ao quase vazio de representatividade racial naquele evento, juntou-se a suas observações, noutro momento, as críticas também feitas por Yuderlys Espinosa Miñoso (REA; AMANCIO, 2018). Fora do Brasil, em países como Cuba, Chile, Venezuela e Espanha, encontramos outras tantas contribuições para o debate sobre o queer e seu trânsito para o Sul: Alberto Abreu Arcia (2018, 2020a, 2020b), Yos Piña Narvaéz (2018), Julieta Paredes (2015), Maria Galindo (2016), Hija de Perra (2014), Felipe Rivas San-Martín (2011), Paco Vidarte (2007), Francesca Gargallo (2009), Juan Pablo Sutherland (2014) e Norma Mogrovejo (2020), apenas para citar algumas.

Não obstante, exista uma notória produção sobre a crítica queer ao positivismo, cartesianismo, binarismo, naturalização identitária e opção por uma abordagem genealógica e discursiva da produção das identidades, centros e periferias (BENTO, 2017; COLLING, 2013, 2015; LOURO, 2001, 2004; MISKOLCI, 2009, 2012; PEREIRA, 2006) e, mesmo textos que defendem perspectivas e práticas para um queer mais latino-americano e decolonial, (BELIZÁRIO, 2016; BENTO, 2017; FERNANDES, 2020; FERNANDES; GONTIJO, 2016, 2019; LUGARINHO, 2010; MISKOLCI, 2014; PELÚCIO, 2012; PEREIRA, 2012, 2015), poucos dentro do formato de artigo acadêmico têm se dedicado a questionar seu sujeito de conhecimento. Mais recentemente, alguns textos têm abordado as contribuições, críticas e projeto político de uma Teoria Queer de Cor (*Queer of Color Theory*)<sup>7</sup>, que vai denunciar o embranquecimento da Teoria Queer e desenvolver outras

---

7 Gostaríamos de atentar para o fato de que antes de uma facilitação da inserção da crítica queer de cor estadunidense, devemos olhar os múltiplos movimentos de pessoas dissidentes sexuais e de gênero racializadas no Brasil que vêm construindo outras formas de pensar sexualidade e gênero dissidentes desde um ponto de vista de corpos racializados, como, para citar apenas dois exemplos, o Coletivo Afrobapho e a cantora Linn da Quebrada.

maneiras de pensar gênero, sexualidade e *queerness* (REA, 2017, 2018a, 2018b; REA; AMÂNCIO, 2018; TORRES; FERNANDES, 2017).

Este texto se difere de pesquisas que defendem uma aproximação dos estudos decoloniais com a Teoria Queer, como as citadas anteriormente, atraindo atenção para as dinâmicas geopolíticas de conhecimento baseadas nos binômios Norte/produtor de teoria e Sul/consumidor, mas que não questionam as relações internas de produção de conhecimento e, ainda, um que se propõe decolonial. Objetivamos, ao tomar o colonialismo como um modo de pensar eurocentrado, que se estrutura por meio de colonialidades de poder, ser e saber, mostrar como o movimento queer reproduz essa matriz ao seguir um script eurocêntrico de constituição de uma “nova” elite de pensamento a partir das relações de saber e poder inseridas no campo de disputa com o movimento LGBT no Brasil. Concluindo, buscaremos discutir questões relativas ao sujeito de conhecimento e sua corporificação dentro da Teoria Queer, mostrando a reprodução de uma heteronarratividade e exclusão de sujeitos da produção de saber e entraves para uma prática decolonial queer.

### **Sobre o queer no texto**

Antes de passarmos para as nossas argumentações, devemos mencionar que, no processo de construção deste texto, um forte incômodo relativo ao uso do termo “queer” foi fonte de discussão e reflexão desde as literaturas consultadas. Muitas críticas foram lançadas, a partir das quais surgiram propostas de traduções culturais do conceito estadunidense para “teoria cu” (PELÚCIO, 2014), “estudos/ativismos transviados” (BENTO, 2017), ou mesmo gráficas, como “cuir” (SAN MARTÍN, 2011; TRUJILLO, 2016), uma versão latino-americanizada do termo – para citar as mais conhecidas. Há igualmente posições que se colocam contra qualquer tradução ou possibilidade de que esse termo/teoria possa servir ao contexto latino-americano (ARCIA, 2018; GARGALLO, 2009; MOGROVEJO, 2020; NARVÁEZ, 2018). Outros, por sua vez, consideram a manutenção do uso da expressão em sua forma anglófona, mas com uma revisão de seus sentidos e o estímulo aos diálogos com os contextos locais nos quais a categoria seja operada (PEREIRA, 2012).

Contrariamente ao que defendem algumas pessoas autoras, ainda não estamos convencidos que a Teoria Queer sofra uma simples tradução em diferentes contextos. Estaríamos falando mais precisamente de processos de devir,

de metamorfose, porquanto o queer e suas múltiplas derivações, enquanto teoria viajante, não poderia ser, mas vir a ser em seus mais variados contextos de contato, respondendo ao processo tradutório enquanto ato de deslocamento e abertura à alteridade (COSTA, 2010). Não se trata de uma mera tradução textual, mas de operação epistemológica, e, por ora, no momento de escrita deste texto, ainda não estamos plenamente certos de qual seria o melhor movimento. Consideremos a validade de ambos, no entanto, não vamos, aqui, defender algum tipo de nova tradução, porquanto gambiarras linguísticas com sentido de revisões epistêmicas no que se refere ao termo sempre têm um aspecto provisório e servem mais ao lançamento de tendências que de fato uma reflexão epistemológica e política decolonial profunda sobre os usos de teorias do Norte Global. Isso posto, utilizaremos a grafia em sua língua de origem.

Nosso posicionamento linguístico aqui está em consonância com a proposta que defende a estratégia de tradução cultural como uma política de descolonização do saber e politização de lugares (COSTA, 2010). Não operamos a partir da adoção de uma tradução gráfica do termo, porque, embora ela intente incorporar nossas especificidades locais, nossas metodologias, não pode apagar as genealogias próprias do conceito, o caráter local dessa teoria, suas marcas geopolíticas. A reapropriação do conceito, sua aplicabilidade e revisão em contextos outros devem ter como referência seu texto base para as formulações críticas dentro do processo de iterabilidade da teoria, pelo qual ela será citada e excitada em seus trânsitos, fluxos e refluxos.

### **Costureiro ou queer: performance colonial na disputa por espaço**

No texto “O costureiro e sua grife”, Pierre Bourdieu e Yvette Delsaut (1975) analisaram a forma como costureiros de grifes francesas matavam simbolicamente as gerações que as antecederam como parte de um processo de consolidação de novas hegemonias no campo da moda. Ao mostrar como se estabelece essa relação de poder, o sociólogo nos possibilitou pensar como o queer representa uma nova produção de hegemonia dentro de um exercício eurocêntrico de poder. Apesar de se reivindicar contra hegemônico, percebe-se, em sua consolidação no Brasil, o mesmo *modus operandi* das sociedades do capitalismo industrial tardio. Ainda que as observações de Bourdieu e Delsaut (1975) referenciem contextos geográficos e conceituais completamente distintos, é em suas considerações da dinâmica entre as grifes como um processo permeado por relações econômicas, geracionais e raciais que pudemos criar certas correlações (FERNANDES, 2011).

O procedimento de constituição de novas hegemonias era marcado pela estratégia de desvalorização simbólica das grifes mais antigas pelos novos costureiros, algo que ocorria intragrupos raciais e econômicos. A dinâmica de alternância de poder não implicava a alteração do status social dos sujeitos dessa relação, pelo contrário, era facultada por essa per tença compartilhada (BOURDIEU; DELSAUT, 1975). Ocorre-nos que, na medida em que alguns críticos queer compartilham de igual status de classe e raça daqueles com os quais antagonizam, o mesmo processo pode ser apreendido da inserção do queer no Brasil. Bourdieu e Delsaut (1975) nos permitiram pensar que, em alguns contextos, como a moda, o gênero e a sexualidade são campos de disputas, nos quais as diferentes opções teóricas e movimentos, cujos principais atores e atrizes estão relacionados, são *maisons en concurrence*. Relativamente ao queer e ao movimento LGBT, representa-se aqui muito bem a relação de antagonismos vista entre os “tradicionais” e os “audaciosos”, “novos” e “velhos” costureiros de Bourdieu e Delsaut (1975) e como as táticas de manutenção e translação de hegemonia constituem essas relações (FERNANDES, 2011).

Tendo em vista essas relações de poder concorrente e constitutivas desse movimento de troca, não estranhemos, então, a universidade ter sido o lugar primeiro de surgimento das discussões queer no Brasil, o púlpito da colonialidade, como afirmou Ochy Curiel, lugar por excelência do assimilaçãoismo de um modelo teórico estrangeiro por pessoas pesquisadoras brasileiras brancas. Isso nos leva a concordar com Maria Galindo (2016) ao criticar que os conteúdos da Teoria Queer não partem das ruas, local de relevância para pensar a gênese de movimentos como o LGBT, observando que, “na América Latina, a teoria *queer* em geral é uma teoria para a elite, a partir das elites, que termina perdendo seu conteúdo subversivo” (p. 229, grifos nossos). Uma teoria deslocada pensando corpos deslocados da teoria: como equacionar este problema?

Tratamos de um problema que se acentua ainda mais no modelo de academia neoliberal. Uma vez que, dentro do mercado acadêmico, a circulação e o domínio de teorias não representam somente prestígio social, mas poder econômico, o queer, um novo produto, criou um mercado. De seus escritórios nas universidades públicas brasileiras, pessoas pesquisadoras que passaram ou não parte de sua formação no exterior, mas que tiveram acesso aos primeiros escritos queer em língua inglesa ou espanhola, no contato com o quadro teórico-conceitual estadunidense, prescreveram uma teoria sobre o gênero e a sexualidade enquadrada



em algumas poucas referências ocidentais do Norte Global Ocidental (leia-se aqui eixo EUA e Europa Ocidental).

Essa aterrissagem do queer em solo acadêmico brasileiro não seria possível senão justamente pelas posições de sujeito dessas pessoas pesquisadoras favorecidas pelos privilégios da branquitude e/ou classe. A universidade brasileira foi, por muito tempo, um lugar elitizado, criado e mantido para grupos sociais com possibilidades de acesso advindas da extrema desigualdade que impedia o mesmo acesso ao sistema educacional superior por pessoas racializadas e pobres. Hoje ainda observamos uma discrepância no perfil racial do quadro docente das instituições de ensino superior (IES) no país.

De acordo com levantamento dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 392.036 pessoas atuavam como professoras em universidades públicas e privadas no Brasil. Destas, 274.794 declararam cor/raça, possibilitando a visualização de um aumento de 169 para 208 mil docentes brancas e de 37 mil para aproximadamente 60 mil docentes negras. Outra discrepância se fez visível: quanto maior a titulação, menor a presença de pessoas negras. Se, em 2017, havia 115.869 mestras e 100.354 doutoras, o percentual de pessoas negras nessas categorias era, respectivamente, 28.328 e 17.698 (MORENO, 2018).

Angela de Brito (2017) mostra, em pesquisa realizada entre 2016 e 2017, que, no total de 1252 professores(as) de duas entre as seis áreas de conhecimento da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 1016 são brancos(as) e apenas 236 são negros(as). Esses são resultados parciais de uma pesquisa com 2143 docentes de uma das mais importantes universidades públicas do Brasil, localizada na cidade com a maior população preta (733.253 pessoas) do país (IBGE, 2010), e aquela à qual estamos vinculados, o primeiro autor como estudante e o segundo como professor. Tais dados evidenciam uma discrepância que não poderia ser atribuída senão ao racismo estrutural e à desigualdade de renda, que caminham *pari passu*.

Isso reflete como o queer, antes de se opor às colonialidades de saber e poder, só pode se consolidar ao chegar ao Brasil, porque já se servia antes mesmo dessas colonialidades que se sustentaram e sustentam-se no racismo sistêmico brasileiro, vide as desigualdades de acesso ao ensino superior marcadas pelo racismo e classismo. Seria assim que, então, movidos pela ideia de uma teoria radical da sexualidade e sua implementação

a todo custo no país, condicionariam sua aplicabilidade a um escamoteamento de identidades, que serve ao projeto de ascensão desse modelo teórico mediante a superficialização da política LGBT nacional e manutenção de uma elite intelectual detentora de um monopólio queer.

Ademais, esses críticos são notados por uma certa articulação de suas pesquisas com suas práticas políticas e trabalhariam sobremaneira com a articulação dos marcadores das diferenças (BENTO, 2017). O quadro que se estabelece é: muda-se a epistemologia e a perspectiva política, mas as pessoas a(u)toras continuam as mesmas, embora desta vez elas se mantenham no posto de elite se dizendo representar, defender o lugar, a voz e as experiências dos corpos subalternos que outrora foram escamoteados por uma política LGBT cisheteronormativa e sexista.

### Quem produz Teoria Queer no Brasil?

Atentar para o perfil dos produtores de conhecimento queer no Brasil, denunciando a colonialidade de sua constituição, é uma inflexão relevante, pois que “fala de uma materialidade que produz a divisão clássica entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, daqueles que permanecem no lugar do verdadeiro sujeito produtor e daquele que, ignorante, precisa ser instruído”<sup>8</sup> (MIÑOSO, 2015, não paginado, tradução nossa). O discurso queer da última década incita a produção de um saber queer querendo-se local, latino-americano, mas excluindo as vozes racializadas da discussão e produção de sentidos, teorias e experiências queers em primeira pessoa.

Como bem argumenta Yuderkys Espinosa Miñoso (2015), os movimentos feministas e queer na América Latina se desenvolveram dentro de uma mirada de desenvolvimento linear do projeto moderno com tendências ao imperialismo e ao universalismo de suas teorias e conceitos, o que se percebe sobremaneira nas sucessões de marcos teóricos como a tratada no tópico anterior. Isso revelaria uma narrativa de progressivismo nos regimes de verdade sobre a sexualidade, no qual estas novas teorias e correntes de pensamento se colocam como algum avanço em relação a “toda forma anterior de interpretação do corpo e da sexualidade”<sup>9</sup> (MIÑOSO, 2015, não paginado, tradução nossa).

8 “Habla de una materialidad que produce la clásica división entre sujeto cognoscente y objeto de conocimiento, de quienes siguen quedando en el lugar del sujeto productor de verdad y aquel que, ignorante, necesita ser instruido”.

9 “Toda forma anterior de interpretación del cuerpo y la sexualidad”.

Essa gestão do saber ocorre dentro de uma racionalidade ocidental moderna da qual, tentando se manter distantes, esses movimentos acabam se aproximando em suas metodologias.

Se interpretarmos, assim, o queer, nos moldes de uma epistemologia neocolonial, entenderemos como sua reprodução e penetração na América Latina, especialmente no Brasil, estaria interconectada e seria induzida por um discurso que reclama a superioridade moderna ocidental no campo das sexualidades e gêneros (REA; AMANCIO, 2018). Como a autora sustenta, esses movimentos, especialmente aquele das políticas de liberação sexual, nos chegam

[...] com todo o seu célebre rebanho de subjetividades excêntricas e monstruosas que reivindicam uma “diferença” que as torna especiais em relação ao sujeito comum da comunidade, descartadas e desprezadas *a priori* como sujeitos a serem superados por aqueles que se apresentam como promessa de destino (não normativa) da humanidade. (MIÑOSO, 2015, não paginado, tradução nossa)<sup>10</sup>.

Ao criticar e se pretender mais crítica em suas estratégias e teorizações, o queer desconsiderou, por exemplo, que a contraposição aos valores morais marca a gênese do movimento homossexual brasileiro, que se inicia em período ditatorial. Destarte, na impossibilidade de manifestação contra o regime político, manifestavam-se contra o regime moral. Nesse bojo, surgem a androginia e os questionamentos às coerências de gênero, por exemplo (MACRAE, 2011). Sem pretensão a um reducionismo das práticas políticas queer a essas ações, elas nos mostram que parte da radicalidade cobrada pela crítica queer coexistia com a boa conduta militante mais apreciada no movimento. Alguns militantes pareciam assumir um posicionamento que hoje diríamos queer, passando a ideia de inspiração em/por teorias foucault/deleuzianas, nas quais o desejo é visto como força produtiva. Assim seria impossível atribuir uma posição ideológica quanto ao identitarismo homogêneo a todo o movimento homossexual, posto que havia pontos de vistas político-teóricos contrastantes sobre uma mesma questão (MACRAE, 2018). Como sustenta Alberto Arcia (2020), referindo-se à chegada do queer na América Latina, especialmente Cuba,

---

10 “Con toda su celebrada manada de subjetividades excêntricas y monstruosas que se adjudican una “diferencia” que les hace especial con respecto al sujeto común comunitario, desechado y despreciado *a priori* como sujeto a ser superado por quienes se erigen como promesa del destino (no-normativo) de la humanidad”.

[...] aparentemente, esse segmento do ativismo LGBTI que se supõe queers/cuir aprendeu sobre a desconstrução da identidade binária e do sujeito integrante da modernidade ocidental a partir do que os estudos queer euro-americanos como se sincronicamente em Cuba e na América Latina não estivessem ocorrendo processos culturais, artísticos e de pensamento que eram expressões de uma nova sensibilidade e do dismantelamento e erosão de identidades binárias. Não vivíamos tão isolados do mundo a ponto de evitar que o contato com o pensamento de Benjamin, Foucault, Derrida, Deleuze, Guattari nos impactasse igualmente. São os ensaios de Néstor Perlongher sobre os Devenires Minoritarios, os textos de Nelly Richard sobre Las Yeguas de la Apocalipsis (Francisco Casas e Pedro Lemebel), e as subjetividades sempre em fuga, que compõem o movimento de La escena de Avanzada Chilena que explicitam toda uma hermenêutica das margens, da diferença, da alteridade. (ARCIA, 2020, não paginado, tradução nossa)<sup>11</sup>.

A particularidade resguardada entre os costureiros de Bourdieu e Delsaut (1975) e os queers se relaciona ao aspecto colonial que observamos no movimento mesmo de reprodução de uma operação partilhada com uma elite europeia. Nesse caso, tendo em vista que não há deslocamento real dos sujeitos do poder, ela se realiza na adoção de uma ação que implica a criação de um “eles” a partir do “nós” e vice-versa, cujo lugar da alteridade está primordialmente ocupado pelos corpos brancos, burgueses e atraídos e atrelados a um ideal de virilidade e heterossexualização de suas vidas, que atuam no movimento LGBT, e sua substituição dá-se por outros corpos brancos, burgueses, mas, desta vez, sob a alcunha de queers (leia-se paladinos da subversão) e, por isso, mais legítimos de ocuparem a centralidade das discussões e disputas no âmbito dos estudos de gênero e sexualidade. Narrativas em terceira pessoa são a síntese da epistemologia queer da primeira década dos anos 2000 e até alguns anos atrás no Brasil. Discute-se descolonização das identidades, marginalidade e periferia das experiências sexuais e de gêneros de um lugar *heteronarrativo*.

---

11 “Al parecer este segmento del activismo LGBTI que se asume como queers/cuir se enteró de la desconstrucción de la identidad binaria y de aquel sujeto íntegro de la modernidad occidental por lo que les llegaba los estudios queer euronorteamericano como si sincrónicamente en Cuba y en Latinoamérica no estuvieran ocurriendo procesos culturales, artísticos y de pensamiento los cuales eran expresión de una nueva sensibilidad y del desmontaje y erosión las identidades binarias. No vivíamos tan aislados del mundo como para impedir que el contacto con el pensamiento de Benjamin, Foucault, Derrida, Deleuze, Guattari nos impactaran por igual. Ahí están los ensayos de Néstor Perlongher en torno a los Devenires Minoritarios, los textos de Nelly Richard sobre Las Yeguas de la Apocalipsis (Francisco Casas y Pedro Lemebel), y las subjetividades siempre en fuga, que conforman el movimiento de La escena de Avanzada Chilena los cuales explicitan toda una hermenéutica de los márgenes, la diferencia, la alteridad”.

O lugar da alteridade, no entanto, nem mesmo foi conferido aos corpos negros de baixa renda que atuaram e ainda atuam no movimento LGBT<sup>12</sup> e que foram ocultados nas análises, apesar do perfil racial do movimento LGBT no Brasil ter sido uma das críticas levantadas pelas autoridades queer. Muito se disse, pouco se mudou. Saímos de um cenário de militância LGBT embranquecido para um de multiplicidade e desconstrução queer opaco, prevalecendo uma lógica de apagamento das “marcas corpo-políticas” (MOMBAÇA, 2016). Aqui, então, essa problemática se complexifica tanto mais pelo fato de a crítica queer incidir sobre esses sujeitos, para os quais o movimento LGBT aparece como um dos espaços primeiros de organização, fortalecimento da identidade sexual e ação política, mas que continuaram marginalizados no processo de transição política e epistêmica na construção de um queer brasileiro que demorou a ganhar contornos nacionais.

No limiar dessa discussão, pode-se dizer que houve uma replicação da crítica queer estadunidense no Brasil, homogeneizando o movimento daqui desde suas formulações contra argumentativas. Tanto as surgidas nos Estados Unidos quanto as replicadas no Brasil partiam de uma necessidade de radicalização política e questionavam os valores de raça, classe e identitários que se observavam no movimento LGBT: o essencialismo identitário posto como estratégico, a eleição de um padrão materializado na figura do gay viril, a assimilação capitalista, a inclusão social a partir do *pink money*, a exclusão de LGBT racializadas do debate e a brancura da representação de pessoas de sexualidades não heterossexuais.

Não se trata aqui de refutar essas críticas, mas de trazer novos olhares que permitam, entre outras coisas, situá-las no complexo contexto do movimento LGBT brasileiro que, muito embora tenha sido influenciado pelas movimentações das décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos, com a revolução

---

12 As discussões raciais estiveram presentes desde muito cedo, afinal, uma dimensão estruturante das relações sociais, como a raça, da mesma forma que constitui – ou tenta constituir – um ambiente de naturalidade e invisibilidade, suas implicações nas relações, elas mesmas, suscitam indagações a realidade posta como natural. Diante disso, grupos homossexuais negros começavam a se organizar de igual maneira no período de efervescência do movimento homossexual no Brasil. Nos idos de 1979, na ocasião do I Congresso do Movimento negro Unificado (MNU), no Rio de Janeiro, um homossexual negro já levantava suas inquietações enquanto homossexual-negro, denunciando a falta de abertura para discussão de sua condição e o preconceito dentro do MNU. Outro pequeno grupo também no interior de outro criticou a organização homossexual que fizera parte, pontuando o racismo existente ali. Deve-se ressaltar também as discussões raciais pautadas pelo Adé Dudu, um dos mais proeminentes grupos LGBT negro da Bahia, com atuação nacional, que, em 1980, fazia uma inflexão racial no movimento LGBT ao problematizar o racismo que operava em seu interior, disputar espaço dentro do MNU para inclusão de suas pautas e pesquisar sobre as experiências de outros negros homossexuais (PERLONGHER, 2008; MACRAE, 2018). Como defende Audre Lorde (2019), não há hierarquias de opressão: o corpo negro LGBT está intimamente ligado à pluralidade de dimensões que não só incidem para provocar formas diferenciadas de regimes de opressão, como também devem suscitar a solidariedade e interconexão das lutas.

sexual e a organização política de sujeitos de sexo/gênero não conformes, há que se ressaltar as particularidades do movimento que se desenrola no Brasil, social e politicamente distinto de seu contexto de inspiração. Perlongher (2008), Fry (2008) e MacRae (2018) são incisivos ao apontar as resistências e, *ipso facto*, os distanciamentos que se mostravam no decorrer desse processo. As argumentações que fazem contraponto a uma tese de absorção autômata e homogênea de uma política estrangeira – tal qual a que pode ser depreendida como subtexto da crítica queer brasileira.

Em que medida nos importa as discussões e posicionamentos traçados por esses autores? Como eles servem ao argumento central do artigo? Como mostram resistências e dissonâncias no movimento homossexual/LGBT brasileiro? As reflexões feitas por esses teóricos decorrem de observações empíricas densas de contextos específicos que, de alguma forma ou de outra, estão relacionados às macros movimentações políticas por direitos. Elas mostram o caráter multifacetado e dinâmico das identidades sexuais no Brasil, que podemos estender às composições desse movimento, contexto esse que influenciará em práticas difusas de uma estrutura aparentemente centralizada (MACRAE, 2018).

Esses autores e suas obras nos permitem acompanhar como o monoperspectivismo da analítica queer nortecentrada e resumida a seus interesses de implantação de um novo regime de verdade sobre os gêneros e as sexualidades no Brasil, segundo a qual elaborou seus argumentos acerca do movimento LGBT, subsume, dentro de uma topologia tomada por um caráter universal, agenciamentos e energéticas (PERLONGHER, 2008) que não se assemelham aos que correm no campo de observação norte-americano. Dessa forma, tomando analogamente essa crítica como uma imposição classificatória, consideramos que há uma superposição no nível da identidade, na qual o queer produz uma imisção do movimento homossexual/LGBT estadunidense ao brasileiro em detrimento das “práticas concretas”, conforme demonstram estudos etnográficos sobre o tema (FRY, 2008; MACRAE, 2018; PERLONGHER, 2008). Nesse sentido, essa translação identitária cria um “obstáculo epistemológico” (PERLONGHER, 2008, p. 201), pois

uma genealogia menos comprometida a pagar tributos à produção intelectual dos centros metropolitanos deveria seguramente reconhecer a importância do pensamento socioantropológico brasileiro em torno da homossexualidade, seu caráter original e precursor do pensamento crítico que mais tarde viria a ser batizado de teoria *queer*. (CARRARA; SIMÕES, 2007, p. 76).

Em vista disso, muito embora a crítica queer ao essencialismo identitário apareça como algo novo, devemos fazer uma pequena digressão dessa ideia, posto que os trabalhos de Peter Fry (1982), Néstor Perlongher (2008) e Edward MacRae (2018) já apontam – nos idos de 1980-1990, alguns destes bem antes da aterrissagem dos estudos queer no Brasil – para a compreensão da identidade sexual como algo de ordem cultural, reafirmando a instabilidade e insuficiência de categorias universais para dar conta de algo em constante mutação e proliferação. Fry (2008, p. 40), saindo em defesa de uma situacionalidade da sexualidade em termos sociais e históricos, assevera que “nossa infinitamente rica pletora de identidades sexuais [...] são personagens de um cenário de significações que têm sua história e lógicas próprias”. Essa percepção, à época, se atrela a um posicionamento contrário às injunções das classificações anglo-saxãs, que, em suas limitações, soterram essa miríade de expressões identitárias locais e incorrem nos perigos de uma afirmação de identidade homossexual em termos herméticos, gerando uma cristalização identitária e uma métrica para enquadramento (MACRAE, 1987).

Nesse sentido, coexistiam no Brasil diferentes sistemas classificatórios permeados por dimensões de classe e raça, e Perlongher (2008) nos mostra isso através da fluidez das categorias identitárias dos michês, que se estabelecem a partir de tensores de raça, classe, gênero e idade e estão em constante movimento em relação ao espaço geográfico no qual estão inseridos. O antropólogo insiste, assim, numa atitude de recuperação das “potências da errância”, no sentido de “não passar a ver, por exemplo, ‘identidades sociossexuais’ onde o que há são deslocamentos e fluxos, territoriais e libidinais” (p. 198). A hierarquia entre os sistemas pressupunha um atraso de categorias nativas ou não alinhadas ao modelo igualitário (CARRARA; SIMÕES, 2007). Os termos geridos por grupos de sexualidades e gêneros dissidentes no Brasil antes do queer e que se estendem até o presente guardam profundas relações com a memória coletiva e as experiências desses corpos. Subscrevemos Arcia, para quem

Desde já, cada maricón, tortillera, pinguero tem o direito de se chamar do que quiser. Só que o rótulo que assumimos quando o trazemos para o ativismo é um ato de responsabilidade e compromisso com uma história que carregamos nas costas. Porque também devemos os “privilégios” deste presente às tortilleras, às locas e aos maricones iletrados que, noite após noite, iam fazendo as ruas, defendendo aquele espaço. Quando você não poderia nem mencionar o assunto, ou falar sobre direitos e reivindicações nesse

sentido. E lá estavam eles todas as noites, nos lixões ou em volta dos banhos públicos, defendendo pelo menos o direito de cantar. Apesar das agressões, espancamentos e assassinatos homofóbicos. Apesar das multas e batidas policiais. Porque no maricón que estou hoje, onde quer que eu vá, há também, como uma cicatriz luminosa, os maricones que não conseguiam esconder sua mariconeria, nem se casar, nem se chamar de queer/cuir, porque não quiseram ou porque elas eram tão loucas que ninguém iria acreditar. E muitxs sofreram prisão e sobreviveram porque saíram mais loucas e bravas. Também aquelas que se suicidaram porque não aguentavam mais. (ARCIA, 2020, não paginado, tradução nossa)<sup>13</sup>.

No Brasil, entre as décadas de 1970 e 1980, o caráter inextricável do discurso de resistência daquele higienizado, menos guetizado, tomado como instituto prescritor de uma moral e ética sexual particular aparece fortemente nas práticas de reapropriação/desterritorialização de termos como “bicha”, “sapatão”, “viado”, entre outros. Ainda que o modelo igualitário surgido em fins da década de 1960 se propusesse enquanto alternativa menos apegada aos estereótipos de gênero e noções fixas de posição sexual, também aparece como tentativa de polimento e normatização do movimento. Diante disso, não apenas a autoidentificação bicha não pode ser vista tão somente pelo paradigma do modelo hierárquico, mas outras formas de identificação também como resistência ao enquadramento, como pode ser percebido na forma como alguns grupos se tratavam e mesmo nas relações entre o gueto (MACRAE, 1983)<sup>14</sup>.

13 *“Desde luego, que cada maricón, tortillera, pinguero tiene el derecho de llamarse como le de la gana. Sólo que el rótulo que asumimos cuando lo llevamos al activismo supone un acto de responsabilidad y de compromiso con una historia que cargamos sobre nuestra espalda. Porque los “privilegios” de este presente también se lo debemos a las tortilleras, a locas y a los maricones no letrados que noche tras noche se mantuvieron haciendo la calle, defendiendo ese espacio. Cuando no se podía ni mencionar el tema, ni hablar de derechos y reivindicaciones en este sentido. Y allí estaban cada noche, en los muladares o alrededor de los baños públicos, defendiendo al menos del derecho a singar. A pesar de los asaltos, las golpizas y asesinatos homofóbicos. A pesar de las multas y las redadas policiales. Porque en el maricón que soy hoy, a donde quiera que va, van también, como una cicatriz luminosa, los maricones que no pudieron ocultar su mariconería, ni casarse, ni llamarse queer/cuir, porque no quisieron o porque eran tan relocas que nadie se lo creería. Y muchxs sufrieron prisión y sobrevivieron porque salieron más locas y más bravas. También a las que se suicidaron porque no pudieron aguantar más”.*

14 Diferentemente do termo “bicha”, palavras como “sapatão” e “fanchona” não precisaram passar por um processo de ressignificação, elas eram objetos de uma preferência autoidentificativa entre grupos populares em detrimento da expressão “lésbica”, que era vista com tamanha desconfiança e foi alvo de investidas do Grupo de Ação Lésbico-Feminista para perder seu conteúdo pejorativo, constantemente reforçado pela mídia e autoridades policiais (MACRAE, 2018). Não podemos atribuir a mesma genealogia para as palavras. Nesse caso, vemos como a violência operava literalmente sobre outros termos e como distintos grupos agiram em face desse caráter multifacetado da opressão. Se, de um lado, um grupo de mulheres brancas e escolarizadas – muitas universitárias – de classe média que representava as mulheres lésbicas e, supostamente, seus interesses, preferia uma denominação mais internacional e higienizada, por outro, mulheres pobres optavam por nomeações mais nativas. Assim, no Brasil, “lésbica” foi uma categoria criticada e dificilmente incorporada por grupos de mulheres guetizadas, que apresentavam diferenças de classe e raça em relação àquelas – de classe média e brancas – que atuavam no Movimento Lésbico-Feminista da década de 1970. Outra identificação comum que estabelecia uma relação com noções de trânsito e dessubstancialização identitária era “entendido(a)” (LACOMBE, 2007).



Isso implica dizer, ou melhor, reforçar, que as palavras têm história, e devemos buscá-la para entender seus sentidos, sendo esse um dos motivos que incidem sobre a recusa do termo “queer” por ativistas e acadêmicos, a exemplo de Alberto Abreu Arcia, para quem a palavra não teria a mesma força que os termos locais. Outrossim, há quem defenda que ela cria uma “hegemonia de la inteligibilidad *queer*” (SAN MARTÍN, 2011, p. 66, grifos nossos), segundo a qual sustentaria uma ideia de que as resistências linguísticas e sexuais manifestadas na incorporação de termos pejorativos como discurso contra hegemônico teriam sido criadas nos Estados Unidos ou Norte Global e exportadas para o resto do mundo, sobretudo para a América Latina, reiterando seu lugar de consumidora de teoria (SAN MARTÍN, 2011, p. 66).

Ao comentar o que seriam as implicações da adoção de uma abordagem baseada na ideia de uma “identidade mundial”, Seffner (2011) postula que essa ação é perigosa diante das diferenças locais que atravessam as identidades de um dado contexto, alertando que uma pressuposição dessa ordem vem quase sempre acompanhadas de um caráter eurocentrado, norte-centrado, ocidentalizado, imbuído de referenciais da branquitude e capitalismo. Isso nos leva novamente à discussão sobre o transporte identitário: como um campo de estudos que foge aos axiomas da identidade tem assumido uma perspectiva identitária em sua crítica? De tal forma, nesse exercício de aplicação de um “descriptor muito focado nas identidades” colocou-se em segundo plano “as fissuras, fraturas e contradições” (PINHO et al., 2011, p. 220). Segundo Carrara e Simões (2007, p. 93),

a experiência da primeira onda de militância homossexual no final dos 1970, que convivía com a crítica de acadêmicos e ativistas que problematizavam a questão da identidade homossexual, foi tão importante quanto o estabelecimento de parcerias e alianças com agências governamentais e organizações internacionais. (CARRARA; SIMÕES, 2007, p. 93).

Nesse sentido, percebemos que o manejo (neo)colonial do queer indica uma contradição analítico-metodológica que se reflete na distinção queer *versus* identitários. Ao contrário do que ele pressupõe, apontamos para uma coexistência entre as duas formas políticas, uma dando conta do que seriam supostamente práticas da outra e, assim, como há divergências em termos de política e cosmologia dentro do movimento LGBT, ele pode ser afirmado em relação aos ativismos queer. Assim, faz-se necessário o trabalho

reflexivo de nos questionarmos: “de que maneira temos sido agentes a serviço da expansão da razão racista imperial?”<sup>15</sup>; “como as novas verdades introduzidas sobre gênero e sexualidade contribuem para a expansão do programa moderno-ocidental, ocultando a colonialidade?”<sup>16</sup> (MIÑOSO, 2015, não paginado, tradução nossa). Também necessário é refletirmos sobre a maneira pela qual o projeto queer no Brasil, em suas primeiras décadas, deu continuidade a uma produção de unidade do sujeito dissidente de gênero e sexualidade às custas de outras categorias que coconstituem essas dissidências, criando uma economia política da verdade (MIÑOSO, 2015).

### Traduções e torções sem autorreflexividade

Críticos(as) da geopolítica do conhecimento, alguns(as) autores(as) da Teoria Queer advogaram pela adequação desse campo teórico às experiências de dissidência de gênero e sexualidade no Brasil, uma operação que se suporia de resistência e reflexão crítica sobre epistemologia, poder e território. Ainda que a tradução ou torção do queer tenha sido seguida de um movimento de regionalização (LUGARINHO, 2010; MISKOLCI, 2014; MOMBAÇA, 2015; PELÚCIO, 2014, 2015), ou, nas palavras de Berenice Bento, de um “giro *queer* cucaracha” (BENTO, 2017), junto às críticas, vieram impregnados hábitos neocoloniais que fazem com que

[...] o giro decolonial das pessoas teóricas de gênero do Brasil segue limitado a assinalar escalas hierárquicas entre contextos acadêmicos distintos (os do Norte e do Sul globais), sem com isso, em momento algum, questionar a própria academia – com sua linguagem teórica normalizada, sua tematização das vidas de pessoas reais e suas hierarquias consolidadas por sistemas rígidos de avaliação institucional – como território-chave para a atualização do *queer* como referencial indissociável da colonialidade do saber no contexto brasileiro (sudaca e terceiro-mundista). (MOMBAÇA, 2015).

Nesse contexto, insere-se a manutenção da universidade enquanto um espaço de construção de regimes de verdade e “conteúdos dominantes” (MOMBAÇA, 2015) administrados por sujeitos em posições confortáveis para se tornarem referenciais teóricos, ainda que uma crítica a disciplina- rização da Teoria Queer tenha sido feita evidenciando seu compromisso

15 “¿De qué manera hemos sido agentes al servicio de la expansión de la razón racista imperial?”.

16 “¿De qué manera las nuevas verdades introducidas sobre el género y la sexualidad contribuyen en la ampliación del programa moderno-occidental, ocultando la colonialidad?”.

“com os ainda subalternizados” (MISKOLCI, 2014, não paginado) e a academia tenha sido posta como um espaço onde esses pesquisadores tiveram que disputar internamente para serem escutados (BENTO, 2017).

A subalternidade da qual se escreve e defende será sempre vista como esse Outro que, por algum motivo – que esperamos conseguir mostrar neste texto – não está plenamente apto a falar por si ou não se interessa em ouvi-lo, configurando-se, antes de um silêncio do subalterno, uma injunção ao silêncio, negação da escuta e construção pública de espaços de enunciação (MOMBAÇA, 2015). Ainda que se reconheça que “a relação entre ‘centro’ e ‘periferia’ pode ser experimentada dentro mesmo das fronteiras do Sul, mas sob a marca das hierarquias raciais e de gênero” (PELÚCIO, 2015, p. 406), um silêncio nauseante sobre essas marcas raciais perpassa toda a produção dessas pessoas teóricas.

Diante desse cenário, consideramos que talvez seja mais urgente, antes de permitir essas trocas entre “suis” globais no que toca ao trânsito da Teoria Queer de Cor, como defendem Caterina Rea e Izzie Amancio (2018), pensar numa dinâmica de troca mais horizontal no interior dos próprios “suis”. Como argumentam as pesquisadoras, a sexualidade não pode ser concebida distante de relações neocoloniais, neocapitalistas, imperialistas e racistas. Do mesmo modo, a produção epistêmica não pode ser tomada sem uma reflexão sobre seu contexto de produção e expoentes, sendo necessário um questionamento de sua relação ou não com os poderes acima citados.

Crítica dos feminismos brancos eurocêntricos e de suas epistemologias universalistas, Miñoso (2014) nos ajuda a pensar como o queer, assim como o sistema de gênero, é dispositivo concebido para referenciar as experiências de opressão de corpos nas sociedades modernas ocidentais e como as pessoas teóricas queers brancas cometeram os mesmos equívocos de teóricas feministas brancas que discutiam e criticavam o pensamento científico por seu sexismo, mas ocultavam seus lugares de classe e raça de pertencimento privilegiados. Às queers brancas brasileiras, devemos acrescentar a posição geográfica, considerando nosso contexto e as relações geopolíticas de conhecimento que nos atravessam.

Isso posto, defendemos a inviabilidade de uma incorporação da Teoria Queer de Cor sem antes levar em consideração a geopolítica do conhecimento e suas implicações no acontecimento do queer, sua disseminação e constituição como campo teórico. A apropriação e ressignificação que foi elaborada por queers de cor estadunidenses não pode ser tomada como

coextensiva às pessoas dissidentes de gênero e sexualidade brasileiras, uma vez que a categoria reapropriada tem sua origem e conceituação baseada nas experiências de corpos do Norte Global. Se o queer tão somente foi matéria de crítica por não fazer sentido aos ouvidos de muita gente, uma expressão tão grande quanto a primeira e em língua inglesa certamente não facilitará mais sua incorporação e aplicação em contexto brasileiro, embora todo o exercício de tradução dessa outra vertente teórico-política.

Na linha de alguns autores que fazem uma discussão decolonial sobre a Teoria Queer, a proposta de uma “teoria cu” seria aquela distante dos regimes “falocêntricos e heteronormativos da ciência canônica” (PELÚCIO, 2014, não paginado), ao assumir-se que “a posição social dos intelectuais exige que eles estejam atentos às condições econômicas e políticas desiguais, mas também como a produção e circulação do conhecimento se articula a elas consolidando-as” (MISKOLCI, 2014, não paginado). Ao defender a Teoria Queer como um saber insurgente junto a outros saberes assujeitados, algumas pessoas teóricas ainda reproduzem uma crítica parcial às dinâmicas da colonialidade do saber no que toca aos eixos de produção teórica e sujeição global às teorias. Sem uma crítica sobre os sujeitos de produção desse conhecimento *queer à brasileira*, seu exercício analítico revela esse conhecimento pensado distante do corpo que o produz, mas que tem o poder para repensá-lo e torcê-lo – pois, não obstante, partamos da compreensão dos regimes falocêntricos e heteronormativos de poder se constituírem racialmente um exercício crítico de desvelamento e discussão dessa coimplicação são continuamente necessários.

O exercício de pensamento crítico sobre as relações coloniais de saber e poder nos marcos dos estudos de gênero e sexualidade, especialmente na Teoria Queer, questionando a potência do conceito em nosso território, considera “que nosso vocabulário ainda é escasso quando tratamos de buscar outras maneiras de dizer sobre nós” (PELÚCIO, 2014, não paginado). Desde essa afirmação, procuramos interpretar esse “dizer sobre nós”. Quais os sujeitos desse “nós”? Um passeio rápido entre circuitos LGBT nos é mais que suficiente para identificar uma miríade de categorias enunciatórias de si. A insuficiência observada nesse “nós” revela que a categoria não inclui senão o “nós” autorizado a produzir conhecimento sobre o “eles”, ao chamar atenção para as trocas epistemológicas latino-americanas:

Mas o fato é que ainda nos mantemos bastante reverentes a produções teóricas europeias e norte-americanas, enquanto guardamos relativa ignorância a respeito das contribuições de nossos vizinhos continentais, com os quais compartilhamos,

muitas vezes, cenários sociais, políticos, econômicos e culturais bastante próximos. Sintomaticamente, dialogamos muito pouco com o resto da América Latina. (PELÚCIO, 2014, não paginado).

Constata-se que a discussão sobre um campo e políticas queer se estabelece prioritariamente entre pessoas teóricas, pelo que se vê no chamado a observar o que os “vizinhos”, leia-se acadêmicos latino-americanos, estão produzindo, e não os sujeitos das dissidências sexuais e de gênero no Brasil dentro ou fora da academia. Esse exercício da “crítica sem sujeito”, ora defendido abertamente por algumas pessoas autoras, mas patente nos escritos dessa perspectiva na primeira década, mostra como o lugar queer de auto-enunciação se tornou uma categoria de observação e fala em terceira pessoa (LOURENÇO, 2017), fazendo necessário um processo que recupere a possibilidade de uma verbalização atentas aos limites do queer e abra espaços para uma expressão em primeira pessoa. Que isso garanta a redistribuição de espaços de vocalização e poder para aquelas pessoas que se apresentam em suas contribuições epistemopolíticas e que não estão no centro do epistemologicamente instituído (FERNANDES; GONTIJO, 2019).

Até que ponto a viagem de uma teoria a transforma, não sendo apenas passível de aplicação acrítica em novo contexto? (PEREIRA, 2015). Contraditoriamente – ou não – as críticas de classe e raça que os queers direcionaram ao movimento LGBT retornam não apenas em contexto nacional, mas internacional. A Teoria Queer de Cor poderia ser entendida como um contraponto racial ao modelo branco de classe média estadunidense. O mesmo acontece no Brasil, quando sujeitos políticos se percebem aquém das discussões pautadas pelo movimento queer, que outrora se pretendia o grande guarda-chuva que se protegia do classismo e dava conta do debate racial (FERNANDES; TORRES, 2017; REA, 2017).

Talvez seja pertinente ressaltar uma perspectiva que figura na cena das dissidências de gênero e sexualidade antes de receber esse título, se levarmos em consideração que as experiências desses corpos racializados que não passam a existir com o surgimento da Teoria Queer de Cor. Poderemos não lembrar de personagens como João Francisco dos Santos, conhecido como Madame Satã, Jorge Lafond, reconhecido pela interpretação de Vera Verão, ou, mesmo, Lacreia?

Como afirma Yos Piña Narváez (2018): “xs queer brancxs querem viver a experiência de habitar um lugar limite. Recordo-lhes que habitar a negritude é e tem sido sempre habitar uma posição limite no mundo. Uma posição contra

o mundo” (p. 10)<sup>17</sup>. Esse movimento duplo de crítica reitera a hipótese de uma transposição acrítica e, por que não, colonial da *queerness* ao Brasil e indica que “falta à elite teórica do *queer* nos trópicos reconhecer de que modos a colonialidade do *queer* não se dá somente de fora para dentro” (MOMBAÇA, 2016, não paginado, grifo nosso) e a operacionalização de um conceito não pode abs-trair o debate racial de sua análise. Nesse sentido, Narváez (2018) reclama que o *queer*, isoladamente, não representa a única vivência limítrofe e oferece ainda a possibilidade de repensar o conceito diante do marcador racial.

### Queer decolonial: impasses e críticas

Alguns autores defendem a perspectiva de um “*queer* decolonial” (PEREIRA, 2015) ou “pós-colonial”, pois encontram semelhanças entre ambos os campos. Uma das similitudes entre eles seria que “o que torna o encontro entre essas teorias provável e fecundo é que não são pensamentos fechados em si, mas movimentos de abertura para Outros, de inserção de teorias-outras e de outras formas de pensar e ser” (PEREIRA, 2015, p. 417), no entanto, na academia, não se abriu espaço para o questionamento sobre quem são os produtores do *queer* no Brasil. A tentativa de incorporação do *queer* em território latino-americano implicaria a reiteração das dinâmicas de (neo)colonialidade do saber e do poder (ARCIA, 2020b; DE PERRA, 2014; GALLINDO, 2016), mas há quem se coloque completamente contrário a qualquer possibilidade do *queer* assumir contornos decoloniais.

Alberto Abreu Arcia (2020b), por exemplo, critica aquelas pessoas acadêmicas que tentam aproximar a Teoria Queer do pensamento decolonial como uma corrente de pensamento que se diferencia do modo de pensar eurocêntrico. Segundo ele, essa defesa não seria mais que um reconhecimento do eurocentrismo tácito na Teoria Queer. Hija de Perra (2014), por sua vez, verá na circulação do *queer* na América do Sul mais uma forma do projeto (neo)colonial, a repetição da cena histórica da colonização, com atores diferentes, agora não mais caravelas, mas textos, conceitos e categorias, o que será definido como “*queer* neocolonial”, em artigo homônimo, por Julieta Paredes (2015).

Se “o *queer* e pensamento decolonial são teorias corporificadas” (PEREIRA, 2015, p. 418), nos perguntamos até que ponto o primeiro pode

17 “*¡xs queer blancxs quieren vivir la experiencia de habitar un lugar límite. Les recuerdo que habitar la negritud es y ha sido siempre habitar una posición límite en el mundo. Una posición contra el mundo.*”

assumir esse lugar de teoria corporificada quando suas pessoas partidárias e expoentes seguem ignorando certas problemáticas que, inclusive, são pertinentes ao – e estruturantes do – debate decolonial. Pereira (2015), por considerar que essas teorias se inscrevem e partem do corpo, tal qual a diferença colonial, para reforçar a articulação do pensamento decolonial com a territorialidade, ignora o lugar racial de teóricos queer e, agora, queer decoloniais, partindo tão somente de um argumento vazio, uma vez que há uma relação interdependente entre raça e colonialismo/colonialidade. Tomando em consideração ambos os pontos de vista e não obstante as similaridades entre estudos decoloniais e estudos queer (PEREIRA, 2015), mas também seus distanciamentos, poderíamos cogitar que um queer decolonial no Brasil será possível quando acabarmos com as elites de pensamento.

Até onde devemos acreditar nessa hipótese como um dos “movimentos que uma leitura *queer* decolonial desenharia” (PEREIRA, 2015, p. 412), que concretizaria a defesa de que “o pensamento decolonial faria o *queer* mais atento à existência de uma matriz do poder que naturaliza hierarquias raciais e de gênero, que possibilita a reprodução de dominação territoriais e epistêmica e que oblitera conhecimentos, experiências e formas de vida?” (PEREIRA, 2015, p. 427). Se, até o momento, ainda não conseguimos visualizar essas ações na prática, como sublinha Jurema Mombaça, talvez devamos partir para um movimento mais radical que não implica tão somente em “conduzir a um outro lugar” o sentido de queer (SPYER; LEROY; NAME, 2019), mas em desobedecer epistemicamente e reaprender pelo processo em que

Desaprender o *queer* dos trópicos tem assim o sentido de uma desnaturalização radical dos procedimentos acadêmicos, incluindo uma problematização das relações sujeito-objeto que ajudaram a consolidar a elite teórica *queer* do Brasil, assim como uma revisão crítica dos efeitos de interpelação que a apropriação do *queer* desdobrou em territórios como o nosso. (MOMBAÇA, 2016).

Isso resulta não apenas numa reformulação do queer no território latino-americano, mas no próprio abandono do conceito, uma vez que, ao utilizá-lo e torcê-lo, ainda estaríamos referenciando as produções das metrópoles do saber/poder. Será que, para falarmos numa decolonização do queer, devemos falar de nossa própria decolonização pelo queer? Pois, se ele “não está fora das diferenças de poder e de prestígio dos itinerários das teorias” (PEREIRA, 2015, p. 413), deve responder a todo momento a questionamentos tão

caros às teorias decoloniais e pós-coloniais: quem são os sujeitos do conhecimento, a quem serve determinado conceito, para quem falam e teorizam etc.? (COSTA, 2010). Serão as respostas a essas questões suficientes para solucionar esse impasse? Uma vez com a devida absorção e atenção às críticas sobre as dinâmicas internas de produção de conhecimento nesse campo, o queer vai recuperar sua abertura epistemológica constitutiva, como uma teoria que nunca teve pretensão de teoria, mas a própria desconstrução desse arranjo de saberes pretensamente estruturados e estruturantes de validade incontestável e universal? (PEREIRA, 2015).

Nesse sentido, embora ainda nutramos certa desconfiança quanto às torções do termo, investidas numa combinação entre teorias (pós/decoloniais e queer), consideramos as reflexões propostas por Fernandes (2020) e Fernandes e Gontijo (2016, 2019) muito interessantes, posto que caminhem no sentido da crítica aqui exposta. Eles propõem uma releitura do queer do ponto de vista caboclo, atribuindo a necessidade de construção epistemopolítica a partir de outros mundos simbólicos, descentralizando o cânone sem dispensá-lo completamente, posto que

É inegável que o pensamento auto-identificado como “ocidental” representa uma contribuição relevante para a compreensão de fenômenos sociais, mas o alcance de tal contribuição é quimérico, se levarmos em conta que junto com a ideia de ocidente há, sub-repticiamente, uma noção limitadora no tocante a outras formas de ser/estar no mundo em cuja base de compreensão se dê fora/além das noções contempladas na visão de racionalidade moderna. (FERNANDES; GONTIJO, 2016, p. 20).

Assim eles reforçam o alargamento do horizonte teórico-metodológico a partir de uma abordagem queer cabocla que “não busca por aceitação e integração em um campo acadêmico muito bem delimitado, mas sim, justamente o oposto: um não-integracionismo, um contraponto radical às dinâmicas desde as quais estes outros lugares são esvaziados de seu potencial de crítica” (FERNANDES; GONTIJO, 2016). Ademais, esses autores trazem uma discussão sobre sujeitos epistemologicamente instituídos e a produção de saberes queer dentro e fora da academia, ainda que de um modo tímido, mais avançada que outras(os) pesquisadoras(es), situando que nosso desafio epistemopolítico está na tarefa de “nos descentrarmos e de não nos deixarmos, por mais contraditório que isso soe, nos deixar colonizar por teorias que falam muito de nós, mas por meio de outros (ou de nós como outros)” (FERNANDES, 2020).



“*Queer caboclo*” (FERNANDES; GONTIJO, 2016; FERNANDES, 2020), no entanto, enquanto significante, ainda não nos parece uma possibilidade viável. Caboclo nos aparece como uma categoria cujo uso vai além de qualquer aplicação metafórica ou retórica, por evocar sujeitos, processos históricos, práticas religiosas, cosmogonias muito locais, forjadas desde práticas de resistências dentro de um contexto colonial e pós-colonial. “Caboclo” e “queer”, nesse sentido, não são coextensivos. Do nosso ponto de vista, o Caboclo expressa a manifestação de elementos ameríndios nos terreiros de Candomblé, uma forma de representação dos indígenas, considerado o dono desta terra, uma figura que resistiu à ortodoxia dos Terreiros Nãgó da Bahia, aqueles que defendiam uma noção de culto puro (SANTOS, 1995).

Ao tentarem fazer novamente o queer local ou pós/decolonial, coloca-se no mesmo plano subalternidades específicas, formadas em contextos históricos distintos. Se não podemos traduzir o termo para o português, também não precisamos propor essa miscigenação terminológica. Práticas de adjetivação conceitual que, apesar da melhor das intenções, reproduzem um desequilíbrio ou homogeneidade epistêmica ou apagamento de particularidades históricas. Nós temos usado categorias muito metafórica e retoricamente, esvaziando suas relações internas. Nem todas as teorias precisam ser adjetivadas, precisam serem revistas em suas aplicações a partir de epistemologias locais oriundas de experiências-outras.

## Conclusão

Se situarmos o queer como um conceito e uma política da plasticidade, no sentido que permite trânsitos e câmbios, veremos que os sentidos dos quais dispõe não lhes são inatos, mas atribuídos a partir de práticas carregadas de valores simbólicos, corpóreos e, por isso, materiais, construídos na agência dos sujeitos. Isso indica que ademais de uma suposta decolonialidade ou radicalidade implícita no termo, são as utilizações e apropriações do queer que acentuarão ou provocarão a elisão dessas potencialidades. Nesse sentido, somos impelidos a concordar que houve – talvez ainda haja, mediante resistência de algumas pessoas autoras em aceitar conceitos e discussões oriundas, mesmo, de grupos dissidentes sexuais e de gênero –, “certos enquadramentos positivistas naturalizados na teoria *queer* contemporânea” (LOURENÇO, 2017, p. 875). Isso revela o caráter performativo dos conceitos que podem ser citados e excitados, colocando em questão qualquer ideia de estabilidade conceitual que não está sob o controle acadêmico.

Diferente do que possa parecer, este texto não tem por objetivo explícito ou tácito “cancelar o cuier” ou promover “lugares de cala”, servindo-nos do “lugar de fala” como “mote moral legítimo para a promoção de silenciamentos contra pesquisadoras(es) do campo dos estudos de gênero, sexualidade e raça” (PELÚCIO; DUQUE, 2020, p. 129). Tampouco desejamos uma leitura deste texto como “expição de culpa”. Pretendemos mostrar as relações inextricáveis entre saber e poder, assim como a complexidade que enreda a transição de marcos teóricos e suas substituições, processo que, não havendo a autorreflexividade necessária sobretudo em projetos teóricos que tenham como princípio a radicalidade, pode incorrer na reprodução de ausências e práticas (neo)coloniais. Nesse sentido, como já mencionado, o argumento aqui não caminha na negação da crítica queer, mas na forma como ela foi gestada e difundida. Os aportes político-teóricos trazidos pela teoria/estudos são de fundamental importância para a proposição de novas formas de se pensar e fazer política no campo de gênero e sexualidade no Brasil.

Seja dentro do movimento LGBT ou queer, pessoas trans, travestis e LGB negras e/ou pobres sempre estiveram e estão presentes, atuando na conformação de grupos ativistas e, mais além, na disputa de categorias identitárias. Ignorar suas presenças enquanto sujeitos epistemopolíticos torna-se uma injunção colonial de apagamento, tokenismo e apropriação, seja de um lado ou de outro. Se não há pretensão de apagamento desses corpos na crítica queer, desvelemos esse outro lado da história, mostrando não somente a ação desses sujeitos na constituição do movimento e sua heterogeneidade epistemológica, mas conferindo-lhes um lugar na produção acadêmica e política. De fato, visibilizando esses lugares que já são *loci* de produção política queer antes do conceito aqui chegar e que, embora não ocupando lugares centrais na cena, na periferia das representações e das universidades, agenciavam e agenciam poderes. Deve-se ainda agregar a isso uma crítica direta e autorreflexiva sobre a produção acadêmica queer, que não promoveu de imediato uma movimentação de lugar desses corpos ou trouxe reflexões e posicionamentos críticos que já não estivessem ocorrendo durante as décadas de 1970 e 1990 nas malhas do Movimento Homossexual Brasileiro, posteriormente LGBT.

Por fim, e pode parecer ainda mais estranho, muitas das pessoas autoras brasileiras citadas aqui por suas proposições de decolonização do queer, latino-americanização da teoria, são exatamente professoras brancas que conformam um grupo de pessoas pesquisadoras do queer referências no Brasil. Trazê-las neste texto nada mais é que submetê-las à crítica, construindo-a a partir da materialidade de seus pensamentos,

mas, ao mesmo tempo, reconhecemos as potencialidades de suas ideias, apontando, contudo, para uma redistribuição de espaço de produção e visibilidade epistêmica de outros corpos desde outras referências e saberes, crucial para a pensar gênero e sexualidade em qualquer contexto. Subscrevendo o que diz Fernandes (2020, p. 54), nosso desafio deve ser, “[...] desde e para a ‘margens’, buscar alternativas nas quais sejamos os protagonistas, sem replicarmos, pura e simplesmente, determinados modelos de análise”, sobretudo quando estes tratam de categorias externas que não dizem sozinhas sobre nós. Aderimos aos sentimentos aos quais Jurema Mombaça (2016, p. 324) foi exposta no contato com sua interlocutora de pesquisa que, segundo ela, “me sacodia dizendo: tua ficção é tua, não é sobre mim que falam tuas categorias”.

### Referências

ARCIA, A. A. Soy negro, ¿soy queer/cuir? **Afromodernidad**, [s.l.], 18 abr. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2ZVsW50>. Acesso em: 22 maio 2019.

ARCIA, A. A. Di queer/cuir con las nalgas afuera. **Afromodernidad**, [s.l.], 11 jan. 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/2Yn2nFn>. Acesso em: 6 ago. 2020.

ARCIA, A. A. ¿Existe una identidad queer/cuir? Una lectura deconstructiva desde el latinoamericanismo, los saberes al borde y el pensamiento decolonial. **Afromodernidad**, [s.l.], 15 jan. 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/2Yn2nFn>. Acesso em: 6 ago. 2020.

BELIZÁRIO, F. Por uma teoria queer pós-colonial: colonialidade de gênero e heteronormatividade ocupando as fronteiras e espaços de tradução. In: HIMMEL, R.; ALMEIDA, A.; MACHADO FILHO, P. (org.). **Gênero, direitos humanos e ativismos**: atas do V Congresso Internacional em Estudos Culturais. Coimbra: Grácio Editor, 2016. p. 385-391.

BENTO, B. **Transviad@S**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: Edufba, 2017.

BOURDIEU, P.; DELSAUT, Y. Le couturier et sa griffe : contribution à une théorie de la magie. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 1, n. 1, p. 7-36, 1975.

BRITO, Â. E. C. A balança de EFA: uma análise quantitativa de raça e gênero sobre a inserção de negros e negras no magistério superior da UFBA (2016-2017). **Gênero**, Niterói, v. 18, n. 1, p. 6-25, 2017.

CARRARA, S.; SIMÕES, J. A. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 65-99, 2007.

COLLING, L. A igualdade não faz o meu gênero: em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 405-427, 2013.

COLLING, L. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LGBT e ativismo *queer*. Salvador: Edufba, 2015.

COSTA, C. L. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. **Revista Fragmentos**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 45-59, 2010.

DE PERRA, H. Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 1-8, 2014.

FERNANDES, F. B. M. **A Agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FERNANDES, E. R. *Queer* caboclo como possibilidade anticolonial: algumas reflexões à guisa de provocação. **Contemporânea**, São Carlos, v. 10, n. 1, p. 35-56, 2020.

FERNANDES, E. R.; GONTIJO, F. S. Diversidade sexual e de gênero e novos descentramentos: um manifesto *queer* caboclo. **Amazônica**, Belém, v. 8, n. 1, p. 14-22, 2016.

FERNANDES, E. R.; GONTIJO, F. S. Como ser um *queer* não enquadrado: axialidades radicais para tempos obscurantistas. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 66-84, 2019.

FRY, P. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: FRY, P. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 87-115.

GALINDO, M. A homogeneidade do feminismo nos entedia; é preciso criar alianças insólitas. **SUR 24**, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 225-235, 2016.

GARGALLO, F. ¿Existe, se expresa de algún modo el pensamiento queer en América Latina? **Francesca Gargallo**, [s.l.], 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3AaFKkq>. Acesso em: 20 maio 2018.

IBGE. Salvador. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3iwSBHu>. Acesso em: 21 maio 2019.

LACOMBE, A. De entendidas e sapatonas: socializações lésbicas e masculinidades em um bar do Rio de Janeiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 207-225, 2007.

LORDE, A. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, H. B. **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 235-236.

LOURENÇO, D. Queer na primeira pessoa: notas para uma enunciação localizada. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 875-887, 2017.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2018.

LUGARINHO, M. C. Antropofagia crítica: para uma teoria queer em português. **Revista Olhar**, São Carlos, n. 22, p. 106-112, 2010.

MACRAE, E. A afirmação da identidade homossexual: seus perigos e sua importância. In: TRONCA, Í. **Foucault vivo**. Campinas: Pontes Editores, 1987. p. 81-88.

MACRAE, E. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: Edufba, 2018.

MACRAE, E. Em defesa do gueto. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 53-60, 1983.

MACRAE, E. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: COLLING, L. (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: Edufba, 2011. p. 21-36.

MIÑOSO, Y. E. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El Cotidiano**, Ciudad de México, n. 184, p. 7-12, 2014.

MIÑOSO, Y. E. El futuro ya fue: una crítica a la idea del progreso en las narrativas de liberación sexo-genéricas y queer identitarias en Abya Yala. **Desde el margen**, [s.l.], 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3B5Z3MW>. Acesso em: 18 maio 2019.

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, 2009.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2012.

MISKOLCI, R. Um saber insurgente ao sul do Equador. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 43-67, 2014.

MOGROVEJO, N. O queer, as mulheres e as lésbicas na academia e no ativismo em Abya Yala. In: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista hoje**: sexualidades no sul global. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MOMBAÇA, J. Para desaprender o queer dos trópicos: desmontando a caravela queer. **SSEXBOX**, São Paulo, 28 ago. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3otvbqt>. Acesso em: 19 maio 2019.

MOMBAÇA, J. Pode um cu mestiço falar? **Medium**, São Paulo, 6 jan. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2ZXmU3R>. Acesso em: 18 maio 2019.

MOMBAÇA, J. Rastros de uma submetodologia indisciplinada. **Revista Concinnitas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 28, p. 341-354, 2016.

MORENO, A. C. Negros representam apenas 16% dos professores universitários. **G1**, [s.l.], 20 nov. 2018. Disponível em: <https://glo.bo/3A7P7Bq>. Acesso em: 18 maio 2019.

NARVÁEZ, Y. P. **No soy queer, soy negrx, mis orishas no leyeron a J. Butler.** Ciudad de México: Zineditorial, 2018.

PAREDES, J. The neocolonial Queer. *In*: TELLIS, A.; BALA, S. **The global trajectories of queerness: re-thinking same-sex politics in the Global South.** Boston: Brill/Rodopi, 2015. p. 229-239.

PELUCIO, L.; DUQUE, T. “Cancelando” o cuier. **Contemporânea**, São Carlos, v. 10, n. 1, p. 125-151, 2020.

PELÚCIO, L. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea**, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 395-418, 2012.

PELÚCIO, L. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 68-91, 2014.

PEREIRA, P. P. G. A teoria queer e a reinvenção do corpo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, p. 469-477, 2006.

PEREIRA, P. P. G. Queer decolonial: quando as teorias viajam. **Contemporânea**, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 411-437, 2015.

PEREIRA, P. P. G. Queer nos trópicos. **Contemporânea**, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 371-394, 2012.

PERLONGHER, N. **O negócio do michê.** 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

PINHO, O. et al. Mesa 3 – Estudos, políticas e os marcadores sociais da diferença na comunidade LGBT no Brasil pós-Stonewall. *In*: COLLING, L. (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: Edufba, 2011. p. 213-246.

REA, C. A.; AMANCIO, Z. M. S. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 55, p. 1-38, 2018.

REA, C. Sexualidades dissidentes e Teoria Queer pós-colonial: o caso africano. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 145-165, 2017.

REA, C. Descolonização, feminismos e condição queer em contextos africanos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 3, p. 1-21, 2018a.

REA, C. Pensamento lésbico e formação da Crítica Queer of Color. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 117-133, 2018b.

SAN MARTÍN, F. R. Diga “queer” con la lengua afuera: sobre las confusiones del debate latinoamericano. *In*: CUDS. **Por un feminismo sin mujeres**. Santiago de Chile: CUDS, 2011. p. 59-75.

SANTOS, J. T. **O dono da terra**: o Caboclo nos Candomblés da Bahia. Salvador: Sarah Letras, 1995.

SEFFNER, F. Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, políticas e direitos LGBT. *In*: COLLING, L. (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: Edufba, 2011. p. 57-78.

SPYER, T.; LEROY, H. R.; NAME, L. Pedro Paulo Gomes Pereira: corpos e teorias decoloniais e queers, interpelados e em trânsito. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 3, n. 2, p. 58-71, 2019.

SUTHERLAND, J. P. Os efeitos político-culturais da tradução do queer na América Latina. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 5-20, 2014.

TORRES, I. L. S.; FERNANDES, F. B. M. Se sofrer LGBTfobia na universidade, denuncie! O Queer Punitivista no contexto de precarização do trabalho. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 5, n. 2, p. 40-59, 2017.

TRUJILLO, G. La protesta dentro de la protesta: activismos queer/cuir y feministas en el 15M. **Encrucijadas**, Salamanca, v. 12, n. 1, p. 1-18, 2016.

VIDARTE, P. El banquete Uniqueersitario: disquisiciones sobre el s(ab)er queer. *In*: CÓRDOBA, D.; SÁEZ, J.; VIDARTE, P. (ed.). **Teoría Queer**: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. Barcelona: Egales, 2005. p. 77-109.

Recebido em dezembro de 2020.

Aprovado em julho de 2021.



## SER *BUGIA* E DIZER-SE *BUGIO*: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO TEMPO DA FESTA *BUGIADA E MOURISCADA* DE SOBRADO, PORTUGAL<sup>1</sup>

---

Emília Araújo<sup>2</sup>

Rita Ribeiro<sup>3</sup>

**Resumo:** Este texto analisa a participação das mulheres na festa da Bugiada e Mouriscada, ou S. João de Sobrado, numa localidade situada no norte de Portugal. A festa, de caráter popular e religioso, permanece como um espaço-tempo em que os homens são os principais protagonistas. À luz das abordagens sobre as relações de gênero e desigualdade nas festividades de caráter popular, este texto descreve e problematiza como as mulheres têm conquistado alguma presença na festividade de forma marginal e subversiva e evidencia alguns dos principais desafios que se impõem à continuidade e ao futuro dessa festividade.

**Palavras-chave:** Festa; Gênero; Poder.

**Abstract:** The text analyzes the participation of women in the festivity of *Bugiada and Mouriscada*, or S. João de Sobrado, in a village located in the north of Portugal. The festivity, of popular and religious character, remains as a space-time in which men are the main protagonists. Considering the approaches on gender relations and inequality in popular festivities, this text describes how women have been gaining some presence in the festivity, however in a marginal and subversive way, and highlights some of the main challenges for the continuity and the future of this festivity.

**Keywords:** Festivity; Gender; Power.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição- NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Este texto conta com o financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto “FESTIVITY – Festa, património cultural e sustentabilidade comunitária. Investigação e comunicação no caso da Bugiada e Mouriscada de Sobrado”, ref.º PTDC/COM-CSS/31975/2017.

2 Professora Associada com Agregação, Universidade do Minho, Portugal. E-mail: emiliararaujo@gmail.com. Orcid: 0000-0003-3600-3310

3 Professora Auxiliar, Universidade do Minho, Portugal. E-mail: rmgr@ics.uminho.pt. Orcid: 0000-0002-2330-1696

## Introdução

A festa da Bugiada e Mouriscada de Sobrado realiza-se há séculos nesta localidade, situada no concelho de Valongo, distrito do Porto, no norte de Portugal (GALLOP, 1936; PINTO, 1983, 2000; PINTO et al., 2016). Composta de um leque de performances que alternam entre o caráter religioso e o profano, a festa acontece ao longo do dia 24 de junho, todos os anos. Segue uma sequência predefinida de cenas que representam o desenrolar de uma lenda da qual constam o roubo e o resgate de uma imagem de S. João consumados por mouros (representados pelos *mourisqueiros*) e cristãos (representados pelos *bugios*). Tal como se encontra descrito em vários textos (PINTO, 1983; PINTO et al., 2016), essa festa diferencia-se amplamente de outras realizadas em honra a S. João por todo o país, inclusive a que se realiza na cidade do Porto, por resultar numa estrutura baseada na sequência de diversas performances que incluem danças ligadas ao conflito entre mouros e cristãos e a momentos religiosos (como a procissão e a missa), que são alternados por outras cenas de caráter profano associadas a ritmos agrários e a crítica social.

As personagens principais da festa são, por um lado, os *mourisqueiros*, cerca de quarenta homens solteiros que compõem a Mouriscada, e, por outro, os *bugios*, que compõem a Bugiada formada por mais de seiscientos participantes. Ao longo do dia festivo, as duas formações protagonizam diversas cenas, que consistem em danças de grande exigência física e que culminam, ao fim da tarde, numa “guerra” entre ambas, na qual o Reimoeiro (líder dos *Mourisqueiros*) prende o Velho da Bugiada, que chefia o povo cristão. No final, o Velho é libertado por ação de uma figura mitológica – uma enorme serpe – e as duas formações terminam a festa dançando de novo, assim repondo o equilíbrio de forças inicial. Enquanto os *mourisqueiros* desfilam e dançam envergando um traje de cariz militar e de cara descoberta, os *bugios* envergam trajes coloridos e folgados, usam chapéu de aba larga e penachos e uma máscara que cobre completamente o rosto. A máscara é retirada apenas em dois momentos: durante o Jantar (refeição comensal que corresponde a um almoço e se realiza cerca das 10 horas da manhã) e quando o Velho da Bugiada benze os seus companheiros (GALLOP, 1936; PEREIRA, 1982; PINTO, 2000; PINTO et al., 2016). A participação de mulheres na festa circunscreve-se ao grupo da Bugiada, pois o vestuário e, sobretudo, a máscara usada pelos *bugios* possibilitam ocultar o fato de não serem homens, como seria de esperar. Não é possível, pois, saber com rigor quando se iniciou a participação feminina.

Uma das principais características dessa festa é ter persistido ao longo dos anos como uma festa masculina, protagonizada por homens, ainda que com a ativa colaboração das mulheres em todas as fases de preparação e em todas as atividades que não envolvem a representação perante o público. Nascer mulher em Sobrado é um fado que, analisado na perspectiva de Gisbert i Gràcia (2010, 2011; GISBERT I GRÀCIA; RIUS-ULLDEMOLINS; HERNÁNDEZ I MARTÍ, 2019), institui uma das principais fronteiras estruturais da festa sobre a qual se estrutura a identidade da comunidade: (1) uma festa cujo palco é masculino e em que os protagonistas principais de todas as performances são os homens e, nomeadamente, os homens solteiros; (2) uma festa cujos bastidores contam grandemente (dentro do padrão binário estrutural) com a atenção, o cuidado, o poder organizativo e saberes das mulheres em atividades relacionadas com os ornamentos, os trajes, a ordem das coisas, a arrumação, a gastronomia, entre outras, enquanto os homens se dedicam às atividades com exposição pública.

Este caráter masculino da festa, que assenta numa divisão entre mundos e espaços masculinos e femininos, está intimamente imbricado em todos os processos de construção simbólica da festa e é parte integrante e fundamental da identidade daquela e da comunidade. Estudos da Antropologia e da Sociologia demonstram, fundamentalmente, as dimensões simbólicas e representacionais dos homens e das mulheres associados às festas e que decorrem da forte relação das temporalidades de ambos os gêneros com a natureza e, em sequência, com os ciclos agrários (BOURDIEU, 1962, SAYÃO, 2003; TEDESCHI, 2007, 2012). Manuel Carlos Silva, por exemplo, mostra que essa divisão funcional entre gêneros tem se esbatido em Portugal, mencionando que “não só cada um dos sexos assume tarefas que eram tradicionalmente atribuídas ao sexo oposto, como se foi esbatendo a antiga separação de espaços, por sexos, na igreja (homens à frente, mulheres atrás), nas procissões e nas lojas e cafés” (SILVA, 2008, p. 35). Na festa da Bugiada e Mouriscada, a terra e a festa, na ordem e na desordem que contêm, unem-se para o evento que celebra um santo cristão, por meio de uma lenda que confronta mouros e cristãos e os leva para uma guerra, sem vencedores ou vencidos, num dia de efervescência total da comunidade. Por isso, a feminidade, assim como a vertente diabólica e pecaminosa a ela associada, funciona como elemento dessa “excitação coletiva”, ainda que aparente e persistentemente esteja encoberta e pressionada a estar nas margens do controle social que mantém os homens ou libertos para participar sem limites

nessa efervescência (os mourisqueiros têm de ser homens solteiros) ou protegidos de serem apanhados em flagrante (os bugios que estão sempre mascarados e provocam a assistência com palavras e/ou gestos).

No momento atual, marcado pela emergência da indústria cultural e por diversas iniciativas de patrimonialização das festividades de caráter popular, religioso e agrário, as questões de gênero relacionadas à preparação e ao palco da festa, no momento em que esta *acontece*, são cada vez mais relevantes. Primeiro, do ponto de vista científico e conceitual, uma vez que é ainda necessário aprofundar o olhar sobre o que é *popular* (CATENACCI, 2001) e, principalmente, destacar até que ponto essa *categoria* gera, ou não, condições para mudanças estruturais nas hierarquias de gênero que são não só binárias, como hegemônicas, e que asseguram modos para a reprodução do poder, através de estratégias de patrimonialização das festividades alicerçadas na valorização quer da tradição, quer da autenticidade. Além disso, é necessário entender como a sociedade no seu todo, que é atravessada por mudanças significativas quanto aos processos emancipadores das mulheres, continua a reservar enclaves de domínio masculino, cuja perpetuação é alimentada também pelas próprias mulheres. Segundo, do ponto de vista político e social, atendendo a que os terrenos da cultura são altamente vulneráveis a estratégias de politização que têm um peso considerável na forma como se percebe a tradição e a autenticidade e se estabelecem dinâmicas de exclusão e/ou integração (CATENACCI, 2001).

Neste texto, debruçamo-nos sobre algumas das persistências e mudanças na festa no que se refere às relações de gênero, elucidando algumas das “transgressões” de gênero levadas a cabo por mulheres e operadas mediante a “processualidade da experiência” (FERNANDES; BARROSO, 2019, p. 19) das próprias mulheres. Ademais, analisamos os significados dessas “transgressões” no quadro das possibilidades de mudança que se oferecem, face à reconfiguração do valor simbólico e identitário da festividade.

## Metodologia

Este artigo decorre de uma pesquisa ainda em curso, iniciada em 2016 e de abordagem metodológica de caráter qualitativo<sup>1</sup>. Trata-se de um estudo de caso, realizado de forma intensiva, na freguesia de Sobrado,

---

1 Projeto FESTIVity – Festa, património cultural e sustentabilidade comunitária. Investigação e comunicação no caso da Bugiada e Mouriscada de Sobrado, PTDC/COM-CSS/31975/2017, CECS-Universidade do Minho, com financiamento FCT, FEDER e COMPETE.

município de Valongo, com uso cruzado de várias técnicas de coleta e de tratamento de informação, nomeadamente entrevistas e observação etnográfica. Objetiva-se prover uma descrição etnográfica da festa e articular uma perspectiva compreensiva sobre ela, refletindo sobre as formas e sua interseção com a história e a memória da comunidade. Assim, desde 2015, os investigadores participam como observadores em várias das atividades que ocorrem ao longo do ano relacionadas com a preparação e a realização da festa, realizando registros fotográficos e videográficos.

A abordagem adotada, de cunho etnográfico, potenciada pela convivência dos membros da equipe com a comunidade, permite aceder às experiências a perspectiva de ver por dentro como se faz a festa, os sentidos e as tensões que a atravessam e que refletem também as relações e as tensões vividas na própria comunidade. A realização de entrevistas decorreu de forma a ouvir o maior número possível de pessoas da comunidade e que tenham participado, em tempos diferentes, na festa, de modo a podermos constatar eventuais mudanças e/ou alterações pelas quais a festa tenha passado ao longo do tempo. Procurou-se, também, diversificar as entrevistas em termos de gênero, classe social e poder de decisão no planejamento da festa. De igual modo, além da pesquisa documental que permitiu identificar estudos e referências anteriores sobre a festa, procedeu-se a uma análise dos conteúdos das redes sociais que permitem apreender dinâmicas e tendências mais recentes, relativamente a alguns dos temas que desencadeiam mais tensões entre os participantes, cujo envolvimento na festa também se encontra condicionado pelos microconflitos internos à comunidade.

Além dos diversos registros fotográficos e videográficos realizados, a pesquisa conta com a realização de aproximadamente 100 entrevistas aos habitantes e contempla várias dimensões de análise, incluindo as relações de gênero e a participação das mulheres. As entrevistas foram gravadas e transcritas. A análise realizada obedeceu aos princípios metodológicos consagrados na pesquisa qualitativa e de cunho etnográfico, articulando a problematização teórica com a informação recolhida através dos vários registos, de modo a salientar a porosidade das fronteiras em que se inscrevem as relações de gênero dentro da festa e, particularmente, a forma como homens e mulheres se narram a si próprios e aos outros enquanto protagonistas e participantes na festividade. No seguimento da abordagem qualitativa realizada, o texto integra excertos recolhidos nas entrevistas e que permitem, fundamentalmente, dar corpo à encruzilhada que representa hoje um olhar e uma reflexão sobre a festa focada nas relações sociais de gênero.

A análise que realizamos neste texto insere-se num campo de estudo relativamente novo, na trajetória dos estudos sobre festividades que envolvem encenações de lutas entre mouros e cristãos, sobretudo em contexto ibero-americano (MARTÍNEZ POZO, 2015). Esse caráter inovador deve-se, sobretudo, ao fato de se tratar de analisar um assunto que é ainda fraturante do ponto de vista social e político, como o gênero. Além disso, desencadeia reflexões e olhares ambivalentes e contraditórios sobre as virtudes, as inevitabilidades, mas também as limitações na introdução de mudanças nos modos de construção e experiência dos fenômenos sociais, em particular quando estes são representados e vividos como partes integrantes da identidade dos grupos e estruturas inquestionáveis da história e da tradição. A informação que tratamos e analisamos neste texto considera fundamentalmente os posicionamentos e os discursos de mulheres, cujos percursos de vida estão profundamente ligados ao lugar e à festividade. Noutras fases do projeto de investigação, a escuta de pessoas com idades entre 15 e 30 anos e trajetórias de vida menos fixadas na vila de Sobrado é essencial, para discutir de forma mais ampla várias das questões levantadas no texto, particularmente as representações sobre mudanças e caminhos novos da festividade, em termos de igualdade de gênero e dos seus significados socioantropológicos.

### **Marco teórico**

Tal como dissemos antes, a análise da articulação entre gênero e festividade constitui ainda um campo relativamente novo no âmbito dos estudos sobre festividades populares, em geral, e festas de mouros e cristãos, em particular. As abordagens teóricas mobilizadas que empreendem uma análise da presença, da visibilidade e do protagonismo das mulheres nas festividades, estão necessariamente ancoradas nos embasamentos teóricos sobre a reprodução histórica e social da desigualdade de gênero na sociedade (PERROT, 2001). Como refere Gisbert i Gràcia (2010, 2011), perspetivando um olhar crítico e conflitual sobre os territórios da cultura, entender as práticas (e discursos) de mulheres e homens sobre a festa, numa perspetiva de gênero, supõe a discussão em torno do próprio conceito de gênero e a forma como as instituições e a política se posicionam, através da história, perante as diferenças atribuíveis inicialmente ao sexo, construindo o que se designa masculinidades e/ou feminilidades hegemônicas. De fato, como as diversas análises sobre o gênero têm proposto (BUTLER, 2004, SCOTT, 1992), a construção do conceito de gênero é ciclicamente enformada por discursos

que garantem a supremacia do masculino sobre o feminino, através de um processo alquímico que institucionaliza e constrói diferenças e as cristaliza no tempo (RODRÍGUEZ ROSADO, 2011).

Com efeito, Gisbert i Gràcia (2010, 2011) analisa a presença das mulheres nas festas que envolvem mouros e cristãos em Alcoi, uma localidade espanhola. A autora conclui que as mulheres permaneceram na sombra da festa ao longo dos anos, do mesmo modo que estiveram em posições subalternas na sociedade. Destaca que a festa transporta para dentro de si as relações sociais de gênero vigentes na comunidade, assim contribuindo para a reprodução do poder masculino, a que corresponde também o poder de determinados grupos e classes sociais. Por isso, a orquestração da festa se dá sem a participação das mulheres enquanto protagonistas, ainda que possam sobressair enquanto personagens de elevado valor simbólico ou enquanto “sujeitos ausentes” (GISBERT; GRÀCIA, 2010). Desse modo, grande parte das mulheres não se sentem discriminadas e naturalizam a estrutura patriarcal das festividades como traço identitário e essência da comunidade (GISBERT; GRÀCIA, 2010). Bullen e Galán (2019, p. 35) fazem notar que os rituais festivos continuam a ser enclaves de perpetuação da desigualdade de gênero, que negam às mulheres a capacidade de serem agentes de mudança, por um lado, e protagonistas, por outro. Segundo as autoras, o patrimônio cultural reflete ainda grandemente as fundamentações ideológicas que vigoram na sociedade e a patrimonialização dos fenômenos culturais pode contribuir ainda mais para a intensificação dessa desigualdade.

Em sequência dos desenvolvimentos teóricos sobre gênero, Fernandes e Barroso (2019) propõem uma análise interseccional do gênero na festividade, por presumirem que existem outras variáveis que agudizam ou atenuam os efeitos de gênero, relacionadas com classe social, prestígio e idade, entre outras. Na mesma linha, Gisbert i Gràcia (2011) parte da ideia central de que as festividades populares são, como a maior parte de outros campos de ação social, atravessadas por desigualdades de gênero que germinaram ao longo do tempo as mesmas batalhas pelos direitos humanos. Ao descrever a festa em Alcoi, Gisbert i Gràcia (2011) conclui que ela replica a escala de prestígio social que caracteriza a comunidade, o que significa que são os homens quem legitimamente assume as posições com mais poder e mais visibilidade, consolidando, assim, a masculinidade hegemônica e heteronormativa que, dentro da festa, se traduz pela assunção dos “papeis associados a força, virilidade e valentia” (p. 106). Além dos interditos diretos à presença ou participação das mulheres, as festas carregam ainda uma série

de outros impedimentos que reproduzem as relações de poder vigentes (GRÀCIA, 2011), como o impedimento de os próprios homens que são protagonistas da encenação na festa terem relações amorosas com mulheres. No fundo, os papéis desempenháveis por homens casados (e estamos a falar de heterossexuais) e solteiros coexistem, mas segundo regras diferenciadas.

De qualquer modo, e a partir da sua investigação, as autoras defendem que a festa reflete o que designam como “processualidade do feminino” (FERNANDES; BARROSO, 2019, p. 19), ou seja, a capacidade de as mulheres imporem, pela experiência, ainda que em situações de liminaridade e marginalidade, mudanças na estrutura histórica e tradicionalmente definida das festividades populares. As autoras apoiam-se em alinhamentos teóricos diversos, preconizando que a festa é um tempo e espaço de subversão e de transgressão, que propicia situações favoráveis à ampliação da expressividade e da presença das mulheres. Alimenta essa ideia a tese de que a cultura popular e as mulheres, particularmente em sociedades de tradição judaico-cristã, estão ainda em processo de subalternidade persistente e o caminho que as conduz a participar dessas festividades revela a dificuldade social geral da sua emancipação. Importa destacar o fato de ter sido na Espanha que se assistiu a diversos movimentos de resistência, contestação e afrontamento liderados por mulheres, que, no quadro mais vasto do debate político sobre a subalternização e as desigualdades de gênero, resultaram em mudanças legislativas significativas quanto à organização das festividades populares (MARTÍNEZ POZO, 2015, p. 85).

Estudos mais recentes continuam a demonstrar o caráter naturalizado e internalizado das desigualdades de gênero nas festas populares, que continuam a manifestar o domínio masculino. Botella Nicolás (2019) analisa a baixa participação das mulheres na atividade musical das festas de mouros e cristãos, mostrando que esta ausência não se explica em função da decisão das mulheres que se responsabilizam pelas atividades domésticas e familiares, mas pela seleção que os homens operam facilitando o acesso de outros homens à música. Por isso, Gisbert i Gràcia (2015, p. 388) considera que o acesso e a presença das mulheres nas festividades (nas funções de organizadoras e protagonistas) deve ser equacionado enquanto uma questão de cidadania e de reconhecimento dos direitos e liberdades das mulheres. Trata-se de sociedades que lutam pela sobrevivência e persistência da dominação masculina e dos sistemas patriarcais e hegemônicos (p. 388), através da consolidação e alimentação de modelos justificativos de caráter funcional-estruturalista, segundo os quais os papéis são articulados e distribuídos para corresponderem a um ideal funcional. Nesses papéis, as mulheres, ao contrário, são simbolicamente promovidas



a estatutos superiores pelos próprios detentores do poder efetivo, os homens. Neste sentido, como propõem Bullen e Galán (2019), a incorporação da perspectiva de gênero na conceitualização da cultura e do patrimônio é cada vez mais premente e tem orientado gradualmente mais intervenções de nível internacional, incluindo de organizações como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

### **A festa da Bugiada e Mouriscada e a presença feminina**

A festa é a identidade da vila de Sobrado. A ligação à festa é visceral. É com “paixão” que os sobradenses definem a importância da festa na identidade da freguesia. No dia 24 de junho, e num reflexo do esforço que ocorre ao longo de todo o ano, as ruas e os caminhos de Sobrado enchem-se de habitantes e de visitantes para participar e assistir, a par e passo, a todas as cenas que conduzem o desenrolar do drama. Não há textos escritos únicos e/ou publicados que condicionem as cenas que se sucedem e, por vezes, se sobrepõem, inspiradas pela memória e tradição. A guerra entre os bugios e os mourisqueiros – entre cristãos e mouros – que coloca no centro das cenas os homens como protagonistas não tem vencidos ou vencedores. No final, é a serpe – a personagem feminina que tem tanto de místico como de tentador, aqui apresentada por um boneco e conduzida pelos bugios – que liberta o rei dos bugios da prisão dos mouros (PINTO, 2000).

**Figura 1:** Formação da Bugiada



Fonte: Luís Santos (2015).

Ao ouvirmos, enquanto mulheres, a história da festa e o que a festa representa para a comunidade, apreendemos que ela se desenvolve mediante duas balizas principais: a da sua masculinidade e a da tradição. Uma está ligada a outra. É a tradição que impõe um conjunto de regras que instituem os papéis dos membros da comunidade na festa. Essas regras incluem, de forma muito clara, as divisórias entre quem, enquanto homem ou mulher e mediante essa condição, alcança um conjunto de direitos e deveres em relação à preparação do trabalho da festa e à participação e ao protagonismo no dia da festa. Os papéis de que a festa se faz estão todos destinados aos homens por *natureza* (todas as cenas, mesmo as religiosas) ou por *arte* (cenas que se consideram cômicas e risíveis porque incluem “mulheres” que são homens travestidos). As mulheres, também representadas sob uma feminilidade hegemônica que não lhes confere estatuto de sujeito, ficam – naturalmente e por tradição – fora do protagonismo da festa. Elas representam um leque de características que essa representação hegemônica mantém à parte, por serem potencialmente negativas e/ou desestabilizadoras. A elas cabem papéis “por trás das cenas”, nos bastidores e também de apoio emocional.

**Figura 2:** Mulheres na preparação da gastronomia festiva



Fonte: Maria João Nunes (2016).

A festa acontece mediante esse conjunto de regras que dita os papéis dos homens e os interditos às mulheres no dia da festa e, também, no tempo

anterior, ao longo da vida dos sujeitos, na construção das expectativas em relação à participação na festa. A transmissão oral que mantém a festa e que urde no dia a dia a atribuição de lugares na sua performance dita que as mulheres “não devem” ser protagonistas na festa porque, assim, se disporiam a ser ridicularizadas e assediadas pelos homens. Também um homem, que é definido a partir do modelo heteronormativo e tem expectativa de vir a ser Reimoeiro (rei dos Mourisqueiros), não pode ser casado. O mesmo legado oral que solidifica a “tradição” dita que essa condição se impõe devido à disponibilidade de tempo por parte de quem participa, sobretudo na formação dos Mourisqueiros. Afirma-se serem necessários treino físico e disponibilidade para muitos ensaios nos meses que antecedem o dia da festa. Sob o prisma das regras de funcionamento das relações de gênero que sustentam essa comunidade, ainda definível pelos seus traços agrários, com forte apego à religião católica, essa explicação valida o caráter vincado da divisão sexual do trabalho, do tempo e do espaço. De fato, a festa surge representada como espaço-tempo de lazer e de tempo livre que socialmente não se destina às mulheres, pois a elas é imposta a necessidade de desempenharem os seus papéis domésticos e familiares e respeitarem o recato socialmente esperado. Enquanto isso, aos homens são conferidos os papéis no palco e legitimadas a necessidade e a possibilidade de estarem disponíveis para a dedicação e a entrega à festa, de modo que lhe é imposto o compromisso com o *celibato*.

Ainda que de modo liminar, as mulheres vivem a festa intensamente, mas sempre em lugar subalterno em relação aos homens. Os seus papéis são diversos na preparação da festa e no trabalho de bastidores que ela implica: nos arranjos das ruas e da igreja, na limpeza dos espaços, na confecção e arranjo dos trajes, na preparação das casas e na preparação de alimentação. Apesar de serem consideradas fundamentais na construção e na produção da festa, as mulheres, como tem-se notado, não fazem parte da sua narrativa enquanto sujeitos actantes. Esta conta-se segundo o padrão e o domínio da masculinidade hegemônica e do binarismo de gênero. Por isso, a sua invisibilidade na festa é naturalizada: as mulheres que dizem viver a festa de forma apaixonada são publicamente assumidas segundo outros estatutos: enquanto filhas, irmãs, mães e esposas de homens que podem ser bugios ou mourisqueiros e que, depois de acumularem prestígio na hierarquia da comunidade e na hierarquia da festa (Reimoeiro, Velho da Bugiada, Guia ou Rabo), dispõem da legitimidade necessária para pressionar alguns dos interditos impostos às mulheres. Como analisaremos a seguir, o que se passa na festa de Sobrado determina-se, por um lado, com a persistência e

reprodução do domínio da masculinidade hegemônica que traduz a própria estrutura e identidade da comunidade e, por outro, com a anuência generalizada, ainda que inconsciente, de toda a comunidade relativamente a essa masculinidade hegemônica assente na concepção binária de gênero.

Com efeito, a festa é um momento de celebração coletiva que se faz no espaço público comunitário durante o dia, espaço em que os únicos grandes protagonistas foram e são os homens, aqui entendidos sob a definição da masculinidade hegemônica dominante: homens que respondem aos papéis e às representações socialmente exigidos quanto a características como força, assertividade, virilidade e coragem. São esses homens que aparecem nas mais variadas performances da festa. São os homens que preparam os castelos e os respetivos palanques onde a derradeira luta entre mouros e cristãos acontece; são esses mesmos homens que, de manhã cedo, se preparam para incorporar a formação dos mouriscos – um território masculino que veste a rigor as respectivas fardas e que, ao longo do dia, dá provas da capacidade física necessária para enfrentar as exigências das danças que acontecem em vários momentos da festa. Nos ensaios realizados nas semanas que precedem a festa observamos, aliás, comentários do público presente, ao qual comparecem antigos bugios e mourisqueiros, que refletem essa representação hegemônica do homem: “não dançam como meninas”, “vão lá trabalhar os músculos”, “dança como um homem”.

Os corpos desses mesmos homens, que se esforçam para corresponder a esse ideal de gênero, tornam-se visíveis e desfilam e dançam, sob o olhar dos e das sobradenses e dos visitantes, no dia da festa. Mães, esposas, namoradas e pretendentes assistem aos desfiles e às danças, expressam o orgulho de terem um dos seus na formação e asseguram-lhes olhares de aprovação e reforço, ao mesmo tempo em que verificam o aprumo do traje ou lhes dão água a beber. São os homens que lideram a formação dos bugios e que ditam a dança respectiva. É aos homens que pertencem a maior parte dos números de crítica e sátira realizados durante a manhã e são eles que se lançam na sementeira ao contrário durante a tarde: deleitam-se no estrume, pegam nos arados, circulam de burro e vestem-se de mulher do sapateiro traído. São os homens que se preparam para integrar a formação dos mourisqueiros e é a eles que se pede convicção, “jeito” e “orgulho” em dançar bem e transmitir o *ser sobradense* (o habitante de Sobrado que “possui” a festa na pele e no sangue). É aos homens que se exige o preparo físico para suportar a exigência das danças enquanto vigiam as subversões das mulheres, das crianças e dos estranhos.

**Figura 3:** Apoio das mulheres aos familiares homens na festa



Fonte: Luís Santos (2015).

A festa transpira masculinidade, virilidade e sensualidade, num jogo contínuo e binário, sério, sagrado, mas carnavalesco e cômico em que as mulheres são implícitas, ora como apoiantes ativas e trabalhadoras da festa, ora como entes frágeis, tentadores, desencaminhadores. Por isso, se das mulheres se exige recato, dos homens exige-se um conjunto de características condizentes com essa representação hegemônica e heterossexual da masculinidade, mesmo que isso possa acarretar ajustes e mudanças, tanto por parte deles como das mulheres que passam a demonstrar a assunção de modelos diferentes, não binários de identidade de gênero.

### **Ser bugia e dizer-se *bugio***

A invisibilização é uma estratégia de desqualificar ou empobrecer mediante certos recursos de poder. Quando, no terreno, se faz alguma pergunta sobre a participação e o papel das mulheres na festa da Bugiada e Mouriscada, observa-se uma certa desvalorização do tema (tanto por parte de homens, como de mulheres), com base em três argumentos principais: (1) a festa é considerada “de toda a comunidade”; (2) a não inclusão das mulheres não é um assunto, pois a tradição e as normas existentes são claras sobre quem e em que circunstâncias pode participar; e (3) as mulheres foram organizadoras principais de uma das edições da festa, quando

estiveram na liderança da comissão de festas. Além disso, circula a estória de que tenha havido pelo menos um ano em que o dia de S. João foi muito chuvoso e as mulheres saíram à rua porque os homens não queriam fazê-lo. Tais argumentos a favor da desvalorização da questão de gênero demonstram as profundas divisões e dissonância que representa para a comunidade e explicam a tentativa de deixar a questão fora da narrativa da festa, mantendo-a como resultado de um sujeito global, a “comunidade de Sobrado”. Adentrando nas narrativas individuais que recolhemos ao longo do percurso etnográfico, torna-se mais saliente o desconforto que o tema causa, tanto nos homens como nas mulheres e, principalmente, nos que são mais partidários da preservação da festa dentro da tradição que a estrutura.

Uma das mulheres com quem conversamos clarifica a separação dos mundos masculino e feminino quanto à experiência da festa. “Eles” são os homens que participavam das formações da Bugiada e que menosprezavam as mulheres, relacionando-se com elas de forma agressiva:

*[em Sobrado] as mulheres ainda não eram aceites na participação nas bugiadas [...] Não podíamos! [...] Tinha 15 anos, mas na altura não ia todo o dia porque a gente [as mulheres] não ia lá ao almoço, nem nada. A gente, às vezes, ia lanchar ali em cima, na curva [...] mas eles não deixavam entrar. Ou conhecíamos alguém ou, então, eles empurravam [e diziam] “vai lá para trás! vai lá para trás!” [...].*

Na década de 1980, algumas mulheres correram o risco de ser consideradas menos “normais” no seio da comunidade e, com o apoio de familiares homens, começam a aparecer na Bugiada, bastante disfarçadas e escondendo as suas formas. São mulheres que, desde cedo, despertam para a centralidade da festa nas suas vidas e se reconhecem como sujeitas ativas, com direito a participarem. A entrada na formação da Bugiada, como *bugios*, dá-se de forma clandestina e, portanto, não se registram momentos de confronto efetivo com a ordem dominante. As mulheres com quem falamos descrevem terem desenvolvido estratégias de camuflagem e de dispersão diversas, de modo a não serem identificadas:

*[Éramos] muitas [...] umas 20, 30, 40. Já éramos muitas, mesmo que tentassem não se juntar, para não dar nas vistas [...]. Mas aí está: eram umas para cada lado para não sermos todas ali aos montes, fugiam para diversos sítios.*

Tal como ainda hoje acontece, a única forma de mulheres participarem enquanto protagonistas na festa limitava-se a papéis em que ocultassem a

sua feminidade. A comunidade (homens e mulheres) sabia-o e conseguia identificar algumas das mulheres que começaram a participar mais cedo como bugios. Mas não falava nem fala disso e, de certa forma, prefere não valorizar o fato e considerá-lo um “episódio” que não faz parte da narrativa da festa e da sua centralidade na construção da identidade do(a) sobradense. Nesse alinhamento, entende-se que a descrição e a narrativa do almoço, um dos momentos altos da festividade, também invisibilizam as mulheres que estão hoje presentes, mas não puderam estar até cerca de quatro décadas atrás. No almoço, que ocorre por volta das 10 horas da manhã, os bugios e os mourisqueiros recolhem-se do público. Em espaços físicos distintos, fazem a refeição que lhes assegura energia para as cenas que se desenrolarão durante o resto do dia.

**Figura 4:** Algumas das primeiras mulheres que assumiram a sua participação na Bugiada, retirando a máscara no Jantar



Fonte: foto cedida por umas das participantes retratadas (anos 1980).

Na maior parte do dia, os bugios não podem tirar a máscara, mas fazem-no durante a refeição, até porque estão resguardados dos públicos e usam o momento para conversar. Simbolicamente, aliás, o almoço serve para que bugios e mourisqueiros planejem as estratégias de luta. Porque a participação das mulheres é clandestina e/ou não natural, a presença e a visibilidade nesse espaço-tempo heterotópico foram severamente vigiadas e controladas.

A essa cena, as mulheres chegaram mais tarde e com muito esforço e insistência. Apenas entre as décadas de 1980 e 1990, as mulheres bugio, clandestinas, por vezes apoiadas por homens (pai ou irmãos), começam a participar no almoço. Hoje, elas já se sentam às mesas e retiram as máscaras, ainda que tenham de gerir os olhares que recaem sobre si. Mas houve alturas em que mesmo a comida lhes era dada de forma clandestina durante o almoço, igualmente por homens familiares que as acompanhavam:

*no almoço [tínhamos de] tirar as máscaras e então escondíamo-nos, eu refugiava-me em montes. Tínhamos sempre... eu tinha o meu irmão, que me levava água pelo menos para matar a sede.*

### **Dar a cara para comer e existir**

Uma das mulheres que narra a história do ponto de vista feminino e com recurso a argumentos de tipo político conta que, independentemente de lhe ser possível participar na festa como *bugio* homem e de as mulheres serem coletivamente aceites (de forma marginal) como *bugias*, foi muito difícil e demorada a permissão para estar no almoço sem a máscara, justamente porque isso significaria adquirir protagonismo na festa, enquanto sujeitos singulares e actantes. A existência das mulheres na formação da Bugiada (passando a ser *bugias*) começou de fato com essa atitude de algumas mulheres, cujos capitais relacionais assegurariam atingir esse objetivo. No excerto seguinte, essa mulher diz que teve de “fazer frente” e não se “esconder mais” para “dar a cara”, portanto, assumir a clandestinidade, por um lado, e o direito a ser protagonista, por outro.

*Mas eu sempre encarei que o povo era o povo cristão e tinha mulheres, tinha crianças, tinha homens. Era um povo. E, como era um povo, era óbvio que podiam ir homens e crianças e as mulheres também faziam parte desse povo só que, na hora do almoço, nós não podíamos participar. Por isso, quando chegou certa altura eu disse assim: “isto não pode ser!”, certo ponto que eu disse: “não, não me vou esconder mais, vou dar a cara!”. Comecei a crescer e a fazer frente e eu fui das mulheres, a que fiz a revolução das mulheres participarem no almoço [...] e, depois, chegou a um certo ponto que eu disse: “não, não me vou esconder mais. Vou dar a cara!”.*

Passados muitos anos, participar em pleno na festa ainda hoje é “muito complicado”. A simples possibilidade de assistir à festa e participar de forma algo subversiva em algumas das sequências da performance não satisfaz essas mulheres que veem a festa como um bem coletivo, da comunidade.



De todo o modo, encolhendo-se sob os papéis e as expectativas de gênero que lhe são socialmente determinadas, resignam-se ao estado de limbo em que são colocadas e afirmam que “*ver pelo menos a alegria dos outros, pelo menos já me consola um bocadinho*” (informação verbal).

**Figura 5:** Mulheres no Jantar (festa de 2019)



Créditos: Alberto Fernandes.

Não é possível entender a atitude das mulheres de Sobrado sobre a Bugiada e sobre a participação feminina na festa sem o conceito de interseccionalidade. Com efeito, conforme se estabelece em relação aos homens, também as mulheres estão situadas em escalas hierárquicas de prestígio. Mesmo que a sua participação seja de fato muito precária e ambivalente, ela só se justifica porque e sempre que a escala de prestígio “compensa” a ausência do sexo adequado. A visão e a experiência viva da festa são ações marcadamente masculinas e as mulheres que têm mais possibilidades de forçar a fronteira do interdito que as coloca à margem, atrás dos cortejos ou por detrás das máscaras (quando participam na Bugiada), são as filhas ou irmãs de homens que, de alguma forma, se impuseram na história da festa, que tiveram nela, por vezes, papéis relevantes (como o Reimoeiro ou o Velho da Bugiada) e que, por isso, puderam forçar as barreiras do impedimento. Mesmo com caráter subversivo, a participação das mulheres está dependente da escora masculina e da aceitação, dentro de muitos limites, do controle masculino.

A mulher é alvo de objetificação, em particular, na sexualização que a festa cultiva e sobre a qual se alimenta em diversas das performances. Destaque-se o período durante a tarde, a dança do Cego ou Sapateirada,

quando homens se travestem de mulheres e representam a cena cômico-grotesca do adultério flagrado cometido pela “mulher” do Cego. Uma “mulher” cujas formas corporais e apresentação física exageradas com volumes e acessórios fogem totalmente dos limites do recato exigido “às mulheres de bem”.

Para todos os efeitos, a figura da mulher normal, subordinada e cooperante é a prevalecente e a comunidade, incluindo as mulheres, por diversos meios e produções discursivas, recoloca insistentemente as mulheres nos bastidores da festa e propõe visões alternativas apenas de vez em quando, quando não correm riscos de exposição e, portanto, de romperem as normas. Estamos num ponto crítico da análise da festa e dos papéis de gênero, pois parece termos chegado ao ponto máximo da participação das mulheres na festividade: como *bugias* e dentro de certos limites, quanto aos comportamentos e cenas que decorrem durante todo o dia (por exemplo, é muito pouco provável que a mulheres façam parte do grupo que segura a serpe no final da festa ou que integrem a formação reduzida de bugios que sobem ao castelo do Velho). Nos serviços da tarde, quando a festa encena o processo de sementeira ao contrário em tom grotesco e cômico, os participantes – homens – montam e dirigem o burro para a sementeira, manuseiam a grade e o arado que lavra a terra, rasgam com frequência a roupa velha que trazem vestida, sujam-na com lama e em excrementos de animal, deitam-se no chão, vociferam palavrões e outras palavras alusivas a sexo e sexualidade, provocando corporalmente quem assiste.

O excerto que se transcreve a seguir demonstra como as próprias mulheres, mesmo as mais ativistas no reforço da participação feminina, subscrevem a necessidade de essa participação não desestruturar a festa e a sua racionalidade mantida pela ordem de representação dos papéis atribuídos. Por isso, elas dizem que participar em todas as cenas seria ilógico; que só vale a pena participar até ao ponto em que seja “engraçado”, porque assumir seriamente papéis que são tradicionalmente masculinos e que sugerem ou podem estar associados a conteúdos sexuais e eróticos seriam decisões que “não têm lógica”.

Tal como demonstra a última frase do excerto, os mundos estão e continuam divididos e hierarquizados no modelo binário de mundo organizado entre as mulheres e os homens e delas é esperado que contribuam para reforçar essa ordem, de modo a evitar a agressividade masculina e que “eles” fiquem contra “nós” – aqui assumindo-se o sujeito coletivo das

mulheres. As mulheres não podem participar em todas as cenas nem imaginar realizar algumas delas porque essas performances não cabem no papel que lhes é atribuído enquanto mulheres. Só tem lugar no menu dos papéis conferidos quem tem o sexo masculino, porque assim está instituído pelos processos de socialização. Observe-se que não há aqui uma reflexividade que demonstre o caráter socialmente construído da fronteira e do interdito associado: a ordem está instituída e reproduz-se, de forma *natural*.

*Não! [participar em todas as cenas]. E nem tem lógica. Fazer alguma coisa eu até achava engraçado. Para colher os direitos ou ir ao palanque varrer. Agora outras coisas, não, porque quase todos eles ficam sem roupa, não tem lógica. Eu gosto de ir, mas cada coisa no seu lugar. Eu gosto, gosto muito, eu digo sempre que ninguém gosta mais do que eu. E acho mal quando vejo muitas [mulheres] que fazem asneiras e que, depois, é pior porque eles ainda ficam mais contra nós.*

De algum modo, a norma é pressionada até o seu máximo na assunção/autonomeação como “bugia” (e não na versão masculina do léxico) numa formação que usa máscara; e hoje há indícios de elas também se disfarçam para entrar nas Entrajadas (o cortejo de crítica que se faz após o almoço e as danças da manhã, no qual os participantes também surgem mascarados).

Por exemplo, as mulheres não se veem na possibilidade de serem Guias ou Rabos<sup>2</sup> e isso também não corresponde à expectativa da comunidade (mulheres e homens) porque esses são lugares percebidos como *naturalmente* pertencentes aos homens. O excerto seguinte, de uma das mulheres entrevistadas que tem participado na festa, apesar de demonstrar a mudança que representou na festa a possibilidade de as mulheres participarem como bugios (bugias não é ainda aceito na ortodoxia vocabular da festa), elucida sobre as tensões de gênero que se afirmam no dia da festa, além de demonstrar o poder e o domínio masculinos no controle sobre a estrutura da festa. Ela afirma que os homens (os que são bugios) não permitem e que “*está nos estatutos*”.

*[Uma mulher ser Guia ou Rabo?] Não! Não! Isso tenho mesmo consciência que não pode ser! Pronto, já invadimos essa parte da festa como mais visíveis, mais notadas, porque elas agora são perto de 200 mulheres, mais ou menos, mas, em questão daquele lugar de guia, de rabo... é mesmo só para eles. [...] Eles não deixam mesmo. A própria organização da*

2 Posições de especial prestígio da formação da Bugjada que correspondem aos lugares no início e no final das duas fileiras em que se posicionam os participantes.

*Casa do Bugio não quer que isso aconteça. E nós também temos que ter a noção e, se está nos estatutos, nós temos que respeitar.*

Nas narrativas femininas, no entanto, esta tensão de papéis e de lugares de gênero não é apresentada enquanto problema. Primeiro, como dissemos, porque as mulheres conhecem e reagem em relação aos “limites” socialmente determinados em função do gênero. Segundo, porque elas próprias constroem discursos justificativos de distinção e autovalorização das experiências femininas na festa, que seriam mais genuínas e menos interessadas do que as dos homens. São os homens que “fazem os papéis principais” e, por isso, para elas é “claro” que uma mulher “nunca ia chegar a Velho”, muito menos a “Velha”, pois isso destruiria o binarismo de gênero. Mas a participação das mulheres, ao invés de se justificar pela necessidade de competir por determinados lugares, pauta-se por outro lema, de ordem emocional, que as mulheres consideram verdadeiramente genuína – a paixão pela festa:

*[É] mesmo uma paixão única de participar nessa festa e nessa lenda. Por eu já ser das mais velhas, neste momento, sou eu e outra porque a X tem menos anos do que eu, quem ia comigo nessa altura era uma irmã dela, a Y. Assíduas mesmo, ano após ano, sou eu e uma que mora ali abaixo [...]. Só não fui há dois anos porque estive muito doente. Vou todo o dia, mas há dois anos não fui porque estava com uma anemia muito grande. Nem força tinha. Já arrisquei outras vezes! Dizia que não ia, mas, depois, chegava-se ao dia e o bichinho falava mais alto.*

As mulheres querem pertencer, ser sujeitos de pleno direito e experimentar com intensidade a festa, por paixão, amor e devoção. Desse ponto de vista, podemos afirmar que a festa também produz narrativas femininas e feministas que veiculam a reflexividade das mulheres sobre a sua condição e destino social enquanto mulheres, bem como sobre os limites que lhes são impostos. Todavia, na prática, verificamos que os espaços e tempos conquistados pelas mulheres na festa resultam principalmente de estratégias de tomarem, pela experiência, espaços-tempos de interdição, jogando constantemente, tal como propõem Fernandes e Barroso (2019), entre e com os vários limites de gênero e, por vezes, transfigurando-se no masculino.

### **Aquela pergunta sempre difícil sobre a festa e as mulheres**

A reprodução da ordem de gênero é, assim, tão evidente no caso das mulheres como dos próprios homens, mesmo que eles tolerem a entrada

marginal e forçada de mulheres, ainda que até agora apenas na Bugiada (que compreende várias cenas e danças em diversos locais da vila). Todavia, como são dominantes na arena da festa, são os mais influentes na aceitação das mulheres enquanto sujeitos de pleno direito da festa, caso em que os próprios homens percebem essa participação como potencialmente disruptiva da ordem, da estrutura e da essência da festa. Reconhecidas como participantes ativas, o seu estatuto é de intrusas que são toleradas e a quem é permitido que participem, embora de forma camuflada e masculinizada (enquanto *bugios* e não *bugias*).

Um dos entrevistados no nosso estudo reproduz de forma clarividente essa subalternização das mulheres, a sua invisibilidade no drama que se desenrola na festa, mas, ao mesmo tempo, a permissibilidade à sua expressão. Para esse homem, também com papel decisório na festa, pensar sobre a inclusão das mulheres pode ser “difícil”, porque a lógica da “tradição” dita a festa no masculino e impede a participação das mulheres, cuja força física, por exemplo, também não é reconhecida como capaz de suportar os esforços das danças ao longo do dia.

Mesmo reconhecendo que elas “tenham direito a ter a mesma paixão que um homem tem pela festa”, há a perspectiva de que o evento se descaracterizaria se se tornar mais feminino e perderia interesse, sendo que parte desse interesse está inegavelmente ligado à amplitude da ação masculina e da capacidade e liberdade dos homens inverterem papéis e representarem, com fins diversos, os próprios papéis e ou lugares femininos, criticando inclusivamente quem sai do padrão de masculinidade, feminidade e heterossexualidade hegemônicas. A participação das mulheres enquanto mulheres na festa implicaria, na sua visão, a necessidade de acabar com a desordem e parte da sexualidade risível da festa; ainda acarretaria a necessidade de as mulheres se investirem das formas masculinas, sonogando a sua corporalidade ou sensualidade, de modo a evitar a sua objetificação sexual, mesmo durante a festa.

*Essa é sempre aquela pergunta um bocadinho difícil. Se formos pela lógica, as mulheres não deveriam ir porque se estamos a tratar de uma tradição, de uma batalha que, de certa forma, existiu, escusado será dizer que naquele tempo 90% era tudo homens. Mas também não podemos negar que existiu uma Joana d'Arc. Existiu muita mulher de armas, mas, de certa forma, acho que a mulher não se enquadra na festa como bugio, mas nada contra. Rigorosamente nada contra porque elas têm direito a ter a mesma paixão que um homem tem pela festa. Existe é uma maior sem-vergonhice porque antigamente uma mulher para*

*ir de bugio era mesmo muito complicado. Tentavam arranjar roupas para não se notar o peito, o rabo, nada que definisse o ser feminino e havia mulheres que cometiam loucura de cortar o cabelo. Hoje em dia a mulher já goza mais a festa [...]. As mulheres, apesar de eu não ser contra, acredito que se dissessem: “olha vai haver uma lei que a mulher vai poder entrar”, eu não me opunha, mas, ao mesmo tempo, ficaria a pensar que não estávamos a ser corretos [...] eu tenho uma opinião assim um bocado estranha. (Homem, com responsabilidades na organização da festa e ativo participante).*

Mostramos que as mulheres que participam na festa sentem-na como uma necessidade de realizarem a sua paixão enquanto sujeitos de um “povo” e são investidas de um discurso de cunho feminista que as separa dos homens, mas também de outras mulheres que se arredam dessa participação ou de mulheres que vêm de fora, de terras vizinhas, para participarem na Bugiada. Estas, sendo estrangeiras e estranhas, ameaçam a ordem vigente, porque sendo de “fora” não reconhecem os limites da festa, não “sentem a paixão” da festa. Estarão, por isso, dispostas a contornar a ordem tradicional e, eventualmente, a alegar o desconhecimento do sistema de regras tácito ou formal. De fato, quando as mulheres nomeiam os limites à participação das próprias mulheres, estão também preocupadas em manter as fronteiras em relação a todas essas “outras mulheres” que não fazem parte do mesmo “povo”. Potencialmente, as mulheres que vêm de fora podem pressionar mais os limites, subverter os interditos e explicitamente se declarar como *bugias*. Sob esse prisma de análise, a ordem binária do gênero a que obedece a festividade é estruturante na comunidade e na festa, plasmando e reproduzindo a opressão feminina, bem como os pressupostos patriarcais.

## Conclusão

As formas de invisibilização e de exclusão das mulheres das festividades populares “modernas” podem ser consideradas eixos de violência que permanecem silenciosos, perante algumas mudanças sociais que tomam forma concomitantemente à evolução legislativa que clama por igualdade de direitos e oportunidades. Portugal apresenta uma evolução significativa quanto à afirmação da igualdade de gênero, em particular a partir da década de 1980 e de modo mais intenso nos últimos anos. Todavia, diversos indicadores continuam a demonstrar a existência de desigualdades sociais relacionadas com a valorização desigual do trabalho e do investimento escolar realizado por homens e mulheres (CARMO et al., 2018;

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÊNERO [CIG], 2017; MCROBBIE, 2004; SILVEIRINHA, 2012), a masculinidade hegemônica (MOTA-RIBEIRO, 2000) e o binarismo de gênero.

A festividade da Bugiada e Mouriscada de Sobrado reflete essa estrutura genderizada que se consolida no dia a dia da comunidade e subcreve os achados de autoras que analisaram festas de mouros e cristãos na Península Ibérica quanto à exclusão das mulheres como protagonistas, por efeito da acentuada reprodução masculina veiculada pelas instituições e pelos próprios atores. A literatura é bastante auspiciosa em relação à mudança pela qual as festividades de caráter popular podem passar num futuro próximo, por força da ação empoderadora das mulheres, do incremento da reflexividade sobre o gênero e das mudanças substantivas na legislação que estipula a igualdade de gênero como uma condição para a continuidade de eventos e ações culturais. No caso da festa que estudamos em Sobrado, as condições para a mudança e a redução das disparidades no protagonismo da festa estão ainda por estabelecer, pois as mulheres se sentem à margem e experienciam o acontecimento monumental da festa como observadoras e como participantes em algumas cenas muito limitadas e controladas. De modo geral, agem em conformidade com as normas instituídas pelos rituais que compõem e estruturam a festa, que são ditados pela presença e autoridade masculinas, ainda que no dia a dia experimentem vários espaços de “transgressão” de gênero, quando estão presentes na organização da festa – nos bastidores – e quando se assumem no espaço público como bugias, porque são figuras mascaradas que favorecem a masculinização da figura feminina.

As festas são microcosmos que reproduzem os modelos e os sistemas de poder vigentes (GISBERT I GRÀCIA; RIUS-ULLDEMOLINS; HERNÁNDEZ I MARTÍ, 2019; HERNÁNDEZ I MARTÍ, 2008; SANTAMARINA CAMPOS, 2008) e a sua organização tem tanto a ver “com a separação de tarefas e tempos masculinizados e feminizados, como com a configuração dos sistemas de parentesco e a relação entre famílias na tomada de decisões, o exercício de cargos e a eleição de figuras com destaque social” (BULLEN; GALÁN, 2019, p. 349). As questões que a relação entre festa e gênero levanta são muito complexas, se considerarmos a própria desconstrução da festa passível de ser representada independentemente do sexo e do gênero; ou se atentarmos à falaciosidade da masculinidade hegemônica que exclui ou desvaloriza todos os homens que não reproduzem as práticas correspondentes a esse padrão. O caminho abrangerá,

num futuro próximo, compreender como e até que ponto a comunidade está suficientemente preparada para assumir a desigualdade de gênero que a marca como um tipo de estrutura passível de mudança, de adaptação e enriquecimento da própria festa e da comunidade. Abrangerá também a forma como entidades e organismos nacionais e internacionais poderão ver essa realidade e considerá-la como elemento de avaliação e decisão política, rumo a celebrações de caráter plural (ROSTAGNOL, 2015). Isso no sentido de Montesinhos Llinares (2019), que afirma que a partir de hoje, mais do que discutir o papel de homens e mulheres pressupondo um sistema de classificação binário, torna-se relevante pensar na “igualdade que promova a inversão ou o desvanecimento dos papéis de gênero numa perspectiva queer ou transfeminista” (p. 79).

### Referências

BOTELLA NICOLÁS, A. M. La música festera como patrimonio inmaterial de la humanidad. **Revista eWali de Investigación Antropológica, Histórica, Cultural y/o Social en el Entorno Mediterráneo**, Elche, n. 1, p. 1-8, 2019.

BOURDIEU, P. Les relations entre les sexes dans la société paysanne. **Les Temps Modernes**, Paris, n. 195, p. 307-331, 1962.

BULLEN, M.; GALÁN, B. Desde la reivindicación de la participación a la incorporación del género en el patrimonio cultural festivo en el estado español. In: MONTESINHOS LLINARES, L. (coord.). **Patrimonio inmaterial y desigualdades de género**. Madrid: Fundación Gabeiras para el Derecho y la Cultura, 2019. p. 13-57.

BUTLER, J. **Undoing Gender**. London: Routledge, 2004.

CARMO, R. M.; SEBASTIÃO, J.; AZEVEDO, J.; MARTINS, S. C.; COSTA, A. F. (org.). **Desigualdades sociais: Portugal e a Europa**. Lisboa: Mundos Sociais, 2018.

CATENACCI, V. Cultura popular: entre a tradição e a transformação. **São Paulo em Perspetiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 29-35, 2001.

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÊNERO. **Igualdade de gênero em Portugal: indicadores-chave 2017**. Lisboa: CIG, 2017.



FERNANDES, C.; BARROSO, F. Presença e atuação de mulheres em espaços culturais no Rio de Janeiro do século XIX: o que podem as mulheres em festa? **Contracampo**, Niterói, v. 38, n. 1, p. 7-21, 2019.

GALLOP, R. **Portugal: a book of folk ways**. Cambridge: Cambridge University Press, 1936.

GISBERT I GRÀCIA, V. Feminidades y masculinidades en la fiesta de moros y cristianos de Alcoi. **Prisma Social: Revista de Investigación Social**, Madrid, n. 7, p. 1-28, 2011.

GISBERT I GRÀCIA, V. En nombre de la tradición: conflictos socio-festivos por razón de género. **Anuari del conflicte Social**, Barcelona, n. 5, p. 385-401, 2015.

GISBERT I GRÀCIA, V. Ni moras ni cristianas: género y poder en la la Fiesta de Moros y Cristianos de Alcoy. In: CUCÓ I GINER, J.; SANTAMARINA CAMPOS, B. (coord.). **Políticas y ciudadanía: miradas antropológicas**. Valencia: Germania, 2010.

GISBERT I GRÀCIA, V.; RIUS-ULLDEMOLINS, J.; HERNÁNDEZ I MARTÍ, G.-M. Cultura festiva, política local y hegemonia social: comparativa de los casos de los Moros i Cristians (Alcoi), las Falles (València) y la Patum (Berga). **Revista Española de Sociología**, Madrid, n. 28, v. 1, p. 79-94, 2019.

HERNÁNDEZ I MARTÍ, G.-M. Un zombi de la modernidad: el patrimonio cultural y sus límites. **La Torre del Virrey: Revista de Estudios Culturales**, Madrid, n. 5, p. 27-38, 2008.

LEMIEUX, D. Le temps et la fête dans la vie sociale. **Recherches Sociographiques**, Québec, v. 7, n. 3, p. 281-304, 1966.

MARTÍNEZ POZO, M. A. La mujer en las fiestas de moros y cristianos. **Revista de Antropología Experimental**, Jaén, n. 15, p. 79-87, 2015.

MCROBBIE, A. Post-feminism and popular culture. **Feminist Media Studies**, Abingdon-on-Thames, v. 4, n. 3, p. 255-264, 2004.

MONTESINHOS LLINARES, L. (coord.). **Patrimonio inmaterial y desigualdades de género**. Madrid: Fundación Gabeiras para el Derecho y la Cultura, 2019.

MOTA-RIBEIRO, S. Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas do feminino no Cristianismo. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 4., 2000, Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2000.

PEREIRA, B. E. Les maures et les bugios de Sobrado (Valongo). **Les Cahiers Binchois** : Revue de la Société d'Archéologie et des Amis du Musée de Binche, Binche, n. 5, p. 34-44, 1982.

PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

PINTO, M. A Bugiada: festa, luta e comunicação. In: ENCONTRO LUSÓFONO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 4., 2000, São Vicente. **Anais [...]**. São Vicente: Lusocom, 2000.

PINTO, M. P. *et al.* Bugiada e mouriscada de Sobrado: a festa como património. In: MENEZES, M.; RODRIGUES, J. D.; COSTA, D. (ed.). CONGRESSO IBERO-AMERICANO PATRIMÓNIO, SUAS MATÉRIAS E IMATÉRIAS, 2016, Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa: LNEC/ISCTE-IUL, 2016.

PINTO, M. **Bugios e Mourisqueiros**: a Festa de S. João de Sobrado. Valongo: Associação para a Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Valongo, 1983.

RODRÍGUEZ ROSADO, A. (coord.). Feminidades y masculinidades. **Prisma Social**, Madrid, n. 7, 2011.

ROSTAGNOL, S. ¿El patrimonio tiene género? Una mirada al patrimonio cultural inmaterial desde la perspectiva de género. In: ENCUENTRO NACIONAL DE PATRIMÓNIO VIVO, 1., 2015, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Centro Cultural Kirchner, 2015. p. 300-306.

SANTAMARINA CAMPOS, B. Moros y cristianos: de la batalla festiva a la discursiva. **Gazeta de Antropologia**, Rioja, v. 14, n. 1, p. 1-10, 2008.

SAYÃO, D. T. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 121-149, 2003.

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992. p. 63-96.

SILVA, M. Desigualdades de género. **Configurações**, Braga, v. 4, p. 65-89, 2008.

SILVEIRINHA, M. J. Repensar as políticas públicas sobre as mulheres e os media: ou do quão cruciais são os estudos feministas da comunicação. **Ex aequo**, Lisboa, v. 25, p. 91-104, 2012.

TEDESCHI, L. A. Mulheres e a sociedade agrária: representações sociais e relações de gênero. **Saeculum: Revista de História**, João Pessoa, n. 26, p. 295-310, 2012.

TEDESCHI, L. A. Gênero: uma palavra para desconstruir sentido e construir usos políticos. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 6, p. 106-113, 2007.

Recebido em 29 de dezembro de 2020.

Aprovado em 12 de julho de 2021.

## ESTILOS DE PENSAMENTO DOS REFERENCIAIS EM PESQUISAS BRASILEIRAS SOBRE GÊNERO E VIOLÊNCIA INDEXADAS NA BASE DE DADOS SCIELO

---

Gabriele Strochain<sup>1</sup>

Rúbia Emmel<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta uma análise das temáticas gênero e violência, levantadas a partir de pesquisas da base de dados da Scientific Electronic Library Online (Scielo), no período de 2009 a 2019. O objetivo principal foi compreender as contribuições dos autores das publicações sobre gênero e as relações com violência, apresentadas na base de dados Scielo, na constituição de estilos e coletivos de pensamento que caracterizam a pesquisa do tema. A Análise Textual Discursiva possibilitou aproximações com a epistemologia fleckiana, sendo possível identificar nesta pesquisa que o coletivo de pensamento é unidade social da comunidade de pesquisadores do tema gênero.

**Palavras-chave:** Análise textual discursiva; violências; Epistemologia fleckiana.

**Abstract:** This article analyzes the issues of gender and violence based on a search conducted on the SciELO database from 2009 to 2019. With that, it aims to evaluate scientific contributions to gender and gender-based violence in shaping the styles and collective thought that characterize research of the theme. Data underwent discourse analysis, enabling approximations with the Fleckian epistemology and the identification of a social unit of the community of researchers on gender, translated into the verified collective thought.

**Keywords:** Discourse Analysis. Violence. Fleckian epistemology.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição- NãoComercial 4.0 Internacional.

---

1 Acadêmica, Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas no Instituto Federal Farroupilha, Brasil. E-mail: strochain.gabriele@gmail.com. Orcid: 0000-0001-8203-4965

2 Doutora em Educação nas Ciências, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Professora Doutora em Pedagogia, Instituto Federal Farroupilha, Brasil. E-mail: rubia.emmel@iffarroupilha.edu.br. Orcid: 0000-0002-4701-8959

## Introdução: elaborando alicerces e interfaces para a constituição da pesquisa sobre gênero e violência

As temáticas de gênero e violência vêm sendo utilizadas em pesquisas brasileiras (BUTLER, 2010; SAFFIOTI, 1995, 2004; SILVA, 2004). Ressalta-se que essas pesquisas são produzidas nas mais diversas áreas de nossa sociedade (educação, saúde, serviços sociais, direitos humanos, políticas públicas) e desenvolvidas também no âmbito dos programas de pós-graduação, em mestrados e doutorados. Logo, uma análise dessa produção é fundamental, para que a investigação e caracterização descritas evidenciem as concepções epistemológicas e as condições históricas de sua produção.

Ao buscar uma concepção de gênero, os estudos de Silva (2004) estabeleceram que esse conceito é historicamente recente, além disso, a palavra “gênero” foi utilizada pela primeira vez no sentido de dar conta dos aspectos sociais do sexo. Seguindo os estudos do autor, a palavra “gênero” estava restrita na gramática para designar o “sexo” dos substantivos, e gênero opõe-se a sexo: “enquanto este último termo fica reservado aos aspectos estritamente biológicos da identidade sexual, o termo gênero refere-se aos aspectos socialmente construídos do processo de identificação sexual” (SILVA, 2004, p. 91). Esses conceitos de gênero, enraizados em nossa sociedade patriarcal, são produtores de desigualdade. Ao se analisar a palavra “patriarcado”, que se origina da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem, comando) e, conforme Colling e Tedeschi (2019, p. 578) apontam, ela se define como uma expressão, “uma forma de organização familiar e social em que um homem, o patriarca, submete os outros membros da família ao seu poder”. Maio (2020, p. 8) destaca “que o patriarcado é baseado em um sistema de hierarquia baseado nas questões de gênero, que atribui, quase desde o útero, mais valor e supremacia aos homens”. Esse sistema hierarquizado e aprisionador faz com que tanto homens quanto mulheres acabem reforçando conceitos patriarcais.

Considerando os dilemas que envolvem as pesquisas da área de Gênero, este estudo tem sua problemática envolta nas questões: (1) Quais eixos teóricos dos referenciais de gênero estão refletidos nas pesquisas sobre gênero e violência? (2) Que estilos e coletivos de pensamento constituem essas pesquisas? Por isso, esta pesquisa, que amplia os estudos sobre gênero, apoia-se nas categorias da epistemologia de Fleck (2010), para compreender as contribuições dos autores das publicações sobre gênero e violência, apresentadas na base de dados, na constituição dos estilos e coletivos de

pensamento que caracterizam a pesquisa do tema. Fleck (2010) identifica três fases da estruturação de um estilo de pensamento: instauração, extensão e transformação. Um estilo de pensamento instaura-se quando um problema é encarado como tal por mais de uma pessoa, por um coletivo de pensamento. O critério para reconhecer um estilo de pensamento é histórico e exige uma análise sócio-histórico-cultural do fato em estudo.

Esses questionamentos geram o objetivo geral desta pesquisa: compreender as contribuições dos autores das publicações sobre gênero e as relações com a violência, apresentadas na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), na constituição de estilos e coletivos de pensamento que caracterizam a pesquisa do tema. Este artigo apresenta uma análise das pesquisas sobre gênero e violência, a partir da busca de artigos de revistas indexados na base de dados SciELO no período de 2009 a 2019. A base de dados possibilitou a identificação de grupos temáticos que caracterizam as pesquisas de caráter documental sobre gênero e violência, categorizando, através da Análise Textual Discursiva (ATD), as linhas teóricas e diferentes concepções presentes na base de dados pesquisados.

### **Referencial teórico: em busca de um diálogo... aproximando a teoria de Fleck das pesquisas sobre gênero e violência no Brasil**

Os artigos sobre gênero e violência, indexados no SciELO, constituem-se como proposta de estudo, em que estão contidas algumas percepções, anseios, perspectivas e vozes que vislumbram a mudança na produção de conhecimentos mais abrangentes, com várias nuances constitutivas de estilos e coletivos de pensamento (FLECK, 1986), característicos de uma episteme das pesquisas sobre gênero.

Neste trabalho, pretende-se aproximar as pesquisas de gênero aos pressupostos epistemológicos, que estão referenciados em Fleck (1986), a partir das categorias de estilo de pensamento e coletivo de pensamento. Esse autor recorreu à Sociologia do Conhecimento para elaborar sua análise, embasando-se nos condicionantes sociais, culturais e históricos da produção do conhecimento. O autor propõe que, no coletivo de pensamento se estabelecem ideias inter e intracoletivas, que se opõem ao empirismo lógico, à produção cumulativa do conhecimento e à neutralidade do sujeito do conhecimento.

Dessa forma, procurou-se compreender o desenvolvimento de suas ideias e estabelecer conexões entre o seu pensamento e a pesquisa sobre

gênero e violência publicada em artigos científicos, enquanto objeto deste estudo, vislumbrando estabelecer uma confluência e reconhecer quem compõe esse coletivo de pensamento.

Para a compreensão da concepção teórica de Fleck e o seu uso como referencial, num primeiro momento, será exposto de modo conciso seu pensamento, através de uma visita a sua produção e a algumas produções que utilizaram esse referencial como base.

### **Apresentando as categorias epistemológicas de Ludwik Fleck**

O epistemólogo Ludwik Fleck (1896-1961) foi um médico polonês de família judia, atuou como clínico geral e trabalhou em laboratórios de bacteriologia e bioquímica. Influenciado pelo clima científico interdisciplinar estabelecido pelo Império Austro-Húngaro nas regiões de origem polonesa.

Fleck (1986, p. 27) estabeleceu categorias, tais como “coletivo de pensamento” (CP), definido como “comunidade de indivíduos que compartilham práticas, concepções, tradições e normas”, em que a maneira de ver o objeto do conhecimento (o ver formativo) e de interagir com ele determina o estilo de pensamento. Em Fleck, a ciência não é uma construção formal, mas essencialmente uma atividade levada a cabo por comunidades de investigadores, que forma o denominado CP.

O estilo de pensamento é definido como “um perceber dirigido com a correspondente elaboração intelectual e objetiva do percebido” (FLECK, 1986, p. 145). O estilo se caracteriza pelos problemas que interessam ao coletivo, pelos juízos que o pensamento coletivo considera evidentes e pelos métodos que empregam como meio de conhecimento. Além disso, ele proporciona uma coerção sobre os indivíduos, determinando o que não pode ser pensado de outra forma. Por consequência, o coletivo de pensamento existe sempre que duas ou mais pessoas compartilham o mesmo estilo de pensamento. O coletivo consiste numa comunidade que não deve ser confundida com um grupo fixo ou uma classe social, uma vez que um mesmo indivíduo pode participar de mais de um coletivo de pensamento (FLECK, 1986).

Neste ponto, podem ser encontradas as primeiras articulações com o processo da comunicação científica, em particular na disseminação científica, em que a nomenclatura (intrapares e extrapares) já referencia os coletivos de pensamento especializados, constituídos pelos pesquisadores e seus pares. O pesquisador de hoje vai encontrar estilos diferentes de

pensamento, memórias sociais diferentes, perpassadas por interesses diferentes daqueles existentes em séculos passados.

Essa abordagem epistemológica se diferencia na relação entre o sujeito e o objeto, tradicionalmente interpretada de forma dicotômica. Para Fleck (1986, p. 37) “ao contrário, coexistem o sujeito (coletivo e o individual), objeto, estilo e coletivo de pensamento, intermediados pelas denominadas conexões ativas e passivas”. Fleck (1986) coloca, acerca dos pesquisadores, que estes:

[...] vão transformando lentamente as bases originais de seus trabalhos, transformação que passa despercebida por eles mesmos quando contemplam retrospectivamente o caminho seguido, pois as transformações do conteúdo concebido têm lugar sem que os indivíduos percebam. O progresso do conhecimento consiste no desenvolvimento coletivo incessante do estilo de pensamento. Considerando que não há nenhuma base objetiva para que um determinado estilo de pensamento possa ser qualificado como mais valioso do que outro. (p. 25).

Para esse autor, o coletivo de pensamento detentor de certo grau de estabilidade corresponde a um estilo que possui conteúdos, forma e tema exclusivos, além de mobilizar uma linguagem específica que o diferencia dos demais coletivos. As comunidades de pensamento estáveis (ou comparativamente estáveis) cultivam, como outras comunidades organizadas, certa exclusividade formal e temática. “Disposições legais e hábitos arraigados, às vezes uma linguagem especial – ou ao menos termos especiais – isolam formalmente, ainda que não de forma absolutamente obrigatória, a comunidade de pensamento” (FLECK, 1986, p. 150).

Para Fleck (1986), um fato científico é influenciado pelas condições sociais, culturais de uma época, ou seja, o estilo de pensamento daquele momento histórico. “Enquanto o coletivo de pensamento seria uma comunidade de cientistas que compartilham o ideal de um estilo de pensamento” (FLECK, 1986, p. 139). Para o autor, todo descobrimento empírico só pode ser concebido como um complemento, como um desenvolvimento ou como uma transformação do estilo de pensamento.

Neste sentido, Fleck (1986) coloca que:

[...] o campo de investigação, quanto mais desconhecido e quanto mais novo é um campo de investigação, menos claros são os experimentos [...] o conhecer muda o cognoscente adaptando-o harmonicamente ao conhecido e esta situação assegura



a harmonia acerca da origem do conhecimento dentro da visão dominante [...] essa teoria do conhecimento conduz necessariamente a investigação do estilo de pensamento, já que este é o seu objeto por excelência. (p. 133-134).

Fleck (1986) diferencia a sua discussão da de outros epistemólogos, devido à especificidade das regras gerais do coletivo de pensamento, seus círculos eso e exotéricos e a circulação de ideias intra e intercoletivas. Quanto ao saber, Fleck (1986) destaca que ele vive no coletivo e se reelabora incessantemente, na medida em que os estilos de pensamento condicionam os diferentes coletivos de pensamentos. Por esta linha, o saber se torna uma atividade social em que o conhecimento científico é corroborado, discutido, através da circulação “intercoletivas e intracoletivas de ideias” (FLECK, 1986, p. 141) que repercutem na transição e constituição de um estilo de pensamento (QUEIRÓS; NARDI, 2008).

Fleck (1986) destaca o papel atribuído à circulação do conhecimento, tanto para os elementos que formam o coletivo de pensamento quanto para os outros indivíduos que não compartilham desse estilo de pensamento. Define que o coletivo de pensamento é formado por dois círculos, círculo esotérico e círculo exotérico, existindo entre eles a circulação intracoletiva de ideias.

A estrutura geral do coletivo de pensamento consiste na formação de um pequeno círculo esotérico e de um grande círculo esotérico formado pelos componentes do coletivo de pensamento em volta a uma determinada criação de pensamento, seja esta um dogma de fé, uma ideia científica ou um pensamento artístico. Um coletivo de pensamento se compõe de muitos círculos interseccionados, por sua vez, um indivíduo pode pertencer a vários círculos exotéricos e a uns poucos – e, às vezes, a nenhum – esotérico (FLECK, 1986, p. 152).

A presença de um círculo esotérico formado por especialistas de uma determinada área do conhecimento caracteriza a identidade primeira do coletivo de pensamento, por ser o portador do estilo de pensamento. É a partir desse núcleo de conhecimentos e de práticas compartilhadas que se origina o círculo exotérico, constituído por leigos formados que passam a interagir com o círculo esotérico, adquirindo o conjunto de elementos que formam o estilo de pensamento.

Fleck (1986) traz que o círculo esotérico e o exotérico formam um círculo de dependência do saber, uma vez que do saber especializado (esotérico) surge o popular (exotérico), formando uma opinião pública específica que repercute no especialista, que, por sua vez, influencia o ciclo novamente.

## **Contribuições da epistemologia de Fleck para a análise das pesquisas sobre gênero e violência no Brasil**

Ao reconhecer e estudar o papel da trajetória de pesquisa que tem como objeto de estudo o gênero e a violência no Brasil, percebeu-se que há um aumento significativo e constante neste cenário de pesquisas e publicações, que, no Brasil, surgem desde a década de 1980; sendo que nesta pesquisa se evidencia a partir da década de 1990 (LOURO, 1997; MUHLEN; STREY, 2017; SAFFIOTI, 2001; SAFFIOTI, 2011; SILVA, 2004). Assim, são muitas as interfaces de pesquisa acerca do tema, cada uma utilizando diferentes caminhos de pesquisa de alicerce.

Ao considerar o estilo de pensamento, podemos defini-lo como as categorias e temas de pesquisa que se apresentam nas análises dos dados, analisando-se que cada artigo da base de dados se insere em estilos de pensamento perpassados por coletivos de pensamento.

Nesse sentido, o coletivo de pensamento é unidade social da comunidade de pesquisadores de um campo determinado do saber, que se caracteriza neste estudo como gênero e violência, enquanto o estilo de pensamento são as pressuposições sobre as quais o coletivo forma um edifício teórico ou grupo, que caracterizamos como as concepções de gênero elencadas nessas pesquisas. Destaca-se, ainda, que o estilo de pensamento pode ser, conforme Lorenzetti (2007), considerado como os conhecimentos e as práticas compartilhadas por membros da comunidade de pesquisa, que constitui o coletivo de pensamento.

Gênero e violência são uma temática que pode fazer parte também dos cursos de formação inicial de professores das diferentes áreas do saber, pois este tema perpassa tanto a academia quanto as escolas em que atuam. É necessário que o professor tenha conhecimento das linhas teóricas e das problemáticas relacionadas a essa temática. Para além da formação inicial na licenciatura, é preciso que os cursos de formação continuada se preocupem com essa problemática, pois temos anos de formação inicial e continuada com esta lacuna. Essa discussão pode ser constante no âmbito escolar, sendo que os professores podem ter conhecimento e subsidiar a discussão do tema.

Isso pode repercutir na área de pesquisa, com a resignificação do tema nas escolas. Seria importante possibilitar aos professores, tanto na formação inicial quanto na continuada, discussões e análises dessa temática, para constituir uma consciência crítica acerca da dinâmica do processo de construção

social, cultural e curricular. Por consequência, conseguiríamos garantir uma responsabilidade maior dos próprios professores quanto aos trabalhos desenvolvidos, que incentivem a autonomia e autoria dos estudantes.

De modo a delinear caminhos investigativos, permitindo uma aproximação das categorias epistemológicas de Fleck e a pesquisa sobre gênero e violências, constituem-se as análises desta pesquisa, que apresenta os artigos da base de dados.

### **Metodologia: a trajetória da pesquisa**

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986), do tipo documental, a partir de uma revisão da literatura na base de dados de pesquisas brasileiras indexadas no Scielo.

A seleção de pesquisas e constituição de planilhas com coleta de dados foram realizadas por meio dos seguintes critérios: (1) ano (2009 a 2019), com um total de 77 pesquisas com os termos de busca: “gênero” e “violência”; (2) realizou-se uma seleção a partir do critério de análise das pesquisas de tipo documental, assim, o recorte delimitou 19 pesquisas; (3) em cada pesquisa, foram realizadas leituras e buscas das referências do termo “gênero”; (4) a partir das buscas, foi possível realizar a análise das relações entre gênero e violência.

A pesquisa qualitativa trabalha com informações apresentadas em forma de texto, ou seja, é realizada por meio da análise textual, no sentido de se aproximar todos os discursos e textos. Segundo Moraes e Galiazzi (2011), a Análise Textual Discursiva (ATD) é entendida como um processo de desconstrução, para se reconstruir um conjunto de materiais linguísticos e discursivos, produzindo, a partir disso, novos conceitos sobre fenômenos e discursos. Esse processo envolve identificar e isolar enunciados das pesquisas analisadas, categorizar os enunciados e produzir textos, integrando na análise uma descrição e interpretação, sendo utilizado como base de sua construção o sistema de categorias construído.

A ATD tem como objetivo a produção de metatextos baseados nos textos do *corpus*. Esta metodologia de análise dos dados divide-se em três etapas, conforme Moraes e Galiazzi (2011). Inicia-se com a desconstrução e unificação, processo que implica examinar os textos (nesse caso, as pesquisas) em seus detalhes, fragmentando-os no sentido de atingir unidades constituintes, enunciados referentes aos fenômenos estudados (relação de gênero com a violência). A segunda etapa do processo consiste em

estabelecer as relações entre as unidades de base, combinando-as e classificando-as. Essa etapa se chama “categorização”, reunindo esses elementos unitários que são as unidades de significado (US) na formação de conjuntos, elementos próximos, resultando, assim, em um sistema de categorias. A partir dos processos anteriores, tem-se, na terceira etapa, a produção dos metatextos, uma nova visão, uma compreensão renovada do todo. Os metatextos são resultantes desse processo, representando um esforço de explicitar a compreensão que se apresenta como produto de uma nova combinação dos elementos em grupos temáticos.

A organização das análises se inicia com o processo de auto-organização, emergindo novas compreensões. Considerando assim, a descrição como “um movimento na linguagem para que o próprio sujeito se dê conta do modo como o fenômeno se mostra, para que perceba suas pré-compreensões e preconceitos, o que pode levar à ampliação ou mesmo à superação deles” (SOUSA; GALIAZZI; SCHMIDT, 2016, p. 320). Os resultados são originais, não sendo previstos no início do processo analítico.

Moraes (2003), em “Uma tempestade de Luz”, ressalta que “o ciclo da análise textual é focado em um exercício de elaborar sentidos” (MORAES, 2003, p. 193). O autor ainda escreve que “os textos são assumidos como significantes em relação aos quais é possível exprimir sentidos simbólicos” (MORAES, 2003, p. 193). Em Moraes (2003), a ATD tem como objetivo construir compreensões com base em conjuntos de textos, analisando e expressando-os a partir da análise, dos sentidos e significados que possibilitam ler.

A partir da base de dados, foram criados três gráficos e cinco tabelas com o objetivo de uma análise mais aprofundada dos artigos. As seguintes tabelas e gráficos foram produzidos: Tabela 1 – Apresentação das pesquisas sobre gênero e violências na base de dados Scielo; Gráfico 1 – Estilos de pensamento nos referenciais das pesquisas de gênero e violências; Gráfico 2 – Autores referenciados nas pesquisas com quatro US ou mais; Gráfico 3 – Grupos Temáticos com representação de número de autores e número de US; Tabela 2 – Sociedade e Direito Social; Tabela 3 – Machismo e Feminismo; Tabela 4 – Reflexões sobre a Violência; Tabela 5 – Gênero, corpo e sexualidade.

As questões éticas de pesquisa foram respeitadas, uma vez que foram analisados trabalhos acadêmicos selecionados em base de dados de domínio público na web 2.0. Os artigos encontrados foram nomeados por uma letra “P” (pesquisa), seguidas de numeração em ordem crescente: P1 a P19.

## Compreendendo a base de dados das pesquisas brasileiras de gênero e violência a partir dos coletivos e estilos de pensamento

Apresentamos as análises dos artigos da base de dados Scielo que foram produzidas inicialmente pela busca das pesquisas sobre gênero e violência e, posteriormente, filtrados os artigos com a metodologia de pesquisa documental. A busca na base de dados Scielo se delimitou aos artigos publicados entre os anos de 2010 a 2019. Através dos resultados da busca se indicou um quantitativo de 19 pesquisas com a metodologia de pesquisa documental (em ordem decrescente).

A base de dados da Tabela 1 apresenta as pesquisas brasileiras indexadas no Scielo, com descrição dos títulos, dos autores e dos anos, que constituem o *corpus* da pesquisa, com a finalidade de identificar de modo geral cada pesquisa deste recorte na temática da relação de gênero e violências, possibilitando um panorama das pesquisas

**Tabela 1:** *Corpus* de análise de pesquisas

TÍTULO	AUTOR/ANO	C*
Marcas da violência e jogos do poder no romance urbano de Patrícia Melo	Cláudia Castanheira (2019)	P1
Intervenções comunitárias relacionadas à violência entre parceiros íntimos adolescentes: revisão de escopo	Rafaela Gessner Lourenço; Lucimara Fabiana Fornari; Danyelle Leonette Araújo dos Santos e Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca (2019)	P2
Políticas de Saúde de adolescentes e jovens no contexto luso-brasileiro: especificidades e aproximações	Rafaela Schaefer; Rosângela Barbiani; Carlise Rigon Dalla Nora; Karin Viegas; Sandra Maria Cezar Leal; Priscila Schmidt Lora; Rosane Ciconet e Vania Dezoti Micheletti (2018)	P3
Nem santa, nem pecadora: novas roupagens, velhas dicotomias na coisificação da mulher	Marília de Oliveira de Sousa e Paula Martins Sirelli (2018)	P4
“Taca cachaça que ela libera”: violência de gênero nas letras e festas de forró no Nordeste do Brasil	Aline Veras Morais Brilhante; Marilyn Kay Nations e Ana Maria Fontenelle Catrib (2018)	P5
Autonomia para quem? O discurso médico hegemônico sobre a violência obstétrica no Brasil	Luciana Aparecida Palharini (2017)	P6
Características dos casos de violência sexual contra mulheres adolescentes e adultas notificados pelos serviços públicos de saúde em Santa Catarina, Brasil	Carmem Regina Delziovo; Carolina Carvalho Bolsoni; Nazaré Otília Nazário e Elza Berger Salema Coelho (2017)	P7

Continua...

**Tabela 1:** Continuação.

TÍTULO	AUTOR/ANO	C*
Corpos, identidades e violência: o gênero e os direitos humanos	Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith e Jorge Luiz Oliveira dos Santo (2017)	P8
Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres	Renata Floriano de Sousa (2017)	P9
Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador	Moisés Santos Menezes e Joilson Pereira Silva (2017)	P10
Ideologia de Gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros	Toni Reis e Edla Eggert (2017)	P11
Subalternidade de gênero: refletindo sobre a vulnerabilidade para violência doméstica contra a mulher	Laura Christina Macedo Piosiadlo; Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca e Rafaela Gessner (2014)	P12
O feminicídio na ficção de autoria feminina Brasileira	Carlos Magno Gomes (2014)	P13
Violências e afetos: intercâmbios sexuais e econômicos na (recente) produção antropológica realizada no Brasil	Adriana Piscitelli (2014)	P14
Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica: sobre o marco heteronormativo	Rosana Medeiros de Oliveira; Debora Diniz (2014)	P15
A violência sexual contra crianças e adolescentes: conhecer a realidade possibilita a ação protetiva	Viviane Amaral dos Santos; Liana Fortunato Costa (2011)	P16
Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência	Nilson Fernandes Dinis (2011)	P17
Aborto e coerção sexual: o contexto de vulnerabilidade entre mulheres jovens	Flávia Bulegon Pilecco; Daniela Riva Knauth; Álvaro Vígo (2011)	P18
Com açúcar e sem afeto: a trajetória de vida amorosa de mulheres das classes populares em Aracaju/SE	Márcia Santana Tavares (2010)	P19

Fonte: Elaboração própria (2021). Nota: \*C: Código que será indicado nas Unidades de Significado apresentadas no decorrer do texto.

Considera-se, nesta pesquisa, que a análise e sistematização de artigos sobre gênero e violência, com base na leitura de Ludwik Fleck (2010), podem contribuir para o estado do conhecimento da área, pois se evidencia o caráter epistemológico dessas pesquisas, permitindo reconhecer e traçar parâmetros e socializar a produção existente sobre o tema.

A partir das pesquisas selecionadas, foram realizadas leituras e identificadas as características dessas produções, reconhecendo elementos que caracterizassem os estilos de pensamento das referências. As referências relacionadas com gênero foram tabeladas, sendo que foram identificadas 62,

somando todas as pesquisas. Os autores que foram encontrados duas ou mais vezes foram selecionados e sistematizados em outro quadro, totalizando 32 referências. Houve nove autores que foram encontrados pelos menos duas ou mais vezes nas pesquisas. Após isso, foram realizadas leituras das pesquisas, buscando excertos das citações diretas e indiretas desses autores, os textos na etapa de desconstrução e unificação, a partir da qual se constituiu uma tabela. Desses excertos, foram destacadas US, que foram reunidas e colocadas em grupos temáticos, com o auxílio da ferramenta de filtro do Excel.

### **Identificação dos estilos de pensamento a partir de Fleck na produção das pesquisas brasileiras sobre Gênero e as relações com a Violência**

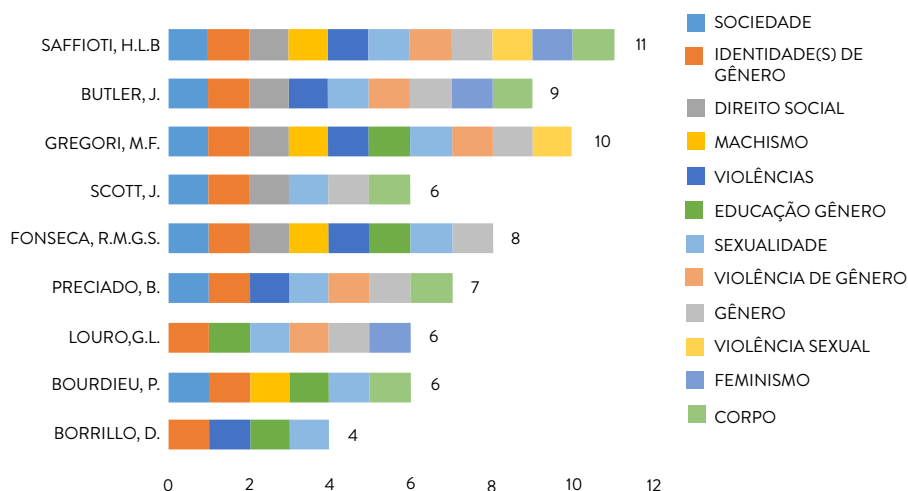
O Gráfico 1 foi organizado de acordo com o agrupamento dos grupos temáticos, realizado a partir das US-chave retiradas dos excertos, por meio da ATD (MORAES; GALIAZZI, 2006). O agrupamento das US foi realizado de acordo com sua proximidade semântica e de significado para constituir bases e pressupostos teóricos e epistemológicos das autorias e referências citadas na temática de gênero.

A partir da elaboração do Gráfico 1, foi possível a visibilidade dos coletivos de pensamento, que, parafraseando Fleck (2010), são grupos que, mesmo distantes fisicamente, estão alinhados intelectualmente, seguindo uma determinada perspectiva epistemológica e metodológica. Esses coletivos, por sua vez, formam o estilo, ou seja, o conhecimento que parte da construção coletiva, do pesquisador e seus pares, que usam os mesmos referenciais e têm as mesmas perspectivas. A partir das leituras em Fleck (2010), compreende-se que o olhar de cada pesquisador, suas vivências e suas histórias vão contribuir para dar diferentes sentidos e visões ao mesmo objeto, no caso, a pesquisa.

Foram identificados, no total, 19 obras referências sobre gênero, sendo que nove autores apareceram duas ou mais vezes nas pesquisas, apresentados no Gráfico 1. São estes: Borrillo (2009); Bourdieu (1982, 2002); Butler (2001, 2003); Fonseca (2007, 2009, 2017); Gregori (2008, 2010); Louro (1997, 2000); Preciado (2002, 2008, 2011); Saffioti (1995, 1999, 2004); Scott (1995). Destaca-se que Saffioti foi encontrada em seis pesquisas, ou seja, é a autora mais utilizada para referências de gênero. Identifica-se, no Gráfico 1, uma escala numérica no eixo horizontal que representa o número de grupos temáticos por autor.

Na ATD foram encontradas 58 US, que permitiram aproximações. Buscou-se, a partir disso, reorganizar as US por temas, havendo algumas muito próximas em significados e sinônimos e algumas mais frequentes. Originando os fragmentos que permitiram constituir um “patchwork”, evidenciando as relações entre autores das pesquisas, obras referências e temas de pesquisa.

**Gráfico 1:** Estilos de pensamento nos referenciais das pesquisas de gênero e violência

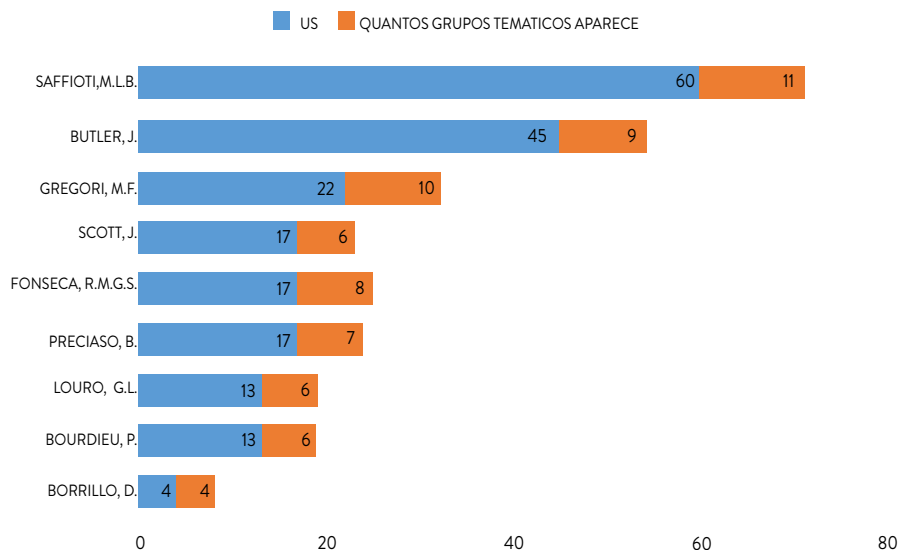


Fonte: Elaboração própria (2021).

A definição conceitual para alguns dos grupos temáticos fundamentou essa constituição, que, no que lhe concerne, delineou e originou os 12 grupos temáticos, que são apresentados e analisados nesta pesquisa, inicialmente no Gráfico 1. Posteriormente, o Gráfico 2 apresenta os autores e o número de US e grupos temáticos.

Os autores referenciados, cujas citações identificaram mais US, foram Saffioti (60 US em 11 grupos temáticos), Butler (45 US em nove grupos temáticos), Gregori (22 US em 10 grupos temáticos), Scott (17 US em seis grupos temáticos), Fonseca (17 US em oito grupos temáticos), Preciado (17 US em sete grupos temáticos), Louro (13 US em seis grupos temáticos), Bourdieu (13 US em seis grupos temáticos) e Borrillo (quatro US em quatro grupos temáticos). Destacando novamente Saffioti como a autora com mais referências por grupo e em mais grupos temáticos.



**Gráfico 2:** Autores referenciados nas pesquisas com quatro US ou mais

Fonte: Elaboração própria (2021).

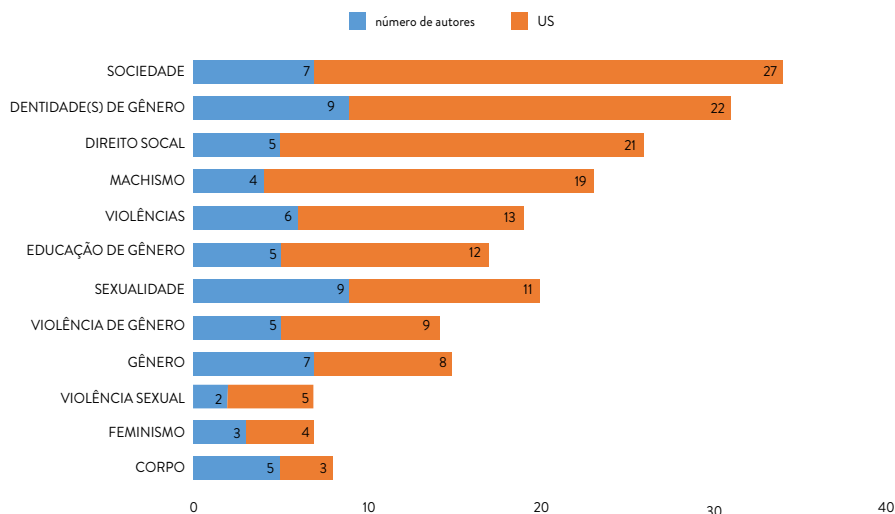
A partir da identificação das US com quatro ou mais referências, foi possível revisitar os quebra-cabeças, que pelo processo fenomenológico da ATD, são as descrições e as teorias *a priori* como pré-compreensões, (SOUSA; GALIAZZI, 2018) enquanto os mosaicos traduzem paisagens no movimento para compreensão ou no jogo de compreender o fenômeno da ATD (SOUSA; GALIAZZI, 2018), então, adentramos nas análises dos grupos temáticos, fundamentada no Gráfico 3 com o objetivo de análise das palavras em cada grupo.

Os agrupamentos temáticos foram realizados para reconhecer os estilos de pensamento. A construção dos agrupamentos temáticos acerca de gênero evidencia as relações com a violência, o que fortalece esse campo de pesquisas, na perspectiva de melhor compreender suas teorizações e seus conhecimentos, possibilitando rever conceitos. Foram identificados um total de 12 grupos temáticos. O eixo temático que tem mais US é “sociedade”, com 27 US.

Foi possível perceber a circulação de ideias entre as obras referências nos grupos temáticos, uma vez que os autores referenciados: Saffioti (12 grupos temáticos); Gregori (9 grupos temáticos); Butler (10 grupos temáticos) foram os que mais apareceram em grupos temáticos, sendo que nenhum dos autores apareceu em todos os grupos. Nesse sentido,

seguem as análises de cada grupo temático que formam os quatro meta-textos e pelo ciclo de ATD representam um esforço em explicitar uma nova compreensão que se apresenta como produto dos passos anteriores (MORAES; GALIAZZI, 2011).

**Gráfico 3:** Grupos temáticos com representação de número de autores e número de US



Fonte: Elaboração própria (2021).

### Metatexto 1: sociedade e direito social

A Tabela 2 apresenta os dados referentes a dois grupos temáticos: sociedade e direito social.

**Tabela 2:** Sociedade e Direito Social

Grupo temático	US	Pesquisas	Obras referências
Sociedade	relações sociais	P2, P9, P12, P13	SAFFIOTI (1995 e 2004); SCOTT (1995); GREGORI (2008)
	sociedade	P4, P8, P9	SAFFIOTI (2004); BUTLER (2003); SCOTT (1995); PRECIADO (2011); BOURDIEU (2002)
	representações	P13, P15	BUTLER (2004); GREGORI (2008)
	construção social	P2, P9	FONSECA (2017); BOURDIEU (2002)
	companheiro historicamente	P13, P19, P12, P15	SAFFIOTI (1999); BUTLER (2003); SCOTT (1995); BUTLER (2004)

Continua...

**Tabela 2:** Continuação.

<b>Grupo temático</b>	<b>US</b>	<b>Pesquisas</b>	<b>Obras referências</b>
Sociedade	manifestações	P2, P8	BUTLER(2003); FONSECA (2017)
	paradigma	P8, P13	GREGORI (2008); BUTLER (2003)
	patriarcado	P11, P13	SAFFIOTI (1999 e 2004)
	espaço externo	P5	SAFFIOTI (1995)
	estruturas sociais	P15	BUTLER (2010)
	estruturas ideológicas	P5	SAFFIOTI (1995)
	papéis sociais	P9	SAFFIOTI (1995)
	ideologia de gênero	P11	BOURDIEU (1982)
	status social	P8	SCOTT (1995)
	relação conjugal	P19	SAFFIOTI (1999)
	socioeconômica da família	P12	FONSECA (2007)
	esfera familiar	P13	GREGORI (2008)
	casais homossexuais	P17	BUTLER (2004)
	campo social	P15	BUTLER (2010)
	sujeito hegemônico	P15	BUTLER (2010)
	sujeitos socialmente construídos	P13	BUTLER (2003)
	classes sociais	P9	SAFFIOTI (1995)
	modo de produção	P4	SAFFIOTI (2004)
	sociabilidade	P15	BUTLER (2010)
	antropológicas	P13	BUTLER (2003)
significados	P2	SCOTT (1995)	
Direito Social	legítimo(s)	P8, P9, P15	SAFFIOTI (1999); BUTLER (2003)
	legitimação social	P9, P12	SAFFIOTI (1999); SCOTT (1995)
	desigualdade(s)	P4, P11	SAFFIOTI (2004)
	heteronorma	P15	BUTLER (2004)
	liberdade civil	P9	SAFFIOTI (2004)
	liberdade	P9	SAFFIOTI (2004)
	justiça	P13	GREGORI (2008)
	políticas sexuais	P15	BUTLER (2010)
	problematizar	P15	BUTLER (2003)
	injúrias	P5	SAFFIOTI (1995)
	vulnerabilidade, precariedade	P15	BUTLER (2010)
	vulnerabilidade	P12	FONSECA (2009)
	dignidade	P13	GREGORI (2008)
	contrato social	P9	SAFFIOTI (2004)
	direito patriarcal	P9	SAFFIOTI (2004)
	crime social	P5	SAFFIOTI (1995)
	direitos humanos	P15	BUTLER (2010)
	proteção	P15	BUTLER (2010)
	relações de poder	P2	SCOTT (1995)

Fonte: Elaboração própria (2021).

O Metatexto 1 é formado por dois grupos temáticos: sociedade (27 US e 7 Pesquisas) e direito social (21 US e 5 pesquisas). No grupo temático “sociedade”, as US com mais pesquisas foram: relações sociais; sociedade; historicamente; patriarcado; representações; construção social; companheiro. No grupo temático “direito social”, as US com mais pesquisas foram: legítimo(s); relações de poder. Todas as US que formam o Metatexto 1 foram identificadas em citações de sete autores e em 12 pesquisas (P2, P4, P5, P8, P9, P10, P11, P12, P13, P15, P17, P19).

Ainda segundo as citações, encontramos uma em especial, que aparece em duas pesquisas (P13 e P19): “O próprio gênero acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque macho deve dominar a qualquer custo; e mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu ‘destino’ assim determina” (SAFFIOTI, 1999 p. 88). Identificamos que todas as pesquisas do grupo temático direito social estão presentes no grupo temático sociedade, compreendendo uma relação entre dever do homem e mulher na sociedade com os direitos estruturados pela sociedade. Isso evidencia mais ainda a citação.

Segundo Saffioti (2004), as relações de exploração e opressão a que as mulheres estão submetidas em base material têm relação direta com a sociedade, esta dividida em classes. Ao se pensar em exploração e opressão de gênero, Saffioti (2004) descreve essa violência com a mulher e a contribuição da sociedade para a formação do imaginário masculino que não corresponde à realidade das mulheres, mas reflete como a sociedade patriarcal enxerga e atribui papéis às mulheres.

## Metatexto 2: machismo e feminismo

A Tabela 3 apresenta os dados referentes a dois grupos temáticos: machismo e feminismo.

**Tabela 3:** machismo e feminismo

Grupo temático	US	Pesquisas	Obras referências
Machismo	dominação	P2, P9, P13, P19	FONSECA (2017); SAFFIOTI (2004); GREGORI (2008); BOURDIEU (2002)
	posição subalterna	P2, P12, P9	FONSECA (2017); SAFFIOTI (1995)
	virilidade	P9, P5	BOURDIEU (2002); SAFFIOTI (1995)

Continua...

**Tabela 3:** Continuação.

<b>Grupo temático</b>	<b>US</b>	<b>Pesquisas</b>	<b>Obras referências</b>
Machismo	masculinidade	P19	SAFFIOTI (2004)
	acesso sexual	P9	SAFFIOTI (2004)
	relações de exploração e opressão	P4	SAFFIOTI (2004)
	sujeição	P9	SAFFIOTI (2004)
	vítima passiva	P13	GREGORI (2008)
	papel da mulher	P13	GREGORI (2008)
	passividade feminina	P13	GREGORI (2008)
	plano inferior	P11	SAFFIOTI (2004)
	papéis inflexíveis de gênero	P11	SAFFIOTI (2004)
	coação quanto aos trajes ou aos penteados	P9	BOURDIEU (2002)
	padrões sexistas	P2	FONSECA (2017)
	acesso sexual	P9	SAFFIOTI (2004)
	contrato sexual	P9	SAFFIOTI (2004)
	marido agressor	P19	SAFFIOTI (1995)
supremacia masculina	P9	SAFFIOTI (1999)	
sociodicéia masculina	P9	BOURDIEU (2002)	
Feminismo	feminista(s)	P15, P17	LOURO (1997); BUTLER (2004)
	feminismo	P13	SAFFIOTI (1999)
	socialização feminina	P9	SAFFIOTI (1995)
	debates	P15	BUTLER (2010)

Fonte: Elaboração própria (2021).

O Metatexto 2 é formado por dois grupos temáticos: machismo (19 US e oito pesquisas) e feminismo (quatro US e quatro pesquisas). No grupo temático machismo as US com mais pesquisas foram: dominação; posição subalterna; virilidade. No grupo temático feminismo as US com mais pesquisas foram: feminista(s). Todas as US que formam o Metatexto 2 foram identificadas em citações de seis autores e em 10 pesquisas (P2, P4, P5, P9, P11, P12, P13, P15, P17 e P19).

Ao se aprofundar nas US, encontraram-se citações que definem quase que por completo os termos dos grupos temáticos. Na P9, encontrou-se uma citação direta sobre essa relação da US “supremacia masculina”, das autoras Saffioti e Almeida (1995):

Se os homens cometem e sofrem violências no espaço público, reinam soberanos no espaço privado, como detentores do monopólio do uso ‘legítimo’ da força física. Com

efeito, o domicílio constitui um lugar extremamente violento para mulheres e crianças de ambos os sexos, especialmente as meninas. Desta sorte, as quatro paredes de uma casa guardam os segredos de sevícias, humilhações e atos libidinosos estupro graças à posição subalterna da mulher e da criança face ao homem e da ampla legitimação social desta supremacia masculina. (apud SOUZA, 2017, p. 19).

Esta citação aponta que a violência de gênero, exercida por homens, sendo praticada contra a mulher, denominada de “machismo”, é algo muito mais comum dentro do ambiente familiar. Assim, emergindo no feminismo, do qual se descrevem as lutas das mulheres no seu cotidiano contra essa violência, Saffioti e Almeida (1995) definem:

Embora na socialização feminina estejam sempre presentes a suspeita contra desconhecidos e a prevenção de uma eventual aproximação com estes elementos, os agressores de mulheres são, geralmente, parentes ou pessoas conhecidas, que se aproveitam da confiança desfrutada junto às suas vítimas. (apud SOUZA, 2017, p. 19).

Analisando essas duas citações, que apresentam US nos dois grupos temáticos e na mesma pesquisa, observa-se a relação de violência gênero ligada à violência, em que as mulheres estão expostas, seja na rua ou em seu próprio lar. Portanto, a relativização dos papéis masculinos e femininos nas situações de violência proporciona uma reflexão teórica mais apropriada aos fenômenos ligados a sociais atuais, historicamente construídas e enraizadas no patriarcado.

### Metatexto 3: Reflexões sobre a violência

A Tabela 4 apresenta os dados referentes a três grupos temáticos: violência de gênero, violência sexual e violências.

**Tabela 4:** Violência de gênero, violência sexual e violência

Grupo temático	US	Pesquisas	Obras referências
Violência de gênero	violência(s) de gênero	P8, P11, P13	SAFFIOTI (2004); PRECIADO (2011); GREGORI (2008); BORRILLO (2009)
	hostilidade	P15	LOURO (2000); BORRILLO (2009)
	fantasia	P9	SAFFIOTI (2004)
	meninas	P9	SAFFIOTI (1995)

Continua...

**Tabela 4:** Continuação.

Grupo temático	US	Pesquisas	Obras referências
Violência de gênero	mulheres e crianças	P9	SAFFIOTI(1995)
	agressor físico, sexual ou emocional de mulheres	P9	SAFFIOTI (1995)
Violência Sexual	cultura	P8	PRECIADO (2011)
	normas excludentes	P15	BUTLER (2010)
	conflitos interpretativos	P13	GREGORI (2008)
	molestada	P9	SAFFIOTI (2004)
	segredos de sevícias, humilhações e atos libidinosos/estupros	P9	SAFFIOTI (1995)
	vítimas de abuso sexual	P9	SAFFIOTI (1995)
	tipificação de abusos	P13	GREGORI (2008)
	assédio sexual	P13	GREGORI(2008)
Violências	violência(s)	P2, P9, P13, P15	SAFFIOTI (1995); BUTLER (2003); FONSECA (2017); GREGORI (2008)
	agressores(agressões)	P9, P13, P19	SAFFIOTI (1995)
	agredir	P13, P19	SAFFIOTI (1995)
	vítimas	P13	GREGORI (2008)
	agressão social	P9	SAFFIOTI (1995)
	psicologia	P9	SAFFIOTI (1995)
	violento	P9	SAFFIOTI (1999)
	violência estrutural	P9	SAFFIOTI (1995)
	violências praticadas	P11	BORRILLO (2009)
	força física	P9	SAFFIOTI (1995)
	agressões verbais, físicas e sexuais	P8	PRECIADO (2011)
	criminalizar	P8	PRECIADO (2011)
	violências praticadas	P11	BORRILLO (2009)

Fonte: Elaboração própria (2021).

O Metatexto 3 é formado por três grupos temáticos: violência de gênero (nove US e cinco pesquisas); violência sexual (cinco US e duas pesquisas) e violências (13 US e seis pesquisas). No grupo temático “violência de gênero” as US com mais pesquisas foram: violência(s) de gênero. No grupo temático “violência sexual”, as US só apareceram em pesquisas diferentes, por tanto não se destacou nenhuma US em mais de uma

pesquisa. No grupo temático “violências”, as US com mais pesquisas foram: “violência(s)”; “agressores (agressões)”; “agredir”. Todas as US que formam o Metatexto 3 foram identificadas em citações de sete autores e em sete pesquisas (P8, P11, P13, P15, P9, P2 e P19).

Ao se analisar as diversas formas de violência, a violência sexual é “compreendida como toda ação na qual uma pessoa, numa relação de poder, por meio de força física, coerção, sedução ou intimidação psicológica, obriga a outra pessoa a praticar ou submeter-se à relação sexual” (LABRONICI; FEGADOLI; CORREA; 2010, p. 402).

Foi possível identificar nas autorias que essa violência sexual está relacionada com a violência de gênero, assim como a violência física. O que também foi identificado nas US e citações apresentadas no Metatexto 2, é que, na maioria dos casos, quem exerce a violência é o homem, e a vítima sofre a violência dentro de sua própria casa. Nas análises dos grupos temáticos, encontramos na P13, presente em ambos os grupos, uma citação com a definição de violência e sua relação com gênero e a sociedade. Gregori (2008) aponta que, apesar das mulheres serem colocadas como vítimas, é levado em conta, além disso, as concepções patriarcais, em que homens e mulheres se conformam durante anos. Isso ainda se justifica a partir da citação: “concepções sobre sexualidade, educação, convivência e sobre a dignidade de cada um” (DEBERT; GREGORI, 2008 apud GOMES; SORJ, 2014, p. 791).

#### Metatexto 4: gênero, corpo e sexualidade

A Tabela 5 apresenta os dados referente a cinco grupos temáticos: gênero, corpo, sexualidade, identidade(s) de gênero, educação e gênero.

**Tabela 5:** Gênero, corpo, sexualidade, identidade(s) de gênero e educação e gênero

Grupo temático	US	Pesquisas	Obras referências
Gênero	masculinidade e feminilidade	P2, P8, P9, P11, P12, P15, P17, P19	SAFFIOTI (2004); BUTLER(2003); PRECIADO (2002); FONSECA (2017); SCOTT (1995); LOURO (1997)
	gênero	P5, P8, P9, P11, P13, P14, P19	SAFFIOTI (1995; 2004); BUTLER (2003); PRECIADO (2011); SCOTT (1995); GREGORI (2010)

Continua...



**Tabela 5:** Continuação.

<b>Grupo temático</b>	<b>US</b>	<b>Pesquisas</b>	<b>Obras referências</b>
Gênero	conceito de gênero	P2, P8, P12	BUTLER (2003); SCOTT (1995); FONSECA (2017)
	coerência de gênero	P8, P13	BUTLER (2003); GREGORI (2008)
	diferenças de gênero	P15	PRECIADO (2002)
	metafísica da diferença sexual	-P15	PRECIADO (2002)
	tradicional	P8	BUTLER (2003)
	categoria	P8	SCOTT (1995)
Corpo	corpo	P5, P8, P9, P15	SAFFIOTI (1995); SCOTT (1995); PRECIADO (2008); BOURDIEU (2002); BUTLER (2003)
	corpo sexuado	P8	SCOTT (1995)
	corpos biológicos	P12	SCOTT (1995)
Sexualidade	sexos diferentes	P8, P12, P15	FONSECA (2009); SCOTT (1995); BUTLER (2003); PRECIADO(2002)
	orientação sexual	P11, P17	LOURO (1997) BORRILLO (2009)
	natureza sexuada	P15	PRECIADO (2008)
	condição biológica feminina	P9	BOURDIEU (2002)
	natureza biológica	P9	BOURDIEU (2002)
	sexualidade	P5	SAFFIOTI (1995)
	significação sexual	P8	SCOTT (1995)
	desejo sexual	P17	LOURO (2000)
	antagonismo sexual	P15	PRECIADO (2008)
	biológico	P15	PRECIADO (2008)
concepções sobre sexualidade	P13	GREGORI (2008)	
Identidade(s) de gênero	identidade(s) de gênero	P8, P9, P11, P15	BUTLER (2003); BORRILLO (2009); BOURDIEU (2002)
	binário	P8, P11, P15	SAFFIOTI (2004); BUTLER (2003); PRECIADO (2002)
	discurso(s)	P5, P11, P13	SAFFIOTI (1995); BOURDIEU (1982); GREGORI (2008)
	iniquidades de gênero	P2, P11	FONSECA (2017); SAFFIOTI (2004)

Continua...

Tabela 5: Continuação.

Grupo temático	US	Pesquisas	Obras referências
Identidade(s) de gênero	refletir	P8, P15	BUTLER (2003; 2010)
	transexuais, intersexos e transgêneros	P8, P17	BUTLER (2003); LOURO (1997)
	estereótipos	P12	FONSECA (2009)
	heterossexual	P8	BUTLER (2003)
	identidade hegemônica	P13	BUTLER (2003)
	<i>queer</i>	P8	BUTLER (2003); PRECIADO(2011)
	oposição binária	P5	SAFFIOTI (1995)
	ordem patriarcal	P11	SAFFIOTI (2004)
	rearticulações	P13	BUTLER (2003)
	respeitado o nome social	P8	PRECIADO (2011)
	subjetividade	P8	PRECIADO(2011)
	variação sexual	P8	BUTLER (2003)
	pertencimento	P8	SCOTT (1995)
	ressignificação	P13	BUTLER (2003)
	teoria	P8	BUTLER (2003)
conceito	P13	BUTLER (2003); GREGORI (2008)	
moral feminina	P9	BOURDIEU (2002)	
conceitos identitários	P13	BUTLER (2003)	
Educação e gênero	conhecimento	P12, P17	LOURO (2000); FONSECA (2009)
	silenciamento	P17	LOURO (1997)
	vida escolar	P15	LOURO (2000); BORRILLO (2009)
	reflexão coletiva	P2	FONSECA (2017)
	relação à sexualidade	P17	LOURO (2000)
	desconhecimento e ignorância	P17	LOURO (2000)
	educação tradicional	P2	FONSECA (2017)
	escola nega e ignora a homossexualidade	P17	LOURO (2000)
	educação	P13	GREGORI (2008)
	escola reprodutora das desigualdades na sociedade	P11	BOURDIEU (1982)
	crítico e reflexivo	P2	FONSECA (2017)
	garantia da norma	P17	LOURO (1997)

Fonte: Elaboração própria (2021).

O Metatexto 4 é formado por cinco grupos temáticos: gênero (oito US e sete pesquisas); corpo (três US e cinco pesquisas); sexualidade (11 US e nove pesquisas); identidade(s) de gênero (22 US e nove pesquisas) e, por último, educação e gênero (12 US e cinco pesquisas). No grupo temático “gênero”, as US com mais pesquisas foram: masculinidade e feminilidade; gênero; conceito de gênero; coerência de gênero. No grupo temático “corpo”, a US com mais pesquisas foi: corpo. No grupo temático “sexualidade”, as US com mais pesquisas foram: sexos diferentes; orientação sexual. No grupo temático “identidade(s) de gênero”, as US com mais pesquisas foram: identidade(s) de gênero; binário; discurso(s); iniquidades de gênero; refletir; transexuais, intersexos e transgêneros. No grupo temático “educação e gênero”, a US com mais pesquisas foi: conhecimento. Todas as US que formam o Metatexto 4 foram identificadas em citações de todos os nove autores e em 11 pesquisas (P2, P5, P8, P9, P11, P12, P13, P14, P15, P17 e P19).

Emergindo das análises do Metatexto 4, encontram-se novas concepções e conceitos relacionados a gênero. Ao se analisar os aspectos que envolvem o conceito de sexualidade, entende-se que a sexualidade é uma palavra polissêmica, e que se encontra aberta a novos sentidos que vêm e virão de acordo com diferentes contextos e situações. Entretanto, pode-se pensar a sexualidade como um conceito empírico, sendo analítico e político, passando por constantes alterações, construído através de um complexo processo, envolvendo aspectos individuais, sociais, psíquicos e culturais que carregam historicidade e envolvem práticas e simbolizações (HEILBORN, 2006 apud COLLING; TEDESCHI, 2019).

Ao se relacionar corpo e sexualidade em P8, identifica-se uma definição para a US “corpo sexuado”. Scott (1995) descreve que “Em numerosos trabalhos acadêmicos contemporâneos, designa-se por “sexo” o que deriva do corpo sexuado (masculino ou feminino) e por “gênero” o que se reporta à significação sexual do corpo na sociedade (masculinidade ou feminilidade)” (SMITH; SANTOS, 2017, p. 1087).

As instituições sociais escola e família desempenham papéis significativos na perpetuação da ordem dos gêneros. Tem-se como exemplo no ambiente familiar os estereótipos passando a ser inculcados desde a criação da criança, na existência de uma divisão sexual do trabalho. As instituições educativas podem contribuir com a reprodução desses estereótipos, propiciando a inserção de um padrão de comportamentos femininos e masculinos, sendo considerados culturalmente corretos.

Segundo Colling e Tedeschi (2019, p. 141), “o corpo é produto de uma construção cultural, social e histórica sobre o qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos etc.”, portanto, não é algo definido *a priori*, nem mesmo é imutável. “O corpo é suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura, bem como suas leis, seus códigos morais e sua linguagem, visto que ele é construído também a partir daquilo que dele se diz” (COLLING; TEDESCHI, 2019, p. 141). Conceitos como esses, apresentados no Metatexto 4, demonstram uma emergência nos estudos de termos e uma nova reeducação da sociedade, combatendo as raízes patriarcais estabelecidas durante anos de violência e preconceitos.

### Considerações finais

Esta investigação permitiu constituir, por meio de um campo de pesquisas, uma base de dados das publicações sobre gênero e as relações com as diferentes formas de violências. A partir da busca no indexador Scielo, foi possível constituir estilos e coletivos de pensamento que caracterizam a pesquisa do tema gênero.

Todo o processo de constituição de planilhas (gráficos e tabelas) permitiram um contato muito aprofundado com cada pesquisa, cada autor(a) e cada referência. Cabe pensar na importância dessa relação no recorte temporal realizado neste estudo, por isso as tabelas divididas em grupos temáticos permitiram elucidar os coletivos de pensamento que se desenrolam nos conceitos e referências sobre gênero em relação à violência.

Em vista dos argumentos analisados, podem-se definir os estilos de pensamento como categorias e temas de pesquisa, que foram apresentados nas análises dos dados. Cada artigo da base de dados foi analisado e inserido pelo recorte em estilos de pensamento e, posteriormente, perpassados por coletivos de pensamento.

Dessa forma, os agrupamentos temáticos foram realizados para reconhecer os estilos de pensamento. A construção dos agrupamentos temáticos acerca de gênero evidencia as relações com a violência, o que fortalece esse campo de pesquisas na perspectiva de melhor compreender suas teorizações, seus conhecimentos, possibilitando rever conceitos. Pelo ciclo de ATD, cada grupo temático formou no total

quatro metatextos, que representaram os esforços em explicitar uma nova compreensão.

As análises possibilitaram aproximações com a epistemologia fleckiana, pois foi possível identificar que o coletivo de pensamento é unidade social da comunidade de pesquisadores do tema gênero. Enquanto o estilo de pensamento são as pressuposições sobre as quais os autores usam como referência (citações), o coletivo forma um edifício teórico, ou grupo, que foram identificados como concepções de gênero elencadas nestas pesquisas.

Levando-se em consideração esses aspectos, foi possível dar visibilidade aos coletivos de pensamento pela epistemologia fleckiana, pois, mesmo distantes fisicamente, os grupos apresentados nas análises da base de dados desta pesquisa estão alinhados intelectualmente, sendo coletivos que no que lhes concerne, formam o estilo, num conhecimento revelado na construção coletiva do pesquisador e seus pares, que usam os mesmos referenciais e têm as mesmas perspectivas.

Em virtude da análise apresentada pela base de dados, foi possível a identificação de 12 grupos temáticos que caracterizam as pesquisas de caráter documental sobre gênero e violência, e foi possível categorizar por meio da ATD as linhas teóricas e diferentes concepções presentes na base de dados pesquisada.

Evidenciou-se neste estudo que gênero e violência, temas variados e analisados a partir de diferentes pontos de vista teóricos e conceituais, são referenciados e descritos com definições estruturais sociais. Esses conceitos estão relacionados diretamente a uma sociedade patriarcal, em que o preconceito e padrões sociais são a base da sociedade.

Com isso, compreendeu-se que as pesquisas que debatem gênero e violência na contemporaneidade compõem pluralidades e diversidades, que têm em comum o desejo de desconstruir as desigualdades e as injustiças sociais. Essas compreensões foram evidenciadas pela ATD no Metatexto 1, em que a US “relações sociais”, presente em mais pesquisas, está ligada às definições de gênero e violência.

Pesquisadores do campo educacional acreditavam que seria possível encontrar mais pesquisas e US relacionadas a novos conceitos e estudos, com o objetivo de combater a violência e preconceitos para uma nova sociedade igualitária, entretanto, não encontramos em quantidades significativas US e pesquisas para um estudo no campo da educação. Tendo em vista que a área da educação tem forte potencial preventivo de violência de gênero e sexual, pela abrangência do tema, dado o elevado número de

instituições educativas na educação básica e no ensino superior no território brasileiro, acredita-se no empoderamento de gênero, na prevenção do preconceito e da violência.

Assim, esta pesquisa estabeleceu relações com áreas de conhecimento e possibilitou reconhecer as US que caracterizam definições criadas pela sociedade a partir de pesquisas. Por fim, salienta-se a importância de seguir pesquisando o tema de gênero e violência, independente da perspectiva de análise, pois a base de dados elencou uma análise aprofundada de US e autores ligados ao tema; que possibilitou o conhecimento e/ou reconhecimento de estudos que estão sendo ou já foram realizados no Brasil. Ainda possibilitou-se perceber a circulação de ideias e as compreensões pela ATD da base de dados e de um campo de pesquisas com estilos e coletivos de pensamento sobre gênero e violência.

### Referências

BRILHANTE, A. V. M.; NATIONS, M. K.; CATRIB, A. M. F. “Taca cachaça que ela libera”: violência de gênero nas letras e festas de forró no Nordeste do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, e00009317, 2018.

BORRILLO, D. A Homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (org.). **Homofobia e educação**: um desafio ao silêncio. Brasília, DF: LetrasLivres; Ed. UnB, 2009. p. 15-46.

BOURDIEU, P. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 151-172.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Marcos de guerra**: las vidas lloradas. Buenos Aires: Paidós, 2010.

CASTANHEIRA, C. Marcas da violência e jogos do poder no romance urbano de Patrícia Melo. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, DF, n. 36, p. 241- 250, 2010.

COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (org.). **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed. Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

DELZIOVO, C. R. *et al.* Características dos casos de violência sexual contra mulheres adolescentes e adultas notificados pelos serviços públicos de saúde em Santa Catarina, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 6, e00002716, 2017.

DINIS, N. F. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, p. 39-50, 2011.

FLECK, L. **La gênesis y desarrollo de un hecho científico**. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FONSECA, R. M. G. S. Gênero e saúde da mulher: uma releitura do processo saúde doença das mulheres. *In*: FERNANDES, R. A. Q.; NARCHI, N. Z. (org.). **Enfermagem e saúde da mulher**. São Paulo: Manole, 2007.

FONSECA, R. M. G. S.; OLIVEIRA, R. N. G.; FORNARI, L. F. Prática educativa em direitos sexuais e reprodutivos: a oficina de trabalho crítico-emancipatória de gênero. *In*: KALINOWSKI, C.; CROZETA, K.; COSTA, M. (org.). **PROENF**: Programa de Atualização em Enfermagem – Atenção Primária e Saúde da Família – Ciclo 6. Porto Alegre: Artmed Panamericana; 2017. p. 59-119.

GOMES, C.; SORJ, B. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014.

GOMES, C. M. O feminicídio na ficção de autoria feminina brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 781-794, 2013.

GREGORI, M. F. Limites da sexualidade: violência, gênero e erotismo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 575-606, 2008.

GREGORI, M. F. **Prazeres perigosos**: erotismo, gênero e os limites da sexualidade. São Paulo. Companhia das Letras, 2016.

GUEDES, R. N.; SILVA, A. T. M. C.; FONSECA, R. M. G. S. A violência de gênero e o processo saúde doença das mulheres. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 625-631, 2009.

MENEZES, M. S.; SILVA, J. P. Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 122-129, 2017.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise textual e discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

LABRONICI, L. M.; FEGADOLI, D.; CORREA, M. E. C. Significado da violência sexual na manifestação da corporeidade: um estudo fenomenológico. **Revista Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 401-406, 2010.

LOURENÇO, R. G.; FORNARI, L. F.; SANTOS, D. L. A.; FONSECA, R. M. G. S. Intervenções comunitárias relacionadas à violência entre parceiros íntimos adolescentes: revisão de escopo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 72, n. 1, p. 289-298, 2019.

LORENZETTI, L. Educação ambiental e a epistemologia de Fleck. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambu. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anped, 2007.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.



LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MUHLEN, B. K. V.; STREY, M. N. Desconstruindo estereótipos de gênero para o empoderamento conjugal. *In*: STREY, M. N.; SOUZA, N. A. P. (org.). **Corpo e relações de gênero na contemporaneidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 61-80.

OLIVEIRA, R. M.; DINIZ, D. Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica: sobre o marco heteronormativo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 241-256, 2014.

PALHARINI, L. A. Autonomia para quem? O discurso médico hegemônico sobre a violência obstétrica no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 49, e174907, 2017.

PILECCO, F. B.; KNAUTH, D. R.; VIGO, Á. Aborto e coerção sexual: o contexto de vulnerabilidade entre mulheres jovens. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 427-439, 2011.

PISCITELLI, A. Violências e afetos: intercâmbios sexuais e econômicos na (recente) produção antropológica realizada no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 159-199, 2014.

PIOSIADLO, L. C. M.; FONSECA, R. M. G. S.; GESSNER, R. Subalternidade de gênero: refletindo sobre a vulnerabilidade para violência doméstica contra a mulher. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 728-733, 2014.

PRECIADO, B. **Manifiesto contra-sexual**. Madrid: Opera Prima, 2002.

PRECIADO, B. **Testo Yonqui**. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

PRECIADO, B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

QUEIRÓS, W. P.; NARDI, R. Um panorama da epistemologia de Ludwik Fleck na pesquisa em ensino de ciências. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM ENSINO DE FÍSICA, 11., 2008, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: SBF, 2008.

REIS, T.; EGGERT, E. Ideologia de Gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, 2017.

SAFIOTTI, H. I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 82-90, 1999.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos PAGU**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOS, V. A.; COSTA, L. F. A violência sexual contra crianças e adolescentes: conhecer a realidade possibilita a ação protetiva. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 28, n. 4, p. 529-537, 2011.

SCHAEFER, R. *et al.* Políticas de Saúde de adolescentes e jovens no contexto luso-brasileiro: especificidades e aproximações. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 2849-2858, 2018.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SMITH; A. S. P. O.; SANTOS, J. L. O. Corpos, identidades e violência: o gênero e os direitos humanos. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 1083-1112, 2017.

SOUSA, R. F. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 9-29, 2017.

SOUSA, R. S.; GALIAZZI, M. C. O jogo da compreensão na análise textual discursiva em pesquisas na educação em ciências: revisitando quebra-cabeças e mosaicos. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 24, n. 3, p. 799-814, 2018.

SOUSA, M. O.; SIRELLI, P. M. Nem santa, nem pecadora: novas roupagens, velhas dicotomias na coisificação da mulher. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 132, p. 326-345, 2018.

SOUSA, R. S.; GALIAZZI, M. C.; SCHMIDT, E. B. Interpretações fenomenológicas e hermenêuticas a partir da Análise Textual Discursiva: a compreensão em pesquisas na educação em ciências. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 311-333, 2016.

SOUZA, N. A. P. (org.). **Corpo e relações de gênero na contemporaneidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 144-145.

TAVARES, M. S. Com açúcar e sem afeto: a trajetória de vida amorosa de mulheres das classes populares em Aracaju/SE. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 121-145, 2010.

Recebido em 22 de fevereiro de 2021.

Aprovado em 12 de julho de 2021.

## POTENCIALIDADES DE CONSTRUÇÃO DE UMA REDE ESPECIALIZADA PARA O ATENDIMENTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

---

Emmanuela Neves Gonsalves<sup>1</sup>

Lilia Blima Schraiber<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo objetiva discutir as potencialidades de construção de uma rede local de atenção a mulheres em situação de violência no município do Rio de Janeiro. Em uma proposta de pesquisa qualitativa, foram realizadas observações institucionais e entrevistas com profissionais de serviços especializados no atendimento a mulheres em situação de violência. Foi possível verificar ações articuladas entre si, dando contornos a formações de tramas interinstitucionais para os encaminhamentos das mulheres e possibilidades de construção de uma rede de serviços através da articulação da Rede Capital. O estudo pretende, portanto, contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a atuação em rede de serviços.

**Palavras-chave:** Colaboração intersetorial; Violência de gênero; Políticas públicas.

**Abstract:** This article aims to discuss the potentialities of building a local network of specialized care for women in situation of violence in Rio de Janeiro. This is qualitative research conducted with data collected by means of institutional observation and interviews with professional from specialized care services for women in situation of violence. The results indicate the existence of articulated actions, outlining the formation of interinstitutional webs for referring these women and possibilities of constructing a network through the articulation of the Rede Capital. This study seeks to advance knowledge on the performance in network services.

**Keywords:** Network; Gender-based violence; Public policies.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

---

1 Doutora em Saúde Coletiva, Universidade de São Paulo, Brasil. E-mail: emmanuelaneves@yahoo.com.br. Orcid: 0000-0002-2170-2269

2 Professora de Medicina Preventiva, Universidade de São Paulo, Brasil. E-mail: liliabli@usp.br. Orcid: 0000-0002-3326-0824

## Introdução

O presente artigo busca investigar as potencialidades de construção de uma rede de serviços especializados no atendimento a mulheres em situação de violência no centro do município do Rio de Janeiro.

Trata-se de um recorte dos resultados da pesquisa de doutorado realizada no ano de 2017 no centro do Rio de Janeiro que incluiu quatro serviços especializados no atendimento a mulheres em situação de violência das seguintes vocações assistenciais: justiça, policial e centro de referência (GONSALVES, 2019).

Como amplamente discutido em trabalhos científicos e diretrizes governamentais, a atenção a mulheres em situação de violência demanda uma atuação integral a partir da ação interdisciplinar e interinstitucional de diferentes atores de forma articulada e integrada, conformando, assim, redes de atendimento (BRASIL, 2011a; D'OLIVEIRA et al., 2009; MEDEIROS; GUARESCHI, 2009).

A análise do material de pesquisa possibilitou a construção de tramas institucionais estabelecidas para os encaminhamentos das mulheres em situação de violência e a discussão sobre as dinâmicas institucionais para a efetivação dos contatos interinstitucionais e dos encaminhamentos.

Neste sentido, o presente trabalho visa contribuir para o conhecimento sobre o funcionamento intersetorial entre os serviços especializados de atendimento às mulheres desta localidade específica, bem como agregar informações e análises relevantes para a discussão da temática.

Diante da diversidade de práticas e das constantes transformações por que passam os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, devido às instabilidades políticas e institucionais, torna-se importante a realização de pesquisas sobre as constituições de redes de serviços locais para o enfrentamento à violência de gênero (SANTOS, 2015).

## **Políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres e o trabalho em rede de serviços**

A implementação das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero no Brasil foi efetivada no escopo da discussão relacionada aos estudos sobre o patriarcado – sobre a desigualdade de poder entre homens e mulheres na sociedade, em que o primeiro grupo possui privilégios em relação ao segundo –, bem como sobre a violência decorrente desse contexto

(BRASIL, 2011b). Para efeitos de construção de políticas públicas, optou-se pela terminologia “violência contra a mulher”, cuja definição, como consta na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, foi fundamentada na definição estabelecida pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), de 1994. Tal convenção, em seu artigo 1º, define como violência contra a mulher “[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS [OEA], 1994).

Até os anos 2000, a política para as mulheres no Brasil focava o “combate” à violência, centrando-se nos serviços de segurança pública, delegacias e de proteção das mulheres em risco extremo, os abrigos. “Tratava-se de uma política fragmentada, sem um órgão federal dotado de recursos e poderes para executá-la” (SANTOS, 2015, p. 578). No governo Lula, em 2003, foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), com status de Ministério, e desenvolvida a partir daí uma política institucional de enfrentamento à violência contra as mulheres, com base nas reivindicações feministas por uma atenção integral à mulher em situação de violência não mais focada somente na responsabilização penal do agressor.

No governo Dilma, deu-se continuidade a essa política, fundamentada nos paradigmas da transversalidade de gênero e da atenção em rede (SANTOS, 2015). Com as reformas ministeriais a partir das mudanças governamentais no período entre 2016 e 2017, a secretaria perdeu o status anterior e foi incorporada ao Ministério dos Direitos Humanos, juntamente com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Esta mudança recente implica na diminuição de recursos para o desenvolvimento das políticas de enfrentamento às violências.

Até então, enquanto iniciativa governamental específica, a Política para as Mulheres estabeleceu uma série de protocolos, diretrizes e normativas para o enfrentamento à violência contra esse grupo no Brasil. Dentre essas diretrizes, foi construído o documento *Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres*, que considerando a demanda por uma estruturação da política de atenção a mulheres em situação de violência de forma transversal e intersetorial, delibera sobre a composição da rede de atendimento a mulheres em situação de violência a partir da atuação articulada entre serviços especializados na atenção à violência de gênero e serviços não especializados (BRASIL, 2011a).

O conceito de rede proposto pelo documento em questão se refere ao conjunto de serviços de diferentes setores, especializados ou não, que a partir de uma atuação articulada podem efetivar o encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência a partir da perspectiva da integralidade e da humanização do atendimento (BRASIL, 2011a).

De acordo com o documento, os serviços especializados que compõem esta rede são:

Casas abrigo, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Casas de acolhimento provisório, Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, Serviços de saúde com especificidade no atendimento à violência sexual, Juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher, Promotorias especializadas, Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Ouvidoria da Mulher, Centros de Atendimento à mulher em situação de violência, Núcleo de Atendimento à mulher nos serviços de apoio ao migrante, Posto de Atendimento humanizados nos aeroportos. (BRASIL, 2011a, p. 15).

Os estudos de Redes, desde a década de 1970, têm se estabelecido como campo teórico e metodológico e se dedicado às redes sociais (D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2006; GUADALUPE, 2009; SCHRAIBER et al., 2012).

Existem diferentes concepções acerca do que se entende por rede social, com tipologias definidas pelo foco em diferentes aspectos: objetivos, características dos membros, características das relações entre os atores, estrutura, função, composição etc. (ABREU, 2003). Assim, é possível afirmar que o conceito de rede social é multidisciplinar, uma vez que além de estar presente em diversas disciplinas, articula a prestação de serviços entre distintos ramos de intervenção: “[...] a intervenção em rede se constituiu como um terreno claramente multi e transdisciplinar” (ABREU, 2003; GUADALUPE, 2009).

Tendo em vista as múltiplas abordagens neste domínio, não há definição conceitual única ou uma única metodologia aplicada a este tipo de estudo. Essa pluralidade pode indicar um campo rico no que se refere à diversidade de conhecimento científico, mas também aponta para certa fragmentação do campo de estudos (D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2006; SCHRAIBER et al., 2012).

A análise realizada nesta pesquisa fundamenta-se no referencial teórico de redes de serviços, segundo o qual “rede” diz respeito à “[...] articulação das ações assistenciais e interação profissional na busca de um projeto assistencial comum” (d'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2006, p. 9). Em contraponto

ao conceito de rede, as autoras apresentam a ideia de “trama”, que se refere a um “[...] aglomerado justaposto de serviços voltados ao mesmo problema, que podem até possuir ações articuladas, mas sem consciência de suas conexões e sem construção de projeto assistencial comum construído pelo diálogo” (d’OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2006, p. 9).

Desse modo, um conjunto justaposto de serviços para o atendimento a determinada situação se refere a uma trama, e não a uma rede de serviços. Para além da atuação interinstitucional articulada, uma rede de serviços caracteriza-se pela capacidade de interação entre os agentes que atuam nos serviços e pela construção de um projeto assistencial comum (d’OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2006; SCHRAIBER et al., 2012). Portanto, conseguir de alguma forma delimitar finalidades comuns e ações voltadas a elas é um componente conceitual importante na definição de rede, para além da dimensão de complementaridade entre os serviços, que deve ser bem reconhecida pelos diversos profissionais dos diferentes setores envolvidos na rede. Para essa última questão, uma boa comunicação entre os serviços passa a ser fundamental, ou seja, espera-se não só que haja reciprocidade nas ações, mas também que tais iniciativas sejam comunicadas como parte da interação, reforçando o projeto assistencial comum.

Assim, o presente estudo objetiva analisar as relações intersetoriais entre os serviços especializados de atenção às mulheres em situação de violência no que se refere a uma potencial atuação em rede em uma região específica da cidade do Rio de Janeiro.

## **Metodologia**

A presente pesquisa é qualitativa e se utilizou da abordagem de estudo de caso, em que se define uma unidade específica para o estudo aprofundado. Este tipo de abordagem é considerada indutiva e particularizante, pois permite um olhar detalhado e profundo sobre um determinado objeto, mas apresenta limitações quanto às possibilidades de generalização do estudo (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977; TRIVIÑOS, 1987). Neste caso, o recorte estudado foi a região central do município do Rio de Janeiro.

Foram realizadas observações institucionais e entrevistas semi-estruturadas (CRUZ NETO, 1994) com profissionais e estagiárias de quatro serviços especializados no atendimento a mulheres em situação de violência, localizados no centro do Rio de Janeiro, das seguintes vocações



assistenciais: policial (Especializado 1), justiça (Especializado 2) e centro de referência (CR) (Especializado 3 e Especializado 4). Foram definidos como participantes da pesquisa todos os serviços especializados em acolhimento para mulheres da localidade estudada.

A amostra de serviços a serem pesquisados e a amostra dos profissionais que seriam convidados para a entrevista em cada um deles foram de conveniência, ou seja, buscou-se, em conformidade com os princípios da pesquisa qualitativa, garantir a participação das diversas categorias profissionais existentes em cada tipo de serviço investigado e que compunham as equipes de trabalho, bem como dos diversos serviços que definem qualitativamente um trabalho em rede intersetorial. Assim, não houve estratificação proporcional à quantidade de profissionais, e sim uma garantia da presença de diferentes ramos e setores.

A aproximação com os serviços se deu a partir de contatos telefônicos e presenciais com as responsáveis pelas instituições. Após concordância institucional, a pesquisadora convidou as profissionais dos serviços a participar da pesquisa e não houve recusa quanto à colaboração. Foram realizadas 18 entrevistas com as coordenações dos serviços e profissionais das áreas de psicologia, serviço social, direito, profissionais com formação no Ensino Básico e estudantes de direito. As entrevistas eram marcadas com antecedência, em salas exclusivas reservadas para garantir o sigilo, e duravam em média uma hora. O critério para a finalização do número de entrevistas em cada serviço, bem como para o encerramento das sessões de observação institucional, foi o de saturação (SCHRAIBER, 2015). Ao todo foram 20 horas de entrevistas e 55 horas de observação institucional, divididas em 21 sessões. Cabe ressaltar que as entrevistas com estagiárias de direito tiveram caráter complementar para a compreensão do todo institucional e que não houve discordâncias no conteúdo.

As entrevistas foram gravadas e transcritas e todo o material de pesquisa registrado em diário de campo (CRUZ NETO, 1994). Para garantir o sigilo, os serviços foram denominados “Especializado” seguido de um número de 1 a 4 – por exemplo, “Especializado1”. As entrevistas foram denominadas de “EE” seguido de um número de 1 a 36, por exemplo: “EE 25”.

Os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). O material de pesquisa foi submetido a leituras exaustivas, codificação cromática, em que as ideias comuns foram relacionadas entre si através da classificação por cores e definidas duas categorias

principais de análise: o trabalho em equipe e as potencialidades do trabalho em rede. Como já anunciado, o presente trabalho se refere à segunda categoria de análise.

A presente pesquisa foi aprovada pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) e da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMSRJ) e registrada com os números de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 62891516.7.0000.0065 e 62891516.7.3001.5279, respectivamente. Todas as pessoas que participaram da pesquisa assinaram e receberam uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Pesquisa (TCLE), de acordo com a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.

## **Resultados e discussão**

Os resultados da pesquisa são apresentados e discutidos a seguir, em dois tópicos: as tramas dos serviços especializados e as dinâmicas de trabalho em serviços de mútuo acesso.

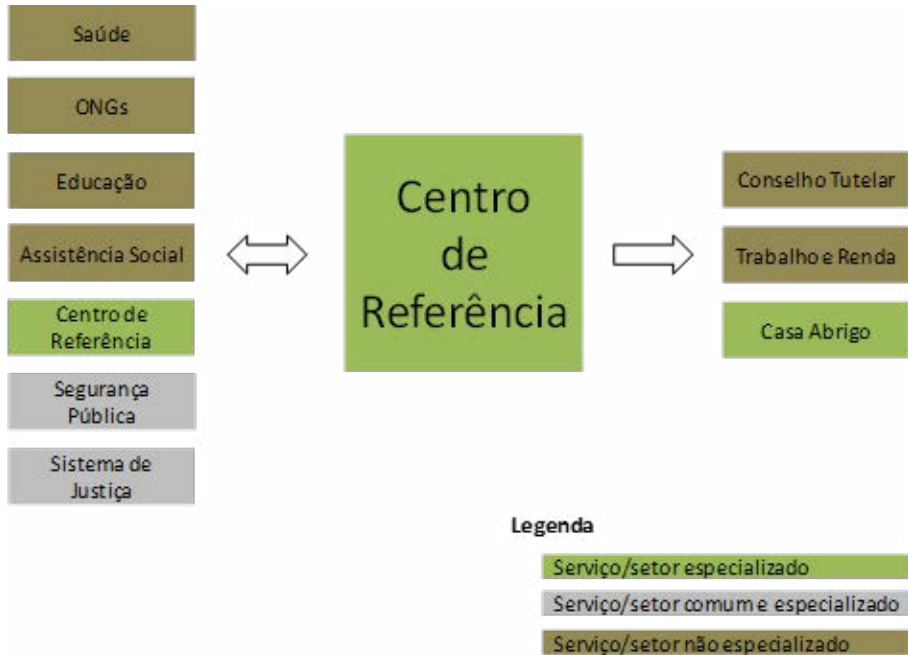
### ***As tramas dos serviços especializados***

Elaboramos, para este tópico, figuras que expõem os fluxos entre os diferentes serviços. É possível assim identificar as tramas estabelecidas entre os setores relacionados ao encaminhamentos de mulheres em situação de violência. Cada figura foi construída a partir das falas das profissionais que atuavam em determinada vocação assistencial, identificada conforme o setor do serviço em que atuavam. A figura 1 – Centros de Referência – foi elaborada a partir das seis entrevistas realizadas com as profissionais e coordenadoras dos CR para Mulheres (Especializado 3 e Especializado 4); a figura 2 – policial – de acordo com as quatro entrevistas realizadas no serviço especializado deste setor (Especializado 1); e a figura 3 – orientação jurídica – fundamenta-se nas oito entrevistas com profissionais e estagiárias do serviço em questão (Especializado 2).

De acordo com a Figura 1, os dois CR participantes da pesquisa mantinham relação de mútuo acesso com serviços do setor saúde, em geral, com organizações não governamentais (ONG), com o setor de educação, setor de assistência social, CR de outras localidades, setor de segurança pública especializado (delegacias especializadas de atendimento à mulher) e não especializado, serviços de justiça especializada e não especializada. Os profissionais dos CR

relatarem também que encaminhavam as mulheres em situação de violência para as casas abrigo, para órgãos de trabalho e renda e para o Conselho Tutelar.

**Figura 1:** Trama setor centro de referência



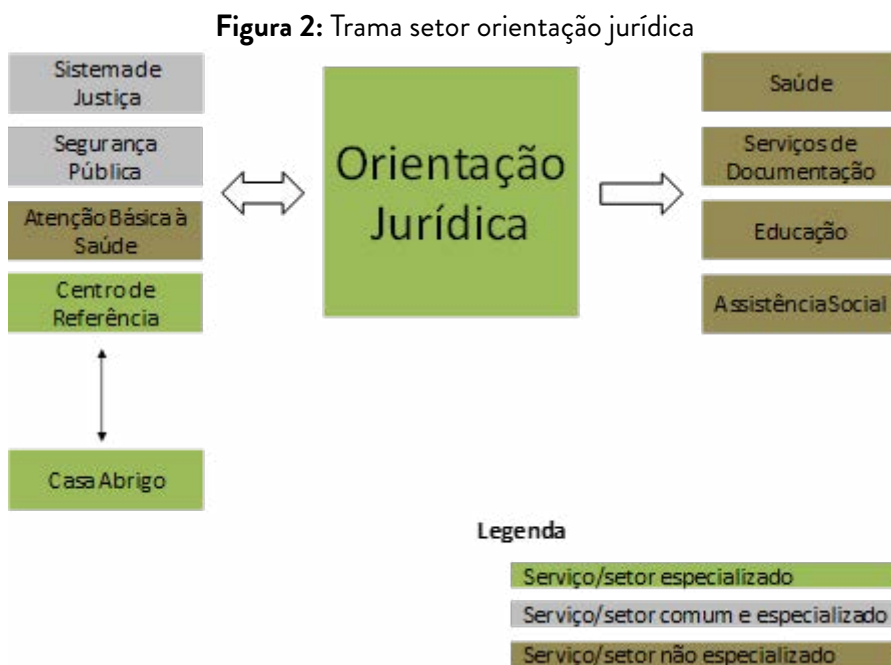
Fonte: Elaboração própria (2019).

A seta unilateral representa os encaminhamentos das mulheres atendidas nos CR para o abrigo especializado e sigiloso para mulheres em situação de violência, tendo em vista que são os serviços responsáveis pela avaliação dos casos a serem encaminhados para abrigamento. Este é o fluxo nacional em vigor, estabelecido pela SPM-PR (BRASIL, 2011c). Sendo assim, como foi visto na Figura 1 e se observará nas posteriores, para os casos de abrigamento, os outros serviços encaminham a mulher para o CR para que avalie o caso e faça o encaminhamento para o abrigo sigiloso.

Nos demais fluxos, foram mencionados encaminhamentos e recebimentos de casos – daí a seta de duas direções. Como não havia registro desses encaminhamentos, não se pode observar o volume destes ou dos recebimentos. Estabelecemos a representação, portanto, apenas pelas respostas genéricas à pergunta sobre esse fluxo, sem ser possível precisar com mais qualidade ou a quantidade desses fluxos. Nem sempre a interação entre os serviços quanto aos encaminhamentos ou recebimentos foi relatada.

De acordo com as entrevistas, ambos os CR tinham uma interação maior com o serviço de Orientação Jurídica especializado, no que se refere à reciprocidade dos encaminhamentos. Ainda assim, isso não significou a comunicação entre os serviços quanto ao referenciamento, isto é, do caso recebido ao serviço encaminhador e vice-versa.

As profissionais dos dois centros citaram repetidas vezes os encaminhamentos das mulheres para o setor de saúde mental, também representado na relação entre CR e setor saúde. Foi possível notar que apesar de ambos os serviços reportarem uma relação de reciprocidade com os de segurança pública e saúde, destacamos que as entrevistas do serviço Especializado 4 apresentaram relação mais frequente com o setor saúde, enquanto o Especializado 3 apresentou relação mais significativa com o setor segurança pública, de acordo com as entrevistas.



Fonte: Elaboração própria (2019).

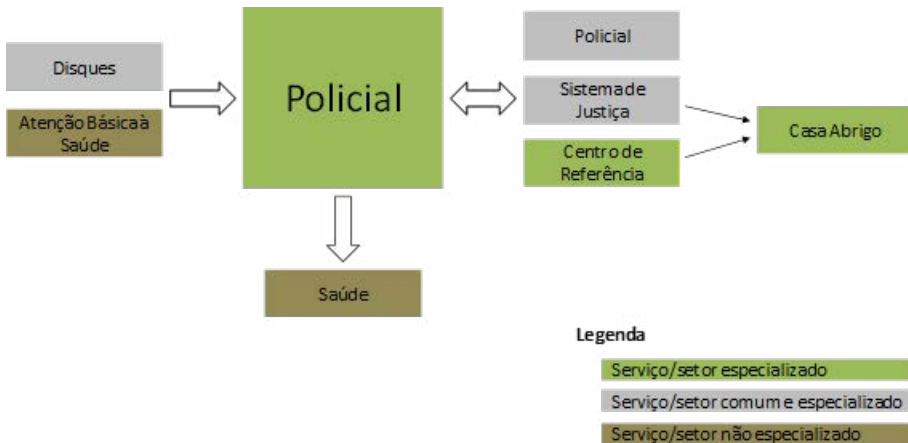
O serviço que representa o setor orientação jurídica nesta pesquisa (Especializado 2) mantém relação de reciprocidade no encaminhamento de mulheres a outros serviços do sistema de justiça (especializado e não especializado), de segurança pública (especializados e não especializados),

Unidades Básicas de Saúde (UBS) e CR, que por sua vez eram responsáveis pelo encaminhamento das mulheres para as casas abrigo. O serviço de orientação jurídica ainda encaminhava mulheres para serviços de saúde e de documentação e para os setores de educação e assistência social.

Como o serviço de orientação jurídica constituía, também, o sistema de justiça especializada para o atendimento a mulheres em situação de violência, diferenciado na pesquisa formalmente apenas para que as tramas estabelecidas entre eles ficassem mais visíveis, nas entrevistas, as profissionais e estagiárias falaram das relações com os serviços dos sistemas de justiça comum e especializada (as defensorias, os juizados, as varas, dentre outros), mas no momento de considerar os principais “parceiros” com os quais atuavam em rede, optaram por serviços que não integram os sistemas de justiça. Uma possível justificativa é a compreensão de que a relação com outros serviços do sistema de justiça seria setorial, e não intersetorial. Cabe destaque para o fato de que, no cotidiano, o serviço de orientação jurídica mantinha uma relação bastante próxima com aqueles que compõem os sistemas de justiça, comum e especializada.

No que se refere à rede intersetorial, as entrevistadas deram especial atenção à relação de reciprocidade e proximidade estabelecida com os CR, especialmente os da localidade (Especializado 3 e Especializado 4).

**Figura 3:** Trama setor policial



Fonte: Elaboração própria (2019).

De acordo com a figura 3, o serviço policial recebia encaminhamentos de centrais telefônicas, os “Disques”, e de UBS. O serviço somente

encaminhava para outros serviços de saúde que não a AB e mantinha relação de mútuo acesso com outros serviços de segurança pública, especializados e não especializados, além do sistema de justiça especializado e não especializado e do CR. Tanto os CR quanto o plantão judiciário para abrigo, em horário alternativo ao funcionamento dos CR, encaminhavam as mulheres em situação de risco para as casas abrigo.

Foi observada uma relação mais presente do setor policial com o sistema de justiça. Mais especificamente com o Ministério Público que era o órgão que recebia as investigações realizadas pelo serviço policial. “[...] a nossa ligação mais é com o poder judiciário, Ministério Público, Defensoria” (EE 4).

### **As dinâmicas de trabalho em serviços de mútuo acesso**

Ao analisar as dinâmicas de trabalho entre os serviços, observou-se que, em relação às formas de contatos institucionais estabelecidos entre as profissionais, os encaminhamentos interinstitucionais das mulheres podiam ser realizados de diferentes modos: via telefone, e-mail, pessoalmente ou sem a realização de contato interinstitucional, somente através da entrega de um papel (ofício, guia de encaminhamento etc.) ou verbalmente.

Os CR foram os serviços que mais relataram contatos telefônicos entre as instituições para os encaminhamentos. Esses contatos estavam relacionados, em geral, ao fornecimento à mulher de uma referência no outro serviço ou à discussão o caso para o compartilhamento das possibilidades de atuação na situação específica.

No serviço policial especializado, o encaminhamento era realizado, principalmente, através de ofício, ou verbalmente pelo profissional do atendimento. Somente nos casos mais graves era feito contato por telefone com o serviço que iria receber a mulher. Todas as policiais podiam realizar encaminhamentos a qualquer tempo da investigação, mas geralmente isso era feito pela policial do atendimento, fosse no balcão ou no momento do registro de ocorrência. Casos mais complexos ou que demandavam contato direto com a Justiça eram mais comumente conduzidos pela delegada.

Uma das ações desenvolvidas pelos CR era o acompanhamento da mulher em situação de violência, o que por vezes incluía o contato com os serviços para onde as mulheres atendidas pelo centro foram encaminhadas. Esse acompanhamento dos atendimentos nos outros serviços podia ocorrer: pessoalmente (profissional acompanhava a mulher presencialmente ao serviço e participava

do atendimento); através do retorno que a mulher levava para o atendimento no CR sobre como foi o atendimento em outro serviço; ou através de contato telefônico entre as equipes.

O CR contava com o reconhecimento e certa colaboração dos demais serviços relativos a esse acompanhamento, mas nem o serviço de orientação jurídica nem o serviço policial realizavam diretamente acompanhamentos da mulher.

Uma das policiais entrevistadas, ao ser questionada se acompanhava os encaminhamentos realizados, respondeu:

*Não, não tem como. Por quê? Porque o meu trabalho é trabalho investigativo... o registro é para investigar, aí ela tem que manifestar o desejo dela de resolver o problema dela junto ao Especializado3... É uma coisa de medida protetiva, a gente pede para dois dias... elas irem lá... ou no 6º ou no [...] 5º... ou no 1º Juizado para poder... agilizar o pedido de medida protetiva. Não tenho como... – não, você vai –, olha só, eu explico, anoto... rasgo um monte de papelzinho, anoto com a minha letrinha, – vai lá, para pedir, em tal andar... para pedir para agilizar pedido de medida protetiva. Agora a decisão de ir... Tem muita gente. (EE 3).*

Outra ação desenvolvida para o acompanhamento da mulher em situação de violência pelos CR era o estudo de caso interinstitucional. Essa situação ocorria tanto quando a mulher era encaminhada para o CR como quando outro serviço estava atendendo uma mulher em situação de violência, mas por diversos motivos não podia fazer o encaminhamento dela para o centro. Então, as equipes técnicas dos CR realizavam estudos de caso com a equipe que estava acompanhando essa mulher em outra instituição: “Especializado 2, já tivemos até discussão de caso aqui, que elas acompanham e nós acompanhamos junto. Isso acontece muito” (EE 15).

O estudo de caso interinstitucional, especialmente entre o Especializado 2 e o Especializado 3 e entre o Especializado 2 e o Especializado 4, foi considerado por EE8 como um suporte para a profissional que atua com mulheres em situação de violência.

A discussão de algum caso em que o Especializado 4 não atendia a mulher, mas forneceu suporte ao serviço que atendeu o caso – seja por telefone ou pessoalmente entre equipes – foi denominado por EE 16 de “assessoria”:

*Se a mulher não tem condições de vir para cá, e a equipe avalia que é algo grave, que realmente precisa de acompanhamento... a gente também se disponibiliza a estar junto com essa equipe, que já acompanha essa mulher, já tem um vínculo com essa mulher... para estar dando esse*

*suporte. [...] a própria equipe falou – ela não aceita, a gente falou, ela não aceita. A gente falou ok, então, o que a equipe faz?’. a equipe... a gente sentou, todos... a equipe trouxe todo o caso e a gente foi discutindo com elas... o que elas fizeram, o que elas acham, o que nós faríamos... É claro que sempre fazendo... a gente tem chamado isso de assessoria. Porque a gente não conhece a mulher, então a gente vai colocando a partir das impressões que eles vão trazendo, e a partir do que... essa mulher traz de fala para eles, e eles reproduzem para a gente. (EE16).*

Outra ação direcionada à criação de vínculos institucionais é o contato com outras instituições para promover o conhecimento mútuo sobre o interior do trabalho institucional e facilitar os encaminhamentos adequados. Este tipo de contato se dava via telefone ou visitas institucionais.

Nas entrevistas, observamos que alguns serviços tinham conhecimento sobre o que se fazia no interior de outros, como o relato da EE 9, que descreveu o funcionamento dos CR no que se refere ao atendimento psicológico. Sobre esse aspecto, no dia da entrevista da EE 9, ela disse que em seguida receberia a equipe do Especializado<sup>4</sup>. EE 7 relatou que se dedicava a ir pessoalmente aos serviços para favorecer o conhecimento mútuo e fortalecer os vínculos. EE 8 também relatou seu planejamento de ir até a Secretaria de Educação junto com EE 7 para estabelecer vínculo com o órgão e alinhar possibilidades de atuação relacionadas à facilitação do acesso das mulheres.

Ficou claro que alguns serviços estabeleciam uma relação dialógica em torno de um caso específico, o que poderia resultar na formulação do projeto comum de assistência. Mas, como se pôde notar, em todos os demais contatos entre os serviços, as conexões se mantinham no plano do acesso, de dar a oportunidade para a mulher ir a outro serviço e ser atendida, mais do que uma tentativa de integrar a atenção prestada em cada um deles.

### **Rede Capital**

Assim como d’Oliveira e Schraiber (2006) encontraram na pesquisa em São Paulo a existência de um Fórum de Serviços especializado para o encontro dos profissionais que atuavam junto a mulheres em situação de violência na capital, na presente pesquisa, realizada no Rio de Janeiro, os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência se organizavam a partir da Rede Capital.

Algumas entrevistadas da presente pesquisa, que tinham participação ativa na Rede Capital, puderam falar sobre seu funcionamento. Destacaremos aqui duas entrevistas bastante representativas:



*A Rede Capital ela começou muito... [...] porque a gente começou a sentir necessidade de discutir alguns casos, né... de... casos comuns... de mulheres que já tinham passado por vários abrigos, vários serviços [...] Eu ficava muito agoniada com algumas mulheres que sumiam, e você não tinha mais resposta dessas mulheres... então a gente se aproximou e começou a fazer essas reuniões e tudo e a gente trazia as nossas dificuldades enquanto serviço. Então a ideia era tanto trabalhar as mulheres quanto trabalhar as nossas dificuldades. E aí a gente começou a trazer e... depois começamos cada uma a apresentar o seu serviço... quais eram as dificuldades, o que fazia... porque na verdade a gente nem sempre conhecia o trabalho do outro, né, então isso foi começando assim... essa discussão... cada um fez a sua apresentação. Depois evoluiu para a ideia... para fazer um protocolo. (EE 5).*

*A gente sentava para discutir com a Rede... casos...né?, e possibilidades... [...] possibilidades para a Rede, da Rede... – não, pode mandar para cá, que eu tenho possibilidade disso, – não... pode –, Isso era muito bom. Quando a Rede começou a se ocupar muito de montar um fluxo, que foi um perrengue... que ficou tempos nisso, porque aí virou um jogo de força, – não, a porta de entrada é aqui..., – não, a porta de entrada é ali..., não, tem que passar pela Delegacia, tem que ter registro de ocorrência –, isso não é uma visão do Especializado3, não é uma visão da área do cuidado, da área da proteção. Isso é uma visão da área da responsabilização. E como a gente sabe que na nossa sociedade se dá mais valor à judicialização das relações em razão do Judiciário estar implicado... o sistema de justiça estar implicado... sendo que o sistema de justiça transcende o Judiciário... aí... aquela proposta inicial da Rede Capital começou a se esvaziar, depois que o fluxo foi fechado e depois que a gente terminou de elaborar a norma técnica do Estado, de abrigamento... a elaboração dos parâmetros para a rede de... para o abrigo temporário... eh... a gente começou a discutir muito eh... eventos... a Rede Capital começa como uma rede de atendimento. A Rede Capital começa dentro do Especializado3, as reuniões aconteciam no terceiro andar do Especializado 3. (EE13).*

Mencionado em ambas as entrevistas citadas, o “protocolo de atuação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência” foi construído em um determinado momento dos encontros da Rede Capital, como também apontou outra entrevistada: “[...] que teve até quando a gente fez a cartilha da Rede Capital... que é uma cartilha interessante, construída coletivamente em uma reunião” (EE 17).

O protocolo data de 2013 e foi construído nas reuniões da Rede Capital, e apesar de nunca ter sido publicado, circulou entre as profissionais que participavam das reuniões da Rede Capital à época. Assim, apesar de não constituir um documento formal devidamente publicado, consideramos que é relevante para o presente estudo, tendo em vista seu impacto institucional. De acordo com o documento, o objetivo da Rede Capital era:

Ter uma atuação articulada e intersetorializada, potencializando ao máximo essas características, para tornar a REDE mais dinâmica, eficaz, onde a rota das mulheres em busca de seus direitos seja curta e rápida, especialmente do acesso, com qualidade, à segurança, à justiça, aos serviços de saúde, à assistência social e aos demais instrumentos e meios necessários à proteção de seus direitos humanos. (REDE CAPITAL, 2013, p. 4).

Tendo como características de ação a horizontalidade, a multiliderança, a corresponsabilidade, o compartilhamento, a autonomia, a diversidade, a sustentabilidade e a flexibilidade, a Rede Capital, segundo o protocolo, era composta pelos serviços de diferentes setores e instâncias governamentais especializados no atendimento às mulheres em situação de violência da capital do Rio de Janeiro.

A finalidade do protocolo era promover a institucionalização das relações da Rede Capital e, conseqüentemente, a eficácia do atendimento no município (REDE CAPITAL, 2013). O protocolo apresenta os serviços que compõem a rede, bem como seus setores: instituições de defesa, orientação e apoio às mulheres em situação de violência; instituições da saúde; serviços de segurança pública de atenção às mulheres em situação de violência; sistema de justiça; instituições de abrigo temporário. O documento também propõe o Fluxo da Rede Especializada de Atendimento à Mulher da Capital do Estado do Rio de Janeiro – a Rede Capital –, que se estrutura a partir de três eixos principais: “porta de entrada”, “rede de serviços especializados de atendimento à mulher” e “rede de apoio” (REDE CAPITAL, 2013).

O quadro da rede de serviços especializados de atendimento à mulher inclui os centros e as delegacias especializados no atendimento à mulher, os serviços de saúde especializados, o sistema de justiça e as casas abrigo. Foi possível observar certo destaque dado aos setores segurança pública e sistema de justiça no fluxo (REDE CAPITAL, 2013).

De acordo com as entrevistas, as profissionais dos serviços especializados que participaram da Rede Capital a consideravam efetiva para a atuação em rede de serviços. EE8, ao falar de sua participação na Rede Capital, afirmou que foi através das reuniões que conheceu as profissionais dos outros serviços. EE 5, nessa mesma linha, considerou que a partir das reuniões os profissionais se conheciam e os serviços se tornavam conhecidos mutuamente.

Todavia, como afirmado pelas profissionais, a Rede Capital já não se reunia mais à época da presente pesquisa (março a novembro de 2017).

Ao ser questionada sobre como era a relação do Especializado 3 com a Rede Capital, EE 13 respondeu, dando ênfase ao fato de não haver mais reuniões: “[...] *Era feita... de forma muito próxima, né*” (EE 13). EE 15 sintetiza: “[...] *eu acho que nesse momento a rede está mais que furada... está rasgada*”.

Já EE5 afirmou que não há mais reuniões de rede “[...] *por conta desse caos do Estado*”. EE 9 disse que o Especializado 2 participava da Rede Capital, mas que com a mudança de governo, não há mais reuniões; também fez várias críticas à “politicagem” e como ela impacta no trabalho em rede, na ponta de cada serviço. As profissionais afirmaram que não havia reuniões da Rede Capital há pelo menos um ano e apontaram a importância de retomar os encontros.

Havia, portanto, uma atuação bastante presente do serviço de orientação jurídica e dos CR nas reuniões da Rede Capital. No serviço policial especializado não tanto, já que somente um dos policiais afirmou ter conhecimento sobre a rede, apesar de não participar. As outras entrevistadas não conheciam a Rede Capital.

Santos (2015), em seu estudo sobre as redes de atendimento às mulheres em situação de violência em São Paulo, também verificou certo afastamento das policiais nesses encontros mensais. A autora apresentou um dado bastante similar ao encontrado na presente pesquisa para o Rio de Janeiro:

Verifica-se, assim, o surgimento de uma nova rede, sendo formada por agentes institucionais no âmbito do sistema de justiça e da segurança pública. E nesse sentido pode-se falar em várias redes, não apenas em uma rede de atendimento e de enfrentamento à violência contra mulheres. Mas as/os agentes das novas redes promovidas por setores do Ministério Público e do Judiciário em regra não participam nas reuniões das redes de enfrentamento à violência constituídas sob a liderança de agentes institucionais da área de assistência social. Apenas as/os técnicos (assistentes sociais) que compõem a equipe do Ministério Público na Vara de Violência Doméstica do Fórum de Barra Funda é que participam nas reuniões das Redes Sul e Leste. (SANTOS, 2015, p. 589).

D’Oliveira e Schraiber (2006) também empreenderam análise semelhante ao destacarem no relatório final de sua pesquisa que há uma ligação importante entre os serviços jurídicos e as delegacias especializadas, além de uma ligação íntima entre o próprio sistema de justiça. De um lado, observa-se a conexão entre serviços de justiça e policiais, de outro, a ligação mais forte entre serviços psicossociais, de orientação básica e de saúde.

De fato, em nossa pesquisa, foi possível verificar uma relação mais próxima entre o serviço policial e o Sistema de Justiça, assim como uma maior conexão entre os CR e os serviços de Atenção Básica à Saúde. A análise de Santos (2015) ajuda a pensar que há, na verdade, diferentes tramas em ação nas microrrelações entre os serviços para dar às mulheres em situação de violência acesso a um atendimento integral, de acordo com o que cada instituição concebe como integralidade da atenção.

### **Considerações finais**

Foi possível verificar que há um conjunto de serviços de atenção a mulheres em situação de violência no centro do Rio de Janeiro, como foi representado nas figuras das tramas institucionais. Há fluxos interinstitucionais estabelecidos para os encaminhamentos das mulheres e, em certa medida, articulação entre as ações dos diferentes serviços, destacando-se os CR como principais articuladores interinstitucionais.

Como espaço privilegiado de interação entre os agentes institucionais e de potencialidade para a construção de projetos assistenciais comuns, demos destaque para a Rede Capital, que promovia reunião periódica dos serviços especializados e não especializados para discutir questões relacionadas à atenção às mulheres em situação de violência na capital do Rio de Janeiro, mas que está desativada em decorrência dos problemas financeiros e políticos enfrentados pelas instâncias governamentais.

Sendo assim, podemos considerar a existência, ao menos, de uma trama de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência no centro do Rio de Janeiro, bem como apontar ações específicas e potentes no caminho da construção de uma rede assistencial, em partes já desenvolvidas por alguns dos serviços, não obstante os muitos desafios enfrentados.

Considerando o fato de a presente pesquisa ser um estudo de caso e tendo em vista as constantes mudanças e instabilidades políticas que afetam as equipes, as instituições e as gestões (SANTOS, 2015), este estudo é circunscrito ao período em que foi realizado e à sua localidade. Podemos considerar que seus resultados vão ao encontro de outros estudos sobre redes de serviços em outras localidades (d'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2006; SANTOS, 2015; SCHRAIBER et al., 2012;), mas não é possível formular teorias gerais sobre redes a partir deste recorte. Este aspecto não desvaloriza o presente estudo, ao contrário, mostra a importância de que outros estudos semelhantes sejam empreendidos a respeito de outros períodos e localidades.

## Referências

ABREU, S. G. Programa rede social: questões de intervenção em rede secundária. **Interações**, Coimbra, n. 5, p. 67-90, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. **Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília, DF: 2011a. Disponível em: <https://bit.ly/3Betpwl>. Acesso em: 27 maio 2020.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. **Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília, DF: 2011b. Disponível em: <https://bit.ly/3D6f8CM>. Acesso em: 27 maio 2020.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. **Diretrizes nacionais para o abrigamento de mulheres em situação de risco e violência**. Brasília, DF: 2011c. Disponível em: <https://bit.ly/3DhaiTD>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como de criação. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 51-66.

D'OLIVEIRA, A. F. P. L. *et al.* Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero: uma alternativa para a atenção primária em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1037-1050, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3FfxUtn>. Acesso em: 2 dez. 2019.

D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B. **Identificando possibilidades e limites do trabalho em rede para a redução da violência contra a mulher: estudo em três capitais brasileiras**. 2006. Relatório Final de Pesquisa – Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GONSALVES, E. N. **As relações entre a atenção básica à saúde e os serviços especializados no atendimento a mulheres em situação de violência: um estudo**

de caso sobre as potencialidades de rede. 2019. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

GUADALUPE, S. **Intervenção em rede**: serviço social, sistêmica e redes de suporte social. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

MEDEIROS, P. F.; GUARESCHI, N. M. F. Políticas públicas de saúde da mulher: a integralidade em questão. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 31-48, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3l7KMtt>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO AMERICANOS. Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, “Convenção de Belém do Pará”. **Comissão Interamericana de Direitos Humanos**, Belém, 9 jun. 1994. Disponível em: <https://bit.ly/3uFFDfk>. Acesso em: 20 jul. 2020.

REDE CAPITAL. **Protocolo de atuação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: Rede Capital, 2013. 93 p. Não publicado.

SANTOS, C. M. Curto-circuito, falta de linha ou na linha? redes de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 577-600, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/30177Bb>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SCHRAIBER, L. B. Engajamento ético-político e construção teórica na produção científica do conhecimento em saúde coletiva. In: BAPTISTA, T. W. F.; AZEVEDO, C. S.; MACHADO, C. V. (orgs.). **Políticas, planejamento e gestão em saúde**: abordagens e métodos de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. p. 33-57.

SCHRAIBER, L. B. *et al.* Assistência a mulheres em situação de violência: da trama de serviços à rede intersetorial. **Athenea Digital**, Barcelona, v. 12, n. 3, p. 237-254, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3uHNPvz>. Acesso em: 19 jul. 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido em fevereiro de 2021.

Aprovado em de julho de 2021.

## SOBRE VELHICES E PROTAGONISMOS FEMININOS: QUESTÕES DE GÊNERO E GERAÇÃO

---

Simone Dourado<sup>1</sup>  
Daiany Cris Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo discute como as categorias gênero e geração são importantes marcadores para a compreensão da trajetória de vida de mulheres idosas. Colocamos em diálogo a vertente dos estudos geracionais, ancorada no pensamento de Karl Mannheim, e a abordagem de gênero, que tem como referência os trabalhos de Joan Scott. Discutimos, também, como as pesquisas sobre envelhecimento se valem dessas produções sobre geração e gênero para compreender o envelhecimento feminino. A pesquisa empírica que confere suporte a este artigo contou com a realização de cinco entrevistas com mulheres que estão acima dos 60 anos e que mantêm uma vida pública ativa.

**Palavras-chave:** Gênero; Geração; Envelhecimento.

**Abstract:** This article discusses how the categories of gender and generation are important markers for understanding the life trajectory of older women. To this end, it dwells on Karl Mannheim's generational theory and Joan Scott's approach to gender, discussing how research on aging employs these productions to understanding female aging. This empirical research was conducted with data collected by means of interviews with five women over 60 years old who keep an active public live.

**Keywords:** Gender; Generation; Aging.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-  
NãoComercial 4.0 Internacional.

---

1 Doutora em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Brasil. E-mail: simone.dourado890@gmail.com. Orcid: 0000-0001-5140-5866

2 Mestre em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Brasil. E-mail: daianycriss@gmail.com. Orcid: 000-0002-1897-9777

## Introdução

Prendam as avós em casa (rebelião da terceira idade na quarentena)! Esses dias mesmo falei com minha bisavó e ela me disse que estava indo ao forró porque, segundo ela, ela já tinha vivido demais e não era um corona que ia impedir ela de ir ao forró. Felizmente, o forró foi fechado e ela está proibida de sair de casa. (PRENDAM..., 2020).

O trecho citado é a fala de um jovem influenciador digital em seu canal no YouTube. Durante a pandemia de covid-19, esse jovem tomou a velhice como um dos elementos centrais para os conteúdos de seus vídeos. Suas falas são um pequeno anúncio das piadas feitas contra os idosos e, particularmente, contra as mulheres idosas, na atualidade. A sociabilidade estabelecida em tempos de pandemia é, sobretudo, a virtual, o que facilita a circulação de vídeos, áudios, figurinhas e os chamados “memes”. Recentemente, Toledo e Souza Junior (2020) se perguntam sobre a existência de uma sociabilidade pandêmica e mostram como a “memeficação” da pandemia tomou conta das redes sociais, criando um clima de despolarização que tem sustentado posturas negacionistas em relação às orientações de controle da covid-19. Os idosos se tornaram personagens centrais dessa “memeficação”, como mostra o jovem youtuber citado acima em muitos vídeos reproduzidos em seu canal. Os mais velhos se tornaram protagonistas de situações ridículas: fugas de casa, resistência às orientações de distanciamento social, dificuldades de diferentes ordens no uso das formas de sociabilidade virtual e as mulheres idosas são ridicularizadas de uma forma ainda mais perversa: são aprisionadas na imagem da avó dependente que deve ficar em casa.

A situação atual confirma que há, como destaca Wivian Weller (2010), uma atualidade no uso do conceito de geração como ferramenta analítica. Posto que, por estar em uma faixa etária classificada do envelhecimento, se espera que os indivíduos cumpram determinados papéis. Aos idosos, de forma ampla, cabe o papel de abstenção da vida pública, e às mulheres idosas, em específico, o cumprimento das funções domésticas e dos cuidados. Ao definir a participação de mulheres idosas na vida pública como nosso tema neste artigo, buscamos uma relação entre essas duas categorias que, sob a nossa perspectiva, melhor representam o movimento dinâmico de uma sociedade, suas mudanças e transições: geração e gênero. As trajetórias das mulheres aqui apresentadas foram recolhidas antes do contexto



da pandemia de covid-19, portanto, demarcam dificuldades, lutas e contestações sobre ser possível estar em alguns lugares que, com a atual crise sanitária, foram ressignificados como locais proibidos aos idosos. Tal proibição vem acompanhada de posturas preconceituosas e estigmatizantes, que uma importante estudiosa da velhice, sobretudo a feminina, nominou de “velhofobia” (DOLCE, 2020 – em tempo: nunca vi Mirian Goldenberg fazer uso deste sobrenome. É preciso mesmo apresentá-la assim? Penso que, se a própria autora não o utiliza, é porque prefere ser lembrada como o fizemos e é o usual em suas obras. A fobia contra os velhos, particularmente contra as mulheres idosas, não nasceu com o coronavírus. Ela tem uma ancoragem social bem mais antiga e, infelizmente, vai sobreviver ao fim da pandemia.

A compreensão dos movimentos geracionais serve para dimensionar como a experiência social de mulheres é atravessada por múltiplas estruturas, que são constituídas, também, pelos trânsitos das gerações e, sobretudo, apresentam-se, a partir dessa compreensão, as alternativas que mulheres de toda uma geração desenvolvem para lidar com esses atravessamentos.

Vale destacar que o uso do conceito de geração para o estudo da periodização da vida é uma tentativa de apresentar soluções de análise que nos livrem das armadilhas comuns aos estudos geracionais, que esbarram em categorizações universais baseadas em pressupostos biológicos. Essas pesquisas apresentam a velhice ou a juventude como problemas sociais a serem resolvidos, como geralmente ocorre a prática de políticas públicas para essas faixas etárias, ou se baseiam em um discurso científico especializado, viciado em temáticas institucionalizadas e separadas em temas de velhos e temas de jovens (DEBERT, 1998).

Utilizamos a abordagem metodológica qualitativa, que se amparou em cinco entrevistas realizadas com mulheres idosas, com idades superiores aos 60 anos e de diferentes inserções sociais, mas que compartilham a experiência de terem chegado na velhice exercendo papel de liderança nas áreas em que atuam. Por meio da fala das mulheres entrevistadas, construímos uma reflexão sobre as questões que envolvem as categorias gênero e geração.

### **○ conceito geração**

Cunhado pelo sociólogo Karl Mannheim (1982), o conceito geração está presente em seu trabalho intitulado “O problema sociológico das gerações”. O autor, além de ser um pioneiro dos estudos geracionais, é também uma importante referência para discussões metodológicas sobre a técnica

de pesquisa qualitativa. Como uma das suas principais contribuições nesse campo está a criação do método documentário de interpretação, que consiste na compreensão dos espaços sociais e das visões de mundo de um determinado grupo, por meio da série de vivências ligadas a uma mesma estrutura, que por sua vez constitui-se como base comum das experiências que perpassam a vida de múltiplos indivíduos (WELLER, 2005), o que significa que o sociólogo contribuiu para o desenvolvimento de um método de análise da ação e/ou das práticas cotidianas (WELLER, 2005).

O surgimento da sociologia da juventude liga-se fortemente, também, às contribuições de Mannheim (1961), que demonstra como a questão geracional é pertinente para o estudo dos movimentos de transformação social. A juventude, por ser a fase da vida em que se sente com maior ímpeto a colisão entre as descontinuidades históricas e, portanto, suas mudanças (FEIXA; LECCARDI, 2010; WELLER, 2007), torna-se um objeto de estudo fortuito para as ciências sociais.

Como a juventude pode contribuir em nossa sociedade? Esse é um dos questionamentos norteadores da temática juventude nos estudos das ciências sociais, que são influenciados pelas reflexões de Karl Mannheim. O sociólogo pensa a juventude como uma reserva latente que nossa sociedade possui, cuja potencialidade de ação é explorada de acordo com suas necessidades. A pessoa jovem e adolescente não está totalmente imersa nos conflitos sociais e, portanto, sente uma certa “desvinculação” (IANNI, 1963) dos processos sociais em curso. Como consequência, a juventude pode apresentar uma força criadora (MANNHEIM, 1961) de capacidade transformadora, sendo sua, em grande medida, a responsabilidade de reordenação da ordem social, no que se refere a pautar novas dinâmicas culturais e mobilizar movimentos contestatórios.

As discussões da sociologia da juventude têm mobilizado debates teóricos sobre a atualidade do conceito de geração nas ciências sociais, propondo uma dimensão do pensamento de Mannheim que pretende construir uma esfera intermediária nas análises sociais, em que o problema das gerações não se situa no campo macro e tampouco microssociológico (WELLER, 2010).

Publicado originalmente em 1928, o trabalho de Mannheim que conceitua geração demonstra que há um problema sociológico das gerações que precisa ser analisado, pois, segundo ele, a formação das gerações possui características estruturais para a organização social e, portanto, colabora para o condicionamento do comportamento humano

em sociedade. Dessa maneira, compreender sociologicamente as gerações possibilita visualizar os caminhos percorridos pela humanidade durante o desenvolvimento social.

Mannheim (1982) propõe que o problema sociológico das gerações se constitui por três ramificações: posição geracional, conexão geracional e unidade geracional. Essas três categorias nos permitem conhecer como diversos condicionantes, como diferenças regionais, de classe, raça, gênero e etnia, complexificam a formação geracional e a dinamizam, ou seja, agregam-se os fatores sociais ao tempo histórico.

A posição geracional trata-se do compartilhamento de um destino comum, marcado pelo tempo histórico e pelas condições culturais. Esses dois elementos demarcam a formação de um grupo geracional. Para participar da mesma posição geracional, isto é, para que seja possível a submissão passiva ou o uso ativo das vantagens e dos privilégios inerentes a uma situação de geração, é preciso nascer dentro da mesma região histórica e cultural (MANNHEIM, 1982). Mais do que nascer em um período cronológico específico, como pessoas que nasceram entre as décadas de 1940 e 1960, esse período deve fornecer um contexto histórico e cultural que agregue essas pessoas em posição social comum, marcos políticos, características culturais específicas, entre outros elementos que moldam uma região histórica e cultural bem estabelecida.

Esse terreno, que possibilita o surgimento de uma posição geracional, é de caráter potencial, pois são as forças sociais que a solidificam ou a neutralizam em meio aos processos em curso. O que define a posição geracional não é um estoque de experiências comuns acumuladas de fato por um grupo de indivíduos, mas a possibilidade ou “potencialidade” de poder vir a adquiri-las (WELLER, 2010). Essa potencialidade é determinada pelo compartilhamento do tempo histórico e de heranças culturais.

A posição geracional demarca a formação de uma geração como grupo social e potencializa uma maneira de ser, agir e pensar comum entre as pessoas pertencentes a esse grupo, no entanto, não há um padrão de comportamento específico e atemporal para cada geração. Todo e qualquer destino que uma geração toma é dependente das condições que o meio social impele.

Determinante para a coesão social de um grupo geracional, a conexão geracional estabelece concretamente um vínculo entre as pessoas que compartilham a mesma geração e as possibilita uma experiência comum. Em algumas traduções, como a de Marialice M. Foracchi (MANNHEIM, 1982),

a conexão se refere à “geração enquanto realidade”, ou seja, a conexão geracional exige mais do que o compartilhamento de uma tal região histórica e social, um nexos mais concreto é necessário para que a geração se constitua como uma realidade. Esse nexos adicional pode ser descrito como a participação no destino comum dessa unidade histórica e social (MANNHEIM, 1982).

Não basta, portanto, nascer em um determinado período para estar conectado geracionalmente, mas a conexão surge por meio da adesão às possibilidades impostas pelos processos em curso. Isso significa que as pessoas nascidas entre as décadas de 1940 e 1960, por exemplo, ao compartilharem determinadas tendências comportamentais, maneiras de agir, ser e pensar, configuradas de acordo com as forças sociais em que estão imersas, conectam-se geracionalmente, pois aderem às possibilidades de possuir uma experiência comum do tempo histórico em que vivem, possibilidades que são emergentes da sua posição geracional. No entanto, é possível haver diversas perspectivas dentro desse grupo, condicionadas pela condição de classe, cor, gênero, orientação sexual, entre outros. Essa diversidade de perspectivas forma as unidades de geração.

A unidade geracional pode se constituir por um grupo de pessoas nascidas no mesmo tempo histórico e pertencentes à mesma conexão geracional, mas que compartilham experiências e estilos de vida peculiares, desse modo, cria-se uma unidade geracional que coexiste a outras unidades de gerações com perspectivas específicas. Nas palavras do autor:

[...] a mera “situação” comum em uma geração é de uma significação apenas potencial, uma geração enquanto uma realidade é constituída quando contemporâneos similarmente “situados” participam de um destino comum e das ideias e conceitos de algum modo vinculados ao seu desdobramento. Dentro dessa comunidade de pessoas com um destino comum podem então surgir unidades de geração particulares. Elas se caracterizam pelo fato de que não envolvem apenas a livre participação de vários indivíduos em um padrão de acontecimentos partilhando igualmente por todos (embora interpretado diferentemente por indivíduos diferentes), mas também uma identidade de reações, uma certa afinidade o modo pelo qual se relacionam com suas experiências comuns e são formadas por elas. (MANNHEIM, 1982, p. 89).

Podemos exemplificar essas nuances do conceito de geração da seguinte maneira: há uma conexão geracional entre pessoas que nasceram entre as décadas de 1940 e 1960, representada pela adesão de experiências comuns que são potencializadas pelo contexto que a posição geracional oferece.

Há diferentes unidades com relação a mulheres e homens dessa geração, que podem se subdividir em outras pequenas unidades de geração na perspectiva de gênero das mulheres, por exemplo, formando diferentes unidades geracionais para mulheres brancas ou negras de classe alta, mulheres trabalhadoras brancas ou negras, mulheres com alta escolaridade, as que integram o mercado de trabalho ou não, mulheres indígenas, imigrantes, latinas e afro-americanas. Cada situação social define uma diferente perspectiva e, portanto, forma uma unidade de geração, que ainda está conectada à realidade compartilhada, de estilo de vida e gostos que essa geração desenvolve, mas que possui diferentes significados para cada condição.

Mannheim (1982), ao criar essa dimensão de unidade geracional, reconhece a existência de diferentes perspectivas entre os grupos humanos, nesse sentido, demonstra que não se pode lidar uniformemente com questões sociais. É possível perceber que o autor conceitua geração como uma estrutura complexa que agrega diversos condicionantes sociais, nesse sentido, fazer parte de uma geração é compartilhar de uma mesma situação social que conecta perspectivas e vivências distintas. Se, como é o caso deste estudo, consideramos a categoria gênero ao estudar o envelhecimento populacional, perceberemos que a situação geracional de uma pessoa idosa é um fato potencial para determinadas tendências de comportamento, mas a coesão de um comportamento comum depende das condições sociais e históricas para se firmar. Portanto, o gênero com que as pessoas dessa geração se identificam é um condicionante importante, pois essa condição é significada por construções sociais e históricas.

Nesse sentido, a conexão geracional estabelece uma forma de agir específica para homens e mulheres de uma dada situação social. O ser mulher unifica um grupo de pessoas com uma perspectiva específica, mas a classe a que essa mulher pertence, a cor que possui e o lugar onde vive determinam de maneiras distintas suas vivências, o que configura diferentes unidades geracionais. Isso significa que a condição de gênero promove a formação de uma grande unidade geracional que engloba outras condições sociais vivenciadas pelas mulheres.

Diante do exposto, acreditamos ser possível destacar que uma das grandes vantagens que o conceito de geração proporciona é o dimensionamento da diversidade de vivências, que podem ser antagônicas, o que possibilita visualizar interações sociais peculiares e distancia a fixidez do olhar de quem busca compreender as relações sociais dos grupos geracionais. Percebe-se na dinâmica dos movimentos societários a inexistência de estruturas rígidas.

Desse modo, o conceito de geração traz a compreensão de que a sociedade é parte de um construto coletivo que não se apresenta como uma realidade imediata submetida a comandos exteriores de forma passiva e receptiva. Isso significa que a formação de uma sociedade compreende movimentos de interação entre os agentes sociais, que se materializam em um conjunto de eventos que apenas são possíveis a partir da produção de seres individuais que compartilham experiências em comum.

A capacidade de intervenção humana na realidade possibilita, portanto, a criação de trânsitos dinâmicos na vida em sociedade. Se considerarmos esses trânsitos em suas individualidades de vivência perceberemos a sua potencialidade criadora e ativa nos arranjos do desenvolvimento social. Quem vive o processo do envelhecimento, além de viver determinações e marcos culturais e históricos muito bem situados por sua condição geracional (BOSI, 1994), possui um tempo em sua biografia que pode ser capaz de apontar como uma trajetória é ao mesmo tempo parte da história e a constitui por si mesma (BARROS, 2006), sob a intervenção de suas próprias vivências do dia a dia. Nesse sentido, autores que consideram os antagonismos da vida cotidiana apresentam pressupostos analíticos que despertam uma maior atenção às peculiaridades da vivência social.

O contínuo processo de transição geracional é o que possibilita que a nossa sociedade nos seja apresentada tal como a conhecemos hoje. Para que isso ocorra, vários movimentos sociais e intelectuais transformam e desenvolvem nossa história, sendo pautados na dinâmica de surgimento de novas demandas da população e desaparecimentos de velhos agentes sociais. Dessa forma, as interações, em nível interpessoal da vida cotidiana, se conectam com o todo social nesse contexto de movimentação societária.

O desaparecimento de determinados agentes, que possuem sua ação limitada ou totalmente anulada no período histórico, possibilita a renovação e circularidade nos processos sociais. O conceito de geração de Mannheim (1982) tende a explodir uma fixidez presente em teorias sociológicas superestruturais, pois possibilita análises interseccionais, que articulam diferentes categorizações, em razão de basear-se nas interações e condutas individuais dos agentes sociais e, assim, permite considerar a infinidade de condicionantes socioculturais que estruturam as relações humanas.

Nessa perspectiva, lidar com relatos e histórias de vida é uma maneira de compreender a complexidade das sínteses formuladas por indivíduos, demonstrando que a vida social não é o cerne da vida humana, mas é parte

da conexão da natureza com a capacidade criativa das pessoas em sociedade, que deve ser interpretada e deduzida e não tratada como uma fórmula.

Diante disso, é preciso se atentar à relação entre a biografia pessoal e a história coletiva, no que se refere a sua complexidade e contraditoriedade. Assim como afirma Avtar Brah (2006) ao argumentar sobre a questão da diferença na formação da identidade:

Enquanto as identidades pessoais sempre se articulam com a experiência coletiva de um grupo, a especificidade da experiência de vida de uma pessoa esboçada nas minúcias diárias de relações sociais vividas produz trajetórias que não simplesmente espelham a experiência do grupo. De maneira semelhante, identidades coletivas não são redutíveis à soma das experiências individuais. Identidade coletiva é o processo de significação pelo qual experiências comuns em torno de eixos específicos de diferenciação – classe, casta ou religião – são investidas de significados particulares. Nesse sentido, uma dada identidade coletiva parcialmente apaga traços de outras identidades, mas também carrega outros traços delas. Isso quer dizer que uma consciência expandida de uma construção de identidade num dado momento sempre requer uma supressão parcial da memória ou senso subjetivo da heterogeneidade interna de um grupo. (BRAH, 2006, p. 371-372).

A socióloga nos chama a atenção para o equívoco de se universalizar experiências individuais ou coletivizar identidades apagando a heterogeneidade existente nos grupos sociais. Essa é uma dimensão importante a ser destacada em estudos que consideram as trajetórias cotidianas e mobilizam teorias como as que discutimos neste artigo, pois revela que é preciso haver atenção aos significados específicos mobilizados dentro do objeto investigado. Esse movimento é necessário para localizar o papel de quem analisa e propõe interpretações sobre as trajetórias individuais, situando-as no processo social a que pertencem.

Esse argumento pode ser bastante conveniente para os estudos geracionais por permitir que a análise instrumentalize o tratamento dos agentes da investigação como interlocutores de uma realidade, não submetidos a conceitos predeterminados e universalizantes. As técnicas de entrevistas em profundidade e relatos de trajetórias de vida podem contar a história de cada agente social e, por meio desse material, compor um quadro analítico coerente com a realidade social do tempo histórico que vivenciam. Essa dinâmica é importante para se pensar as gerações em razão de permitir que uma composição analítica permeie múltiplos fatores, atravessados por fluxos contínuos de transição e transformação.

## **O conceito de gênero nos estudos geracionais**

Os trabalhos da antropóloga Guita Debert (1998, 1999) sobre o envelhecimento contribuem para compreender como a significação da periodização da vida é um discurso em disputa. Ao afirmar que há uma reinvenção da velhice a antropóloga possibilita o dimensionamento do envelhecimento como um objeto de pesquisa da antropologia, situado social e culturalmente, e não apenas como um demarcador cronológico. A velhice vista não como uma abstração porque as pessoas não são abstratas, o envelhecimento é uma realidade vivenciada por pessoas com suas histórias de vida singulares (GONÇALVES, 2002).

Diante dessa perspectiva, os pressupostos sobre os diferentes grupos geracionais, principalmente o de pessoas de mais idade, não devem ser baseados em conceitos abstratos, pois eles não colaboram para a construção de um conhecimento científico que considere a ação humana em suas peculiaridades do movimento geracional. Dessa maneira, tratar o problema sociológico das gerações da maneira proposta por Mannheim (1982) proporciona uma maior aproximação do conhecimento científico com a realidade.

Entendemos que os posicionamentos e os lugares estruturais que as mulheres ocupam produzem experiências particulares e específicas compreensões dos processos sociais (YOUNG, 2006). A atuação pública das mulheres que participam da vida pública, mesmo depois de chegarem à velhice, cria suas esferas de atuação como um espaço político de reivindicação e transformação das relações de gênero. A presença dessas mulheres em determinados espaços no mundo da política, do trabalho ou ainda da intervenção social amplia o acesso, o reconhecimento e as condições de participação e permanência das mulheres nessas instâncias de poder.

Um dos núcleos de definição sobre gênero como uma categoria analítica é descrito por Scott (1995, p. 86) como “uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Um tempo depois da discussão inicial sobre como gênero é uma poderosa categoria analítica, Scott (2012) reafirma a utilidade desse recorte, mesmo quando seu uso se tornou tão generalizado que parecia não categorizar mais nenhum processo histórico e social. Escreve a autora:

É esta luta política que eu penso que deve comandar nossa atenção, porque gênero é a lente de percepção através da qual nós ensinamos os significados de macho/fêmea, masculino/feminino. Uma “análise de gênero” constitui nosso compromisso crítico com estes significados e nossa tentativa de revelar suas contradições e instabilidades como se manifestam nas vidas daqueles que estudamos. (SCOTT, 2012, p. 332).



Nesse sentido, ao estudar questões relacionadas à condição de gênero das mulheres, que vivenciam estruturas geracionais determinadas, articulamos duas categorias que possibilitam um melhor dimensionamento metodológico para o estudo geracional, ao menos no terreno dos estudos sobre envelhecimento feminino: geração e gênero. Tal como proposto por Guita Debert (1999), é preciso significar como as mulheres lidam com o envelhecer. Ao dimensionar a atuação de nossas entrevistadas na vida social e política pretendemos conhecer os caminhos percorridos por elas para se manterem ativas durante o processo do envelhecimento. Portanto, além do recorte geracional, há aqui a presença do recorte de gênero.

A teoria feminista não só avançou no debate sobre os direitos políticos e sociais das mulheres como contribuiu para o entendimento das questões de identidade que influenciaram significativamente no modo de viver das gerações atuais (HALL, 2006). A teoria e prática feminista, ainda, ao questionar sobre a naturalidade do feminino, abriu margem para discussões mais profundas sobre o significado de “ser mulher”, significado esse que pode ser múltiplo, assim como afirma Joan Scott:

[...] “homem” e “mulher” são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas. (SCOTT, 1995, p. 93).

Isso significa que não há um único sentido para a condição de gênero de uma mulher, seus significados se transformam e não podem ser fixados em concepções universais. Diante disso, questionamos se quando tratamos sobre “mulheres” estamos realmente lidando com todas as questões que afetam as pessoas desse gênero, pois a experiência feminina é constituída por determinações sociais e históricas que não podem definir uma identidade única para as mulheres. Olhar sob essa perspectiva nos permite “entender diferentes femininos” (EVARISTO, 2005, p. 6).

Algumas correntes do movimento feminista, representadas aqui pelo feminismo negro interseccional<sup>1</sup>, atentas a essas conexões plurais na vida social, têm buscado reconhecer que o nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações

---

1 Movimento protagonizado por mulheres negras que buscaram pensar o feminismo de maneira distante dos universalismos, considerando que há um imbricamento dos processos de exclusão e desigualdades (WESCHENFELDER; FABRIS, 2019).

globais de poder. Nesse sentido, a teórica Avtar Brah (2006) considera ainda que a nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza por meio de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Concordamos com abordagens recentes, como a que foi feita por Camilla de Magalhães Gomes (2018), que reafirma gênero como categoria útil de análise, desde que incluído em seu uso o recorte de raça.

Compreende-se, portanto, que dentro dessas estruturas de poder, não existimos apenas como mulheres e nossas relações sociais são permeadas pela intersecção de categorias diferenciadas, nominadas como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes” (BRAH, 2006). Desse modo, há a vivência de experiências em diferentes segmentos na sociedade, que são resultados de transformações sociais e culturais percebidas de acordo com os movimentos geracionais que as solidificam.

Nessa perspectiva, a categoria gênero torna-se uma ferramenta de descentramento de identidades universais, que ao transbordar ou esvaziar o seu significado, contestando a universalidade da “humanidade” e apresentando as experiências privadas da vida familiar, sexual e doméstica como questões políticas, demonstra como uma situação social é fluída e maleável, de acordo com as necessidades de uma sociedade e das interferências dos seus agentes (HALL, 2006).

Ligada estreitamente à problemática das mudanças sociais e ao modo como as diferenças geracionais são experimentadas na vida em sociedade, a questão das gerações permite visualizar as experiências de envelhecimento que estão conectadas às referências de classe, de gênero e de cor (BARROS, 2006). Quando se diferencia essas experiências segundo suas perspectivas de gênero percebe-se que suas peculiaridades constroem cotidianamente estruturas significativas para a vivência social, tornando o conceito gênero um referencial de análise que possibilita a compreensão do sistema de poder que estabelece desigualdades baseadas na sexualização.

Ao mobilizar o conceito de geração, pode-se visualizar a condição de gênero como uma situação social que proporciona uma perspectiva específica dentro de sua geração, no entanto, se não utilizamos uma conceituação de gênero que considere a diversidade de significados sobre o “ser mulher”, por exemplo, a concepção de unidades geracionais se distancia do conceito de geração proposto por Mannheim (1982).

O processo de escolha das interlocutoras e o desenvolvimento da metodologia são os principais momentos de mobilização dessa perspectiva,

além do tratamento analítico. Diante do posicionamento teórico apresentado, mapeamos mulheres de uma mesma posição geracional, que possuem 60 anos ou mais e que são conectadas por sua condição de mulher, mais precisamente, a mulher que possui uma trajetória de vida pública ativa com atuação profissional e política.

A posição geracional é a de pessoas nascidas entre as décadas de 1940 e 1950, que viveram as transformações no mercado de trabalho, seja com a integração de mulheres na formalidade e sua profissionalização ou, ainda, que vivenciaram em suas trajetórias as mudanças nos regimes sociodemográficos de nupcialidade, natalidade, mortalidade e aumento da expectativa de vida. Esses fenômenos começaram a se intensificar na década de 1970 (OLIVEIRA; VIEIRA; MARCONDES, 2015), período em que as participantes viveram sua juventude ou início da vida adulta, o que influenciou no modo como conduziram suas vidas em sociedade.

Conectadas pela vivência feminina, constituindo uma grande unidade geracional pautada na perspectiva do gênero que se identificam, as cinco mulheres que aceitaram o convite de participar deste estudo apresentam uma diversidade de vivências que representam diferentes situações sociais. Além da condição de gênero, outros fatores podem ser unificadores geracionais: a escolaridade, profissionalização e posição social como lideranças.

Suas trajetórias demonstraram que para haver a manutenção de uma vida pública, alguns padrões no estilo de vida foram necessários para a maioria delas. Além de carreiras profissionais consolidadas, todas as entrevistadas possuem curso superior completo e uma vida financeira estável de classe média<sup>2</sup>. Além de manterem um estilo de vida familiar característico, apenas duas entrevistadas possuem filhos, sendo no máximo três. Três participantes não possuem descendentes.

Para visualizar com mais clareza quem são nossas interlocutoras, apresentamos a seguir um perfil geral das mulheres entrevistadas. É importante destacar que todos os nomes utilizados são fictícios, o intuito é preservar certo conforto de escrita ao realizar as análises diante do anonimato das participantes<sup>3</sup>. Lídia possui 68 anos, é advogada, empresária e engajada no associativismo de mulheres do ramo empresarial. Raquel tem 76 anos, é religiosa, atuante em organizações do catolicismo e enfermeira dedicada

---

2 Dados sobre o perfil geral das entrevistadas, como data de nascimento, grau de escolaridade e renda per capita, foram coletados por meio do preenchimento de uma ficha de dados gerais.

3 As participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido em que consta essa informação.

a políticas de saúde da infância e da família. Fátima, com seus 74 anos de idade, diz ser pedagoga de formação e agricultora por acidente, atualmente possui uma das propriedades rurais mais produtivas do país. Elena, 68 anos, é historiadora e especialista em gênero e raça, foi pesquisadora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) durante 30 anos e na atualidade é ativista em uma Rede de Mulheres Negras e no Movimento LGBTTI<sup>4</sup>. Leonor, 63 anos, advogada e sindicalista, na juventude foi militante no combate à ditadura militar e atualmente é membro de uma organização partidária.

Cada uma dessas interlocutoras possibilitam o dimensionamento de diferentes perspectivas, representadas em diversas unidades geracionais: da mulher da classe média alta inserida no meio empresarial, da mulher religiosa dedicada ao engajamento social, da mulher de classe alta ruralista, da mulher negra ativista política e da mulher socialista e engajada no combate às desigualdades.

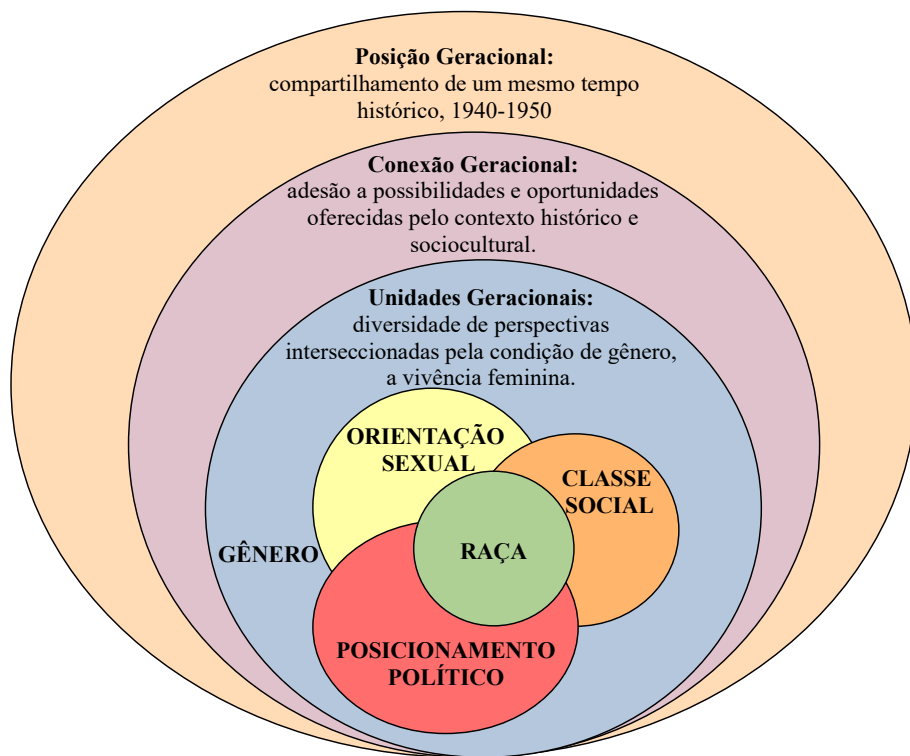
Diante do perfil das participantes, o conceito de geração possibilitou delimitar as peculiaridades vivenciadas na posição geracional em que essas mulheres se localizam, no entanto, apenas a articulação com a conceitualização de gênero, considerando interseccionalidades, é que permite que essas peculiaridades sejam analisadas de modo a contemplar as experiências concretas que essas mulheres vivenciam em suas diferentes unidades geracionais. Apresentamos a seguir o Esquema 1, que demonstra como as mulheres estão localizadas geracionalmente de acordo com o conceito de geração de Mannheim (1982).

De acordo com o Esquema 1, é possível perceber que a posição geracional proporciona a potencialidade de comportamentos e ações compartilhadas, que só se mostram efetivas se as outras características estruturais que constituem a formação de uma geração estejam presentes na vida cotidiana. Dessa maneira, só há uma conexão geracional à medida que há adesão às potencialidades proporcionadas pela posição geracional. As unidades geracionais possuem a função de moldar os comportamentos e ações compartilhadas de acordo com cada situação social a que individualmente as pessoas pertencem. Nesse sentido, o gênero funciona como uma grande unidade geracional que agrega a perspectiva em comum de uma geração, mas que pode sofrer múltiplas subdivisões a depender de condicionantes como o posicionamento político, classe, raça ou orientação sexual.

---

4 Acreditamos ser importante demarcar os motivos pelos quais utilizamos essa nomenclatura para tratar da população LGBTTI. A sigla se refere a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais e intersexo, de acordo com a denominação indicada pela Associação Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (ABGLT), instituição em que uma das agentes dessa pesquisa é representante (HISTÓRIA..., 2021).

### Esquema 1: Relação entre a posição, conexão e unidade geracional das interlocutoras



Fonte: Elaboração própria (2020).

A articulação dos conceitos de geração e gênero gerou a compreensão, por exemplo, sobre quais conexões se estabelecem entre a trajetória de vida de uma interlocutora e o percurso das outras, por considerar que a vivência feminina é dotada de significados que se constroem na vivência social. Além disso, foi possível refletir sobre as aproximações na construção das trajetórias de destaque de pessoas com posicionamentos e visões tão distintas, como é o caso de Lídia e Fátima, duas participantes que tendem a aderir a posições mais liberais, em relação às outras três, Raquel, Elena e Leonor, que se dedicam a pautas mais progressistas.

Para compreender como o compartilhamento de um tempo histórico, a posição geracional, pode desencadear diferentes perspectivas sobre a vivência social e ao mesmo tempo traz aproximações entre as entrevistadas, apresento o Quadro 1, que demarca temporalmente as etapas de amadurecimento das interlocutoras.

**Quadro 1:** Demarcação temporal das etapas de amadurecimento das interlocutoras

Nome	Idade	Década de nascimento	Década em que atingiu 18 anos	Década em que atingiu 29 anos	Década em que atingiu 60 anos
Lídia	69	1951	1969	1980	2011
Raquel	77	1943	1961	1972	2003
Fátima	75	1945	1963	1974	2005
Elena	69	1951	1969	1980	2011
Leonor	64	1956	1974	1985	2016

Fonte: Elaboração própria (2020).

De acordo com o Quadro 1, o período de nascimento das entrevistadas é entre os anos de 1940 e 1950. Entre o fim da década de 1960 e meados da década de 1970, elas viveram o início da sua juventude. A vida adulta se concentrou por volta dos anos de 1980 e o processo de envelhecimento chegou apenas no início do século XXI. É possível destacar, portanto, que essas mulheres compartilharam uma série de momentos históricos peculiares a uma vida moderna e, principalmente, para a constituição da vida política brasileira. Para visualizar melhor esses marcos históricos e contextos socioculturais compartilhados pelas interlocutoras, pontuamos no Quadro 2 os momentos mais marcantes que elas vivenciaram e em que fase da vida elas estavam.

**Quadro 2:** Marcos históricos e contextos socioculturais compartilhados pelas interlocutoras

Décadas	Marcos históricos e contextos socioculturais	Fases da vida das interlocutoras
1940	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Segunda Guerra Mundial, findada em 1945;</li> <li>● Fundação da Organização das Nações Unidas (ONU);</li> <li>● Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948);</li> <li>● Queda do Estado Novo, governado por Getúlio Vargas, e redemocratização do país;</li> <li>● Instituição do salário-mínimo e Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);</li> <li>● Criação do Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB).</li> </ul>	Infância de Raquel e Fátima
1950	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Juscelino Kubitschek foi presidente do Brasil (1956 a 1960);</li> <li>● Fortalecimento da política econômica desenvolvimentista.</li> </ul>	Infância de Lídia, Elena e Leonor
1960	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Fechamento dos canais democráticos no Brasil, Golpe Militar de 1964;</li> <li>● Crescimento dos movimentos sociais contrários à ditadura militar;</li> <li>● Comercialização da pílula anticoncepcional.</li> </ul>	Juventude de Raquel e Fátima

Continua...

**Quadro 2:** Continuação.

<b>Décadas</b>	<b>Marcos históricos e contextos socioculturais</b>	<b>Fases da vida das interlocutoras</b>
<b>1970</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Criação do Movimento Negro Unificado (MNU);</li> <li>● Fundação do Movimento Feminino pela Anistia;</li> <li>● I Encontro Nacional das Comunidades de Base, com o tema “Igreja que nasce do povo”;</li> <li>● O movimento negro elege a data da morte de Zumbi dos Palmares como Dia Nacional da Consciência Negra;</li> <li>● A UNE realiza sua primeira eleição direta, com 343 mil votantes (1979).</li> </ul>	<p>Juventude de Lídia, Elena e Leonor</p> <p>Início da vida adulta de Fátima e Raquel</p>
<b>1980</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Movimento Diretas Já!;</li> <li>● Eleições diretas (governadores, senadores, deputados federais e estaduais);</li> <li>● Voto dos analfabetos, legalização dos partidos comunistas e eleições diretas em todos os níveis, liberdade para a criação de partidos e coligações;</li> <li>● Aprovação da Constituição Cidadã (1988).</li> </ul>	<p>Início da vida adulta de Lídia, Elena e Leonor</p>
<b>1990</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Estatuto da Criança e Adolescente – ECA;</li> <li>● Eleições gerais no Brasil: Governos Estaduais e Assembleias, Senado, Câmara dos Deputados (1990);</li> <li>● Movimento Caras-Pintadas (1992);</li> <li>● Impedimento do Presidente Fernando Collor (1992);</li> <li>● IV Conferência Mundial da ONU sobre a mulher, em Beijing (1995);</li> <li>● Fernando Henrique Cardoso é eleito e reeleito à presidência do Brasil (1994 a 2002);</li> <li>● Difusão da internet em todo território nacional.</li> </ul>	<p>Auge da vida adulta das cinco interlocutoras</p>
<b>2000</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Lula é eleito Presidente da República no segundo turno, vencendo José Serra, do PSDB (2002);</li> <li>● Promulgada, no Brasil, a convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, pelo Decreto nº 4.377, de 13/9/2002;</li> <li>● Criação da Lei Maria da Penha.</li> </ul>	<p>A chegada à velhice de Fátima e Raquel</p>
<b>2010</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Manifestações de Junho de 2013;</li> <li>● Sancionadas as leis nº 12.711/2012 e 12.711 que definem cotas sociais e raciais nas instituições federais;</li> <li>● Manifestações de maio de 2015, contra o governo Dilma Rousseff;</li> <li>● Golpe parlamentar e impedimento da Presidenta Dilma Rousseff (2016);</li> <li>● Ascensão reacionária no cenário político, eleição de Jair Bolsonaro (2018).</li> </ul>	<p>A chegada à velhice de Lídia, Elena e Leonor</p>

Fonte: Elaboração própria (2020).

○ Quadro 2 indica que em momentos decisivos da história política brasileira as entrevistadas viveram períodos importantes do seu processo de amadurecimento e não só os vivenciaram como construíram boa parte

desse movimentos, principalmente no que se refere ao processo de redemocratização do Brasil, nos anos de 1980 a 1990, e de solidificação dos movimentos sociais.

Ao analisar os relatos de experiências das nossas interlocutoras, percebemos que a questão de gênero não se mostrava como um movimento central na política brasileira, a organização de mulheres estava difusa entre os movimentos de trabalhadores, organizações partidárias ou religiosas. Isso significa que os processos de redemocratização foram vivenciados pelas entrevistadas em dois momentos distintos. O primeiro após a queda do Estado Novo, seguido do fim da ditadura militar, direcionando a organização das mais diversas correntes políticas no nosso país, isto é, a luta por direitos ao trabalho, educação, saúde, liberdade e o combate às desigualdades são pautas muito presentes na vida política e social dessa geração de pessoas nascidas entre os anos 1940 e 1950.

Diante desse contexto, é possível afirmar que a posição geracional em que se localizam as participantes do estudo possibilita a construção de trajetórias ativas politicamente, ou que pelo menos possuam atitudes e modos de agir e pensar progressistas, no sentido de buscar novos espaços de atuação. Para as gerações anteriores de mulheres, essa realidade era de menor acesso ou inacessível.

Dizer que o contexto político atravessado pelas interlocutoras pode dar a elas valores mais progressistas não significa que todas compartilhem do mesmo posicionamento político, muito pelo contrário, é possível perceber que muitas delas aderem a posições muito diferentes em relação à política nacional. No entanto, existem discursos que se encontram, independentemente se elas são mais progressistas ou conservadoras, como é o caso da valorização do papel da mulher no mercado de trabalho e da sua liberdade de escolha. Esse discurso é mobilizado com justificativas diferentes e está presente na fala de todas as entrevistadas, o que pode ser resultado do movimento de democratização de direitos vivenciado por elas nesse período histórico.

Em âmbito geral, situar trajetórias que, embora compartilhem uma mesma posição geracional apresentam perfis tão distintos, possibilita demonstrar que ainda que haja diferentes perspectivas da vida em sociedade para cada uma delas, ainda há conexões e determinações estruturais da geração a que pertencem e as colocam em posições semelhantes. Ainda que a maneira como desenvolvem significados para o mundo seja distinta, há condicionantes que potencializaram a possibilidade de viverem nas posições de destaque em que



vivem. É a condição de gênero de uma geração de mulheres em posição de liderança que conecta essa diversidade de perfis.

### Considerações finais

Parte da atenção em criar alternativas de análise das categorias gênero e geração é impelida pelos novos moldes demográficos que se impõem à realidade brasileira, em que se observa a sobrevivência das trajetórias femininas, fenômeno intitulado de “feminização da velhice, explicada pelos diferenciais de mortalidade entre homens e mulheres, tendendo a se ampliar nos grupos etários mais avançados” (SOARES, 2012, p. 168).

Segundo Soares (2012), ainda, esse fenômeno é tratado pelos órgãos públicos como um problema para as políticas públicas, pois as mulheres não fizeram parte, oficialmente, do setor produtivo, portanto, não possuem contribuição previdenciária, por exemplo. Além disso, em grande maioria, essas mulheres, que cada vez mais ganham uma perspectiva de vida elevada, possuem baixa escolaridade e pouca qualificação. Essa realidade contrapõe o perfil de nossas entrevistadas, no entanto, pois este estudo trata de um novo perfil de idosas que participam da vida pública e do mundo do trabalho, uma nova configuração que aparece nos índices socioeconômicos. Além disso, as mulheres idosas que possuem uma renda mínima, possibilitada por auxílios previdenciários ou programas da política de assistência social, adquirem um lugar nas estruturas familiares, participando da manutenção da família, por exemplo.

Em síntese, quando relacionamos as categorias gênero e geração, percebemos que os atravessamentos que perpassam as trajetórias femininas nos oferecem desafios analíticos e metodológicos e, o mais importante, colocam em questionamento o discurso tutelar e estereotipado sobre as pessoas idosas, pois ao observarmos os percursos cotidianos dessa geração, percebemos que seus agentes não são passivos e dependentes, as mulheres entrevistadas por nossa pesquisa comprovam isso. Portanto, “rebelião da terceira idade na quarentena” não é resultado de uma inconsequência, e sim de uma defesa da independência e capacidade de escolha dessas mulheres construída ao longo de décadas.

### Referências

BARROS, M. M. L. Trajetória dos estudos de velhice no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 52, p. 109-132, 2006.

BOSI, E. Lembranças de família. *In*: BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 423-433.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 26, p. 329-376, 2006.

CARVALHO, G. P. Uma reflexão sobre a rede mundial de computadores. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 21, n. 2, p. 549-554, 2006.

DEBERT, G. G. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. **Antropologia e Velhice**, Campinas, n. 13, p. 7-27, 1998.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: socialização e reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Edusp, 1999.

DOLCE, J. Mirian Goldenberg: “Lutar contra a velhofobia é lutar pela nossa própria velhice”. **Publica**, São Paulo, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ldjjGT>. Acesso em: 27 mar. 2021.

EVARISTO, C. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. **Nossa Escrivência**, Maricá, 11 out. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3oNSnzO>. Acesso: 11 out. 2021.

FEIXA, C.; LECCARDI, C. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 25, n. 2, p. 185-204, 2010.

GOMES, C. M. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, 2018.

GONÇALVES, M. A reinvenção da velhice: socialização e reprivatização do envelhecimento. **Pro-Posições**, Campinas, v. 13, n. 2, 2002. Resenha da obra de: DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: socialização e reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Edusp, 1999.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HISTÓRIA de luta. **ABGLT**, Niterói, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3IkIF7b>. Acesso em: 17 jul. 2021.

IANNI, O. O jovem radical. *In*: IANNI, O. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. p. 225-242.

LINHA do tempo dos direitos humanos Brasil. **DHnet**, [s.l.], 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2Yn8itv>. Acesso em: 16 mar. 2020.

MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. *In*: MANNHEIM, K. **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. p. 36-61.

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. *In*: FORACCHI, M. M. (org.). **Karl Mannheim: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982. p. 67-95.

PRENDAM as avós em casa (rebelião da 3º idade na quarentena). Youtube. 09 de abril de 2020. Duração 21'49" 2020. Disponível em: <<https://youtu.be/LRuYRcN607g>>. Acesso dia 09 de outubro de 2021.

OLIVEIRA, A. **Histórico, produção e aplicabilidade da Lei Maria da Penha**: Lei nº 11.340/2006. 2011. Monografia (Especialização em Processo Legislativo) – Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Brasília, DF, 2011.

OLIVEIRA, M. C.; VIEIRA, J. M.; MARCONDES, G. S. Cinquenta anos de relações de gênero e geração no Brasil: mudanças e permanências. *In*: ARRETCHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Unesp, 2015. p. 309-333.

PEDRO, J. M. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCOTT, J. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, 2012.

SOARES, C. Envelhecimento populacional e as condições de rendimento das idosas no Brasil. **Gênero**, Niterói, v. 12, n. 2, p. 167-185, 2012.

SOARES, I. S. Caminhos, pegadas e memórias: uma história social do movimento negro brasileiro. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 71-87, 2016.

TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 35-62, 2014.

TOLEDO, L. H.; SOUZA JUNIOR, R. A. P. Sociabilidade pandêmica? O que uma antropologia urbana pode dizer a respeito da crise deflagrada pela COVID-19. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, p. 53-64, 2020.

WELLER, W. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 7, n. 13, p. 260-300, 2005.

WELLER, W. Karl Mannheim: um pioneiro da sociologia da juventude. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais [...]**. Recife: UFPE, 2007.

WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 25, n. 2, p. 205-224, 2010.

WESCHENFELDER, V. I.; FABRIS, E. T. H. Tornar-se mulher negra: escrita de si em um espaço interseccional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, p. 1-15, 2019.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

Recebido em 04 de maio de 2021.

Aprovado em 12 de julho de 2021.

## A UNIVERSIDADE E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE: CONHECIMENTO DE DISCENTES E DOCENTES SOBRE A TRANSEXUALIDADE

---

Rodrigo Dornelas<sup>1</sup>

Raphaella Barroso Guedes Granzotti<sup>2</sup>

José Humberto Guimarães Santos<sup>3</sup>

Priscilla Daiana Figueiredo Souza<sup>4</sup>

Kelly da Silva<sup>5</sup>

**Resumo:** Este artigo tem o objetivo de analisar o conhecimento sobre a transexualidade entre discentes e docentes de cursos da área de saúde de uma universidade federal. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, exploratória e transversal da qual participaram 144 discentes e 23 docentes, que responderam a um questionário com dados sociodemográficos e sua compreensão e conhecimento sobre transexualidade e saúde. Observou-se uma lacuna referente ao conhecimento sobre transexualidade entre docentes e discentes. Discentes se apropriam de mais conceitos, porém se sentem inseguros para atender pessoas trans, visto que o tema não é abordado na grade curricular. Os docentes, apesar de acharem a temática importante, não abordam com os alunos e têm pouco conhecimento sobre alguns conceitos.

**Palavras-chave:** Transexualidade; Universidades; Profissionais da saúde.

**Abstract:** This study sought to analyze the knowledge about transsexuality among health students and professors of a federal university. This is a quantitative-qualitative, exploratory, cross-sectional research conducted with 144 students and 23 professors who answered a questionnaire about their sociodemographic



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

---

1 Doutor em Fonoaudiologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: rodrigodornelas@medicina.ufrj.br. Orcid: 0000-0002-9710-5751

2 Doutora em Neurociências, Universidade Federal de Sergipe, Brasil. E-mail: raphaelabgg@gmail.com. Orcid: 0000-0002-9064-439X

3 Bacharel em Medicina, Universidade Federal de Sergipe, Brasil. E-mail: josehumbertoguimaraes@gmail.com. Orcid: 0000-0003-2825-9295

4 Bacharel em Enfermagem, Universidade Federal de Sergipe, Brasil. E-mail: priscillafigueiredo@live.com. Orcid: 0000-0002-7017-8723

5 Doutora em Psicobiologia, Universidade Federal de Sergipe, Brasil. E-mail: kelly.fonoufs@gmail.com. Orcid: 0000-0002-9193-7282

data and understanding and knowledge about transsexuality and health. The results indicate a knowledge gap regarding transsexuality. Although students understand more concepts related to the theme, these are not addressed in the curriculum, thus making them feel insecure about attending to a trans person. Professors deem the theme as essential, but they do not approach it in their courses and have little knowledge about some concepts.

**Keywords:** Transsexualism; Universities; Health personnel.

Nos últimos anos têm surgido a discussão a respeito da formação de profissionais da saúde que atuem em consonância com os princípios e necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS) (CASTRO; CARDOSO; PENNA, 2019). Para que isso ocorra é necessário que os projetos político-pedagógicos dos cursos se atentem a todas as políticas públicas de saúde, especialmente as voltadas às populações mais vulneráveis e com forte estigma social, como as pessoas LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgênero, *queers*, intersexuais e assexuais).

Na esfera do SUS, a Política Nacional de Saúde LGBT reconheceu as demandas específicas dessa população e trouxe como compromisso ético-político a não discriminação nos espaços e atendimentos (BRASIL, 2013). Entretanto, para que essa política reflita no real acesso e acolhimento dessas pessoas, é necessário inserir a discussão na formação universitária de profissionais de saúde e incluir essa demanda nas diretrizes curriculares nacionais (DCN) dos cursos de graduação nas áreas de saúde.

Esse assunto ainda é pouco abordado nos cursos de saúde e os entraves para isso precisam ser estudados e discutidos. Em estudo sobre a perspectiva de discentes dos cursos de medicina e de enfermagem a respeito da transexualidade, pôde-se observar, de forma geral, desconhecimento da temática abordada, com visões estereotipadas, estigmatizadoras e preconceituosas, como se observa em outros segmentos sociais discriminados (MATÃO et al., 2010). Isso permite concluir que a formação técnico-científica, sem as discussões pertinentes referentes à orientação sexual e identidade de gênero, não é suficiente para a formação de profissionais capazes de diminuir as vulnerabilidades desta população.

Leite Junior e Lopes (2017) afirmam que inserir a temática de travestilidade e transexualidade na formação de graduação é prezar por uma assistência, em diferentes equipamentos sociais, qualificada. Defendem ainda que a formação seja capaz de romper com a história de exclusão dessa população, com o estigma e com a transfobia.

Considerando a importância de que profissionais de saúde criem um ambiente com interações transpositivas (BEAGAN et al., 2013) e livre das opressões sociais, religiosas e culturais, este estudo buscou escutar o que a comunidade acadêmica entende sobre transexualidade e identidade de gênero. Desse modo, pretende-se analisar o conhecimento sobre a transexualidade entre discentes e docentes de cursos da área de saúde em uma universidade pública federal.

## **Método**

Trata-se de um estudo de caráter quanti-qualitativo, exploratório e transversal. A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa de uma universidade federal sob o parecer de número 1.666.370 e seguiu as recomendações éticas das resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, do Conselho Nacional de Pesquisa (Conepe).

A pesquisa foi realizada em um campus da saúde de uma universidade pública localizada no Nordeste e a coleta de dados ocorreu de janeiro a março de 2017. Foram apresentados dois questionários estruturado pelos pesquisadores, um para os docentes e outro para os discentes, ambos com 21 perguntas objetivas e discursivas, organizadas em três eixos: (1) dados sociodemográficos; (2) compreensão sobre transexualidade; e (3) conhecimento sobre saúde e transexualidade. Como critério de inclusão para discentes, o participante deveria ter finalizado o segundo ano letivo do curso; no caso dos docentes, deveria ser graduado na área de sua lotação.

Participaram da pesquisa 167 pessoas, sendo 144 discentes e 23 docentes, e todos os cursos foram contemplados nos dois grupos. Os discentes foram nomeados de E01 a E144 e os docentes de D01 a D23, de acordo com o número de participantes.

A análise quantitativa dos resultados levou em conta as frequências absolutas e relativas e, para comparação entre as respostas de docentes e discentes, foi utilizado o teste de Qui-quadrado, considerando um nível de significância de 5%. Para a análise qualitativa dos dados, foram seguidas as etapas da análise de conteúdo: organização dos dados, codificação, categorização, inferências e interpretação (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). A categorização inicial correspondeu aos itens estabelecidos nos três eixos do questionário. As respostas ao questionário foram organizadas em temas, em seguida categorizadas por assunto de acordo com a frequência

em que surgiam no decorrer das transcrições. Organizou-se uma planilha para registro das perguntas objetivas e, posteriormente, foi realizada análise descritiva de acordo com frequências absolutas e relativas.

## Resultados

O perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa está apresentado na Tabela 1.

**Tabela 1:** Perfil sociodemográficos dos participantes da pesquisa

Variável	Docentes		Discentes	
	n	(%)	n	(%)
<b>Gênero</b>	Feminino	17 (74)	106 (73,6)	
	Masculino	04 (17,4)	38 (26,4)	
	Outras	02*	(8,6)	0 (0)
<b>Faixa etária</b>	19 a 30 anos	06 (26,1)	135 (93,8)	
	31 a 40 anos	13 (56,5)	09 (6,2)	
	41 a 53 anos	04 (17,4)	0 (0)	
<b>Estado Civil</b>	Casado	13 (56,5)	08 (5,5)	
	Divorciado	02 (8,7)	02 (1,4)	
	Solteiro	8 (34,8)	132 (91,7)	
	Outras	0 (0)	02 (1,4)	
<b>Naturalidade</b>	Nordeste	10 (43,5)	136 (94,4)	
	Sudeste	09 (39,1)	06 (4,2)	
	Sul	03 (13)	01 (0,7)	
	Centro-Oeste	00 (0)	01 (0,7)	
	Norte	01 (4,4)	00 (0)	
<b>Área de formação</b>	Enfermagem	04 (17,4)	30 (20,8)	
	Farmácia	01 (4,4)	21 (14,6)	
	Fisioterapia	01 (4,4)	08 (5,5)	
	Fonoaudiologia	03 (13)	12 (8,3)	
	Medicina	02 (8,6)	32 (22,2)	
	Nutrição	01 (4,4)	04 (2,8)	
	Odontologia	03 (13)	16 (11,1)	
	Terapia Ocupacional	08 (34,8)	21 (14,6)	
<b>Titulação</b>	Graduação	01 (4,4)	0 (0)	
	Especialista	02 (8,6)	0 (0)	
	Mestre	10 (43,5)	0 (0)	
	Doutor	10 (43,5)	0 (0)	

Legenda: \* duas pessoas responderam neste campo que eram heterossexuais.

Quando questionados se conheciam a diferença entre os termos “transexualidade” e “transexualismo”, 77 (46,1%) participantes referiram não saber



a diferença e 89 (53,3%) afirmaram distinguir os termos. Um participante (0,6%) não respondeu a essa questão. A comparação entre a frequência das respostas entre discentes e docentes pode ser vista na Tabela 2.

**Tabela 2:** Comparação do conhecimento autorreferido dos termos transexualismo e transexualidade entre docentes e discentes

		Docente N (%)	Discente N (%)	p-valor
Conhece a diferença entre transexualidade/transexualismo?	Sim	6 (29,2%)	71 (49,7%)	0,03*
	Não	17 (70,8%)	72 (50,3%)	
Você já participou de algum evento sobre a situação social e de saúde da população trans?	Sim	4 (17,4%)	25 (17,4%)	1,0
	Não	19 (82,6%)	119 (82,6%)	

Legenda: \*indicam valores estatisticamente significativo segundo o teste qui-quadrado.  
Um discente não respondeu a essa pergunta.

As Tabela 3 e 4 apresentam as respostas dos docentes e discentes, respectivamente, em relação à temática LGBTQIA+.

**Tabela 3:** Frequência de respostas dos docentes referente às temáticas LGBTQIA+

Você sabia que o SUS regulamentou o uso do nome social?	Sim	15 (65,2%)
	Não	8 (34,8%)
Conhece a sigla LGBTQIA+?	Sim	0 (0%)
	Não	23 (100%)
Acha pertinente abordar esta temática com os discentes?	Sim	22 (95,6%)
	Não	01 (4,4%)
O PPC do curso aborda a temática LGBTQIA+?	Sim	01 (4,4%)
	Não	18 (78,3%)
	Não sabe informar	4 (17,4%)

Legenda: LGBTQIA+: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgênero, *queers*, intersexuais e assexuais.

**Tabela 4:** Frequência de respostas dos discentes referente às temáticas LGBTQIA+

A temática LGBTQIA+ já foi abordada em algum momento de sua formação?	Sim	44 (30,5%)
	Não	100 (69,5%)
Após formado, acredita que estará apto para atender pessoas trans?	Sim	71 (49,3%)
	Não/Não sabe	73 (50,7%)

Legenda: LGBTQIA+: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgênero, *queers*, intersexuais e assexuais.

Para entender a percepção dos participantes sobre a transexualidade, a questão disparadora foi: “O que você entende por transexualidade?”. As respostas foram organizadas em quatro categorias: (1) associação à orientação sexual; (2) procedimentos e intervenções relacionadas ao sexo biológico; (3) transexualidade como opção; e (4) gênero, identidade de gênero e performatividade, descritas a seguir.

#### 1) Associada à orientação sexual:

[...] *peessoas que tem opções sexuais iguais.* (E08).

[...] *é uma opção sexual, na qual o indivíduo passa por uma transformação nas características sexuais.* (E122).

[...] *Quando por exemplo o homem quer o corpo da mulher.* (E137).

#### 2) Procedimentos e intervenções relacionadas ao sexo biológico:

[...] *Condição de um indivíduo no qual o gênero de seu nascimento difere de sua identidade ou desejo, assim, procura fazer internação médica para mudança.* (E15).

[...] *mudança de sexo.* (E17).

[...] *mudança de sexo masculino para o sexo feminino.* (E23).

[...] *Pessoa que realiza a mudança de sexo por cirurgia.* (E107).

[...] *Pessoa que realiza a mudança de sexo por cirurgia.* (D14).

[...] *entendo como sendo um indivíduo que se identifica, em todos os sentidos, com o gênero oposto ao seu nascimento e busca, via intervenção médica, mudança de gênero.* (D57).

#### 3) Transexualidade como opção:

[...] *uma pessoa que opta em mudar de gênero.* (D04).

[...] *mudança de sexo optada pelo próprio indivíduo.* (D06).

[...] *é uma opção sexual, na qual o indivíduo passa por uma transformação nas características sexuais.* (E09).

[...] *A opção de identidade de gênero mais adequada com o pensamento do indivíduo.* (E118).

#### 4) Gênero, identidade de gênero e performatividade:

[...] *transexualidade refere-se à pessoa que assume a identidade de um gênero diferente do que era ao nascer.* (E118).

[...] *troca de identidade sexual.* (D11).

[...] *é quando uma pessoa se entende de outro jeito, diferente do gênero imposto a ele na anatomia.* (D22).

[...] *Condição em que o indivíduo não se identifica com o corpo que nasce.* (E19).

[...] *Caracteriza-se por uma pessoa que não se encontra no sexo do corpo que nasceu e opta por se vestir e se comportar como o sexo oposto.* (E43).

[...] *Condição de um indivíduo cuja identidade de gênero não condiz com a identidade de gênero desejada ao nascer.* (E51).

[...] *efeito pelo qual leva um indivíduo a se adequar ao gênero que este se identifica, independente[mente] de sua condição biológica.* (E76).

[...] *necessidade/vontade de pertencer a outro sexo.* (E99).

## Discussão

A transexualidade aponta para discussões necessárias em nossa sociedade, que reconhece apenas o binarismo macho e fêmea em uma perspectiva normativa. Reconhecer o caráter incerto e mutável das identidades significa questionar o sistema normativo binário baseado no dismorfismo sexual (TEIXEIRA, 2012).

Os equipamentos em saúde que prestam assistência a pessoas trans e travestis que procuram atendimento no processo transexualizador no Brasil foram organizados a partir da regulamentação dessa prática, após a publicação da Resolução nº 1.482/1997, do Conselho Federal de Medicina (CFM). Considerados atendimentos de alta complexidade, a maioria desses serviços encontra-se em hospitais públicos universitários (ARÁN; MURTA, 2009). Assim, a universidade, além do papel crucial na formação de futuros profissionais, é um dos espaços em que a assistência às pessoas trans é realizada. Vinculados à rede federal de ensino, os hospitais universitários são implementados para atender às necessidades práticas de formação de médicos e demais profissionais da saúde das universidades públicas (ARAÚJO; LETA, 2014).

Nesta pesquisa constatou-se que docentes diferenciam menos o uso dos sufixos -ismo e -idade, em comparação com os discentes. O sufixo -idade em uma palavra classificada como adjetivo forma um substantivo que pode expressar estado, situação, quantidade ou modo de ser. O sufixo -ismo pode formar substantivos e adjetivos, geralmente com o sentido de doutrinas ou sistemas, modo de proceder ou pensar, forma peculiar da língua ou terminologia científica (MOURA, 2018). O sufixo -ismo associado a palavra transexual é utilizado para designar doença e/ou uma conduta perversa (MOURA, 2018), trazendo estigmas e sofrimento às pessoas trans. Em outros estudos, a palavra *transexualismo* é utilizada para limitar a transexualidade a uma patologia, um transtorno de identidade, dada a não conformidade entre sexo biológico e gênero (ARAN; MURTA; LIONCO, 2009).

Dentro da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, promovida pelo Ministério da Saúde, o uso do nome social das travestis e pessoas trans

foi uma estratégia para que fossem alcançados os princípios de equidade e integralidade e, desse modo, as pessoas pudessem ter acesso aos equipamentos de saúde sem discriminações e com respeito ao gênero pelo qual se identificam. O uso do nome social nos serviços de saúde é garantido pela Portaria nº 1.820/2009, do Ministério da Saúde, que descreve que o usuário deve ser identificado como deseja (BRASIL, 2013; SILVA et al., 2017). Nesta pesquisa a maioria dos discentes e docentes sabiam do que se tratava o nome social.

Ainda a respeito de conceitos gerais, o conhecimento sobre o significado da sigla LGBTQIA+ foi maior entre os discentes do que os docentes. A sigla representa pessoas que não se enquadram em uma perspectiva normativa relacionada à orientação sexual e/ou identidade de gênero, identificadas como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgênero, *queer*, intersexo, agênero, assexuais e mais (BORTOLETTO, 2019). O profissional de saúde que não se apropriar do significado dessa sigla, além de gerar questionamento sobre o seu conhecimento da conjuntura atual, pode apresentar problemas de conduta relacionados a aspectos éticos. É importante que se entenda como os profissionais de saúde percebem as pessoas que demandam cuidados, pois essa percepção trará direções para a consolidação do SUS (SANTOS; SHIMIZU; MERCHAN-HAMANN, 2014).

A inserção dessa discussão na graduação pode auxiliar no processo de busca por maior integralidade ao acesso das pessoas trans. Entretanto, os projetos político-pedagógicos dos cursos desta pesquisa, em sua grande maioria, não contemplam aspectos relacionadas à saúde das pessoas trans, o que pode refletir na falta de segurança dos discentes, que poderão não se sentir aptos a atender uma pessoa trans quando se formarem.

Questiona-se, assim, quais aptidões e competências são trabalhadas durante a graduação do profissional de saúde, já que os discentes excluem as pessoas trans e travestis. Sugere-se que a heteronormatividade pode cumprir esse papel de exclusão, não considerando a heterogeneidade da sexualidade humana. Modificações na formação do profissional e educação permanente podem ser estratégias efetivas para diminuir o *gap* entre o processo de formação e a atuação, bem como estabelecer novas diretrizes de cuidados de acordo com diferentes realidades (SANTOS; SHIMIZU; MERCHAN-HAMANN, 2014).

Organizadas em categorias, diversas respostas sobre transexualidade foram apresentadas pelos participantes deste estudo, com destaque para as ligadas

à orientação sexual, as restritas à mudança de sexo e as que a consideram opção da pessoa. O desconhecimento sobre a orientação sexual e identidade de gênero revela a incompreensão das demandas das pessoas quando buscam atendimento em um serviço de saúde. A repercussão vem à tona quando se observa o número de pessoas trans e travestis que realizam tratamentos em espaços ou clínicas clandestinas, colocando sua vida em risco.

É importante para os docentes e profissionais de saúde que se promova um deslocamento desse lugar de desconhecimento para o lugar de apropriação, assim os serviços em saúde poderão acolher de modo integral pessoas trans e travestis, considerando a diversidade das pessoas de forma respeitosa (ARAN; MURTA; LIONCO, 2009). Os serviços de saúde devem ser espaços de acolhimento em que as pessoas trans e travestis não sejam vistas apenas como uma questão biomédica, mas também pela ampla gama de características que as compõe, como todo ser humano.

Os discentes, em sua maioria, buscaram, fora da grade curricular obrigatória, espaços com debates sobre assuntos não abordados na grade curricular de seus cursos a respeito da temática transexualidade. A formação do profissional em saúde é o espaço em que a transexualidade deve ser debatida e relacionada não apenas a aspectos biológicos, mas também às configurações possíveis da sexualidade humana, contemplando todas as letras da sigla LGBTQIA+ (NEGREIROS, 2019; RUFINO; MADEIRO; GIRÃO, 2013).

Estudo realizado em 2019 com 14 médicos de unidades básicas de saúde de uma cidade do Nordeste analisou a formação médica para assistência à saúde da população LGBT na perspectiva de médicos que atuam na atenção básica e não identificou elementos que contribuam para a promoção à saúde desse grupo (NEGREIROS, 2019). A universidade tem o papel fundamental de intervir de modo positivo nos serviços de saúde por meio de uma formação transformadora dos profissionais, que contemple as diversas esferas da pessoa que busca cuidado em saúde (SANTOS et al., 2017).

Por fim, a pequena amostra de docentes que participaram, apesar do longo período de coleta de dados, não só demonstra uma fragilidade deste estudo, mas pode sugerir uma fuga ao tema, haja vista que várias tentativas e convites foram realizados para que o diagnóstico fosse mais completo. Dessa forma, este estudo, que, para além da função diagnóstica, tem a vocação de discutir a respeito da formação dos profissionais da saúde, finaliza com a provocação “formam-se profissionais da saúde para quem?”.

É importante que a universidade pública cumpra seu papel de transformar a realidade da sociedade por meio de uma formação inovadora e contemple a pluralidade em que vivemos. Espera-se que este estudo seja um convite para ampliar as reflexões aqui apresentadas e que elas ecoem na prática e na vida das pessoas trans e travestis.

### Considerações Finais

Há uma lacuna na percepção sobre transexualidade entre docentes e discentes. Discentes se apropriam de mais conceitos, porém se sentem inseguros para atender pessoas trans quando se formarem, visto que o tema transexualidade não é abordado na grade curricular obrigatória de seus cursos. Os docentes, apesar de acharem a temática importante, não a abordam com os alunos e têm pouco conhecimento sobre alguns conceitos a respeito de orientação sexual e identidade de gênero.

### Referências

ARÁN, M.; MURTA, D. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 15-41, 2009.

ARAN, M.; MURTA, D.; LIONCO, T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1141-1149, 2009.

ARAÚJO, K. M. de; LETA, J. Os hospitais universitários federais e suas missões institucionais no passado e no presente. **História, Ciências, Saúde (Manguinhos)**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 1261-1281, 2014.

BEAGAN, B. L. *et al.* Working with transgender clients: learning from physicians and nurses to improve occupational therapy practice. **Canadian Journal of Occupational Therapy**, Thousand Oaks, v. 80, n. 2, p. 82-91, 2013.

BORTOLETTO, G. E. **LGBTQIA+** : identidade e alteridade na comunidade. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Produção Cultural) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

CASTRO, F. S.; CARDOSO, A. M.; PENNA, K. G. B. D. As diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação da área da saúde abordam as políticas públicas e o sistema único de saúde? **Revista Brasileira Militar de Ciências**, Goiânia, v. 5, n. 12, p. 29-34, 2019.

LEITE JUNIOR, J. D.; LOPES, R. E. Travestilidade, transexualidade e demandas para a formação de terapeutas ocupacionais. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 25, n. 3, p. 481-496, 2017.

MATÃO, M. E. L. *et al.* Representações sociais da transexualidade: perspectiva dos acadêmicos de enfermagem e medicina. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v. 34, n. 1, p. 101-118, 2010.

MOURA, J. F. de. Da morfologia ao discurso: o caso do sufixo -ismo para denominar práticas homossexuais. **Revista Ribanceira**, Belém, n. 15, p. 99-111, 2018.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 15, n. 4, p. 761-765, 2011.

NEGREIROS, F. R. N. de *et al.* Saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: da formação médica à atuação profissional. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, DF, v. 43, n. 1, p. 23-31, 2019.

RUFINO, A. A.; MADEIRO, A. P.; GIRÃO, M. J. B. C. O ensino da sexualidade nos cursos médicos: a percepção de estudantes do Piauí. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, DF, v. 37, n. 2, p. 178-185, 2013.

SANTOS, A. B. dos; SHIMIZU, H. E.; MERCHAN-HAMANN, E. Processo de formação das representações sociais sobre transexualidade dos profissionais de saúde: possíveis caminhos para superação do preconceito. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 11, p. 4545-4554, 2014.

SANTOS, J. H. G. *et al.* GTTrans: estratégia de aproximação dos múltiplos saberes sobre a saúde integral das pessoas trans em uma universidade pública. **Tempus: Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, DF, v. 11, n. 1, p. 97-103, 2017.

SILVA, L. K. M. da *et al.* Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 835-846, 2017.

TEIXEIRA, F. DO B. Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 501-512, 2012.

Recebido em maio de 2021.

Aprovado em julho de 2021.



# RELAÇÃO ENTRE IGUALDADE DE GÊNERO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS 5): UM PANORAMA INTERNACIONAL DA EVOLUÇÃO DAS PUBLICAÇÕES NA WEB OF SCIENCE

Alessandra Garcia Machado Nunes<sup>1</sup>

Mitali Alves Maciel<sup>2</sup>

Thiago Antonio Beuron<sup>3</sup>

Lucas Veiga Ávila<sup>4</sup>

**Resumo:** O estudo objetiva analisar a evolução dos estudos sobre igualdade de gênero e sua relação com o desenvolvimento sustentável no período de 1987 a 2020, na base de dados Web of Science. Realizada em julho de 2021, a coleta bibliométrica encontrou 452 publicações e os principais resultados indicam que houve uma evolução mais significativa na produção acadêmica nos últimos cinco anos. Isso está relacionado ao cumprimento da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, em especial o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (Igualdade de Gênero), demonstrando que o tema é emergente, tendo em vista os *hot topics* identificados.

**Palavras-chave:** Gênero; Igualdade de gênero; Desenvolvimento sustentável.

**Abstract:** This study aims to analyze the evolution of studies on gender equality from 1987 to 2020 in the Web of Science database and its association with sustainable development. This bibliometric study was conducted in July 2021 with 452 publications. The identified “hot topics” indicate that the academic production on the theme underwent a significant evolution in the last five years, which is related to the fulfillment of the



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Graduada em Administração pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Mestranda em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa (PPGA - UNIPAMPA). Brasil. E-mail: alesalvationarmy@gmail.com. Orcid:0000-0003-2038-2758

2 Graduada em Ciências Econômicas Administração pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Mestranda em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa (PPGA - UNIPAMPA). Brasil. E-mail: mitali.maciel@gmail.com. Orcid: 0000-0002-6639-3922

3 Doutor em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria (PPGA-UFSM). Professor na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Brasil. E-mail: thiagobeuron@unipampa.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7254-9145>

4 Doutor em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria (PPGA-UFSM). Professor na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Brasil. E-mail: lucas.avila@ufsm.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1502-258X>

2030 Agenda for sustainable development, in particular the Sustainable Development Goal 5, referring to gender equality.

**Keywords:** Gender; Gender equality; Sustainable development.

## Introdução

Os movimentos feministas iniciados na metade do século XX foram importantes para as alterações no entendimento do papel das mulheres na sociedade, pois proporcionaram à mulher maiores possibilidades não só para desempenhar tarefas diferentes das de esposa e mãe, mas também para legitimar seu empenho pela igualdade de gênero e desenvolver novas representações sobre o posicionamento feminino na sociedade e, consequentemente, nas organizações (COUTINHO; MENANDRO, 2015). No entanto, somente na década de 1970 os estudos científicos sobre gênero e igualdade de gênero ganham forças no Brasil, relacionados ao fortalecimento do movimento feminista e ao contexto de resistência ao regime militar, adentrando no processo de reabertura política. Isso desencadeou uma série de mudanças e conquistas relacionadas à luta por novas condições para a mulher no país (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

Para Salvagni e Canabarro (2015), a imagem da mulher passou por muitas transformações ao longo dos anos a partir do momento em que as mulheres começaram a ocupar espaços e posições até então masculinas e tiveram que comprovar que são tão capazes e competentes quanto os homens. Contribuições significativas para uma legítima modificação de identidade feminina são o poder de limitar e decidir a quantidade de filhos, o direito ao voto, a participação na renda familiar, a conquista da liberdade de desfazer o vínculo matrimonial, o progresso das relações conjugais e o crescimento nos espaços de formação profissional, técnicos e acadêmicos (KANAN, 2010).

Contudo, a inserção das mulheres nos diversos espaços e ambientes não foi o bastante para nivelar as relações na sociedade, pois alguns espaços e posições ainda são considerados masculinos e as mulheres encontram grandes desafios na busca das suas identidades em pleno século XXI (ZABOTTI; BERTOLINI, 2019). Conforme Salvagni e Canabarro (2015), a gradual presença das mulheres no mercado de trabalho e a contínua batalha pela obtenção de seus direitos, quebrando paradigmas, procurando reconhecimento e igualdade, buscando mais conhecimento, expandindo habilidades e

atitudes e lutando por respeito quanto ao seu reconhecimento como cidadãs, ainda não são o suficiente para extinguir a desigualdade de gênero.

Neste cenário, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que trabalha em prol do desenvolvimento sustentável, estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visam intensificar ações não apenas nas áreas de saúde, educação e trabalho, mas especialmente no combate às discriminações e violências baseadas no gênero e na promoção do empoderamento de mulheres e meninas para que possam atuar enfaticamente na promoção do desenvolvimento sustentável, por meio da participação na política, na economia e em diversas áreas de tomada de decisão (PNUD, 2020a).

Entre os 17 ODS, o ODS 5 trata da “igualdade de gênero” e apresenta metas para extinguir todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas, determinando que a igualdade de gênero não é somente um direito humano básico, mas algo crucial para acelerarmos o desenvolvimento sustentável. De acordo com o PNUD, estudos apontam que empoderar mulheres e meninas têm efeito multiplicador e colabora com o crescimento econômico e o desenvolvimento. O esforço de alcance do ODS 5 é transversal à toda Agenda 2030 e reflete a crescente evidência de que a igualdade de gênero tem efeitos multiplicadores no desenvolvimento sustentável (PNUD, 2020a). Nesse contexto e com intuito de aprofundar o conhecimento entre gênero e o alcance do ODS 5, o estudo busca responder à seguinte questão: como se deu a evolução dos estudos sobre gênero e igualdade de gênero e sua relação com o desenvolvimento sustentável no período entre 1987 e 2020?

O estudo se justifica ao tratar gênero e as desigualdades existentes nos mais diversos ambientes, o que se caracteriza como um desafio, uma vez que ainda há obstáculos a serem ultrapassados. Pinto (2015) salienta que a história das mulheres se amplia, progride e retrocede ao longo do tempo, em meio a idas e vindas entre a invisibilidade e protagonismo, nas mais diversas organizações. Amorim (2002) acredita que as diferenças das relações entre os gêneros são capazes de facilitar ou dificultar o desenvolvimento, devendo ser ponderadas nas análises e estudos para ampliar o entendimento do tema.

Diante do exposto, é importante elucidar que momentos de crise podem trazer à tona conceitos ou preconceitos intrínsecos ao ser humano e consequentemente à nossa sociedade. Assim, a pandemia de covid-19 está indo além de uma crise global de saúde e se transformando em uma crise do mercado de trabalho e das esferas sociais e econômicas. Isso representa séria ameaça ao

emprego e à sobrevivência das mulheres, especialmente em setores informais, precários e não essenciais (ONU MULHERES, 2020), e, portanto, exige uma resposta imediata e coordenada, centrada nas pessoas e sensível ao gênero.

Também é preciso destacar que a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas representarão uma contribuição essencial para o progresso em todos os objetivos e metas da Agenda 2030. Mulheres e meninas devem gozar de igualdade de acesso à educação com qualidade, recursos econômicos e participação política, bem como de igualdade de oportunidades como os homens e meninos em termos de emprego, liderança e tomada de decisões em todos os níveis (ONU MULHERES, 2015).

A partir do estabelecimento desse problema, definiu-se o objetivo geral do estudo: analisar a evolução dos estudos sobre gênero e igualdade de gênero e sua relação com o desenvolvimento sustentável, no período entre 1987 e 2020.

## Gênero

No século XVIII ocorreu o primeiro grande salto na busca da igualdade social, política, cultural e econômica entre os sexos, com obras de pensadoras como Mary Astell, Catharine Macaulay, Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft, defensoras da educação feminina, da emancipação e dos direitos iguais para as mulheres. O pensamento de diversas mulheres no decorrer da história, a luta de muitas delas e suas ideologias adquiriram força no século XVIII e ganharam nome no século XIX: feminismo. Pode-se dizer que o feminismo passou por três períodos: o primeiro, com raízes no século XVIII, efetivo entre o XIX e o XX; o segundo, nas décadas de 1960 e 1970; e o terceiro, de 1990 até a atualidade (SCURACCHIO; LEAL; GALLO, 2019).

Se num primeiro momento as feministas organizaram espaços de debate, luta política e produção de conhecimento das mulheres, num segundo momento, com o uso da categoria “gênero”, foram criadas as condições para questionar o poder e as hierarquias, o socialmente atribuído a homens e mulheres, a diversidade de relações na relação centro-periferia do mundo e as masculinidades. Assim o tema deixou de ser assunto exclusivo das mulheres (ALMEIDA; SILVA, 2015).

A partir dos anos de 1970, a categoria “gênero” assumiu um lugar importante e definitivo – sem nunca deixar de ser processo, estar em construção. Inclusive, é possível dizer que existem diversas concepções sobre gênero que se avizinham, se visitam e se irritam, o que revela o caráter inacabado e ainda necessário desse debate, dessa aprendizagem. Nesse sentido,

a década 1970 marcou a entrada dos “estudos de gênero” no mundo da investigação sem pretender alcançar um lugar fixo e disciplinado dentro do repertório das disciplinas (CITELI, 2001).

O conceito “gênero” foi desenvolvido historicamente e está ligado à instituição do movimento feminista (RAGO, 1998). Configura-se como um marco nos estudos sobre a mulher, o que permitiu uma análise alternativa ao conceito de patriarcado (NUERNBERG, 2008). Segundo esse paradigma, gênero é um produto social atribuído historicamente à noção de sexo biológico, tendo suas características e papéis definidos socialmente. Por isso, questiona-se a ideia de sexo biológico como destino, segundo a qual o sexo determina obrigatoriamente os comportamentos. Na realidade, essas atribuições apenas definem a operação de estruturas de poder da sociedade (MELO; THOMÉ, 2018).

A ideia de gênero é, assim, um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas e enfrentadas entre os sexos, uma forma inicial de significar relações de poder (MELO; THOMÉ, 2018). Tratar sobre gênero mexe nos princípios de masculinidade e feminilidade: o que é ser masculino ou feminino, como ensinar e ser ensinado como menina ou menino, como formar uma personalidade estabelecida pela cultura e pela sociedade, arraigada de características, privilégios e limites (MACÊDO; MACEDO, 2004).

Numa relação de gênero, muitas vezes, o que é masculino é mais reconhecido e, em consequência disso, tem-se uma disposição desigual de poder, soberania e valor entre as pessoas conforme o seu sexo (MACÊDO; MACEDO, 2004). Assim, a relação entre os gêneros apresenta grande relevância por ser componente fundamental para o entendimento da construção social da vida das organizações (LOUREIRO; CARDOSO, 2008).

Refletir sobre gênero é pensar em relações sociais de poder. A categoria gênero é uma ferramenta de arguição da realidade social que pergunta pela qualidade e a quantidade de poder estabelecido nas relações entre o feminino e o masculino numa determinada sociedade. Nesse sentido, pode-se dizer que as relações sociais de gênero são estruturantes e operam nos modos de organização de uma sociedade num tempo e espaço estruturando e são estruturadas pelas relações de poder (NÚÑEZ, 2001).

Desse modo, gênero deve ser entendido como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, como uma forma básica de dar significado às relações de poder e como eixo de intervenção

na realidade (CARVALHO, 2007). Ademais, de acordo com Hryniewicz e Vianna (2018), ao longo do tempo as mulheres vêm somando grandes realizações no mercado de trabalho, mas, em contrapartida, o desequilíbrio histórico de gênero se mantém e elas representam minoria nas funções de mais status, como cargos de gestão e posições de tomada de decisão.

Ante o exposto, Ramos e Félix (2019, p. 4) afirmam que “a desvantagem entre a gestão feminina e a masculina remete-se a essa incongruência de papéis, já que ambos possuem típicos papéis sociais e qualidades pessoais socialmente construídas do gênero”. Sendo assim, os homens historicamente se apoderam de lugares mais altos, como chefe de família, demonstrando qualidades mais verdadeiras do líder, como firmeza, domínio e autoridade, ao passo que mulheres ocupam lugares inferiores, como dona do lar, apresentando qualidades de dedicação, amabilidade e empatia (RAMOS; FÉLIX, 2019).

Assim, a desigualdade de gênero faz parte da estrutura de diferentes sociedades e é fruto de uma construção histórica que coloca a mulher como um ser inferior ao homem (PAULA, 2013). Por essa razão, ao longo dos anos, as mulheres continuaram a ser discriminadas, tratadas como submissas e desprotegidas por regras e leis, sem os mesmos direitos, tendo como base as diferenças físicas (ROCHA, 2013).

Logo, mesmo que as mulheres tenham avançado como um todo no que diz respeito aos estudos, alfabetização ou entrada no mercado de trabalho, índices como diferença salarial e acesso a cargos de poder ainda apresentam grande diferença em relação aos homens. Além desses fatores, existe a sobrecarga que pesa nos ombros femininos em relação aos trabalhos que reproduzem a vida: cuidar da casa, das crianças, dos doentes e dos idosos (MELO; THOMÉ, 2018).

Portanto, a igualdade de gênero é um assunto de direitos humanos e um estado de justiça social, sendo um critério importante e necessário para a igualdade e o desenvolvimento sustentável. Em uma sociedade, homens e mulheres precisam ter as mesmas oportunidades, obrigações e direitos em todas as esferas. Desse modo, tendo em conta as desigualdades e grandes descompassos que existem, a promoção da igualdade passa, em todo o mundo, pelo empoderamento das mulheres, visando à equidade de poder em relação aos homens, ao gerar as condições para que a mulher seja livre e autônoma nas suas decisões e na maneira de conceber a sua vida (SCURACCHIO; LEAL; GALLO, 2019). Na sequência serão apresentados os aspectos relativos à igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável.

## Igualdade de Gênero e Desenvolvimento Sustentável

No começo da história, as sociedades humanas primárias eram coletivas e matriarcais, e se organizavam em torno da figura da mãe, a partir da descendência feminina, uma vez que desconheciam a participação masculina na reprodução. Com a descoberta da caça, do fogo e da agricultura, aos homens cabia a caça e às mulheres o cuidado da família. Uma vez conhecida a participação do homem na reprodução e, mais tarde, estabelecida a propriedade privada e a divisão sexual e social do trabalho entre homens e mulheres, instaurou-se uma nova ordem social em que os homens tinham controle sobre as mulheres: o patriarcado (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Assim, os valores patriarcais atravessaram gerações, deixando seus vestígios ainda na contemporaneidade – traços de conflitos, desigualdades, processos de subjugação e de dominação entre os indivíduos –, de modo a transformar as relações de gênero, humanas e sociais em dispositivos de poder e submissão. Dessa forma, as relações de gênero estão intrinsecamente relacionadas à questão do poder, pois, ao passo que as relações estruturantes entre masculino e feminino são assimétricas e desiguais, a figura feminina mantém-se subjugada à masculina e ao domínio patriarcal (COSTA, 2008).

Nesse sentido, compreende-se o poder como a manifestação de forças centralizadas no controle – na opressão que sugere um dominador e um dominado – arraigado nas relações sociais, culturais, econômicas, políticas e sexuais (FOUCAULT, 1999). Por isso, o estudo sobre igualdade de gênero investiga o construto em que homens e mulheres possam e devam ser iguais, no sentido de disporem das mesmas oportunidades, para que a sociedade de modo geral seja justa quanto ao gênero e as diferenças que impedem essa equidade sejam eliminadas (COSTA, 2008).

A igualdade de gênero se relaciona com a valoração das identidades e as implicações desta na distribuição de oportunidades entre os indivíduos. Essa prerrogativa abrange, entre outras, a realização pessoal, a possibilidade de planejar a própria vida, a participação política e o acesso ao trabalho, sem custos adicionados em razão da identidade de gênero. Considera-se relevante, na organização de uma sociedade justa quanto ao gênero, o modo como o corpo social valora as diferenças biológicas, bem como as implicações dessa valoração na distribuição de bens sociais (CYFER, 2010).

De fato, a questão da igualdade de gênero é pautada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências e vem sofrendo as transformações

proporcionadas pelas mudanças de perspectiva sobre a própria categoria “gênero”. A discussão sobre a igualdade entre homens e mulheres tomou corpo a partir da chamada Década da Mulher (1975-1985) e foi retomada pela Conferência Mundial da Mulher, realizada em Beijing em 1995 (ONU MULHERES, 2020).

Durante a década de 1990, a ONU, juntamente com os seus estados-membros, iniciou uma série de cúpulas multilaterais sobre desenvolvimento humano e, a partir de diálogos e debates, desenvolveram a Declaração do Milênio, em 2000, dispendo Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que impulsionaram os países a enfrentarem os principais desafios sociais no início do século XXI. Esse arcabouço global de políticas para o desenvolvimento e contribuiu para orientar a ação dos governos nos níveis local, nacional e internacional, por 15 anos. A partir desses esforços, iniciou-se com mais empenho a discussão sobre igualdade de gênero, contemplando o terceiro objetivo: promover a igualdade de gênero entre os sexos e valorização da mulher (MIBIELLI; BARCELLOS, 2014).

Em 2010, a Assembleia Geral da ONU aprovou, por unanimidade, a criação de uma nova entidade para atender as demandas de mulheres e meninas de todos os continentes, isto é, uma organização de fomento à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres. Denominada ONU Mulheres, a entidade foi resultado de anos de negociações entre estados-membros e movimentos de defesa dos direitos das mulheres no mundo (ONU MULHERES, 2020).

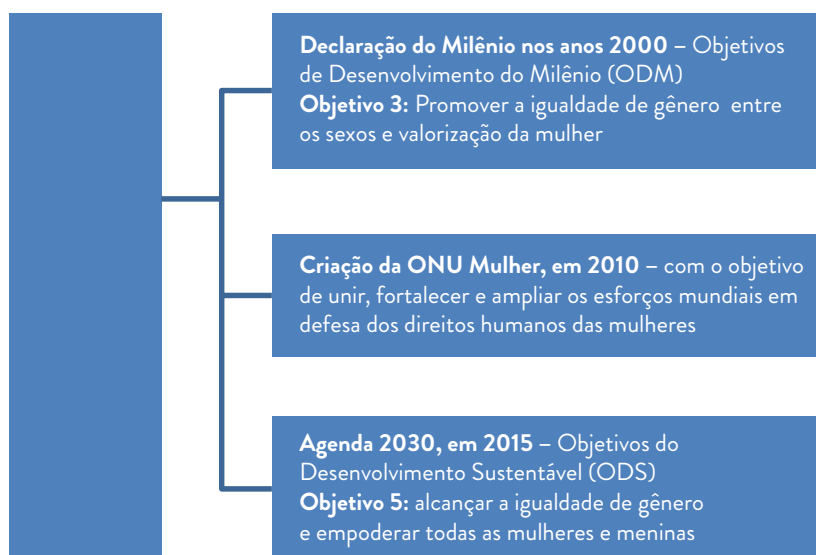
Nessa perspectiva, a construção de empoderamento está ligada às relações de poder e se refere a quatro dimensões: (1) econômica, que visa certificar que todos possam desenvolver habilidades e capacidades para uma vida mais sustentável; (2) humana e social, que compreende um processo em que as pessoas adquirem o controle de suas próprias vidas; (3) política, que emerge da capacidade de organização individual e coletiva, de forma a exercer a cidadania e conquistar espaços de representatividade; e por fim, (4) cultural, que busca redefinir as regras e normas sociais, assim como o ato de criar novas práticas e signos culturais (LUTTRELL et al., 2009).

Em 2015, foi divulgada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, dispendo de 17 ODS, divididos em 169 metas. O objetivo 5, mais especificamente, propõe alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas e apresenta nove metas para eliminar todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas.



Não se trata apenas de um direito humano básico, mas de algo fundamental para a aceleração do desenvolvimento sustentável, uma vez que empoderar mulheres e meninas tem efeito multiplicador e colabora para o crescimento econômico e o desenvolvimento (PNUD, 2020a). A Figura 1 ilustra os acontecimentos-chave relacionados à discussão de igualdade de gênero e desenvolvimento pela ONU.

**Figura 1:** Abordagem da igualdade de gênero para a promoção desenvolvimento pela Organização da Nações Unidas



Fonte: Elaboração própria (2021), com base em PNUD (2000a, 2000b).

O desenvolvimento sustentável emerge da preocupação com preservação do meio ambiente, com a escassez dos recursos e com as gerações futuras. No ano de 1987 foi apresentado na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) um diagnóstico dos problemas ambientais globais, conhecido como Relatório Brundtland. Na ocasião foi exposto o relatório *Our common future* (Nosso futuro comum), a partir do qual foi instituído o primeiro conceito mundialmente conhecido sobre desenvolvimento sustentável: “é o desenvolvimento que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 43, tradução nossa).

Conforme a Agenda 21, da ONU, o desenvolvimento sustentável se caracteriza por ter durabilidade e ser economicamente viável, ecologicamente equilibrado, socialmente justo e culturalmente aceito, capaz de propiciar às pessoas condições básicas para a sobrevivência, estimulando o exercício de cidadania (SACHS, 2002). O desenvolvimento sustentável significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social, econômico e de realização humana e cultural, fazendo ao mesmo tempo um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais (ALMEIDA, 2002).

A formulação do conceito de sustentabilidade é objeto de constante ampliação e reavaliação de propósito, pois envolve a relação entre proteção ambiental e responsabilidade econômica e social em uma atmosfera de constante evolução. Nesse entendimento, percebe-se que o desenvolvimento sustentável depende da igualdade de gênero em todos os âmbitos da vida e está estritamente vinculado aos aspectos culturais. Por isso o Estado deve intervir e comprometer-se a aumentar seus investimentos em ações, medidas e políticas que visem à redução da desigualdade de gênero (SOUSA, 2018).

### **Método do Estudo**

A pesquisa foi desenvolvida a partir de um estudo bibliométrico de cunho qualitativo visando expandir a compreensão sobre as publicações relacionadas ao desenvolvimento sustentável (*sustainable development*) e igualdade de gênero (*gender equality*). A coleta de dados ocorreu em 26 de julho de 2021 e considerou publicações realizadas entre 1987 e 2020.

De acordo com Fonseca (1986), a bibliometria é uma técnica de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico. Nesta pesquisa, buscou-se identificar os tópicos mais estudados e os assuntos mais relevantes (*hot topics*). Conforme Triviños (1987), na abordagem qualitativa, o pesquisador tem ampla liberdade teórico-metodológica para realizar seu estudo, sendo ao mesmo tempo sujeito e objeto de suas pesquisas.

A pesquisa foi do tipo exploratório-descritiva. A escolha pelo caráter exploratório se justifica por existirem poucos estudos sobre gênero e sua relação com desenvolvimento sustentável. De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2006), as pesquisas de caráter exploratórias são realizadas quando se pretende investigar um problema de pesquisa sobre

o qual há poucos estudos. O uso do caráter descritivo tem o intuito de firmar o entendimento do fenômeno estudado. Segundo, Diehl e Tatim (2004), a pesquisa descritiva, tem como objetivo primordial a descrição de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Os dados para a realização do estudo foram extraídos da base Web of Science, do Institute for Scientific Information (ISI), uma base de dados interdisciplinar que indexa apenas os periódicos mais citados nas áreas pesquisadas (ÁVILA et al., 2014). As palavras-chave utilizadas foram *sustainable development* e *gender equality*, com recorte temporal delimitado entre 1987 e 2020, pois a partir do final da década de 1980 o termo “desenvolvimento sustentável” foi popularizado e amplamente utilizado, especialmente devido o relatório da Comissão de Brundtland (GROBER, 2007). Além disso, a partir desse momento os estudos sobre gênero se fortaleceram, chegando até os dias atuais, e o tema “igualdade de gênero” foi estabelecido como um dos ODS (o ODS 5).

### Modelo Conceitual

Para a execução do estudo, em um primeiro momento, foi empregado um modelo conceitual para a investigação bibliométrica (Quadro 1). Segundo Hirsch (2005), a mensuração do impacto e a pertinência da produção científica individual são, na maioria das vezes, uma importante e necessária forma de avaliar pesquisadores e comparar escopos. A partir desse princípio, Hirsch apresentou o *h-index* (índice-*h*), e posteriormente Banks (2006) colaborou com o índice *h-b*, uma ampliação do *h-index*. Esse índice considera o total de citações de um tópico ou suas combinações em certo período, listados em ordenamento decrescente, identificando publicações que obtenham um número de citações igual ou superior à sua posição no ranking (ÁVILA et al., 2014).

**Quadro 1:** Modelo conceitual para análise bibliométrica

Características das publicações	Instituições	Número de citações de cada publicação
Total de publicações: - Áreas temáticas; - Tipos de documentos; - Ano das publicações; - Principais autores; - Título das fontes.	- Agências; - Países; - Idiomas.	- Índice <i>h-b</i> ; - Índice <i>m</i> .

Fonte: Adaptado de Ávila et al. (2014).

De acordo com Banks (2006), o cálculo do índice  $m$  é alcançado através da divisão do índice  $h-b$  pelo período de anos em que se deseja obter informações ( $n$ ). Para a análise dos índices  $h-b$  e  $m$ , foram utilizadas as considerações de Banks (2006):

- Quando  $0 < m \leq 0,5$ , o tópico/combinção pode ser relevante para pesquisadores em uma área específica de estudo que compreende uma comunidade pequena;
- Quando  $0,5 < m \leq 2$ , o tópico/combinção provavelmente pode ser um *hot topic* no campo de pesquisa com uma comunidade muito grande ou o tópico/combinção apresenta características bastante significativas; e
- Quando o  $m \geq 2$ , trata-se de um tópico/combinção exclusivo, no qual as consequências têm alcance além de sua própria área de pesquisa. É provável que seja um tópico/combinção com impactos de aplicações ou características particulares.

A seguir são abordadas as etapas da coleta de dados da presente pesquisa bibliométrica.

### **Etapas para a Coleta de Dados**

Em um primeiro momento, foram inseridas as expressões *sustainable development* e *gender equality* como tópico no campo de pesquisa para o período de 1987 a 2020. Dessa maneira, foram levantadas as informações a seguir: quantidade total de publicações, áreas temáticas, tipo de documentos, autores, título das fontes, instituições, agências de financiamento, idiomas e países.

Em um segundo momento foram identificados os tópicos a serem relacionados com os termos *sustainable development* e *gender equality*. Após uma análise das publicações encontradas na primeira etapa, foram enumerados 25 tópicos a serem associados com as palavras usadas na busca. Numa terceira etapa, ocorreu a segunda busca na base, combinando cada um dos tópicos relacionados com os termos *sustainable development* e *gender equality*. Na sequência, na quarta e última etapa, realizou-se a categorização das publicações, identificando os *hot topics* através do cálculo dos índices  $h-b$  e  $m$ . A próxima Figura 2 ilustra as etapas da pesquisa.

**Figura 2:** Etapas da Pesquisa

Fonte: Elaboração própria (2021).

Conforme as etapas apresentadas na Figura 2, foi realizada a análise bibliométrica, evidenciada a seguir.

### Resultados e Discussões

Foram encontradas 452 publicações na base da Web of Science relacionadas à temática *sustainable development and gender equality* para o período pesquisado. Assim, na sequência serão expostas as caracterizações gerais das publicações e os *hot topics* referentes ao assunto.

### **Características Gerais das Publicações Sobre Desenvolvimento Sustentável e Igualdade de Gênero na Web of Science**

As características gerais das publicações relacionadas à temática foram evidenciadas segundo as seguintes categorias: áreas temáticas, tipo de documentos, ano das publicações, autores, título das fontes, instituições, agências financiadoras, países e idiomas. Assim, em relação às áreas temáticas que abrangem o estudo, foram evidenciadas, conforme mostra a Tabela 1, 25 primeiras que obtiveram o maior número de publicações.

**Tabela 1:** Áreas temáticas

Áreas temáticas	Nº de publicações
1° <i>Environmental sciences ecology</i> (ecologia de ciências ambientais)	97
2° <i>Science technology other topics</i> (outros tópicos de tecnologia da ciência)	77
3° <i>Business economics</i> (economia de negócios)	57
4° <i>Education educational research</i> (pesquisa educacional de educação)	50
5° <i>Social sciences other topics</i> (ciências sociais outros tópicos)	35
6° <i>Women's studies</i> (estudos femininos)	29
7° <i>Development studies</i> (estudos de desenvolvimento)	28
8° <i>Government law</i> (legislação governamental)	27
9° <i>Public environmental occupational health</i> (saúde pública ambiental do trabalho)	26
10° <i>Public administration</i> (administração pública)	21
11° <i>Engineering</i> (engenharia)	17
12° <i>Area studies</i> (estudo sobre as áreas)	15
13° <i>Agriculture</i> (agricultura)	13
14° <i>Geography</i> (geografia)	12
15° <i>Computer science</i> (ciência da computação)	9
16° <i>Physical geography</i> (geografia física)	8
17° <i>Energy fuels</i> (combustíveis energéticos)	7
18° <i>Health care sciences services</i> (serviços de ciências de cuidados de saúde)	7
19° <i>International relations</i> (relações internacionais)	7
20° <i>Psychology</i> (psicologia)	7
21° <i>Sociology</i> (sociologia)	7
22° <i>Arts humanities other topics</i> (artes humanidades outros tópicos)	6
23° <i>Criminology, penology</i> (criminologia, penologia)	6
24° <i>Transportation</i> (transportes)	6
25° <i>Urban studies</i> (estudos urbanos)	6

Fonte: Web of Science (2021).

A área temática principal foi a *environmental sciences ecology* (ecologia de ciências ambientais). Com menor expressão, destacam-se *science technology other topics* (outros tópicos de tecnologia da ciência), *business economics* (economia de negócios) e *education educational research* (pesquisa educacional de educação). Salienta-se que o tema é considerado emergente e existe uma crescente conforme as áreas temáticas em relação às áreas ambientais e de desenvolvimento, contudo há também uma multidisciplinaridade, isto é, não existe um campo específico consolidado. Na continuidade, no que se refere aos tipos de documentos relacionados às publicações, foram identificados artigos em periódicos e *proceedings papers*, entre outros. A Tabela 2 apresenta os documentos encontrados.

**Tabela 2:** Tipos de documentos

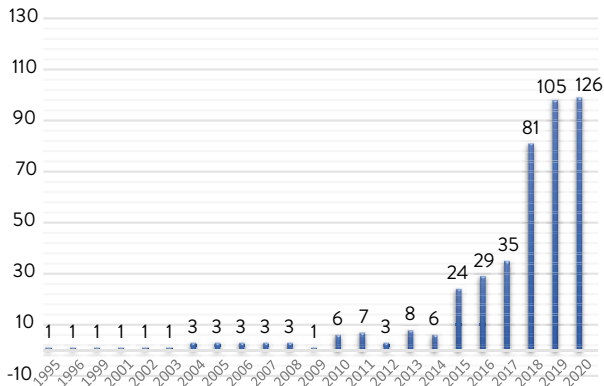
Tipos de publicação	Frequência	Percentual
Article	359	79,425%
Proceedings paper	60	13,274%
Review	30	6,637%
Early access	9	1,991%
Editorial material	9	1,991%
Book Chapter	1	0,221%
Book review	1	0,221%

\* As publicações foram classificadas em mais de um tipo, conforme procedimento da base dados, a qual divulga: *article*, *proceedings paper* e *review*, entre outros. Destaca-se que a referida base não tem como foco a publicação de eventos científicos ou anais de eventos.

Fonte: Web of Science (2021).

Concernente ao ano das publicações no período analisado, constatou-se que o número de publicações aumentou gradativamente ao longo dos últimos cinco anos. O Gráfico 1 apresenta a evolução das publicações por ano relacionadas ao tema *sustainable development and gender equality*. Cabe salientar duas questões. Primeiramente não se evidenciaram publicações anteriores ao ano de 1995, sendo o recorte temporal a partir de 1987. Isso demonstra que a temática começou a ser abordada um pouco antes dos objetivos do milênio serem estabelecidos pela ONU. Em segundo, ressalta-se que a partir do ano de 2015 houve um incremento considerável na quantidade de publicações, o que sinaliza um progresso nas pesquisas desenvolvidas sobre o tema, considerando os esforços para o cumprimento da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. O plano de ação indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, dentre eles o objetivo 5, “Igualdade de gênero” e talvez esse seja um dos motivos para o crescente número de publicações, conforme os anos.

**Gráfico 1:** Anos de publicação



Fonte: Web of Science (2021).

Na sequência são apresentados os 25 autores que mais obtiveram publicações durante período pesquisado (Tabela 3).

**Tabela 3:** Quantidade de publicações por autor

<b>Autores</b>	<b>Publicações</b>
1. Yount K. M.	5
2. Hawkes S.	3
3. Heise L.	3
4. Heymann J.	3
5. Klugman J.	3
6. Abonyi J.	2
7. Alarcon D. M.	2
8. Anand M.	2
9. Asongu S. A.	2
10. Baena-Morales S.	2
11. Baral S.	2
12. Bartram J.	2
13. Buse K.	2
14. Calvo A.	2
15. Carrion M.	2
16. Centrone F. A.	2
17. Cheong Y. F.	2
18. Darmstadt G. L.	2
19. Dominguez R.	2
20. Garcia-Contreras R.	2
21. Gomez A.	2
22. Greene M. E.	2
23. Gupta G. R.	2
24. Hay K.	2
25. Henry S.	2

Fonte: Web of Science (2021).

Apenas uma autora tem um número de publicações mais expressivo que os demais (cinco) – a Dra. Kathryn Yount, professora de Saúde Global e Sociologia na Emory University (Atlanta, Georgia, Estados Unidos). Suas pesquisas se concentram nos determinantes sociais da mulher, incluindo programas baseados em empoderamento para reduzir a violência de gênero e as disparidades de saúde em populações carentes. De maneira geral, observa-se que há uma paridade entre os autores em relação ao número de publicações, não existindo um destaque com uma considerável quantidade publicada. Já em relação ao título das fontes, a Tabela 4 apresenta as principais fontes de publicações relacionadas ao tema.



**Tabela 4:** Principais fontes de publicações

<b>Título da Fonte</b>	<b>Nº de artigos</b>
1. <i>Sustainability</i>	32
2. <i>Agenda Empowering Women for Gender Equity</i>	12
3. <i>Journal of Sustainable Tourism</i>	10
4. <i>Sustainable Development</i>	7
5. <i>Edulearn Proceedings</i>	6
6. <i>Iceri Proceedings</i>	6
7. <i>Ids Bulletin Institute of Development Studies</i>	6
8. <i>Plos One</i>	6
9. <i>World Development</i>	6
10. <i>Mountain Research and Development</i>	5
11. <i>Ciriec Espana Revista de Economia Publica Social y Cooperativa</i>	4
12. <i>Turkish Policy Quarterly</i>	4
13. <i>Advances in Social Science Education and Humanities Research</i>	3
14. <i>Corporate Social Responsibility and Environmental Management</i>	3
15. <i>Current Opinion in Environmental Sustainability</i>	3
16. <i>Edulearn19 11th International Conference on Education and New Learning Technologies</i>	3
17. <i>Energy Policy</i>	3
18. <i>European Journal of Sustainable Development</i>	3
19. <i>Gender in Management</i>	3
20. <i>Higher Education</i>	3
21. <i>Journal of Cleaner Production</i>	3
22. <i>Journal of the Internation Aids Society</i>	3
23. <i>Lancet</i>	3
24. <i>Land</i>	3
25. <i>Maritime Studies</i>	3

Fonte: Web of Science (2021).

A maioria dos estudos referentes ao tema foi publicada nos periódicos *Sustainability*, *Agenda Empowering Women for Gender Equity*, *Journal of Sustainable Tourism* e *Sustainable Development*; os demais apresentaram paridade de publicações. Sobre os periódicos que demonstraram maior quantidade de publicações, evidenciam-se aqueles que abordam temas relacionados à igualdade de gênero, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, o que salienta a importância da temática relacionada aos cuidados com a implementação da Agenda 2030. As instituições que mais publicaram trabalhos relacionados ao tema são apresentadas na Tabela 5.

**Tabela 5:** Principais instituições

Instituição	Nº de Artigos
1. University of London	14
2. Consultative Group on International Agricultural Research	10
3. University of California System	10
4. University College London	9
5. University of Valencia	7
6. Emory University	6
7. Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health	6
8. Johns Hopkins University	6
9. University of Leeds	6
10. University of Queensland	6
11. Harvard University	5
12. McGill University	5
13. Stanford University	5
14. Universidad de Almeria	5
15. Universitat D Alacant	5
16. University of Manchester	5
17. University of Witwatersrand	5
18. World Health Organization	5
19. Columbia University	4
20. Russian Academy of Sciences	4
21. University of Melbourne	4
22. University of Oxford	4
23. University of South Africa	4
24. University of Sussex	4
25. University of Toronto	4

Fonte: Web of Science (2021).

As instituições que mais se destacam nas publicações relacionadas temas são: University of London, Consultative Group on International Agricultural Research, University of California System e University College London. Diante do exposto, observa-se que as instituições de ensino com maior produção científica estão localizadas no Reino Unido e nos Estados Unidos. No entanto, vale ressaltar que os temas são trabalhados de forma global e nos diferentes níveis de instituições. Destaca-se que nenhuma instituição da América Latina está entre as 25 selecionadas, todavia existem pesquisas e pesquisadores desenvolvendo estudos, inclusive críticas decoloniais ao conceito de desenvolvimento sustentável, haja vista

o estudo do brasileiro Dourado (2021), no qual analisa criticamente a ideologia do desenvolvimento sustentável, a fim de expor os limites e as contradições desse conceito no âmbito da sociedade capitalista contemporânea. Na continuidade, as instituições e agências de financiamentos que mais se destacam (Tabela 6).

**Tabela 6:** Principais agências de financiamento

<b>Agências de financiamento</b>	<b>Registros</b>	<b>Agências de financiamento</b>	<b>Registros</b>
European Commission	16	Canadian Institutes of Health Research	2
Bill Melinda Gates Foundation	9	CGIAR Research Program on Agriculture for Nutrition and Health	2
National Institutes of Health (Estados Unidos)	8	Deutscher Akademischer Austausch Dienst	2
United States Department of Health Human Services	8	Economic Social Research Council	
Consultative Group on International Agricultural Research	6	Glasgow Caledonian University	2
United States Agency for International Development	6	International Centre for Integrated Mountain Development	2
National Natural Science Foundation of China	4	National Institute of Environmental Health Sciences	2
National Science Foundation	4	National Institute of Mental Health	2
Spanish Ministry of Economy and Competitiveness	4	NSF Office of the Director	2
European Research Council	3	Research Council of Norway	2
Spanish Government	3	School of Industrial Engineering of Toledo	2
UK Research Innovation	3	Social Sciences and Humanities Research Council of Canada	2
British Academy	2	Spanish State Research Agency	2
		Swedish Research Council	2

Fonte: Web of Science (2021).

As agências de financiamento que mais apoiaram as pesquisas foram: European Commission, Bill Melinda Gates Foundation, National Institutes of Health, United States Department of Health Human Services, Consultative Group on International Agricultural Research e United States Agency for International Development. É importante destacar que as principais agências estão localizadas na Europa e na América do Norte, não possuindo nenhuma representação da América do Sul. A Tabela 7 apresenta os principais países onde os trabalhos foram realizados.

**Tabela 7:** Principais países

Países	Nº Artigos	Países	Nº Artigos
1º Estados Unidos	75	14º Suíça	14
2º Reino Unido	70	15º China	13
3º Espanha	49	16º Indonésia	10
4º Canadá	33	17º Turquia	10
5º Austrália	29	18º Escócia	9
6º África do Sul	29	19º Bangladesh	8
7º Alemanha	24	20º Rússia	8
8º Índia	20	21º Noruega	7
9º Suécia	18	22º Vietnã	7
10º México	17	23º Áustria	6
11º Itália	15	24º França	6
12º Países Baixos	15	25º Romênia	6
13º Quênia	14		

Fonte: Web of Science (2021).

Sobre a quantidade de publicação por país, os Estados Unidos estão em primeiro lugar no ranking, seguidos pelo Reino Unido, pela Espanha e pelo Canadá. Dessa forma, pode-se depreender que nesses países se situa a maioria das instituições que realizam pesquisas relacionadas ao tema, sendo possível visualizar, ainda, a pluralidade de países e suas localizações. A Tabela 8 evidencia os principais idiomas em que os trabalhos são publicados.

O idioma de maior destaque e representatividade é o inglês, com 92,3%, seguido do espanhol, com 5,3%.

**Tabela 8:** Principais idiomas

Idioma	Nº Publicações
1º Inglês	417
2º Espanhol	24
3º Português	3
4º Russo	3
5º Alemão	2
6º Francês	1
7º Italiano	1
8º Eslovaco	1

Fonte: Web of Science (2021).

## Os Hot Topics Relacionados com Desenvolvimento Sustentável e Igualdade de Gênero

Com base em uma análise prévia das publicações encontradas na Web of Science, foram selecionados 25 tópicos relacionados à temática (Tabela 9). Os tópicos selecionados foram: ciências ambientais (*environmental sciences*); tecnologia de ciência sustentável verde (*green sustainable science technology*); estudos ambientais (*environmental studies*); pesquisa educacional de educação (*education educational research*); economia (*economics*); estudos femininos (*women's studies*); estudos de desenvolvimento (*development studies*); saúde pública ambiental ocupacional (*public environmental occupational health*); negócios (*business*); ciência política (*political science*); planejamento urbano regional (*regional urban planning*); ciências sociais interdisciplinares (*social sciences interdisciplinary*); estudo sobre as áreas (*area studies*); hospitalidade, lazer, esporte, turismo (*hospitality, leisure, sport, tourism*); geografia (*geography*); direito (*law*); gestão (*management*); ciências multidisciplinares (*multidisciplinary sciences*); geografia física (*geography physical*); agricultura multidisciplinar (*agriculture multidisciplinary*); combustíveis de energia (*energy fuels*); relações internacionais (*international relations*); sociologia (*sociology*); criminologia, penologia (*criminology, penology*) e humanidades multidisciplinares (*humanities multidisciplinary*).

**Tabela 9:** Tópicos relacionados a desenvolvimento sustentável e igualdade de gênero

Área temática	Nº de publicações
1°Ciências ambientais ( <i>environmental sciences</i> )	77
2°Tecnologia de ciência sustentável verde ( <i>green sustainable science technology</i> )	68
3°Estudos ambientais ( <i>environmental studies</i> )	59
4°Pesquisa educacional de educação ( <i>education educational research</i> )	48
5°Economia ( <i>economics</i> )	34
6°Estudos femininos ( <i>women's studies</i> )	29
7°Estudos de desenvolvimento ( <i>development studies</i> )	28
8°Saúde pública ambiental ocupacional ( <i>public environmental occupational health</i> )	26
9°Negócios ( <i>business</i> )	25
10°Ciência política ( <i>political science</i> )	17
11°Planejamento urbano regional ( <i>regional urban planning</i> )	16
12°Ciências sociais interdisciplinares ( <i>social sciences interdisciplinary</i> )	16

Continua...

**Tabela 9:** Continuação.

Área temática	Nº de publicações
13º Estudo sobre as áreas ( <i>area studies</i> )	15
14º Hospitalidade lazer esporte turismo ( <i>hospitality leisure sport tourism</i> )	14
15º Geografia ( <i>geography</i> )	12
16º Direito ( <i>law</i> )	10
17º Gestão ( <i>management</i> )	10
18º Ciências multidisciplinares ( <i>multidisciplinary sciences</i> )	9
19º Geografia física ( <i>geography physical</i> )	8
20º Agricultura multidisciplinar ( <i>agriculture multidisciplinary</i> )	7
21º Combustíveis de energia ( <i>energy fuels</i> )	7
22º Relações internacionais ( <i>international relations</i> )	7
23º Sociologia ( <i>sociology</i> )	7
24º Criminologia, penologia ( <i>criminology, penology</i> )	6
25º Humanidades multidisciplinares ( <i>humanities multidisciplinary</i> )	6

Fonte: Web of Science (2021).

Posteriormente, foi realizada a combinação de cada tópico listado na Tabela 9 com o termo *sustainable development and gender equality* e calculados o total de publicações para cada combinação (tópico relacionado + *sustainable development and gender equality*), o h-index e o coeficiente m (Tabela 10).

**Tabela 10:** Hot topics no estudo sobre desenvolvimento sustentável e igualdade de gênero

Tópicos	Nº de publicações	Índice h-b	Índice m
1º Ciências ambientais ( <i>environmental sciences</i> )	77	16	11,1
2º Tecnologia de ciência sustentável verde ( <i>green sustainable science technology</i> )	68	16	9,4
3º Estudos ambientais ( <i>environmental studies</i> )	59	14	15,65
4º Pesquisa educacional de educação ( <i>education educational research</i> )	48	5	2,42
5º Economia ( <i>economics</i> )	34	10	13,35
6º Estudos femininos ( <i>women's studies</i> )	29	7	3,9
7º Estudos de desenvolvimento ( <i>development studies</i> )	28	8	6,54
8º Saúde pública ambiental ocupacional ( <i>public environmental occupational health</i> )	26	7	7,04
9º Negócios ( <i>business</i> )	25	7	5,4
10º Ciência política ( <i>political science</i> )	17	5	7,06
11º Planejamento urbano regional ( <i>regional urban planning</i> )	16	6	17,31
12º Ciências sociais interdisciplinares ( <i>social sciences interdisciplinary</i> )	16	4	2,44

Continua...

Tabela 10: Continuação.

Tópicos	Nº de publicações	Índice h-b	Índice m
13º Estudo sobre as áreas ( <i>area studies</i> )	15	3	1,47
14º Hospitalidade lazer esporte turismo ( <i>hospitality leisure sport tourism</i> )	14	5	8,64
15º Geografia ( <i>geography</i> )	12	6	22,17
16º Direito ( <i>law</i> )	10	2	0,7
17º Gestão ( <i>management</i> )	10	4	8,2
18º Ciências multidisciplinares ( <i>multidisciplinary sciences</i> )	9	6	6,11
19º Geografia física ( <i>geography physical</i> )	8	4	6
20º agricultura multidisciplinar ( <i>agriculture multidisciplinary</i> )	7	4	15,86
21º Combustíveis de energia ( <i>energy fuels</i> )	7	5	22,71
22º Relações internacionais ( <i>international relations</i> )	7	4	11,86
23º Sociologia ( <i>sociology</i> )	7	4	13,86
24º Criminologia, penologia ( <i>criminology, penology</i> )	6	2	1
25º Humanidades multidisciplinares ( <i>humanities multidisciplinary</i> )	6	1	0,67

Fonte: Web of Science (2021).

Com base no cálculo dos índices h e m, pode-se avaliar a performance dos tópicos e combinações pesquisadas, baseando-se no número de citações que obtiveram (KELLY; JENNIONS, 2006). Respaldando-se pelas ponderações de Banks (2006), é possível classificar como tópicos quentes (*hot topics*) as combinações: ciências ambientais (*environmental sciences*); tecnologia de ciência sustentável verde (*green sustainable science technology*); estudos ambientais (*environmental studies*); pesquisa educacional de educação (*education educational research*); economia (*economics*); estudos femininos (*women's studies*); estudos de desenvolvimento (*development studies*); saúde pública ambiental ocupacional (*public environmental occupational health*); negócios (*business*); ciência política (*political science*); planejamento urbano regional (*regional urban planning*); ciências sociais interdisciplinares (*social sciences interdisciplinary*); estudo sobre as áreas (*area studies*); hospitalidade lazer esporte turismo (*hospitality leisure sport tourism*); geografia (*geography*); gestão (*management*); ciências multidisciplinares (*multidisciplinary sciences*); geografia física (*geography physical*); agricultura multidisciplinar (*agriculture multidisciplinary*); combustíveis de energia (*energy fuels*); relações internacionais (*international relations*); sociologia (*sociology*); humanidades multidisciplinares (*humanities multidisciplinary*).

Com isso, observa-se que a maioria dos tópicos relacionados à igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável é de áreas de estudos diversas, compreendendo não somente o próprio campo de estudo, mas também outras áreas do conhecimento, conforme apresentado nos hot topics.

Com base nos resultados apresentados, pode-se verificar que os temas voltados para área de desenvolvimento sustentável, inovação e governança ambiental apresentam maior crescimento e grande destaque em outros temas transversais. Além dessas evidências, observa-se que a igualdade de gênero está sendo discutida em diversos estudos e sendo alvo de pesquisas em todo contexto. Desse modo, as universidades estadunidenses e europeias lideram o ranking, assim como os Estados Unidos os países europeus dominam as agências de fomento e as publicações mais relevantes.

### Considerações Finais

A reflexão sobre igualdade de gênero, por meio de seus vários pontos de vista, abrange discussões e questionamentos que, quanto mais se aprofundam, tendem a ser frequentemente renovados e a apontar novos aspectos e possibilidades de abordagem. De modo específico, a questão da desigualdade de gênero não foge a essa tendência. Ao longo dos anos, as mulheres vêm acumulando conquistas importantes. Por outro lado, as desigualdades históricas de gênero ainda persistem e em momentos de crise ficam mais evidentes do que nunca.

Assim, de acordo com Agenda 2030, atingir a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas significará uma colaboração especial para o avanço em todos os objetivos e metas. Mulheres e meninas devem desfrutar de igualdade de acesso à educação de qualidade, recursos econômicos e representação política, bem como ter igualdade de oportunidades com os homens e meninos em termos de emprego, liderança e tomada de decisões em todos os níveis (PNUD, 2020).

À vista disso, o objetivo deste trabalho foi analisar a evolução dos estudos sobre gênero e igualdade de gênero e sua relação com o desenvolvimento sustentável, no período entre 1987 e 2020, identificar as produções acadêmicas sobre o tema no período e ressaltar a importância dessa discussão para o cumprimento dos ODS (ODS 5) da Agenda 2030. Desse modo, foram encontradas 452 publicações, combinando os termos *sustainable development* e *gender equality* sobretudo com a área temática *environmental sciences ecology* (ecologia de ciências ambientais). Com menor expressão,



destacaram-se: *science technology other topics* (outros tópicos de tecnologia da ciência), *business economics* (economia de negócios) e *education educational research* (pesquisa educacional de educação).

A maioria das publicações encontradas são artigos e a produção científica relacionada ao tema aumentou gradativamente ao longo dos anos analisados, contudo houve uma evolução bem mais significativa nos últimos cinco anos (2015 a 2020). As instituições que mais se destacam nas publicações relacionadas ao tema da pesquisa foram: University of London, Consultative Group on International Agricultural Research, University College London e University of California System.

Verificou-se ainda que os Estados Unidos lideram o ranking de publicações e o idioma inglês é o predominante. Evidenciou-se como principais *hot topics* as combinações de *sustainable development* e *gender equality* com os tópicos ciências ambientais (*environmental sciences*); tecnologia de ciência sustentável verde (*green sustainable science technology*); estudos ambientais (*environmental studies*); e pesquisa educacional de educação (*education educational research*). Os resultados desta pesquisa evidenciam que o tema pesquisado é emergente, tendo em vista os *hot topics* identificados, embora a igualdade de gênero seja discutida em diversos estudos e esteja sendo alvo de pesquisas em diferentes contextos.

Salienta-se que para um período de 33 anos a produção científica sobre a temática é considerada baixa, no entanto houve crescimento nos últimos anos, demonstrando a importância e a emergência do objetivo 5 da Agenda 2030, para que todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres e meninas sejam eliminadas, pois a integração sistemática da perspectiva de gênero na implementação da agenda é crucial (PNUD, 2020b). A partir dessa perspectiva, pode-se vislumbrar e compreender que o assunto é bastante complexo e exige um olhar minucioso sobre o que realmente representa ser mulher em nossa sociedade. Portanto, quando o tema é relacionado à sustentabilidade, pode-se iluminar a jornada contemporânea no exercício de ressignificar e trazer respostas positivas, provocando mudanças profundas no entendimento da igualdade de gênero proposto para um desenvolvimento sustentável.

Sobre as limitações do estudo, um primeiro ponto se encontra nos anos disponíveis para visualizar as publicações na base da Web of Science, dado o recorte temporal do artigo, pois as publicações mapeadas estão disponíveis para leitura apenas a partir de 1995, não englobando os

anos antecedentes. Por fim, outro ponto se relaciona com os termos de busca, visto que, quando adicionadas as palavras desigualdade de gênero (*gender inequality*) e sustentabilidade (*sustainability*), os resultados são iguais aos da pesquisa igualdade de gênero (*gender equality*) e desenvolvimento sustentável (*sustainable development*). Devido a isso, optou-se por utilizar somente os dois últimos termos, pois são mais adequados por serem relacionados aos ODS, em especial ao ODS 5. Como sugestão de uma futura pesquisa, recomenda-se verificar essa temática em outras bases de dados.

## Referências

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ALMEIDA, E. A.; SILVA, J. F. Abya Yala como território epistêmico: pensamento decolonial como perspectiva teórica. **Revista Interterritórios**, Caruaru, v. 1, n. 1, p. 42-63, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3uLe6cM>. Acesso em: 17 dez. 2020.

AMORIM, T. N. G. F. Homens e mulheres na gestão organizacional: diferenças entre iguais? *In*: CONSELHO LATINO-AMERICANO DE ESCOLAS DE ADMINISTRAÇÃO, 37., 2002, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Cladea, 2002.

ÁVILA, L. V. *et al.* Características das publicações sobre Empreendedorismo (Social) no Web of Science no período 2002-2011. **Administração Pública & Gestão Social**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 88-100, 2014.

BANKS, M. G. An extension of the Hirsch index: indexing scientific topics and compounds. **Scientometrics**, New York, v. 69, n. 1, p. 1-4, 2008. Recuperado de: <http://www.arxiv.org/abs/physics/0604216>. Acesso em: 20 dez. 2020.

CARVALHO, E. A Totalidade como categoria central na dialética marxista. **Revista Outubro**, [s. l.], n. 15, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3BdUpwv>. Acesso em: 18 dez. 2020.

CITELI, M. T. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 131-145, 2001. Disponível em: [3 https://bit.ly/3Aarg3d](https://bit.ly/3Aarg3d). Acesso em: 18 dez. 2020.

COSTA, A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. [S. l.: s. n.], 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3muYo1k>. Acesso em: 17 dez. 2020.

COUTINHO, S. M. S. dos; MENANDRO, P. R. M. Representações sociais do ser mulher no contexto familiar: um estudo intergeracional. **Psicologia e Saber Social**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 52-71, 2015.

CYFER, I. Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 135-146, 2010.

DIEHL, A. A. TATIM, D. C. **Research in applied social sciences: methods and techniques**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DOURADO, N. P. A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável no âmbito da sociedade capitalista contemporânea. **Diversitas Journal**, Santana do Ipanema, v. 6, n. 2, p. 2827-2838, 2021.

FONSECA, E. N. **Bibliometria: teoria e prática**. São Paulo: Cultrix, 1986.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GROBER, U. **Deep roots: a conceptual history of “sustainable development”** (Nachhaltigkeit). Berlin: Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung, 2007.

HIRSCH, J. E. An index to quantify an individual’s scientific research output. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, Washington, DC, v. 102, n. 46, p. 16569-16572, 2005.

HRYNIEWICZ, L. G. C.; VIANNA, M. A. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 331-344, 2018.

KANAN, L. A. Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 53, p. 243-257, 2010.

KELLY, C. D.; JENNIONS, M. D. The h index and career assessment by numbers. **Trends in Ecology & Evolution**, Amsterdam, v. 21, n. 4, p. 167-170, 2006.

LOUREIRO, P.; CARDOSO, C. C. O gênero e os estereótipos na gestão. **Tékhné: Revista de Estudos Politécnicos**, Barcelos, v. 6, n. 10, p. 221-238, 2008.

LUTTRELL, C. *et al.* **Understanding and operationalising empowerment**. London: Working Papers, 2009.

MACÊDO, G. S.; MACEDO, K. B. As relações de gênero no contexto organizacional: o discurso de homens e mulheres. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 61-90, 2004.

MELO, H. P.; THOMÉ, D. **Mulheres e poder**: histórias, ideias e indicadores. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

MIBIELLI, P.; BARCELLOS, F. C. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs): uma avaliação crítica. **Sustentabilidade em debate**, Brasília, DF, v. 5, n. 3, p. 222-244, 2014.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 49-55, 2006.

NUERNBERG, A. H. Reflexões sobre gênero e psicologia no Brasil. In: LAGO, M. C. S.; TONELI, M. J. F. (org.). **Gênero e pesquisa em psicologia social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 19-33.

NÚÑEZ, S. M. **Los estudios de género en Cuba y sus aproximaciones metodológicas, multidisciplinares y transculturales (1974-2001)**. La Habana: Centro de Estudios de Migraciones Internacionales, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3lbuAaB>. Acesso em: 17 dez.2020.

ONU MULHERES. **Sobre a ONU Mulheres**. Brasília, DF: ONU Mulheres Brasil, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3uLrs8U>. Acesso em: 20 dez. 2020.

ONU MULHERES. **Progresso das Mulheres no Mundo 2019-2020**. Brasília, DF: ONU Mulheres Brasil, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3aiKLwP>. Acesso em: 7 de out.2021.

PAULA, A. B. **A participação de mulheres em cargos de chefia**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3lkeWtX>. Acesso em: 15 dez. 2020.

PINTO, F. N. S. **Duas faces da mulher contemporânea**: carreira e maternidade. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PNUD. Objetivos 5: Igualdade de gênero. In: PNUD. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: PNUD Brasil, 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/3iy7WHK>. Acesso em: 17 dez. 2020.

PNUD. **Plataforma AGENDA 2030**: a Integração dos ODS. Brasília, DF: PNUD Brasil, 2020b. Disponível em: [http://www.agenda2030.org.br/os\\_ods/#](http://www.agenda2030.org.br/os_ods/#). Acesso em: 19 dez. 2020.

RAGO, M. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 89-98, 1998.

RAMOS, A.; FÉLIX, B. **Efeitos do gênero** sobre a decisão de contratação e promoção de líderes. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 71-89, 2019.

ROCHA, J. M. S. **A participação das mulheres na administração das empresas**: “o teto de vidro”. 2013. Dissertação (Mestrado em Auditoria) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, São Mamede de Infesta, 2013. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/4525>. Acesso em: 17 dez. 2020.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALVAGNI, J.; CANABARRO, J. Mulheres líderes: as desigualdades de gênero, carreira e família nas organizações de trabalho. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 88-110, 2015.

SAMPIERI, R.; COLLADO, C.; LUCIO, P. **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo: McGrawHill, 2006.

SANTOS, S. M. M.; OLIVEIRA, L. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, 2010.

SCURACCHIO, J.; LEAL, L.; GALLO, M. **Sustentabilidade**: ODS 5 igualdade de gênero na sociedade. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3uLw6Uo>. Acesso em: 18 dez. 2020.

SOUSA, T. B. C. de. **A Agenda 2030 da ONU e a busca pela igualdade de gênero**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WCED. **Our common future**. New York: Oxford University Press, 1987.

ZABOTTI, E. D.; BERTOLINI, G. R. F. As perspectivas teóricas utilizadas na produção científica de gênero em posição de liderança nas organizações. **Organizações em Contexto**, São Bernardo do Campo, v. 15, n. 29, p. 1-14, 2019.

Recebido em maio de 2021.

Aprovado em julho de 2021.

## AS IMPLICAÇÕES DO PATRIARCADO NA HISTÓRIA DAS MULHERES: APONTAMENTOS HISTÓRICOS

---

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

**Cristiane de Paula Ribeiro<sup>1</sup>**

*Onde não existe precedente, não se pode imaginar alternativas às condições existentes. É essa característica da hegemonia masculina que é mais prejudicial às mulheres e lhes garante o status de subordinadas há milênios.*

Gerda Lerner, *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*

Apesar de ter sido originalmente publicada em 1986, nos Estados Unidos, foi apenas 33 anos depois, em 2019, que fomos laureados com a tradução brasileira da obra *A criação do patriarcado*. Com um minucioso trabalho historiográfico, sua autora, Gerda Lerner, empenhou um vasto trabalho metodológico por meio dos mais diversos tipos de fontes documentais no decorrer de longos oito anos. O livro traz apontamentos significativos sobre o construto histórico que desencadeou no sistema de opressão do patriarcado, responsável por manter e sustentar a dominação dos homens sobre as mulheres.

Gerda Lerner foi uma figura influente no desenvolvimento da história das mulheres ao longo da década de 1960. Nascida em uma família judia de Viena, chegou aos Estados Unidos em 1938, quando ainda era jovem e já havia passado pela experiência da prisão nazista. Logo que pisou no país, iniciou a militância antifascista, publicando em vários jornais e colaborando em alguns roteiros de filmes ao lado de seu segundo marido, Carl Lerner, diretor de teatro ligado ao círculo de refugiados. Foi só aos 38 anos que ela se matriculou na faculdade. Posteriormente, fez pós-graduação na Universidade Columbia, em Nova Iorque, obtendo o grau de bacharel e PhD em apenas seis anos. Gerda dedicou seus estudos às irmãs sufragistas

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História, Universidade Estadual de Campinas, Brasil. Bolsista pela Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: crisdepaularibeiro@hotmail.com. Orcid: 0000-0002-5177-2807

Grimké na luta por direitos em meados do século XIX e à história afro-americana, temas que a acompanhariam até o fim de seus dias.

Ela também foi a responsável pelo primeiro curso, nos Estados Unidos, de História das Mulheres, ofertado pelo Sarah Lawrence College, dedicando seus dias à docência para demonstrar que as mulheres tinham – e têm – uma história e que, ao perceberem isso, criavam entre si uma consciência coletiva. Além de historiadora, era igualmente uma militante assídua do Partido Comunista norte-americano, o que refletia no ponto fundamental das suas críticas quanto à formação de classes, uma vez que suas produções tinham como questão central a teoria de que o controle dos corpos femininos estava na origem de todas as formas de dominação, uma posição muito mais feminista que marxista, pode-se dizer.

A trajetória da historiadora influenciou toda sua produção acadêmica, que agrega várias produções de impacto ao longo dos anos, sendo uma delas *The creation of feminist consciousness* (1994)<sup>2</sup> publicada em 1993 como uma continuação das ideias desenvolvidas em *A criação do patriarcado*. Gerda Lerner faleceu em janeiro de 2013, aos 92 anos, deixando um legado sobre a história das mulheres e das relações de gênero. No final da vida, no entanto, encontrava-se decepcionada por rezear que a atenção fosse cada vez menos centrada nas mobilizações coletivas de mulheres devido à viragem para o campo do gênero, o que causa debates fervorosos ainda hoje. Nenhuma de suas produções haviam sido traduzidas até 2019, sendo *A criação do patriarcado* a primeira a chegar aos olhos das brasileiras(os).

O embrião das ideias do livro começou a se desenvolver em meados da década de 1970, quando Lerner publicou um de seus artigos mais conhecidos: *Placing women in history: definitions and challenges* (LERNER, 1975). Na circunstância, a autora apontou a necessidade de um quadro conceitual específico para a análise da experiência histórica das mulheres, apesar do avanço que a história social alcançava naquele momento e da sua utilidade. A sofisticação das análises de pesquisadoras feministas era vista pela autora como fundamental para a emancipação, uma vez que ao terem conhecimento de suas histórias, as mulheres mudavam as suas vidas, sendo este o principal objetivo de *A criação do patriarcado*.

Logo em suas primeiras páginas, a autora dedica um espaço para tratar dos limites metodológicos de sua análise, um cuidado ímpar e necessário para pesquisas que se dedicam a analisar grandes cronologias. No caso

---

2 *A criação da consciência feminista*, em tradução livre.



em questão, Gerda remonta sociedades antigas, como a da Mesopotâmia e da Suméria, debruçando-se na Antropologia, Arqueologia, Teologia e Mitologia, em um profícuo trabalho interdisciplinar. As complicações são ainda maiores quando pensamos em uma escrita sobre a história das mulheres, pois, segundo Lerner, “como existem bem menos fontes referentes a mulheres do que a homens o problema é ainda maior” (LERNER, 2019, p. 18), deixando explícitas as limitações postas para seus leitores.

A subordinação das mulheres aos homens é mais antiga do que a civilização, aqui entendida a partir do registro histórico, e é isso que Gerda Lerner tenta comprovar em sua obra, organizada em 11 capítulos e um apêndice com definições sobre o uso de conceitos como *opressão*, *subordinação*, *privação*, *feminismo*, *direitos da mulher*, *emancipação*, *paternalismo* e *machismo*, demonstrando, mais uma vez, o minucioso trabalho empreendido. Embora a ideia de “origem” tenha sido o fio condutor da pesquisa, o que constatamos pela leitura do texto é que se trata de uma tentativa de reconstruir o processo histórico que desencadeou a institucionalização do patriarcado nas famílias e nas instituições religiosas e governamentais. Outro aspecto que enriquece muito o livro é a inserção de ilustrações no final, que trazem inúmeras representações antigas de deusas, sacerdotisas, cerimônias, estatuetas, entre outras, e que conferem inteligibilidade ao argumento da autora.

Um ponto substancial em Lerner está relacionado a seu apontamento do controle patriarcal sobre os corpos das mulheres. Ela comprova que, em sociedades antigas, a apropriação da função sexual e reprodutiva das mulheres pelos homens era uma forma de estabelecer relações econômicas, o que antecede a formação da propriedade privada e da sociedade de classes. Ao trazer isso, a autora contesta muitas produções de cunho marxista, que afirmam enfaticamente que foi a transição para o sistema capitalista de produção que intensificou o controle estatal sobre a sexualidade e a reprodução feminina e colocou as mulheres nas funções domésticas e não remuneradas.

Gerda mostra que, desde o Código de Hamurabi, no século XVIII a.C., o corpo das mulheres já aparecia como objeto de controle, reforçando a institucionalização da família patriarcal, que vai se reproduzir também sobre o poder do Estado. Segundo a autora: “o Estado arcaico, desde o princípio, reconheceu sua dependência da família patriarcal e igualou o funcionamento obediente da família à ordem do domínio público” (LERNER, 2019, p. 161). As leis antigas traziam o controle sobre todos os aspectos da vida das mulheres, inclusive sobre sua sexualidade e reprodução; mulheres adúlteras, que

sofressem estupros ou realizassem abortos, a título de exemplo, poderiam ser punidas severamente caso não conseguissem provas cabíveis para serem apresentadas ao Estado, representado pelo poder masculino.

Diferente de Silvia Federici em *Calibã e a bruxa* (FEDERICI, 2017), que concentra grande fôlego de sua análise para encontrar as raízes da opressão das mulheres no contexto da transição para o sistema capitalista de produção, momento em que se intensifica a exploração da mão de obra em uma sociedade de classes, Lerner afirma que “a exploração sexual é a própria marca da exploração de classe” (LERNER, 2019, p. 264), uma vez que as mulheres desde sempre foram exploradas não só como trabalhadoras, mas também como fornecedoras de serviços sexuais e reprodutivos, seja nas sociedades capitalistas ou na antiguidade, com o feudalismo. Além do mais, tendo em vista que a classe, para os homens, é baseada nos meios de produção, a autora salienta que, por sua vez, para as mulheres, ela é mediada de acordo com os laços que uma mulher tem com um homem, sendo este o responsável por lhe propiciar o acesso aos recursos materiais.

Segundo Federici,

[...] na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na medida que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e acumulação do trabalho. (FEDERICI, 2017, p. 34).

Vemos que o argumento da autora se centra no contexto de implementação do sistema capitalista, em que se intensifica o que conhecemos como “caça às bruxas”. Isto não desmerece a produção de Federici, que optou por este contexto para fazer sua análise; todavia, a autora desconsidera que o patriarcado tenha surgido muito antes do capitalismo e que o corpo das mulheres, do mesmo modo, sempre foi terreno de exploração, despontando como o primeiro tipo de propriedade, uma vez que, nas sociedades antigas, os homens estabeleciam transações, trocas comerciais e pagamentos de dívidas por meio dos serviços de suas esposas, filhas e sobrinhas, tanto sexuais quanto domésticos.

Ademais, um outro aspecto importante que a pesquisa de Lerner (2019) traz é relacionado à escravidão, a primeira forma institucionalizada de dominação hierárquica, cujas raízes tendem a ser buscadas em guerras e conquistas masculinas. O que poucos sabem, entretanto, e que Lerner traz evidências históricas sobre, é que a escravidão surgiu a partir da prática de

escravização de mulheres prisioneiras, uma vez que os indícios mostram que, enquanto os homens prisioneiros eram mortos, as mulheres – e também as crianças – eram exploradas como mão de obra e sofriam práticas abomináveis de dominação, sendo uma delas o estupro. Para Lerner, “o costume de estuprar as mulheres de um grupo conquistado permaneceu como prática de guerra do segundo milênio a.C. até o presente” (LERNER, 2019, p. 116), ou seja, trata-se de uma derivação histórica. Muitas mulheres escravizadas foram utilizadas como concubinas, pois assim poderiam ser integradas às famílias de seus captores, garantindo a estes não apenas seus serviços domésticos, mas também os sexuais e reprodutivos com a procriação de filhos(as), preferencialmente homens, caso as esposas não pudessem oferecer essa descendência, o que era previsto nas leis antigas.

Assim, a escravização sexual de mulheres foi um passo fundamental no desenvolvimento e na elaboração das instituições patriarcais. Esse foi o estigma de dominação das mulheres, consideradas como um grupo inferior, que permitiu a transferência da escravização para outros grupos, ou seja, “a subordinação doméstica de mulheres criou o modelo com base no qual a escravidão se desenvolveu como instituição social” (LERNER, 2019, p. 138). A institucionalização da escravidão como sistema de dominação que especifica distinções de classe e raça se baseou, inicialmente, no inextricável sistema de dominação sexual e exploração econômica presente na família patriarcal e no Estado arcaico.

A análise da autora também perpassou o aspecto religioso, buscando, nas simbologias da Bíblia, similaridades com o construto do patriarcado. Segundo a narrativa bíblica, desde a criação de Adão e Eva, o ato de nomear e de controlar sexualmente as mulheres é designado ao homem como expressões da vontade divina. Para Lerner (2019), o monoteísmo foi o responsável por intensificar as relações patriarcais na sociedade, o que pode ser comprovado pelo estudo de fontes históricas tanto do momento de escrita da Bíblia quanto do momento da narrativa, isto é, vários séculos antes.

As mulheres foram negadas aos sistemas de símbolos institucionalizados a partir do monoteísmo. Se antes elas eram tidas como deusas da fertilidade ou deusas mães em seus cultos, com a reestruturação do sistema religioso elas perderam não apenas espaço para o Deus único como também o direito de o cultuar e permaneceram assim por muito tempo. Assim, “a benção dada por Deus à semente do homem que seria plantada no receptáculo passivo do ventre da mulher definiu de forma simbólica as relações de gênero do patriarcado” (LERNER, 2019, p. 247).

Além de todos os pontos apresentados, o livro *A criação do patriarcado* traz ainda uma questão fulcral para os estudos históricos sobre mulheres e gênero, relacionada sobretudo às tensões surgidas com os estudos pós-estruturalistas. Ao fim de seus dias, Gerda demonstrou preocupação com as questões teóricas recém surgidas, uma vez que as discussões não eram mais centradas apenas nas mulheres e em suas mobilizações feministas. No Brasil, Claudia de Lima Souza também fez apontamentos nesse sentido, dizendo que, “não fosse suficiente a mulher ter virado gênero nos anos 80, vejo o gênero virando masculinidade no final dos anos [19]90” (SOUZA, 1998, p. 132), criticando o caráter apolítico de questões feministas nos novos estudos.

As questões teóricas e metodológicas desenvolvidas ao longo das 375 páginas do livro escrito por Gerda Lerner desmistificam muitas das tensões desencadeadas a partir das décadas de 1980 e 1990. Nesse contexto, os estudos questionavam a essencialização da categoria “mulheres” e as análises dualistas daí decorrentes, como homem versus mulher, masculino versus feminino e público versus privado. Uma autora de referência nos estudos de gênero a propor críticas é a americana Joan Scott (1995), que, também em 1986<sup>3</sup>, publicou um dos seus artigos mais conhecidos, “Gênero: uma categoria de análise histórica”, em que faz uma crítica aos usos meramente descritivos da categoria mulheres pelos estudos feministas e propõe uma interpretação sobre o gênero a partir do seu aspecto relacional e com forte atenção para os sistemas de significação, isto é, as maneiras como as sociedades representam homens e mulheres com o passar dos séculos. Scott foi uma personagem central para nesse campo de estudos ao deflagrar os impasses sobre a categoria mulheres, a mesma que teve Gerda Lerner como uma das precursoras.

No entanto, Lerner (2019) dialoga bastante em seu livro com as discussões de gênero postas, só que de forma desvinculada ao pós-estruturalismo e sempre preocupada com os impactos dessas relações na vida das mulheres ao longo da História. Segundo a autora:

Muitas feministas argumentam que o número limitado de diferenças biológicas comprovadas entre os sexos foi demasiadamente exagerado por interpretações culturais e que o valor dado às diferenças sexuais é, por si só, um produto cultural. Atributos sexuais são fatos biológicos, mas gênero é produto de um processo histórico. O fato de as mulheres terem filhos ocorre em razão do sexo; o fato de as mulheres cuidarem

---

3 Originalmente publicado em *The American Historical Review*, foi traduzido para o português apenas em 1995. O artigo da historiadora foi publicado no mesmo ano do livro de Gerda Lerner.

dos filhos ocorre em razão do gênero, uma construção social. É o gênero que vem sendo o principal responsável por determinar o lugar das mulheres na sociedade. (LERNER, 2019, p. 48-49).

Mais à frente, ela reforça a importância simbólica do gênero e de todos os seus significados nas sociedades, chamando a atenção para o cuidado metodológico das(os) historiadoras(es) ao tentarem buscar explicações de causa única, caindo, assim, no risco de generalizações. Para ela, nossas hipóteses devem ser desenvolvidas, testadas e comparadas sempre no entrecruzamento de culturas, o que aponta para o fato de que a categoria “mulher” não é homogênea, mas construída historicamente por discursos e práticas diferenciadas que dependem do momento de análise.

Nesse sentido, a tradução do clássico livro de Gerda Lerner aflora como de extrema importância em nosso contexto brasileiro, uma vez que desmistifica o mito de que as tensões epistemológicas tenham se iniciado em meados de 1980 e traz pontos de diálogo fundamentais entre o pós-estruturalismo e a História das Mulheres. Além do mais, a pesquisa historiográfica requer suas próprias especificidades, visto que o trabalho inicial é por meio de fontes históricas e, a partir delas, mesclam-se teorias adequadas, não o contrário. Segundo Souza (1998, p. 134), “o pós-estruturalismo, quando aliado às teorias e práticas políticas feministas, transforma-se em poderoso instrumento não somente para o estudo das maneiras pelas quais sujeitos constroem e subvertem identificações, mas também para orientar-nos”; todavia, o estudo é realizado sempre enquanto feministas e pesquisadoras, propondo, assim, o retorno ao uso da categoria “mulheres”.

A discussão apresentada aponta também o crescimento do campo teórico relacionado aos estudos de gênero na academia, que atualmente conta com diversos debates recentes, como a teoria decolonial do gênero. Todo o movimento intelectual encabeçado pelas feministas latino-americanas, por exemplo, surge para contrapor o uso irrestrito das teorias produzidas no norte global – Europa e Estados Unidos – e sua aplicação em contextos de colonização, uma vez que países com passado colonial carregam suas próprias especificidades e, por isso, não devem servir apenas como lugares de experimentação teórica: devem ser responsáveis por suas próprias teorias. Essa é a principal reivindicação de Maria Lugones (2014).

Cada vez mais novos estudos com análises distintas sobre mulheres e gênero se manifestam na academia. O trabalho realizado por Gerda Lerner (2019) em *A criação do patriarcado* é fruto de longos anos unindo prática

e teoria feminista. Duas abordagens intelectuais marcaram sua carreira: a busca pela apreensão visceral da organização do poder e a ligação entre as diferentes formas de opressão vivenciadas pelas mulheres, a depender de fatores como classe, raça, idade, localidade etc. Apesar de ter sido escrita no contexto da década de 1980, sua obra permanece atual para repensar nossas práticas de pesquisa enquanto feministas compromissadas com a luta contra o patriarcado. Assim como a autora argumenta, como ele teve um início, também pode ter um fim.

### Referências

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LERNER, G. Placing women in history: definitions and challenges. **Feminist Studies**, New York, v. 3, n. 1-2, p. 5-14, 1975.

LERNER, G. **The creation of feminist consciousness: from the middle ages to eighteen-seventy**. New York: Oxford University Press, 1994.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SOUZA, C. L. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 127-140, 1998.

Recebido em 16 de janeiro de 2021.

Aprovado em 11 de julho de 2021.

## POLITIZANDO A LIMPEZA E O CUIDADO A PARTIR DO FEMINISMO DECOLONIAL

---

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. Ubu Editora, São Paulo, 2020. 144p.

**Amanda Melo<sup>1</sup>**

A pandemia que se instaurou globalmente em decorrência da COVID-19 torna a leitura deste pequeno e provocativo ensaio ainda mais marcante. A indústria da limpeza e o lugar predominante de mulheres racializadas<sup>2</sup> neste setor é o ponto de partida da reflexão de Françoise Vergès em *Um feminismo decolonial* (2020). Cientista política e historiadora francesa, autora de vários livros sobre feminismo, escravidão e decolonialidade, Vergès escreve um manifesto pela luta feminista decolonial que contesta a atual economia política do trabalho e a forma como o feminismo “liberal” e “civilizatório” – burguês, branco e a serviço do capitalismo – tomou o lugar dos movimentos revolucionários de libertação das mulheres.

O que Vergès busca retomar com sua investigação é o caráter revolucionário da reflexão feminista, a partir de uma abordagem que integra a luta antipatriarcal, antirracista, anticapitalista e anticolonial. Para Vergès, trata-se de adotar um feminismo decolonial, conceito que pode parecer de difícil compreensão à primeira vista porque é frequentemente confundido com a noção de interseccionalidade, teorizada por Kimberlé Crenshaw (1989). Vergès coloca a especificidade do feminismo decolonial como atrelada a uma história milenar de lutas anticoloniais: “não se trata, portanto, de uma nova onda do feminismo, e sim da continuação das lutas de emancipação das mulheres do Sul global” (VERGÈS, 2020, p. 42).

No prefácio da edição brasileira, publicada em 2020 pela Ubu Editora, Vergès afirma que escreveu o livro para mostrar como o trabalho de cuidado e



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição- NãoComercial 4.0 Internacional.

---

1 Mestre em Filosofia, Universidade Federal do ABC, Brasil. E-mail: amandasdmelo@gmail.com. Orcid: 0000-0002-9318-4173

2 Flávia Rios (2020), no prefácio, esclarece que o termo “racialização” não pode ser traduzido como pessoas negras, tal como acontece nas Américas e no Brasil. Isso porque Vergès busca considerar, ao se referir a mulheres racializadas, aquelas mulheres entendidas como não brancas e não ocidentais que vivem na Europa e nos Estados Unidos, na situação de imigrantes ou refugiadas.

limpeza tem sido indispensável para a manutenção da “modernidade ocidental” (VERGÊS, 2020, p. 6). Para a autora, “todos os dias, em todo lugar, milhares de mulheres negras, racializadas, ‘abrem’ a cidade” (VERGÊS, 2020, p. 12), desempenhando um trabalho perigoso e prejudicial à própria saúde, lidam com cargas pesadas e manipulam componentes tóxicos, viajam por horas em ônibus e trens lotados, atravessando as cidades para trabalhar, enquanto seus familiares e vizinhos devem permanecer dentro de suas residências para não correrem o risco de serem mortos pela polícia do estado ou privada.

Vergès aponta que a pandemia da COVID-19 tornou ainda mais visível a profunda desigualdade entre vidas protegidas e vidas vulneráveis. Há uma divisão entre confinados e não confinados, sendo estes últimos os que garantem a vida dos primeiros, por meio do seu trabalho “essencial”. Tais pessoas trabalham em condições precárias, muitas vezes sem equipamentos de proteção, máscaras e luvas adequadas. Assim, milhares de pessoas são “abandonadas” pelo governo, que os acusa de não respeitarem as regras de distanciamento social, como se “os/as refugiados/as, os/as pobres tivessem as mesmas condições de vida, o mesmo acesso à informação que os/as burgueses” (VERGÊS, 2020, p. 15). Para a autora, o confinamento é apenas mais um exemplo de uma forma de organização do mundo fundada sob a exploração e a fabricação de vidas supérfluas. Assim, a análise feminista decolonial da gestão da pandemia dialoga em muito com a análise proposta em seu livro, uma vez que a limpeza e o cuidado permanecem “indispensáveis para o funcionamento do mundo médico” (VERGÊS, 2020, p. 42).

No texto que introduz a primeira parte da obra, “Invisíveis, elas ‘abrem a cidade””, Vergès articula dois eventos ocorridos em janeiro de 2018: primeiro, após 45 dias de greve, as funcionárias da empresa de limpeza terceirada Onet ganharam o processo contra seu empregador; e, segundo, a publicação que ganhou as capas dos jornais daquele mês foi um editorial assinado por um grupo de mulheres defendendo a “liberdade dos homens de importunar”, denunciando o “ódio aos homens” pregado pelo feminismo em movimentos como o “#MeToo”. Conforme Vergès, não é de se surpreender que essas mulheres tenham tempo para discutir a legitimidade de tais pautas, uma vez que “a vida confortável das mulheres burguesas em todo o mundo é possibilitada pelo trabalho de mulheres racializadas e exploradas, limpando suas casas, cuidando de seus filhos, maridos, irmãos e companheiros” (VERGÊS, 2020, p. 18).

Para a autora, essa divisão de trabalho entre mulheres está intimamente ligada à divisão Norte/Sul e, embora não questione que os homens também



sejam afetados por essas divisões, Vergès defende sua escolha de focar no papel das mulheres e na necessidade de uma reflexão crítica multidimensional sobre o patriarcado, o Estado e o capitalismo. Como esse trabalho invisível, marcado pelo gênero e raça, mal pago e também subqualificado é frequentemente ignorado pelo “feminismo europeu” (civilizatório), que se assegura de ter se libertado das ideologias escravagistas e coloniais, sua argumentação vai no sentido de que esse feminismo permanece a serviço dessas ideologias em versões atualizadas no século XXI. Vergès dá exemplos de como, nas recentes discussões sobre imigração que dominaram a Europa, havia, por parte de um feminismo, uma legitimação da divisão entre sociedades abertas à igualdade (europeias) e sociedades hostis à igualdade, especialmente muçulmanas (VERGÈS, 2020, p. 73). Tal feminismo, frequentemente, se coloca como “salvador” das mulheres muçulmanas e do Sul em geral, silenciando as vozes dessas mulheres. Esse cenário justifica o apelo de Vergès por “um feminismo à escuta dos combates das mulheres mais exploradas, das empregadas domésticas, das profissionais do sexo, das *queer*, das trans, das migrantes, das refugiadas e daquelas para quem o termo ‘mulher’ designa uma posição social e política, não estritamente biológica” (VERGÈS, 2020, p. 13).

Na seção “Definir um campo: O feminismo colonial”, Vergès lança uma reflexão sobre sua própria trajetória política e sua rejeição inicial ao termo “feminismo”. A autora afirma a necessidade de recuperar este conceito em um momento em que é monopolizado por um “feminismo civilizatório”. Grande parte do feminismo ocidental, escreve Vergès, se acomodou à missão civilizadora do colonialismo no século XIX, notadamente por meio das reivindicações de escolaridade para as mulheres. No século XX, a autora afirma que essas relações foram reformuladas em termos da noção de “empoderamento” e de “direitos das mulheres” (VERGÈS, 2020, p. 32). Todavia, enfatiza que o esforço das organizações internacionais e governos ocidentais na construção de um feminismo institucionalizado, a partir dos anos 1970, buscou tomar o lugar dos movimentos revolucionários de libertação das mulheres.

Nas páginas seguintes, Vergès mostra como a retórica feminista foi sendo “suavizada” e integrada à ideologia da classe dominante. A recuperação das reivindicações feministas pelo poder vigente leva a um fenômeno que ela chama de “pacificação”, que consiste em tornar a figura de ativistas uma espécie de mercadoria a serem expostas em séries televisivas, filmes e artigos, isolando-as do contexto violento de suas lutas. A autora reconhece a importância dessas figuras para meninas, entretanto, afirma que

“a difusão massiva pelas novas mídias de histórias individuais perpetua a ilusão de que qualquer uma pode realizar seu sonho, basta não ter medo de contestar certas normas” (VERGÈS, 2020, p. 60). São narrativas que frequentemente não mostram a coragem necessária e o esforço cotidiano e de organização coletiva exercidos na luta contra a opressão estrutural. Essa reescrita da história é extremamente problemática e leva as ativistas feministas a não pleitearem a inclusão de todos na narrativa principal, mas apenas a difusão de suas próprias histórias (VERGÈS, 2020, p. 65).

Vergès denuncia como a “pacificação” permite que os governos se oponham às novas reivindicações dos movimentos sociais. Surgem padrões de respeitabilidade com o objetivo de conter a raiva e torná-la indigna, assim, criam-se “sujeitos dignos de se defender e de ser defendidos” (VERGÈS, 2020, p. 89). A autora adverte contra a facilidade com que o sistema capitalista dominante aglutina os novos ativismos a fim de esvaziar seu sentido e retirar o potencial de ameaça que eles representam. Vergès mostra, ainda, como o Banco Mundial usa o discurso do empoderamento feminino para controlar os direitos reprodutivos das mulheres (VERGÈS, 2020, p. 58).

Na segunda parte da obra, Vergès aborda os debates em 1989 sobre os véus das mulheres islâmicas e destaca o papel dos movimentos de libertação das mulheres na década de 1970 que evocaram a emancipação das mulheres mulçumanas e a denúncia do autoritarismo religioso, sem menosprezar a religião como tal. Após a queda do Muro de Berlim, essas reivindicações foram caricaturadas e reduzidas a críticas à religião e defesa do secularismo. A autora mostra a necessidade de lutar contra o que chama de “femi-imperialismo”, isto é, a maneira como as reivindicações feministas se tornaram armas ideológicas ao transformar os direitos das mulheres em uma ideologia de assimilação e de integração à ordem neoliberal. Em suas palavras,

As décadas de 1970-1990 veem, então, o desenvolvimento de ofensivas cujo objetivo é combater e enfraquecer os feminismos de política decolonial. O feminismo deve permanecer sensato, não mais ser comparado às “militudas”, “históricas”, “anti-homens”, “sapatões” e “malcomidas” dos anos 1970. A ancoragem na Europa do “verdadeiro” feminismo e dos direitos das mulheres é reafirmada em inúmeras ocasiões, e a hostilidade aos/às muçulmanos/as e aos/às migrantes oferece a esse feminismo uma oportunidade de manifestar sua adesão aos valores europeus. (VERGÈS, 2020, p. 61).

Segundo Vergès, a aliança do feminismo com o secularismo seguiu uma direção colonialista no território francês. Tratava-se de emancipar

as jovens muçulmanas da cultura patriarcal de seus pais, irmãos e maridos e, portanto, promover sua integração à cultura ocidental, isolando-as de família e comunidade. Ela situa esse desenvolvimento em um contexto que coincide com o aumento do emprego de mulheres em cargos gerenciais e executivos e uma expansão massiva de empregos de serviços historicamente domésticos (cozinha, cuidados com crianças, limpeza), que foram assumidos em grande parte pela chegada dessa força trabalho feminina – mulheres racializadas – historicamente desvalorizada (VERGÈS, 2020, p. 78). À luz do desenvolvimento dos processos migratórios mais recentes na França, a autora analisa o ressurgimento de um discurso autoprotelado feminista e islamofóbico: a lei de 2004 que proibia o véu islâmico nas escolas, os acontecimentos na estação central de Colônia em 2015, a polêmica em torno do *burkini* em 2016. Junto com Farris (2017), Vergès concebe como “femonacionalismo” a exploração de temas feministas por nacionalistas e neoliberais islamofóbicos, que corrobora com a estigmatização e discriminação do povo islâmico.

Vergès (2020, p. 95) aponta ainda para duas formas de patriarcado que se opõem na cena mundial: na primeira, as pessoas se dizem abertas, apoiam o multiculturalismo e afirmam respeitar os direitos das mulheres e LGBTQIA+, mas isso implica a integração dessas à economia neoliberal. O outro patriarcado, por sua vez, “neofascista e masculinista”, combate os direitos conquistados pelas mulheres e defende um retrocesso completo. Nesse sentido, não basta afirmar um compromisso contra o patriarcado da maneira tradicional; é necessário afirmar um duplo compromisso: tanto feminista quanto decolonial.

Nas páginas finais do livro, Vergès retorna ao seu ponto de partida: a indústria da limpeza e o lugar predominante das mulheres racializadas neste setor historicamente desvalorizado. Ela discute os conceitos tradicionais da literatura feminista materialista de politizar o cuidado, expondo como “a segregação do mundo se dá em uma divisão entre limpeza e sujeira baseada numa divisão racial do espaço urbano e da moradia” (VERGÈS, 2020, p. 102). Para finalizar, valendo-se da história de lutas – e vitórias – das mulheres nesse setor tanto no Norte quanto no Sul global, ela instiga um retorno a um feminismo que carrega consigo as sementes de uma transformação radical da sociedade.

Diante dessas formulações, resalto a riqueza com que tal ensaio aborda vários temas, sua própria definição de feminismo decolonial, o papel

das feministas na luta antirracista e anticolonial, a relação que a França tem com seu passado e presente colonialista etc. Vergès incorpora inúmeras referências, como Frantz Fanon, Audre Lorde, Angela Davis, Sanité Belair, María Lugones e Oyèrónke Oyěwùmí, em seu esforço de repensar os feminismos e suas condições, possibilidades e objetivos. Embora Vergès defina o feminismo decolonial em oposição ao civilizatório, não se deve entender, com isso, uma negação do pensamento e da política feminista, mas sim a incitação para que novas dinâmicas sejam formadas buscando superar os pontos cegos do feminismo civilizatório. Na verdade, mesmo no interior do feminismo “branco” existe uma infinidade de posicionamentos políticos e divisões, com muitas divergências de opiniões. O percurso de Vergès revela, sobretudo, que a história das mulheres não é homogênea, e sim repleta de lutas por espaço e poder.

No contexto de pandemia mundial e, em especial, no contexto brasileiro, encontram-se enormes similaridades com a forma como Vergès narra o lugar dos membros “invisíveis” das sociedades e a natureza essencial do trabalho que eles realizam todos os dias: de limpeza e cuidado. O relato de que a maior parte desse trabalho é feito por mulheres, em sua maioria racializadas, junto com as consequências políticas resultantes dessa economia política do trabalho, é uma das notáveis contribuições desse livro.

## Referências

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **The University of Chicago Legal Forum**, Chicago, n. 140, p. 139167, 1989.

FARRIS, S. **In the name of women’s rights: the rise of femonationalism**. Durham: Duke University Press, 2017.

RIOS, F. Por um feminismo radical. *In*: VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020. p. 47.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.

Recebido em 30 de março de 2021.

Aprovado em 11 de julho de 2021.

## DIRETRIZES PARA AUTORES

---

A revista publica trabalhos em língua portuguesa, espanhola e inglesa que contribuam para o estudo das relações de gênero, escritos a partir de diferentes tradições disciplinares, dentro de um arco de questões que digam respeito à condição feminina, às homossexualidades, às masculinidades e outros temas correlatos. Todas as colaborações são submetidas ao sistema de avaliação por pares, cabendo ao Conselho Editorial a decisão final sobre os trabalhos a serem publicados. A simples remessa de originais à revista implica a autorização para publicação.

Os autores dos trabalhos publicados farão jus a um exemplar da revista.

Não serão pagos direitos autorais. O copyright dos trabalhos publicados pertence aos seus autores e os direitos autorais de cada edição pertencem ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/NUTEG/Universidade Federal Fluminense. Portanto, caso os autores queiram republicá-los, pede-se, apenas, que mencionem a primeira publicação na revista *Gênero*.

Os artigos, que não devem exceder 9000 palavras, escritos em fonte times New Roman 12, em espaço 1/5, com todas as margens em 2cm, devem ser submetidos através do site <http://www.revistagenero.uff.br>. Os artigos devem vir acompanhados de resumo em português e inglês, com no mínimo 70 e no máximo 100 palavras. Três palavras-chave em português e inglês também devem ser enviadas. As resenhas não devem exceder 2000 palavras.

As notas de rodapé devem ser exclusivamente explicativas, substantivas e escritas da forma mais sucinta possível. Os dados bibliográficos relativos a citações de outros trabalhos devem ser localizados no corpo do texto, entre parênteses, limitando-se ao sobrenome do autor, ano, e página (quando for o caso). Trabalhos de dois e três autores serão citados pelos nomes de todos, e mais de três, pelo nome do primeiro seguido de “et al.”,

Exemplos:

(ABREU, 1999, p. 21-35)

(BRASIL, 2000, p. 116)

(SILVA; ABREU, 1999)

(SILVA et al., 2000)

Todos os trabalhos citados devem ser listados em ordem alfabética na seção “Referências”. Não devem ser ali adicionados trabalhos que não tenham sido mencionados no texto. As referências deverão ser apresentadas de acordo com os seguintes exemplos:

**Livros**

BOURDIEU, P. **O campo científico**. (Coleção Grandes Cientistas n. 39). São Paulo: Ática, 1983.

**Capítulos de Livro**

PERROT, M. **A juventude operária da oficina à fábrica**. In: LEVY, Giovanni; SCHIMITT, J. C. Histórias dos jovens. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

**Artigos**

LIMA, B. S. **Quando o amor amarra: reflexões sobre as relações afetivas e a carreira científica**. Revista Gênero, v. 12, n.1, 2013.

**Monografias**

QUDRATT, S. **Poder e Informação: os sistemas de inteligência e o regime militar no Brasil**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

**Trabalhos publicados em anais****Material da Internet**

DELPHY, C. **The main enemy**. 1980. Disponível em: <https://libcom.org/files/delphymainenemy.pdf>>. Acesso em: 14 de agosto de 2014.

ALVES, A., MELO, A. e CRUZ, M. **A Mulher no sistema penitenciário em Sergipe: o imaginário na construção de identidade**. In: 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1995, Salvador. Cadernos de Comunicações. Brasília: CFESS, 1995.

**Legislação**

BRASIL. **Lei 10.055**, de 12 de dezembro de 2000. Cria cargos na carreira Policial Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, ano 138, n. 239-E, p. 1, 13 dez. 2000. Seção I.

**Artigo de jornal**

MORAES, Andréa. L. **Artes plásticas ilustram cardápios da Esplanada Grill**. Gazeta Mercantil, São Paulo, 28 fev. 1997. Caderno Empresas & Negócios, p. C.-8.

Antes de serem submetidos, todos os trabalhos devem passar por criteriosa revisão profissional com vistas a assegurar o respeito à norma culta da língua portuguesa.